



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TÁCIO JOSÉ NATAL RAPOSO

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNICÍPIO DE PACARAÍMA –
1995 – 2013**

BOA VISTA - RR

2015



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TÁCIO JOSÉ NATAL RAPOSO

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO MUNICÍPIO DE PACARAÍMA –
1995 – 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPG-GEO) da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Linha de Pesquisa: Produção do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras

Coorientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho

BOA VISTA

2015



UFRR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientador: Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras

Coorientador: Prof. Dr. Artur Rosa Filho

**OBS: ESSA FOLHA SERÁ SUBSTITUÍDA PELA FOLHA DE APROVAÇÃO ASSINADA PELOS PROFESSORES DA BANCA
(CEDIDA PELO PPG-GEO)
NO VERSO DA FOLHA ANTERIOR COLOCAR A FICHA CATALOGRÁFICA.**

BANCA EXAMINADORA

PROF^a DRA MARIA BÁRBARA DE MAGALHÃES BETHONICO

PROF^a DR^a MARIA MÁRCIA DE OLIVEIRA

PROF. DR. REGINALDO GOMES DE OLIVEIRA

SUPLENTE

Aprovada em: ____/____/____

Boa Vista, Abril de 2015

AGRADECIMENTOS

Ao Divino Mestre Deus e aos Santos que me guiam.

A minha Mãe Emília Tereza de Souza e aos Meus Irmãos e Sobrinhos.

Ao meu venerado orientador Elói Martins Senhoras por todo apoio, paciência e sabedoria.

Ao meu coorientador Artur Rosa Filho pela amizade e grande colaboração.

À Coordenação do Mestrado.

Aos meus Professores do Mestrado.

Aos incríveis colaboradores: Luiz Mário Severo Ávila, Ângela Silva Miazaki, Taylor Nunes.

Roniel Vitor de Oliveira, Francisco Cunha, Ismael Feliciano da Cruz.

Aos amigos companheiros de campo: Nilva Baraúna, Rodrigo Laurema, Wanderson Mesquita - Filé, Alex Wanuth, Fabio Oliveira, Edjany Debora.

Aos ex-administradores da Vila de Pacaraima: Sr. Sabá, Paulo Robstan, Francisco Valente Altemir Campos e Edutina Passos.

Aos militares do 3ºPEF e 7ºBIS na pessoa do capitão Eduardo Erikson Moraes Santos.

Aos arquivistas da Imprensa Oficial do Estado de Roraima.

Aos ex-prefeitos Hiperion de Oliveira, Paulo Cesar Justo Quartiero e Francisco Roberto.

As minhas queridas amigas e companheiras de trabalho: Leandra Barbosa, Luzinete, Karen Oliveira, Gleciane Fagundes, Elienai Menezes.

As valiosas correções das amigas: Maria Veneranda Gutierrez e Jéssica.

Aos amigos pelo incentivo: Radoan Luiz Rodrigues, Ibraim, Rute, Edjane Soares, Salete Soares, Renata Zanolla, Rui Guilherme.

Aos meus amigos do Mestrado, em especial, Érica Joyce, Adriana Roseno e Tânia.

Aos amigos do Departamento de Políticas Educacionais - DEPE da Secretaria Estadual de Educação – SEE/RR - Gestão: 2011 a 2014.

A todos que me ajudaram, muito obrigado.

*Aos habitantes da cidade e aos que por ela se
interessam, não importando a perspectiva!*

*“Um pouco de conhecimento que age vale
infinitamente mais do que conhecimento que é
ocioso.”*

Gibran Khalil Gibran

RESUMO

A Produção do Espaço da cidade de Pacaraima no contexto amazônico, em suas diferentes abordagens, pode ser analisada com base na sua geo-história como produto das relações socioespaciais de seus agentes produtores do espaço. Considera-se que essa produção guarda uma ancestralidade indígena, perpassando pela ação de garimpeiros, militares, administradores da vila, prefeitos, políticas públicas e grande intervenção do governo federal, evidenciando assim as forças de horizontalidade e verticalidade de produção espacial. Assim, o presente analisa a produção do espaço da cidade de Pacaraima, considerando o local e os processos na produção do espaço, analisando especificamente o período de 1973 a 2013. O recorte evidencia o início do processo de aglutinação de pessoas na área onde se localiza a cidade, com a formação do Povoado do Diviso. Esse período perdura por dez anos e é marcado pela forte presença militar na região até a criação da Vila de BV8 ou Vila de Pacaraima em 1983. Durante o período de estabelecimento da Vila, fez-se um estudo da atuação de seus administradores como agentes espaciais, até o estabelecimento da cidade em 1995 e, sua primeira legislatura em 1997. A análise do processo de produção espacial de Pacaraima, como cidade, é feita mediante um exame dos conjuntos de ações e medidas adotadas por cada prefeito, que era protagonista do executivo municipal. Analisam-se ainda as forças das políticas públicas verticais e as forças dos campos de espaços de poder entendidos como forças horizontais que são agentes de produção espacial. Utilizou-se método qualitativo, que repercute em uma multiplicidade analítica de olhares sobre um mesmo fenômeno da produção espacial. As técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas foram enriquecidas com o método de revisão integrativa e de produção de mapas. A presente colabora com apreensão dos complexos eventos e processos que possibilitaram a gênese e a re-produção espacial da cidade de Pacaraima.

Palavras - chave: Produção do Espaço, Cidade, Pacaraima, Políticas Públicas, Amazônia.

ABSTRACT

The Production of the Space from Pacaraima city in Amazonian context in their different approaches can be analyzed based on its geo-history as a product of socio-spatial relations of its producers space agents. It is considered that this production keeps an indigenous ancestry, passing through the miners' action, military, village administrators, mayors, public policy and big federal government intervention thus showing the forces of horizontality and verticality of production spatial. Thus, the present analyzes the production of space of the Pacaraima city considering the location and the processes in the production of space specifically looking at the period from 1973 to 2013. The clipping shows the beginning of the assemblage process of people in the area where the city is located with the formation of the Village of Division. This period lasts for ten years and is marked by a strong military presence in the region until the creation of BV8 Village or Pacaraima Village in 1983. During the establishment period of the Village made a study of its managers performance as spatial agents, until the establishment of the city in 1995 and its first legislature in 1997. The analysis of spatial production process of Pacaraima as a city is made by the analysis of sets of actions and measures adopted by each mayor as a municipal executive protagonist. Analyzes even the forces of vertical public policies and the forces fields, power spaces understood as horizontal forces while spatial producers agents. Was used qualitative and quantitative method that echoes in a analytical multiplicity perspectives on the same phenomenon of spatial production. The techniques of documentary bibliographical research, interviews were enriched with integrative review technique and production of maps. This work cooperate with seizure of complex events and processes that made possible the genesis and the spatial re-production of Pacaraima city.

Key words: Space Production, City, Pacaraima, Public Policy, Amazon.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A CIDADE DE PACARAIMA, ESPAÇO DE MULTIPLAS REFLEXÕES	30
2.1 A CIDADE DE PACARAIMA E SEUS CONTEXTOS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS	31
2.1.1 Amazônia Legal	34
2.1.2 Amazônia Caribenha	38
2.1.3 Amazônia Setentrional	41
2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE E A QUESTÃO REGIONAL	45
2.2.1 Pacaraima na perspectiva da Amazônia Legal	47
2.2.2 Pacaraima na perspectiva de Amazônia Caribenha.....	50
2.2.3 Pacaraima na perspectiva de Amazônia Setentrional.....	52
2.3 A CIDADE NO CONTEXTO ESTADUAL	53
2.3.1 O Jogo Político no Estabelecimento da Cidade	58
2.4 APRESENTANDO A ÁREA DE ESTUDO PACARAIMA COMO ESPAÇO AMAZÔNICO	60
3 AS HORIZONTALIDADES E AS VERTICALIDADES NA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA	66
3.1 PACARAIMA GÊNESE E PROCESSOS	67
3.2 GEOGRAFIA HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE PACARAIMA	68
3.3 FRONTEIRA ABERTA: FORÇAS DE HORIZONTALIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA	72
3.3.1 Ancestralidade indígena como elemento da produção espacial	76
3.4 FRONTEIRA FECHADA: VERTICALIDADES E A CONSTRUÇÃO DA BR174 E DO PELOTÃO DE FRONTEIRA.....	77
3.4.1 A Criação do município e o dinamismo espacial.....	81
3.5 REABERTURA DA FRONTEIRA: CONFLUÊNCIA DAS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES E A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE.....	87
3.5.1 Desenvolvimento socioespacial de Pacaraima e acoplamento à cidade de Santa Elena do Uaiarén.....	94
3.5.2 Desenvolvimento socioespacial de Pacaraima e a questão das terras indígenas.....	97
4 PACARAIMA – 1973 a 1995	104

4.1 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DA EVOLUÇÃO DO ESPAÇO DE PACARAIMA – 1973 a 1995.....	105
4.1.1 A currutela, a abertura da BR 174 e a chegada dos militares.....	105
4.1.2 A área militar, a aglomeração e o povoado: 1973 a 1983	112
4.1.3 Pacaraima como Vila - 1983 a 1995	114
4.1.4 Administradores da vila - 1983 a 1995	117
4.2 PRIMEIRO ADMINISTRADOR: JOSÉ SEBASTIÃO ALVES BEZERRA	119
4.3 QUARTO ADMINISTRADOR: ALTEMIR DA SILVA CAMPOS	121
4.4 SÉTIMO ADMINISTRADOR: FRANCISCO VALENTE	122
4.4.1 Aspectos gerais da administração de Francisco Valente.....	122
4.5 OITAVA ADMINISTRADORA: EDUTINA PASSOS SILVA	123
4.6 NONO ADMINISTRADOR: RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA CARVALHO	127
4.7 DECÍMO ADMINISTRADOR: PAULO ROBSTAN ARAÚJO DE SOUZA.....	127
5 PACARAIMA COMO CIDADE - 1996 A 2014	139
5.1 PRIMEIRA E SEGUNDA GESTÃO	140
5.2 TERCEIRA GESTÃO: PAULO CÉSAR JUSTO QUARTIERO.....	151
5.2.1 Terceira Gestão: Francisco Roberto	156
5.3 QUARTA E QUINTA GESTÃO: ALTEMIR CAMPOS.....	160
6 DINÂMICA SOCIOESPACIAL, CAMPOS DE PODER, POLÍTICAS PÚBLICAS E FEDERALISMO NA CIDADE DE PACARAIMA	178
6.1 REVISÃO INTEGRATIVA DAS PRÁTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA ENTRE 2006 A 2013	180
6.2 ESPAÇO DA CIDADE DE PACARIAM COMO CAMPO DE PODER DAS DIMENSÕES DAS PRÁTICAS SOCIAIS.....	185
6.3 AGENTES SOCIAIS.....	188
6.4 POLITICAS PÚBLICAS E FEDERALISMO	200
7 DIMENSÕES DAS PRÁTICAS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA	207
7.1 DIMENSÃO EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER.....	208
7.2 SEGURANÇA	213
7.3 RELAÇÃO DE FRONTEIRA.....	220
7.4 SAÚDE E MEIO AMBIENTE.....	224
7.5 INFRAESTRUTURA.....	233
7.6 ECONÔMICA	237

7.7 POLÍTICA	247
CONSIDERAÇÕES FINAIS	254
REFERÊNCIAS	263

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Fluxograma dos recortes teóricos a serem utilizados na pesquisa.....	25
Figura 2 – Mapa localização de Pacaraima em relação ao continente, país, região e estado.....	33
Figura 3 - Mapa Amazônia Legal e Amazônia Internacional.....	37
Figura 4 - Mapa Amazônia Caribenha.....	40
Figura 5 - Estados e a quantidade de municípios que compõem a área de atuação do PCN.....	43
Figura 6 – Mapa Amazônia Setentrional.....	44
Figura 7 - Mapa de Pacaraima em relação às Amazonas Legal, Setentrional e Caribenha.....	46
Figura 8 - Quadro da evolução da Estruturação urbana na Amazônia (1850-2000)	47
Figura 9 – Mapa da Dispersão das sedes municipais e zonas urbanas na Amazônia.....	48
Figura 10 – Mapa das terras institucionais de Roraima.....	55
Figura 11 – Mapa dos municípios de Roraima.....	61
Figura 12 – Mapa localização da cidade de Pacaraima.....	63
Figura 13 – Mapa das terras indígenas no município de Pacaraima.....	75
Figura 14 – Mapa dos Pelotões Especiais de Fronteira – PEF.....	80
Figura 15 – Mapa da evolução política do estado de Roraima.....	83
Figura 16 - Forças de verticalidades e horizontalidades na produção do espaço de Pacaraima.....	86
Figura 17 - Autores e considerações sobre a produção do espaço.....	88
Figura 18 - Mapa localização da cidade gêmea na faixa de fronteira da região Norte.....	95
Figura 19 - Terras indígenas, área total, população indígena (estimada) e municípios abrangidos.....	98
Figura 20 - Fotos da abertura da BR 174 e chegada até o Marco do BV8.....	109
Figura 21 - Foto vista parcial da Currutela do Garimpo do Divisor.....	110
Figura 22 - Foto vista parcial da cidade de Boa Vista - 1.973 –Prejudicada pelo desabastecimento.....	111
Figura 23 - Mapa localidade do 3º PEF recém criado em 1973. Início do Povoado do Divisor.....	113
Figura 24 - Artigo 41 LEI Nº 085/82 e Fluxograma da Vila de Pacaraima.....	115
Figura 25 - Organograma da Prefeitura Municipal de Boa Vista incluindo a Administração da Vila.....	116
Figura 26 - Administradores da Vila de Pacaraima.....	118
Figura 27 - Mapa Vila de Pacaraima em 1983.....	120
Figura 28 - Fragmento de relatório de viagem, da comitiva de Governo, à Pacaraima em 1989.....	124
Figura 29 - A planta do perímetro urbano da Vila de Pacaraima 1991.....	125
Figura 30 - Placas inaugurais do Quartel de PM e do Hospital ambos em 1992.....	126
Figura 31 - Vista da fachada da sede da Administração da Vila de Pacaraima em 1993.....	128
Figura 32 – Mapa Vila de Pacaraima em 1993.....	129
Figura 33 - Charge Publicada no Jornal Caburaí em 29/07/1994.....	130
Figura 34 - Foto vista parcial das placas do Posto da Secretaria da Fazenda.....	131
Figura 35 - Quadro com Área de Expansão e Memorial Descritivo de Pacaraima..	132

Figura 36 - Quadro com Carta Cadastral de loteamento e Licença de Ocupação, 1996.....	133
Figura 37 - Quadro com copia de ofício enviado ao prefeito de Santa Elena de Uairén em 1994 e nota do jornal O Caburaí de 17/06/1994 - evidências de paradiplomacia na fronteira.....	134
Figura 38 - Prefeitos de Pacaraima.....	140
Figura 39 – Mapa Plano de urbanização e zoneamento de Pacaraima anexo à Lei 020/98 que dispõe do mesmo tema.....	142
Figura 40 - Aspectos parciais de logradouros públicos e o início de benfeitorias entre 1997 e 1998.....	145
Figura 41 - Placa inaugural da Prefeitura e Câmara de Vereadores Pacaraima.	146
Figura 42 - Asfaltamento de logradouros públicos entre 1997 e 1998.....	148
Figura 43 - Fragmento de matéria jornalística Jornal Tribuna do Estado de Roraima - 2001.....	149
Figura 44 - Mapa da cidade 2003.....	150
Figura 45 - Principais convênios na gestão de Hiperion de Oliveira.....	151
Figura 46 - Aspectos da paisagem da cidade em 2006.....	154
Figura 47 - Vista aérea da cidade evidenciando a área de expansão na franja da cidade.....	155
Figura 48 - Vista parcial de horta de produção de orgânicos.....	157
Figura 49 - Principais convênios do governo do Paulo Cesar e Francisco Roberto.....	159
Figura 50 - Biblioteca Municipal Professora Norma Suely Ribeiro Costa.....	161
Figura 51 - Vista Parcial das obras da Nave do Saber.....	161
Figura 52 - Feira Municipal do Produtor.....	162
Figura 53 - Obra parada.....	163
Figura 54 - Croqui da cidade.....	165
Figura 55 – Mapa da cidade de Pacaraima 2013.....	166
Figura 56 - Audiência pública com Justiça Federal.....	168
Figura 57 - Mapa Localização da cidade no Município das duas TI e área para realizar a permuta.....	170
Figura 58 - Casa construída junto à linha de fronteira.....	172
Figura 59 - Problemática do lixão considerando a nascente do Miang e do Jardim Florestal.....	173
Figura 60 - Vista panorâmica da cidade, 2014.....	174
Figura 61 - Imagens da cidade em 1998, 2004 e 2009.....	179
Figura 62 - Imagem do bairro Suapi em dois momentos.....	179
Figura 63 - Seis etapas para a elaboração da Revisão Integrativa.....	182
Figura 64 - Dimensões (aspectos) das práticas sociais.....	182
Figura 65 - Comportamento das Dimensões das Práticas Sociais nos anos analisados.....	183
Figura 66 - Detalhamento das dimensões das práticas sociais mais noticiadas.....	184
Figura 67 - Sistema territorial.....	187
Figura 68 - Transferências financeiras por área de 2007 a 2014.....	189
Figura 69 - Encargos Especiais: FUNDEB e FPM.....	190
Figura 70 - Evolução do IDEB da Escola Municipal Casimiro de Abreu.....	191
Figura 71 - Comparativo de transferências a encargos especiais e à assistência social.....	193
Figura 72 - Comparativo de transferências a Encargos Especiais, à Assistência Social e à Saúde.....	194

Figura 73 - Comparativo entre os repasses ao FUNDEB, à FPM e à Educação.....	196
Figura 74 - Comparativo entre os repasses a Encargos Especiais, à Assistência Social, à Saúde e à Educação.....	196
Figura 75 - Comparativo de repasses a Encargos Especiais, à Assistência Social, à Saúde, à Educação e à Defesa Nacional.....	197
Figura 76 - Praça de esportes no Bairro Suapi.....	198
Figura 77 - Resumo dos recursos aplicados pelo PCN no período de 2003 a 2010.	199
Figura 78 - Total de transferências entre 2007 a 2014.....	200
Figura 79 - Processos de Formação da Cidade de Pacaraima - RR.....	207
Figura 80 – Mapa objetos espaciais da Dimensão Educação, Cultura e Lazer.....	210
Figura 81 - Datas festivas e históricas.....	211
Figura 82 - Rede de hotéis em Pacaraima.....	211
Figura 83 - Único campo de futebol disponível à comunidade junto aos marcos de fronteira.....	212
Figura 84 – Operações Ágata contra o crime organizado em área de fronteira.....	215
Figura 85 – Mapa dimensão Segurança.....	217
Figura 86 – Mapa aspectos da violência no estado e em Pacaraima em 2013.....	218
Figura 87 – Mapa Dimensão das Relações Fronteiriças.....	222
Figura 88 - Rede de prestação de serviços de saúde.....	225
Figura 89 - Vista parcial do lixão.....	227
Figura 90 - Diversidade de resíduos e aumento de riscos.....	229
Figura 91 - Áreas de riscos.....	230
Figura 92 – Mapa dimensão Saúde e Meio Ambiente.....	231
Figura 93 - Aspectos da infraestrutura da cidade.....	234
Figura 94 - Vista parcial da cidade e de sua infraestrutura.....	235
Figura 95 - Alguns seguimentos da produção econômica do município.....	239
Figura 96 - Comércio de alimentos e suporte ao turista.....	240
Figura 97 - Aspectos das moradias e suas distintas espacialidades.....	245
Figura 98 - Mapa dimensão da Economia.....	246
Figura 99 - Prédio da Câmara de Vereadores e Fórum Eleitoral.....	249
Figura 100 – Mapa dimensão Política.....	250

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas Territoriais de Roraima.....	56
Tabela 2 - População no município por situação de domicílio e sexo.....	99
Tabela 3 - Matrícula inicial, funções docentes e estabelecimentos por nível, município de Pacaraima – 2012.....	213
Tabela 4 Abastecimento de água no Município de Pacaraima entre 2008 e 2011...	225
Tabela 5 - Volume faturado (consumo) no Município de Pacaraima entre 2008 e 2011.....	226
Tabela 6 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica entre 2009 e 2012.....	234
Tabela 7 - Participação percentual do PIB dos setores da economia do Município.....	237
Tabela 8 - Evolução do PIB do Município de Pacaraima de 2004 a 2010.....	238
Tabela 9 - Principais produtos da economia local.....	238
Tabela 10 - Produção da pecuária no Município de Pacaraima de 2008 a 2012.....	239
Tabela 11 - Produtos de origem animal no Município de Pacaraima – 2008 a 2012.....	239
Tabela 12 - Quantidade e valores de benefícios emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social - INSS.....	241
Tabela 13 - Receita total arrecadada pelo Município de Pacaraima - 2008 a 2011.	242
Tabela 14 - Arrecadação tributária do Município de Pacaraima – 2008 a 2011	242
Tabela 15 - Transferências constitucionais para o Município de Pacaraima de 2006 a 2012 (em R\$ 1,00).....	243
Tabela 16 - Transferências constitucionais para o Município de Pacaraima - 2006 a 2012 (em R\$ 1,00).....	243
Tabela 17 - Despesa total do Município de Pacaraima – 2008 a 2011 - (em R\$ 1,00).....	244
Tabela 18 - Índice de Gini do Município de Pacaraima em 1991, 2000 e 2010.....	245
Tabela 19 - Distribuição do eleitorado, por sexo, do Município de Pacaraima em 2012.....	248
Tabela 20 - Situação do eleitorado do Município de Pacaraima em 2012.	248

LISTA DE SIGLAS

1° BLogS – 1° Batalhão de Logística de Selva
1° PelComS – 1° Pelotão de Comunicação de Selva
10° GACS – 10° Grupo de Artilharia de Selva
12°EsqdCMec - 12° Esquadrão de Cavalaria Mecanizado
1° PEF –Pelotão Especial de Fronteira - Bonfim: na fronteira com a Guiana Inglesa
2° PEF – Pelotão espacial de Fronteira - Normandia
32°PelPE - 32° Pelotão de Polícia do Exército - Setor Militar Marechal Rondon
3° PEF –Pelotão Especial de Fronteira – Pacaraima:na fronteira com a Venezuela
4° PEF –Pelotão Especial de Fronteira - Surucucu
5° PEF – Pelotão Especial de Fronteira - Auaris
6°BEC – 6° Batalhão de Engenharia de Construção
6ªDelSM/29ªCSM- 6ª Delegacia do Serviço Militar/ 29ª Circunscrição do Serviço Militar
6° PEF – Pelotão Especial de Fronteira - Uiramutã
ABLP - Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública
ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ALE-RR – Assembleia Legislativa de Roraima
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APIR - Associação dos Povos Indígenas de Roraima
APL – Arranjo Produtivo Local
BV-8 – Marco Brasil -Venezuela número 8
C FRON RR/7°BIS- Comando de Fronteira Roraima/7° Batalhão de Infantaria de Selva
CAER – Companhia de Água e Esgoto de Roraima
CER – Companhia Energética de Roraima
CiaCmdo 1ªBda Inf SI - Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva
CIDE- COMBUSTÍVEIS – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIR - Conselho Indígena de Roraima
Cmdo 1ªBda Inf SI- Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Setor Militar Marechal Rondon
CDN - Conselho de Defesa Nacional
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.

ENAFRON - Estratégia Nacional de Segurança Pública
FEX - Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações
Finam – Fundo de Investimento da Amazônia
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IGEO/UFRR – Programa de Pós-graduação do Instituto de Geografia
INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles relativos
ITR - Propriedade Territorial Rural
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MD - Ministério da Defesa
MI - Ministério da Integração Nacional
MPRR - Ministério Público Estado de Roraima
MRE – Ministério das Relações Exteriores
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAS – Plano Amazônia Sustentável
PCN - Projeto Calha Norte
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PDLIS- Plano de Desenvolvimento Local e Integrado
PDVSA- A Petróleos de Venezuela S.A
PEA - População Economicamente Ativa
PF – Polícia Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos

PRF - Polícia Rodoviária Federal

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SENIAT - Serviço Nacional de Administração Aduaneira e Tributária da Venezuela

SEPLAN – Secretaria Estadual de Planejamento

SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde

SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

STF - Supremo Tribunal Federal

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TI – Terra Indígena

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UBS –Unidades Básicas de Saúde

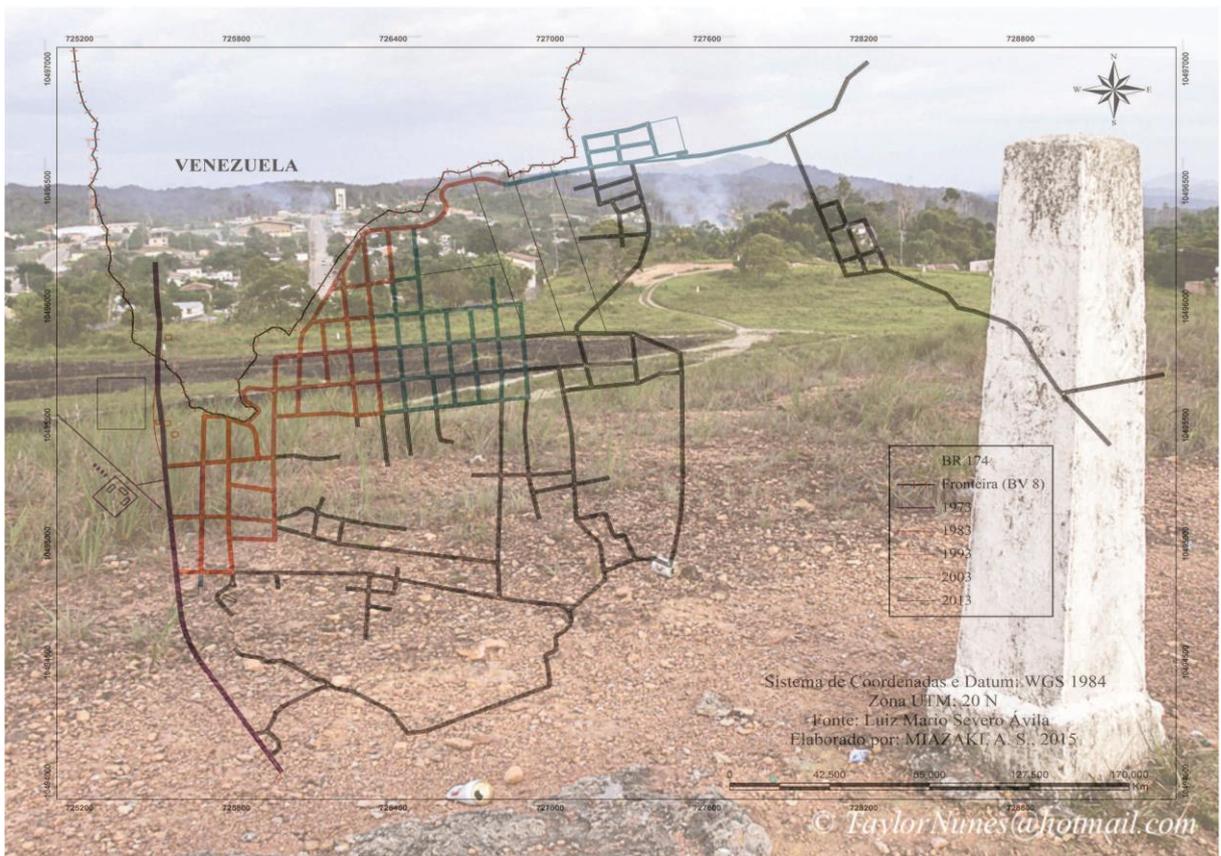
UERR – Universidade Estadual de Roraima

Unb – Universidade de Brasília

VANTs – Veículos aéreos não tripulados

ZFM – Zona Franca de Manaus

INTRODUÇÃO



1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima - UFRR preocupa-se em investigar quais os processos desencadearam a gênese e possibilitaram o desenvolvimento socioespacial do espaço da cidade no município de Pacaraima na fronteira Brasil- Venezuela e o significado desse processo para o estado de Roraima em um espaço de múltiplas influências, interesses e perspectivas.

Evidencia-se que a compreensão sobre as questões socioespaciais e socioambientais de Pacaraima envolvem um conjunto de obstáculos e desafios frente à pouca quantidade de pesquisa sobre as pequenas cidades da região e ainda a falta de institucionalização e de práticas de registros que possam se converter em fontes que colaborem para apreensão do fenômeno do tema.

Como em qualquer cidade, os conflitos que surgem com a expansão do tecido urbano, suscitam soluções rápidas e cada vez mais inéditas, exigindo uma política de planejamento urbano que contemple políticas administrativas que proporcionem um desenvolvimento socioeconômico e cultural aos seus habitantes e ao mesmo tempo, lhes assegurem um ambiente que possa ofertar condições de ser habitado, desenvolvido e expandido.

Tais demandas exigem competências de diferentes agentes locais, regionais e nacionais para que possam oferecer à sociedade de Pacaraima qualidade de vida, bem como, produzam sustentabilidade ao processo de desenvolvimento socioespacial da cidade, contemplando, ainda, os aspectos da integração de infraestrutura regional Sul Americana, capaz de gerar inserção do município em escala local, regional e internacional, considerando a sua privilegiada posição geoestratégica.

Assim, o problema que a presente pesquisa apresenta para estudo consiste em compreender, como foco de questionamento, quais são os elementos que explicam a gênese e o desenvolvimento socioespacial da cidade de Pacaraima? Para responder a pergunta proposta como objeto de estudo, para explicar o surgimento e o desenvolvimento socioespacial da cidade de Pacaraima, faz-se necessário compreender que ele está condicionado a elementos estruturais e conjunturais por meio de um par de hipóteses.

A primeira hipótese (H-1) considerada uma variável independente, apresenta que a gênese e a estruturação do padrão de desenvolvimento socioespacial da cidade de Pacaraima

estão atreladas a forças de verticalidades (criação do pelotão de fronteira, repasses, transferências e demarcação de terras indígenas) e a forças de horizontalidades (questões culturais locais, desenvolvimento derivado de comércio triangular, envolvendo Santa Elena de Uairén e Boa Vista), que materializam o espaço da área construída da cidade na fronteira com a Venezuela.

A segunda hipótese (H-2), identificada como dependente, aborda que o município e a cidade de Pacaraima vivem uma crise institucional oriunda das forças verticais, às quais impactaram nos processos de delimitação das Terras Indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol, delimitações essas realizadas pelo governo federal e, oriunda, também, da horizontalidade originada pela crise cambial da relação com cidade de Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

Com base nessas hipóteses, o estudo apresenta a tese de que a evolução da formação socioespacial de Pacaraima está claramente ligada às forças de desenvolvimento endógeno, razão pela qual, existe um amplo impacto positivo e negativo das verticalidades do federalismo e das horizontalidades ligadas à cidade gêmea de Santa Elena de Uairén.

Balizada nas duas hipóteses esta dissertação propôs analisar como objetivo geral a (re) produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, no período de 1995 a 2013, na qual discute sua geo-história, tomando como referência a produção do espaço da cidade desde sua gênese. Como objetivos específicos destacam-se:

- 1) Discutir a gênese e o desenvolvimento territorial da cidade, com base em análise documental e sua periodização;
- 2) Discutir a dinâmica da evolução da cidade a partir da questão de acoplamento horizontal à cidade gêmea de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, e das verticalidades provenientes de transferências governamentais nas esferas federal e estadual;
- 3) Mostrar a dinâmica restritiva da malha urbana, os marcos legais para expansão territorial da cidade, os problemas de insegurança jurídica, os quais passam por regulamentação legal;

Na instrumentalização da pesquisa, com claro intuito de substantivar o debate proposto na dissertação, bem como, de alicerçar as etapas e os capítulos na obtenção das informações, buscou-se realizar os seguintes objetivos meios:

- 1) Georreferenciar e elaborar mapas da área de estudo, conforme o interesse da pesquisa;
- 2) Realizar pesquisa bibliográfica e documental a respeito da evolução e dinâmica socioespacial do município de Pacaraima;

- 3) Utilizar-se de técnica de levantamento de dados por meio de aplicação de questionários que servirão, também, para estruturar possíveis entrevistas;
- 4) Realizar revisão integrativa como método para construção de marcos de periodização na evolução da dinâmica socioespacial de Pacaraima;
- 5) Pesquisar e levantar acervo iconográfico que possa colaborar com a apreensão dos processos de evolução e dinâmica socioespacial de Pacaraima.

Os objetivos meios visam colaborar com o entendimento do processo de urbanização, surgimento da cidade, no estado de Roraima e da Amazônia Setentrional, bem como, sua relação com as forças estatais das políticas públicas e das verticalidades postas ao estado e sua relação com forças horizontais nascidas da dinâmica local.

A região onde se insere a cidade de Pacaraima é marcada por ser fronteira internacional, o que faz com que busquemos novas abordagens, ampliando o entendimento dos fenômenos de cidades em fronteira na Amazônia. O incremento do espaço na cidade de Pacaraima pode ser entendido com base na sua conjuntura regional, além das influências governamentais, cujo processo de suas ações é resultante do planejamento estatal para a região.

Esse fator além de promover o incremento da cidade, possibilita uma nova ordenação de integração regional, ampliando sua inserção em contextos locais, regionais, nacional e internacional. Pacaraima surge num processo recente de ordenação territorial; seu espaço ainda é bastante questionável, embora tenha sido identificada, em nossa pesquisa, a existência de uma lei municipal de zoneamento urbano da cidade. Há uma notável falta de procedimento político e cultura de planejamento quanto à ordenação territorial da cidade.

Há descaso com a Lei Municipal nº 20 de 18 de junho de 1998 - de zoneamento urbano, o que reflete na organização territorial, pois não há zoneamento, nem mesmo domínio territorial capaz de colaborar com os processos de gestão de práticas de políticas públicas, referentes à gestão do espaço, à oferta de serviços, ao recolhimento de tributos e taxas, entre outros.

Nesse contexto o presente trabalho se justifica em três premissas: pessoal, social e científica. A premissa pessoal nasce em razão de minha graduação em geografia, no mestrado na mesma área, situação esta que considero a responsável por algumas vitórias obtidas no campo profissional e pessoal. Além do mais, o fato de eu estar morando no estado há mais de dez anos e as alegrias que aqui vivi, fazem com que me sinta motivado à pretensa tarefa de colaborar na busca da compreensão do espaço geoestratégico onde se (re) produz o espaço da cidade de Pacaraima, seus conflitos e os seus significados para Roraima e para o Brasil.

A premissa social buscará compreender as conexões estabelecidas em relação à produção do espaço e desenvolvimento econômico da cidade, considerando a situação de fronteira; as políticas de arrecadação e de repasse; a diversidade étnico-cultural; a pluralidade de interesses sobre o território, bem como, os agentes e demais fatores que colaboram para esse processo. Pretende-se com o estudo, colaborar com o debate acerca da cidade de Pacaraima, incluindo seus moradores e os do estado; indígenas ou não indígenas; os a favor ou contra a cidade, enfim, a todos que por ela se interessam, sob qualquer perspectiva.

A premissa científica consiste em elaborar uma discussão teórica sobre as pequenas cidades da Amazônia, na perspectiva de Amazônia Legal, Caribenha e Setentrional; realizar um registro empírico não esquecendo o fator fronteira e suas complexidades; contribuir com posteriores estudos a respeito da cidade de Pacaraima; considerar as questões das forças de verticalidades e horizontalidades nas áreas indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos; analisar a estrutura social com o intuito de entender as políticas públicas, os agentes e os campos de poder presentes na gênese e na produção do espaço da cidade.

Compreendendo o espaço da cidade “como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, Santos (2008, p. 1), fez-se um esforço para compreender esse espaço como um arranjo resultante de sua história e de seu processo de relações sociais, políticas, econômicas e ambientais. Pretendeu-se enxergar a gênese e os decursos que dinamizam a produção espacial em Pacaraima, considerando-se a análise de seu espaço como uma premissa capaz de compreender os processos sociais e seu rebatimento na reprodução do mesmo.

Os procedimentos metodológicos que balizam os estudos em Geografia são apreendidos conforme a natureza das dimensões instrumentais existentes em toda pesquisa, nesta pesquisa, quanto à finalidade, alicerça-se pela lógica dedutiva ou indutiva; quanto aos meios, usou-se análise quali-quantitativas; e, quanto às macro e micro, através de técnicas de investigação na produção dos conhecimentos.

Quanto à natureza dos fins na instrumentalização dos procedimentos metodológicos empreendidos pelo campo de Geografia, tanto, uma clara dimensão dedutiva alicerçada na descrição e explicação dos fenômenos, quanto uma dimensão indutiva, que se assenta na prescrição por meio do uso de teorias e da construção de cenários (CHEMIN, 2010).

Na dimensão dedutiva, os estudos obedecem a uma lógica racionalista de dedução, nas quais as conclusões pontuais são tiradas com base nos conhecimentos gerais previamente existentes, partindo-se de marcos gerais e findando-se com proposições sobre fatos

específicos, uma vez que as análises partem da abstração de teorias e de marcos gerais até chegarem à concretude empírica da realidade, com conclusões particularidades.

Na dimensão indutiva, os estudos partem de uma lógica racionalista de indução, que toma como referência inicial a concretude, por meio de um número significativo de casos ou fatos particulares da realidade empírica, a fim de se chegar a marcos gerais de teorização com o surgimento de explicações, unicamente através da observação de fatos, repercutindo, assim, na produção de novos conhecimentos ou teorias generalistas.

Quanto à natureza dos meios utilizados nos procedimentos metodológicos existe uma dimensão quali-quantitativa na Geografia, que combina o uso de métodos qualitativos e/ou quantitativos de estudo, cuja repercussão traz uma multiplicidade analítica de olhares sobre um mesmo fenômeno da produção espacial.

Nos estudos qualitativos há a abertura para a utilização de abordagens reflexionistas, com o uso de técnicas científicas que valorizam a subjetividade do analista no estudo dos fenômenos da produção espacial, segundo distintos paradigmas ideológicos, possíveis de serem utilizados por ele.

Nos estudos quantitativos existe uma positivação na ciência que faz uso de uma abordagem racionalista, a qual presa pela utilização de determinadas técnicas instrumentais de matematização dos fenômenos e do espaço, para garantir maior objetividade na análise, com base no registro de dados e fatos.

As principais técnicas científicas utilizadas para realização dessa pesquisa entram na categoria de uma base geral de macrotécnicas qualitativas (revisão bibliográfica e documental, bem como, revisão integrativa), também na categoria de um conjunto específico e distinto de microtécnicas qualitativas (registro fotográfico, entrevistas e análise de discurso), além de microtécnicas quantitativas (aplicação de entrevistas com textos transcritos e elaboração de mapas, gráficos e tabelas).

A técnica de revisão bibliográfica e documental, cuja lógica precede de uma série de informações e dados sobre o fenômeno, permitiu a partir de pesquisa, leituras, interpretações e abstrações de novos conhecimentos sobre o fenômeno estudado. Numa lógica inversa, utilizou-se também, a técnica de revisão integrativa, que parte de uma série de informações e dados, a partir de eixos temáticos, permitindo formulações de uma pretensa totalidade teórica, com base na compreensão das suas partes.

Os registros fotográficos compõem-se de um significativo acervo cedido a essa pesquisa, com o devido crédito aos detentores das imagens: Taylor Nunes, Luiz Mário Severo Àvila, Paulo Robstan e Francisco Roberto. Além destes, houve registros fotográficos em

campo, de autoria própria. A elaboração dos mapas deve-se à colaboração de profissionais e pesquisadores como Luiz Mário Severo Ávila, da empresa R.E. Castro Ávila, que utilizou o software autocad e à pesquisadora Ângela Silva Miazaki, do Centro de Ciências Ambientais Floresta-Escola, Frutal, Minas Gerais, da Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal utilizando os softwares: ArcGIS® e Surfer®. Na medida da necessidade utilizaram-se mapas disponíveis em bases de dados de órgãos oficiais, devidamente citados.

As tabelas e os gráficos são, na imensa maioria, de elaboração própria, através de uma ampla base de dados de diversas instituições oficiais, apresentando-se os devidos créditos. Para confecção das tabelas e dos gráficos utilizou-se o software Excel, ferramenta de amplo domínio e fácil acesso. Quando necessário, recorreu-se aos gráficos disponíveis em bases dados de órgãos oficiais, devidamente citados.

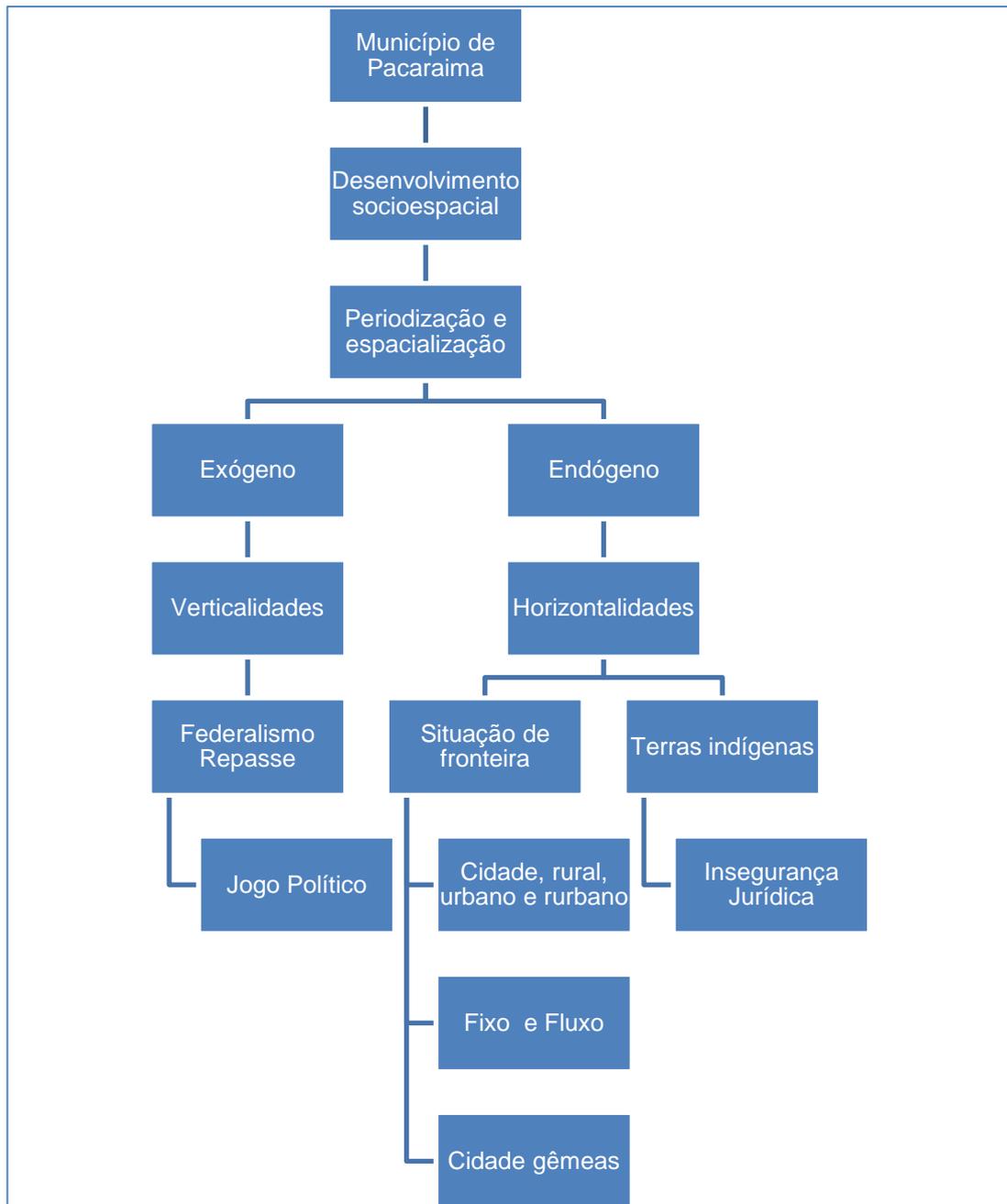
Os dados primários tiveram como fonte o banco de dados de órgão oficiais como, por exemplo: IBGE, MRE, MEC, INEP, MD, PMBV, IMBE, Leis Municipais, Leis Estaduais e Leis Federais, dentre outros. Os dados secundários foram obtidos em livros, periódicos, jornais dentre outras fontes. Houve, também, registros orais transcritos por meio eletrônico e textual, de servidores públicos ativos ou aposentados. Nas informações utilizaram-se técnicas de argumentação e redação.

Apesar do esforço em consolidar o maior número de informações e conhecimentos sobre o processo de produção do espaço da cidade de Pacaraima, adverte-se que a trajetória metodológica exposta, possa apresentar limitações em decorrência da falta de acesso a alguns dados e informações, ou da escassa quantidade de obras que abordam a questão referente a essa parte da Amazônia.

Partindo de uma leitura geográfica claramente aberta a contribuições multidisciplinares de outras áreas, os conceitos, os marcos teóricos e os paradigmas científicos utilizados são plurais e *a priori* podem ser identificados, previamente, quanto à amarração lógica, por meio do fluxograma na Figura 1.

Para entendimento da gênese do processo de desenvolvimento socioespacial da cidade de Pacaraima, lançaremos mão, inicialmente, do método de periodização, entendendo conforme Santos (1996 e 2012) o espaço de Pacaraima, como espaço geográfico que se define pela união insolúvel de sistemas objetos e sistemas de ações com suas formas híbridas, as técnicas, estas nos indicam de que forma e quando o território foi usado, materializando tempos e temporalidades ao espaço geográfico.

Figura 1 – Fluxograma dos recortes teóricos



Fonte: RAPOSO; SENHORAS

O espaço da cidade de Pacaraima é estudado como sinônimo de espaço geográfico constituído, inserido em processo histórico, conforme nos orienta Santos (2001), como possibilidade de compreender o papel das formas geográficas materiais e o papel das formas sociais jurídicas e políticas, bem como, o estudo do povoamento e as formas econômicas empregadas.

Ao final, espera-se compreender as forças exógenas e endógenas que se materializam na estruturação e na produção espacial. Buscar-se-á o entendimento dessas forças por meio

das formulações de Santos (1996, p. 225), nas quais as horizontalidades são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade como na definição tradicional de região”. E as verticalidades são “pontos no espaço que, separados um dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”.

Realizou-se um exercício de se tornar inteligível o processo de produção do espaço da cidade, entendendo-o como um fazer contínuo e descontínuo no tempo, produzido pela sociedade local. Adverte-se que tal espaço como em qualquer outra cidade, apresenta suas facetas, suas articulações, fluxos e partições.

Assim, espera-se que o debate em torno das questões apresentadas leve ao entendimento e confirme os ensinamentos de Santos (1996), no entendimento de que os espaços são sistemas de objetos e sistemas de ações hierarquizando-se e se articulando em rede de fixos e fluxos, agregados aos espaços geográficos, que no caso em estudo expressa tal materialização de forma explícita, com a cidade gêmea de Santa Elena de Uairén, cuja ligação corrobora com a estruturação e o desenvolvimento socioespacial de Pacaraima. Portanto, a tentativa de tornar inteligível o processo de produção do espaço da cidade de Pacaraima perpassa, necessariamente, pela percepção da relação que este espaço estabelece com a referida cidade venezuelana.

Pacaraima surge de um processo de disputa política local, alicerçado a interferências das políticas públicas do governo federal, iniciadas na região ao final da década de 1960 e início da década de 1970. A dinâmica espacial da região no século XX é marcada pelo aldeamento indígena e criação da Fazenda São Marcos, posteriormente transformada em terra Indígena (ANDRELLO, 2010).

A cidade de Pacaraima insere-se no contexto da Terra Indígena São Marcos e em um processo ancestral de produção espacial, no qual o indígena é o agente de produção espacial mais antigo. Esse contexto traz um clima de insegurança jurídica, ligado ao uso e ocupação do solo considerado indígena - reivindicado por alguns setores indigenistas.

O fenômeno da cidade de Pacaraima configura-se num processo dinâmico, possui um sistema de objetos espaciais pelo qual é exercido um fluxo de ações que criam as condições para permanente produção e reprodução do espaço da cidade, conforme os seis capítulos a seguir.

No primeiro capítulo buscou-se o entendimento da cidade em um contexto macro regional, que possibilita uma diversidade de abordagem. Analisa-se a cidade de Pacaraima como pertencente a uma parte da Amazônia, cuja abrangência possibilita que se abordem

diferentes aspectos e linhas lógicas de raciocínio: a Amazônia Legal, a Amazônia Caribenha e a Amazônia Setentrional.

Constitui-se em esforço que facilita a compressão sobre a produção do espaço da cidade de Pacaraima, evoca as suas determinantes e suas raízes mais profundas, em contextos mais amplos. Na mesma linha analisa-se o contexto da cidade no estado de Roraima, pela sobreposição de múltiplos territórios oriundos de disputas que marcam o processo histórico de seu estabelecimento. A perspectiva é compreender a produção do espaço da cidade de Pacaraima, numa escala regional e sub-regional, constituindo de um olhar de fora para dentro.

No segundo capítulo abordou-se (re) produção do espaço da cidade de Pacaraima, como forma de compreender os contextos pré-gênese, com objetivo de promover um debate que leve à reflexão acerca das influencias das forças e dos grupos de agentes que colaboram para seu estabelecimento.

Pretendeu-se mostrar a cidade como resultante da conjugação das forças de horizontalidades e as forças de verticalidades que nela atuam e determinaram sua gênese e seu desenvolvimento socioespacial. Considera-se que tais forças são estruturantes e pertencem a lógicas distintas; são fundamentais para constituição da materialidade da cidade.

No terceiro capítulo há uma periodização da espacializaçãoda cidade de Pacaraima em seu alvorecer. Apresenta uma abordagem da localidade considerando os seus estágios de evolução, através de três categorias: A Currutela do Divisor; O Povoado de BV8 e a Vila de Pacaraima. Os objetivos das análises desse capítulo é possibilitar um entendimento sobre a produção espacial da cidade de Pacaraima nos seus primeiros tempos de existência, caracterizando o papel e as ações de seus agentes no processo de evolução da localidade, a fim de consubstanciar esse processo como decorrente de práticas sociais pretéritas, determinantes na conformação do tecido da cidade em suas formas e conteúdos.

No quarto capítulo abordou-se a cidade de Pacaraima. Considera que partir do estabelecimento de um poder executivo, este ganha autonomia em relação ao município de Boa Vista e ao Estado de Roraima. Tal autonomia decorre do ingresso da cidade no pacto federativo, passando a receber repasses financeiros para a manutenção de sua existência e execução de suas políticas públicas.

No quarto capítulo buscou-se analisar os mandatos dos prefeitos, compreendendo-os como períodos nos quais a sua geo-história foi se transformando e conformando os seus espaços mediante as ações e as políticas públicas executadas por cada prefeito e sua relação com a produção do espaço da cidade e os seus significados.

O quinto capítulo reflete sobre as principais práticas sociais na produção do espaço da cidade de Pacaraima entre 2006 e 2013, para tanto, toma como referência o método revisão integrativa das práticas sociais mais noticiadas pelo principal jornal escrito de grande circulação do estado Roraima, a fim de se apreender por meio de um estudo analítico sobre quais são as principais práticas sociais e suas repercussões em práticas espaciais na cidade.

A análise decorrente da revisão integrativa permitiu conhecer as principais ocorrências das dimensões das práticas sociais. Essas, por sua vez, revelaram que o espaço da cidade, enquanto campo de poder dessas práticas dinamiza por meio do exercício e dos papéis de seus agentes. No quinto capítulo foi feito um estudo das principais políticas públicas que recebem repasses do governo federal e suas repercussões, como agentes promotores das práticas sociais e dos campos de poder, e assim, agentes de produção de espaço em Pacaraima, bem como o federalismo imposto ao local.

No sexto capítulo o mesmo instrumento da revisão integrativa subsidiou o debate de como as sete dimensões atua na produção dos espaços, por meio da análise da distribuição e função dos objetos espaciais, em cada dimensão. Numa lógica invertida à da anterior, propõe-se uma análise das forças locais, ou seja, das forças de horizontalidades na produção do espaço.

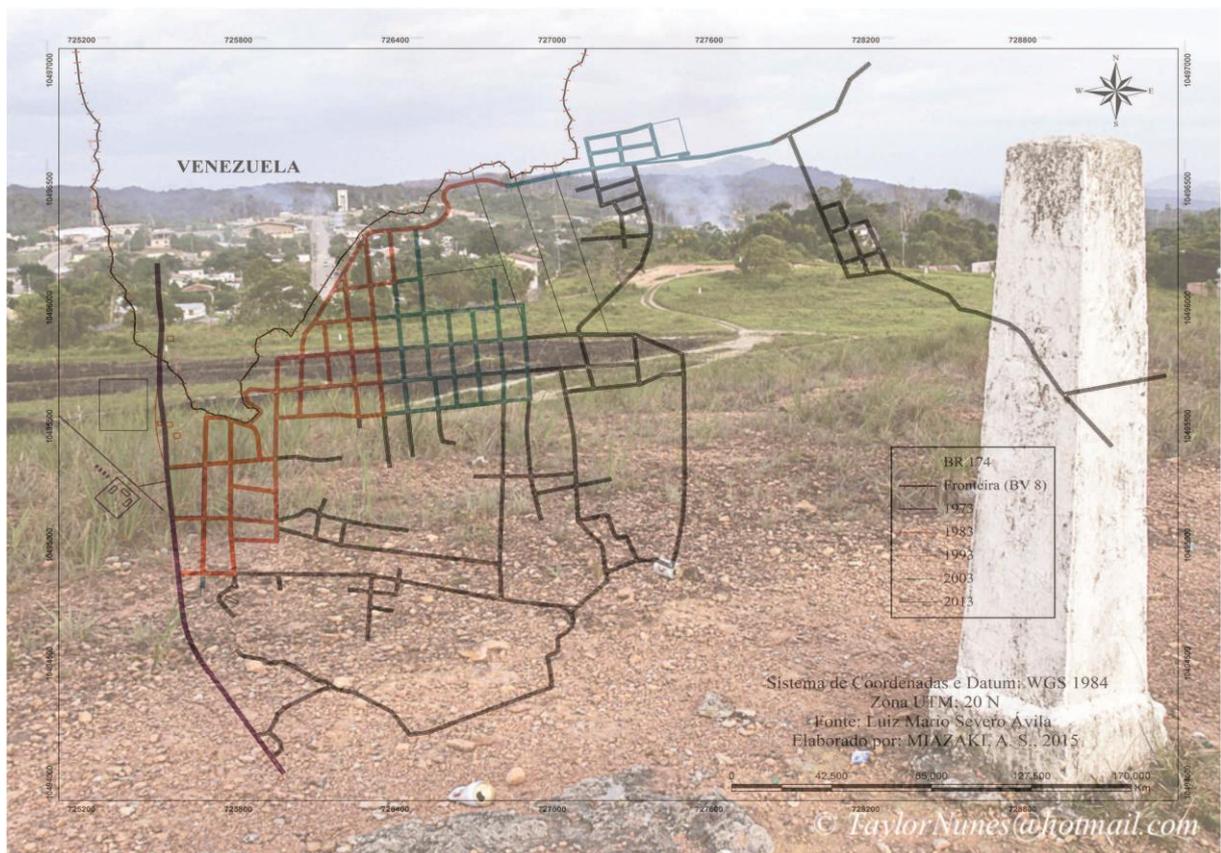
O sexto capítulo constitui-se de um exame da dinâmica local e da produção do espaço dentro das dimensões e campos de poder das práticas socioespaciais na cidade. Ao fazer tal análise revelam-se os processos sociais produtores de espaços, assim como os seus respectivos objetos espaciais, que permitem novas relações de reprodução social, colocando em evidência o processo contínuo de produção espacial para cidade.

Pretende-se, com este trabalho, tornar claro o decurso da gênese e da produção do espaço da cidade de Pacaraima; os múltiplos processos socioespaciais ao longo de sua existência, desde o surgimento da currutela de garimpo, na qual se transformou na cidade que é hoje.

As últimas considerações, além das ponderações dos debates realizados ao longo da dissertação, evidenciam sua relevância em propor e aprofundar o debate sobre a produção do espaço na Amazônia, considerando a diferença de olhares para região e ao processo de produção da cidade de Pacaraima, bem como a inserção desse processo na realidade regional. Considera-se que este estudo permite, ainda, uma reflexão mais abrangente sobre os processos, as forças, os agentes e as políticas públicas no estabelecimento de currutelas, povoados, vilas e cidades nessa parte da Amazônia, cuja realidade é pouco estudada.

CAPÍTULO II

A CIDADE DE PACARAIMA, ESPAÇO DE MÚLTIPLAS REFLEXÕES



2 A CIDADE DE PACARAIMA, ESPAÇO DE MULTIPLAS REFLEXÕES

A cidade de Pacaraima constitui-se na cidade mais setentrional do Brasil e floresce em pleno processo de globalização do mercado mundial, com repentinas e avassaladoras inovações tecnológicas e de processos nos mais variados setores da vida social. Essas mudanças refletem a maior demanda de recursos naturais e humanos numa escala global, em que todos os espaços passam por um processo de ressignificação, tal qual vem ocorrendo na região nos últimos anos.

Partindo desse pressuposto, o presente capítulo abordará a cidade de Pacaraima no contexto macrorregional, como forma de mostrar que o fenômeno da produção do espaço pode ser concebido em múltiplas reflexões, ampliando nosso entendimento sobre a cidade para além do centralismo ambiental, prática comum ao se referir à região Norte. Busca-se a compreensão da cidade em seus contextos regional, sub-regional e estadual.

Far-se-á um esforço para se compreender a complexidade do contexto regional e sub-regional, começando por compreender o estabelecimento dos conceitos de Amazônia Legal, Amazônia Caribenha e Amazônia Setentrional. Espera-se que esse esforço ofereça elementos que possam colaborar para um debate da produção do espaço da cidade, evocando as suas determinantes e suas raízes mais profundas nas forças de horizontalidades e verticalidades presentes nessa construção regional.

Ainda na mesma linha refletiremos sobre o contexto da cidade no estado de Roraima, estado este marcado pela sobreposição de múltiplos territórios oriundos de disputas que assinalam o processo histórico de seu estabelecimento. Pretende-se uma análise objetiva da conjuntura da cidade, demonstrando o jogo político de seu estabelecimento e os contextos territoriais adjacentes à sua materialidade.

Objetiva-se, portanto, com o presente capítulo compreender a produção do espaço da cidade de Pacaraima, numa escala regional e sub-regional que possa permitir abstrações reveladoras de sua constituição, capaz de pormenorizar as análises desse fenômeno, nessa remota área da Amazônia. Constitui-se de um olhar de fora para dentro com a intenção de apreender a produção socioespacial e suas especificidades internas e externas, bem como os processos de inter-relação e integração a um contexto mais amplo.

2.1 A CIDADE DE PACARAIMA E SEUS CONTEXTOS REGIONAIS E SUB-REGIONAIS

A Amazônia ocupa aproximadamente 2/3 do território brasileiro e sobre ela pesa a percepção de uma região homogênea, marcada pela presença da maior floresta equatorial, enormes volumes de água, além dos aspectos da biodiversidade da fauna e da flora. Tais atributos, embora sejam muito importantes podem ser simplificadores da realidade e da complexidade ambiental da região e em muitos casos desconsideram por completo o elemento humano como parte e como dinamizador de processos socioambientais nessa região.

A centralidade¹ ambiental posta em voga para a região esconde ou pretende esconder a dinâmica dos processos sociopolíticos, que ao lado das questões ambientais ditam os rumos da ocupação e organização espacial na Amazônia. Ocupação que também não se deu ou não se dá de forma homogênea; o processo de ocupação e organização espacial na região manifesta-se através de inúmeras particularidades de ordem sub-regional.

A centralidade ambiental e a realidade hídrica são orientadoras de recortes sub-regionais amazônicos feitos, em sua maioria, com base nos percursos dos rios, por exemplo, no estado de Roraima são popularmente conhecidas as sub-regiões: do Baixo Rio Branco, Baixo Cotingo etc., ou para a Amazônia como um todo, são as sub-regiões: do Baixo Amazonas, Médio Solimões, Alto Rio Negro etc. Os pontos cardeais também são orientadores desses recortes sub-regionais, como Amazônia Oriental, Amazônia Ocidental, Sul da Amazônia, Amazônia Setentrional etc.

Emanuel Santos (2012) aponta que dentro dessas grandes parcelas de território amazônico estão contidas diferentes particularidades, as quais não são consideradas ou são suprimidas diante de uma caracterização geográfica de maior evidência na sub-região considerada. Busca-se assim na compreensão da produção de espaço da cidade de Pacaraima propor, além dos prismas regionais apontados, novos que possam colaborar com a pretensa intenção de compreender como esse processo é possível na cidade.

Considera-se que há um imenso desafio em buscar novos pontos de vistas na análise da realidade da Amazônia e suas sub-regiões que se transformam de maneira complexa e rápida nas últimas décadas. Santos (p.22, 2012) aponta que:

Alguns estudos realizados recentemente sobre a Amazônia, em escalas diferentes, buscaram entender sua diferenciação regional interna seja: por meio de estratégias

¹ A superação da centralidade ambiental na Amazônia precisa se distanciar dos processos de homogeneização, dos estereótipos, do conceito de exotismo e da dicotomia limitadora inferno verde/paraíso tropical. A ideia é pensar essa porção de terra e sua gente como produtora de cultura, de linguagem, de pensamento (MENDES e QUEIRÓS, 2014).

de desenvolvimento em escala macrorregional (BECKER, 2004), da sucessão histórica de sistemas de ações e de objetos configurando uma rede estruturadora de fluxos (HUERTAS, 2009), da dinâmica territorial do estado de Roraima em função da primazia urbana de sua capital (SILVA, 2007), ou através de particularidades socioespaciais como critérios de formação de uma sub-região na Amazônia Oriental (TRINDADE JÚNIOR, 2009).

As observações revelam a possibilidade de compreensão da região tomando como partida partes desse todo amazônida. O recorte de região busca critérios definidos no processo de investigação, na construção de um recorte espacial, buscando a compreensão da Amazônia, que longe de ser homogênea, apresenta grandes diferenciações internas, naturais e sociais. A busca por um recorte regional servirá como mediação entre o que é comum e o que é específico em relação à produção do espaço de Pacaraima nos contextos amazônidas.

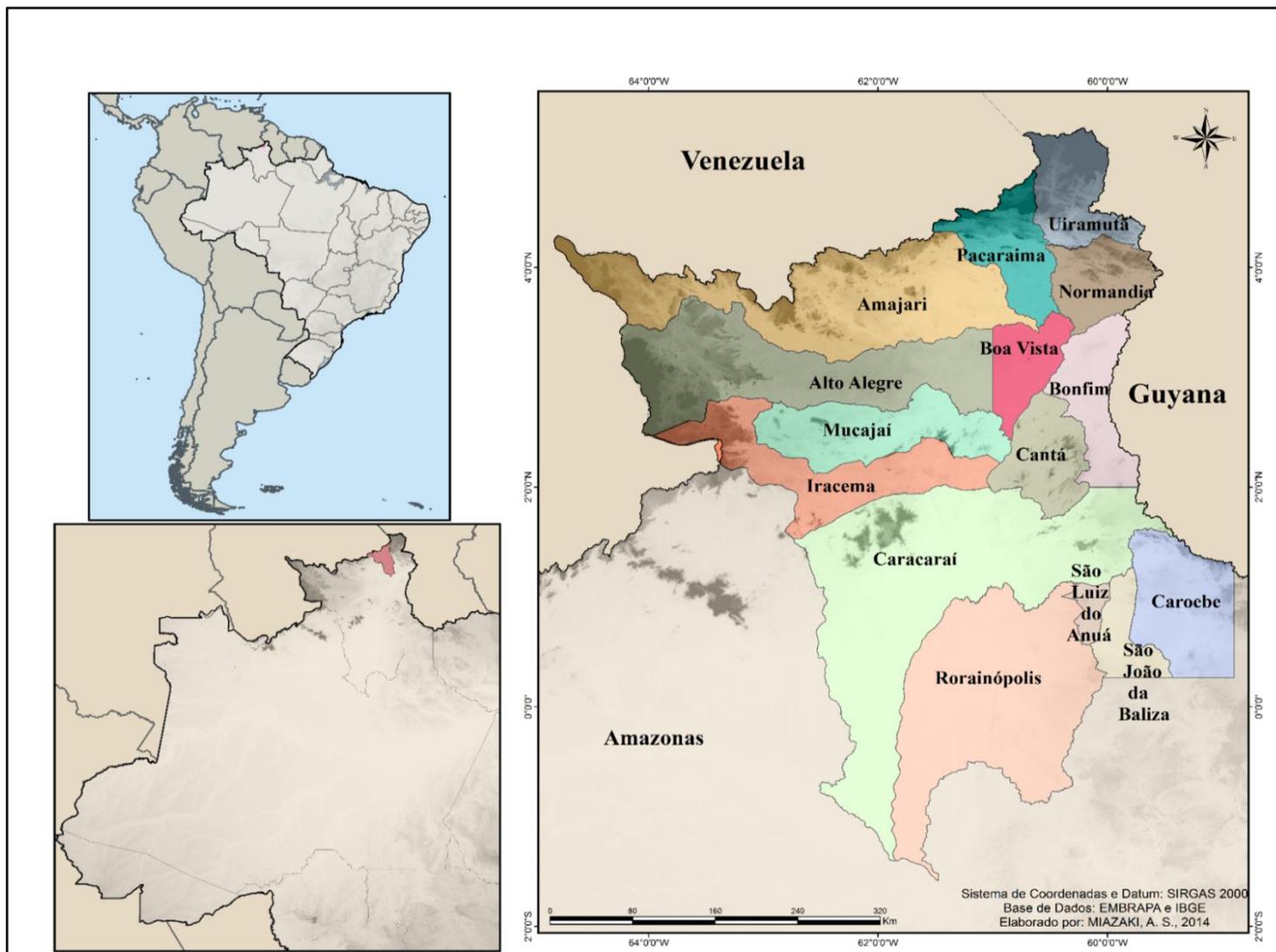
Espera-se que essa análise possa colaborar com a afirmação que a cidade de Pacaraima é um espaço diferenciado através das particularidades de suas redes geográficas, devido a sua formação socioespacial, traços culturais, que tiveram, sobretudo, pautadas em sua condição histórica de fronteira econômica, política e mais recentemente sua condição geopolítica com entrada da Venezuela no MERCOSUL².

A análise em curso propõe compreender o processo de produção espacial nessa cidade do Brasil e da Amazônia que possui uma privilegiada localização geoestratégica no âmbito das políticas nacionais e internacionais, numa região que cada vez mais é posta como em pauta dada a elevada riqueza em recursos naturais e enorme diversidade sociocultural de uma região única no planeta.

Utilizando atributos da regionalização e sub-regionalização buscar-se-á apreender a produção espacial da cidade de Pacaraima e sua inserção regional considerando a proposta de regionalização de Amazônia Legal, de Amazônia Caribenha e Amazônia Setentrional, considerando as forças de verticalidades e horizontalidades nessas classificações, bem como o estabelecimento do estado de Roraima, considerando os processos sociais e de seu sítio.

²A entrada da Venezuela no Mercosul como membro pleno aconteceu oficialmente a 31 de julho de 2012 como forma de retaliação ao golpe sofrido. Com exceção do Paraguai (suspenso do bloco após o golpe de estado sofrido pelo ex-presidente Fernando Lugo), que é o depositário dos documentos oficiais do bloco, que também conta com a participação da Argentina e do Uruguai. O golpe sofrido no Paraguai causou rompimento das relações diplomáticas com a Venezuela, Uruguai, Argentina e Brasil. Em agosto de 2013 os países retomam as relações diplomáticas e o Mercosul retira as sanções contra o Paraguai. Em dezembro do mesmo ano o Parlamento paraguaio ratifica a entrada da Venezuela ao bloco. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC (2014)

Figura 2 – Mapa Localização de Pacaraima em relação ao continente, país, região e estado.



Fonte: MIAZAKI; RAPOSO; SENHORAS, (2014)

2.1.1 Amazônia Legal

De acordo com o portal do governo brasileiro, com o dispositivo da Lei 1.806 de 06.01.1953, a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal e foram incorporados à Amazônia Brasileira o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul, atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16°, latitude Sul). Como sugere a nomenclatura Amazônia “Legal” o imperativo posto, está muito mais ligado a uma necessidade política legislativa do que a um imperativo geográfico.

Em 1950 estabeleceu-se uma Conferência Técnico-Administrativa para estudar e debater assuntos relativos ao processo de desenvolvimento da Amazônia. A Conferência aconteceu em 1952 e resultou na Lei nº 1.806, sancionada em 06/01 do ano seguinte, na qual se instituiu o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e criava a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, que mais tarde se transformaria em SUDAM.

Inicialmente no período pré-militar em momento muito mais voltado a si mesma a SPVEA tinha como objetivos gerais: a) Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira. Era subordinada à Presidência da República, teve sua sede oficialmente instalada em Belém do Pará, em 21/09/1953, abrangendo o Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Território do Acre, Território do Amapá, Território do Rio Branco-Roraima, Território do Guaporé-Rondônia.

Já durante o período militar que marcou a história do Brasil e da Amazonia associado à forte intervenção governamental e investimentos de recursos, em 1966 se estabelece a “Operação da Amazônia” com propósito de: 1) transformar a economia da Amazônia; 2) fortalecer suas áreas de fronteiras e 3) fazer a integração do espaço amazônico no todo nacional. Inicia-se nesse o contexto o delineamento da chamada Amazônia Legal que traz em suas raízes as forças da intervenção estatal, por meio de planejamentos e projetos, mediante o fomento de recursos técnicos e financeiros.

No mesmo ano, a SPVEA se transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguindo a SPVEA e criando a SUDAM com outros mecanismos para agilizar sua atuação e com uma estrutura

diferenciada. Na mesma ocasião, sancionou a Lei nº 5.174 dispondo sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da Região Amazônica. A Lei nº 5.174 era marcada pela liberalidade que conferia às pessoas jurídicas. Além da isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos dava isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos, bem como, para bens doados por entidades estrangeiras.

A SUDAM, criada em substituição à SPVEA passa a ser uma autarquia vinculada à Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento e, em seguida, passa a ser vinculada ao Ministério do Interior. É criada com a finalidade de planejar, coordenar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional. A SUDAM foi instalada em 30 de novembro de 1966. A partir de 1974, a gestão da instituição passa a ser realizada por civis e nesse ano inicia-se implantação da Zona Franca de Manaus.

A SUDAM atuou principalmente na atração de investimentos para a Amazônia, por meio do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) e dos incentivos fiscais. Ela atuou, ainda, na coordenação e supervisão, outras vezes, na elaboração e execução de programas e planos de outros órgãos federais. O seu estabelecimento define o que chamamos de Amazônia Legal e seu processo evolutivo e se deu por dispositivos legais apresentados a seguir:

- a) Lei nº 1.806 de 06.01.1953, art. 2º relata que a Amazônia brasileira abrangia a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso, a norte do paralelo 16º; a parte do Estado de Goiás, a norte do paralelo 13º e do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º.
- b) Lei nº 5.173 de 27.10.1966, art. 2º- A Amazônia para efeitos desta lei abrange a região compreendida pelos Estados do Acre, Pará e Amazonas, pelos Territórios Federais do Amapá, Roraima e Rondônia e, ainda, pelas áreas do Estado de Mato Grosso, a norte do paralelo 16º; do Estado de Goiás, a norte do paralelo 13º e do Estado do Maranhão, a oeste do meridiano de 44º.
- c) Lei Complementar nº 31 de 11.10.1977, art. 45- A Amazônia, a que se refere o artigo 2º da lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, compreenderá, também, toda a área do Estado de Mato Grosso.
- d) Constituição Federal de 05.10.1988 (Disposições Transitórias), art. 13- É criado o Estado do Tocantins pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição, prevista no §

3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989. Art. 14- Os Territórios Federais de Roraima e do Amapá são transformados em estados federados, mantidos seus atuais limites geográficos.

Os dispositivos legais mostram a evolução e a consolidação da região da Amazônia Legal ressaltando, mas uma vez, o seu estabelecimento e valendo-se de forte interferência dos poderes do governo federal. A Constituição Federal de 1988 culmina com a evolução dos dispositivos legais no estabelecimento da região e dos estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (oeste do meridiano de 44º), como se observa na Figura 2.

Nesse processo de evolução da região da Amazônia Legal é observado o estabelecimento das sub-regiões da Amazônia Ocidental e a Amazônia Oriental. A Amazônia Ocidental é estabelecida pelo Decreto Lei nº 291 de 28.02.1967, que considerava a Amazônia Ocidental constituída pela área que abrange os Estados do Amazonas, Acre e territórios de Rondônia e Roraima e ratificado pelo Decreto 356 de 15.08.1968, estabelecendo por consequência a Amazônia Oriental, composta pelos estados Pará, Maranhão³, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

A Amazônia Continental também é definida no mesmo contexto e os países que compõem a Amazônia Continental são: Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. A SUDAM cuja criação estabelece, também, a Amazônia Legal em 24 de agosto de 2001, extinta, na medida provisória nº. 2.157-5 criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA).

Segundo o IPEA, a Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW), perfazendo 5,0 milhões de km². Nela residem 56% da população indígena brasileira.

3- O Plano Amazônia Sustentável - (PAS 2008), lançado em maio de 2008 pelo governo federal, considera integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.

Figura 3 – Mapa Amazônia Legal e Amazônia Internacional



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2014)

O conceito de Amazônia Legal foi instituído em 1953 e seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de selva úmida, que ocupa 49% do território nacional e se estende também pelo território de oito países vizinhos. Os limites da Amazônia Legal foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. Evidencia-se a cidade de Pacaraima nesse contexto.

2.1.2 Amazônia Caribenha

A área denominada Amazônia Caribenha, um território que agrega parte de cinco países, no nordeste da América do Sul, em uma região marcada por conflitos e disputas étnicas desde sua inserção na história moderna, ou seja, desde a chegada dos primeiros colonizadores que vislumbravam as hipóteses de obter tesouros e riquezas infinitas nas terras do “El Dorado⁴”.

Assim começa ser forjada a região que durante os séculos XVI, XVII e XVIII é ocupada pelos primeiros colonizadores europeus, em toda a região costeira do Atlântico Norte, entre o delta do Rio Orinoco e o Rio Amazonas, e margeando pelo Rio Orinoco, o canal do Casiquiare, o Rio Negro e o Amazonas (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Oliveira⁵ (2011) delimitada da Amazônia Caribenha, corresponde ao território pertencente ao Nordeste da América do Sul, com base em conhecimentos da experiência geográfica e da cultura indígena que faz uso dos aspectos físicos da natureza para definirem territórios em suas perspectivas geográficas e visão geopolítica. A presença dos rios como limítrofes da região tida como Amazônia Caribenha, proposta pelo autor, evidencia a influência da cultura indígena na utilização do elemento água como demarcador de fronteira.

O conceito de Amazônia Caribenha é construído com base na historicidade do homem americano, habitante dessa imensa região, alinhando essa historicidade aos processos históricos produzidos a partir do contato que essas populações têm como o elemento europeu e o surgimento dos estudos com base na cartografia histórica, apoiada nas informações dos

⁴*El Dorado* trata-se da antiga lenda narrada pelos índios aos espanhóis que falava de uma cidade de ouro com tesouros incalculáveis, que poderia estar em algum ponto da região que se estende desde o Deserto de Sonora no México, abrangendo as nascentes do Rio Amazonas, a América Central, o Planalto das Guianas, a região entre a Venezuela, a Guiana e o Brasil no atual estado de Roraima.

⁵ Professor Doutor Reginaldo Gomes de Oliveira, do Departamento de História da UFRR tomou como base os dados historiográficos abordando a formação histórica e sociocultural desenvolvida na região denominada Amazônia Caribenha, na apropriação das redes interétnicas indígenas por parte dos holandeses na difusão, consolidando uma malha comercial da Amazônia Caribenha.

diferentes viajantes europeus: Terceira Viagem de Colombo (1498), Américo Vespúcio (1499), Vicente Pinzon (1500), Walter Raleigh (1596), Abraham Cabeliau (1598), entre outros, durante o processo de colonização amazônica (OLIVEIRA, 2011).

Destaca-se, nesse processo, a ação dos holandeses que se apropriaram dos conhecimentos e das redes dos nativos com claras intenções mercantilistas. Embora a região tenha sido palco de francas disputas étnicas, desde os movimentos de lutas e resistência do elemento indígena e do negro que foi introduzido pelo europeu, até as disputadas geopolíticas dos franceses, ingleses, espanhóis e portugueses, os que merecem destaque no estabelecimento do território da chamada Amazônia Caribenha são os holandeses e seus interesses mercantilistas nessas terras.

Pode-se dizer que, utilizando estratégias de cooptação, o campo de poder holandês estendeu-se ao longo da costa da Amazônia Caribenha e penetrou no interior da selva e da savana, por meio dos rios navegáveis e trilhas terrestres, a fim de intensificar e expandir tanto a rota comercial como o aumento dos lucros. Foi nesse campo de poder que os holandeses se mostraram, dialogou e se estabilizou pelas trocas, que se construíram rotas de poder socioeconômico e, nas alianças com os grupos indígenas, se constitui a imensa rede de poder geopolítico e de mercado amazônico caribenho. (OLIVEIRA 2011, p.163-4)

Observa-se que são os holandeses que dão um novo sentido as redes de comunicação inter-étnicas já estabelecidas na região que ignorava qualquer tipo de fronteira geopolítica, respeitando somente os marcos naturais, como os já citados corpos d'água. Observa-se, então, que a gênese da Amazônia Caribenha tem em início uma determinante cultural (redes inter-étnicas) própria do local, tratando-se, portanto, de uma força horizontal na formulação do conceito de região caribenha.

Burgardt (2008) Defende as contribuições e a riqueza cultural dos povos indígenas como componentes culturais muito importantes na formação e no fortalecimento da identidade e construção da cultura caribenha. aponta que a chamada “cultura caribenha” e a expressão “caribe” estão diretamente relacionadas com presença dos povos de família lingüística *karib*, habitantes das ilhas localizadas no Mar das Antilhas, ter-se-iam dispersados, no passado, por todo o Norte da Amazônia; é o grupo na qual se insere a cultura Macuxi, primeiros ocupantes da região.

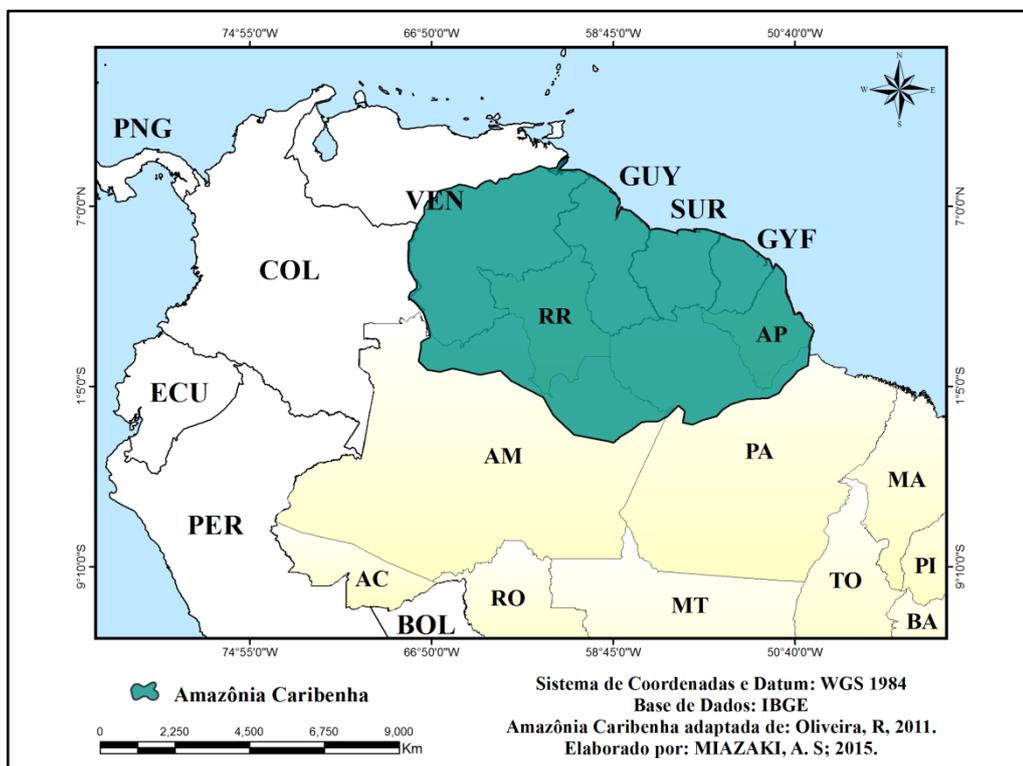
O autor afirma que mesmo com a invasão europeia e as ideias de apagar as marcas indígenas nesta identidade cultural, que emerge na região *guayano-amazônica*, com traços nitidamente híbridos, o Caribe já nasce indígena, explicitando que o termo caribe era como se referia aos canibais antilhanos na Europa do séc. XV. O Autor ressalta que estudiosos promoveram quase uma exclusão do índio nos domínios da cultura que proclamam ser

caribenha, como se o Caribe tivesse sido formado e se constituído apenas por etnias originárias da Europa e da África, ignorando, por vezes, fatores muito importantes que compõem o complexo cultural do qual evoluiu a cultura caribenha.

Com a presença dos europeus, com destaque para holandeses, as forças de horizontalidades são ressignificadas por intervenção das forças estranhas ao local, ou seja, das verticalidades, dos processos de descolonização que vão transpor para a região o conflito geopolítico forjado na Europa mercantilista, ávida por novos mercados, desencadear-se-á mais tarde, na consolidação do estabelecimento dos estados modernos que marcam a geopolítica atual.

A Amazônia Caribenha, entendida com base na rica contribuição de Oliveira (2011) e Burgardt (2007), constitui um domínio territorial nascido das confluências de horizontalidades de verticalidades. Ao contrário da Amazônia Legal, que nasce de imperativos meramente políticos, a Amazônia Caribenha surge de forças culturais e de imperativos geográficos; estes adaptados da experiência geográfica de habitar dos ancestrais indígenas e tem novo significado, com invasor holandês, inicialmente.

Figura 4 – Mapa Amazônia Caribenha



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS

O território é caracterizado pela comunicação marítima, fluvial e terrestre formando uma ilha marítima fluvial, com rios de difícil navegação, em decorrência das cachoeiras e das

serras que formam uma espécie de muralha natural entre o interior e o litoral marcado pelo complexo planalto das Guianas, Tumucumaque e outras serras menores.

Como se observa, a Amazônia Caribenha é um território ao norte da América do Sul e no processo de colonização foi dividida entre cinco países amazônicos: Brasil, Venezuela, Guyana, Suriname e Guiana Francesa. Nota-se que em território nacional sua extensão abarca parcialmente terras dos estados do Amazonas e do Pará e a totalidade dos estados do Amapá e de Roraima, bem como, a cidade de Pacaraima, ponto focal dessa pesquisa.

2.1.3 Amazônia Setentrional

A identificação e tipificação da chamada Amazônia Setentrional nasce de um imperativo geográfico na definição de uma sub-região localizada a partir da margem esquerda do rio Amazonas, até as fronteiras mais setentrionais da Amazônia em uma área tida como longínqua e pouco conhecida que abarcam a totalidades de terras dos estados do Amapá e Roraima e parte dos estados do Amazonas e Para.

A gênese dessa sub-região amazônica esta ligada às práticas de geopolíticas na construção territorial de todo o país. Desde os portugueses a ocupação da Amazônia teve como objetivo o domínio geopolítico da região, atrelados a empreendimentos de exploração econômica como estratégias. O primeiro momento dessa prática é decorrido do processo de catequização e militarização. Enquanto as ordens religiosas tinham a finalidade de embutir os preceitos do mundo ocidental, a construção de fortes como ponto de apoio aos principais rios da região e as desembocaduras tinha o papel estratégico de proteção e controle do território (LIMA, SILVA E SOUZA, 2012).

Em Roraima é emblemática a construção do Forte São Joaquim e estabelecimento das Fazendas Nacionais como estratégia de aldeamento e dominação territorial dessa geopolítica. As missões religiosas e os fortes estimulam o primeiro adensamento⁶ populacional e o esvaziamento da região. O processo de desterritorialização⁷ e retorialização⁸ de indígenas, as chamadas guerras justas, em nome da religião e as ações missionárias são observadas nos processo de estabelecimento de vilas e de concentração populacional.

Salienta-se que os colonizadores holandeses exploraram as redes interéticas e a exploração da mão de obra indígena na instalação e intensificação das primeiras atividades comerciais na região de Roraima. Esta ainda sofreu os processos da ação missionária e os

⁶Estratégia de concentração da população indígena em grandes fazendas como ocorreu em Roraima, período que, segundo alguns pesquisadores começa a ser forjado o mito do vazio demográfico.

⁷ Perda individual e coletiva de território.

⁸ Redefinição do controle social sobre o território e seus recursos.

aldeamentos por meio do estabelecimento das fazendas que no caso da Fazenda São Marcos, por exemplo, promove a concentração da população indígena, ao passo que insere a região ao capitalismo comercial, na construção da incorporação da região pelo Estado português e mais tarde, pelo governo brasileiro.

Na apropriação da região e no adensamento e extermínios das populações indígenas, é o forjado o mito do vazio demográfico amazônida que servirá mais tarde de pretexto para o governo do período militar para criar novos Estados/Territórios Federais, cidades, estradas, projetos de assentamentos e estímulo à migração. Amazônia Setentrional embora se estabeleça de forma definitiva no período militar, seu desenho nasce pela ação governamental anterior à chegada dos militares ao poder, via governos civis.

Evidencia-se que a criação dos Territórios Federais do Rio Branco (depois Roraima) e do Amapá, na Amazônia Setentrional constitui obra do governo de Getúlio Vargas território. Criados com a justificativa de ocupar os espaços vazios do território nacional e em especial na Amazônia, seus estabelecimentos coincidem com período de ocorrência da Segunda Guerra Mundial e pela natureza desse trabalho, supõe-se que o estabelecimento de tais territórios podem ter sido motivado por busca de maior segurança do território nacional.

A elaboração da Amazônia Setentrional se confirma então em 1943 com a criação dos territórios federais, mas sua dinâmica em relação à produção espacial da região amplia-se, somente, a partir de 1964 com o golpe militar que estabelece uma nova geopolítica nacional, afetando o território, considerando-se as forças centrípetas e centrífugas que passam a ser temas das preocupações geopolíticas de nosso país, no contexto internacional de Guerra Fria.

A Amazônia Setentrional e sua conformação se inserem num contexto local e internacional que reflete dois imperativos do período, um de caráter local, que o mito do vazio demográfico e o outro, internacional, que é o contexto das disputas territoriais entre o capitalismo norte americano e o socialismo soviético. Tais imperativos exigiam da racionalidade militar do período o desafio de demarcar e ocupar a região.

A estratégia preocupava-se em dinamizar a fronteira com a criação, em 1985, do Projeto Calha Norte (PCN) cuja meta do programa era a vigilância da fronteira, a implantação da atividade econômica, o estímulo à migração e aumento da presença do Estado na zona de fronteira. O PCN passa a ser, a partir de então, o dinamizador da sub-região da Amazônia Setentrional que passa a ser sua área de atuação nos estados e município (Figura 2).

Segundo ministério da Defesa, a Amazônia Setentrional, com 1,4 milhões de km², possui 17% do território do país. Ocupa parte do Estado do Amazonas, todo o estado de Roraima, parte do estado do Pará e todo o estado do Amapá. Sua população é de cerca de 2,7 milhões (menos de 2 habitantes por km²) e nela estão incluídos cerca de 25% dos indígenas do Brasil. Possui 7,4 mil km de fronteiras (com o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa¹). O PCN tem sido, em grande medida, responsável pela presença constante e efetiva do Estado brasileiro na Amazônia Setentrional conforme Figura 6.

Figura 5 - Os estados e a quantidade de municípios que compõem a área de atuação do PCN na Amazônia Setentrional

Estados	Amapá:	16 municípios
	Amazonas:	33 municípios
	Pará:	10 municípios
	Roraima:	15 municípios
Total	4 estados	74 municípios, destes 41 estão situados total ou parcialmente na Faixa de Fronteira entre eles Pacaraima

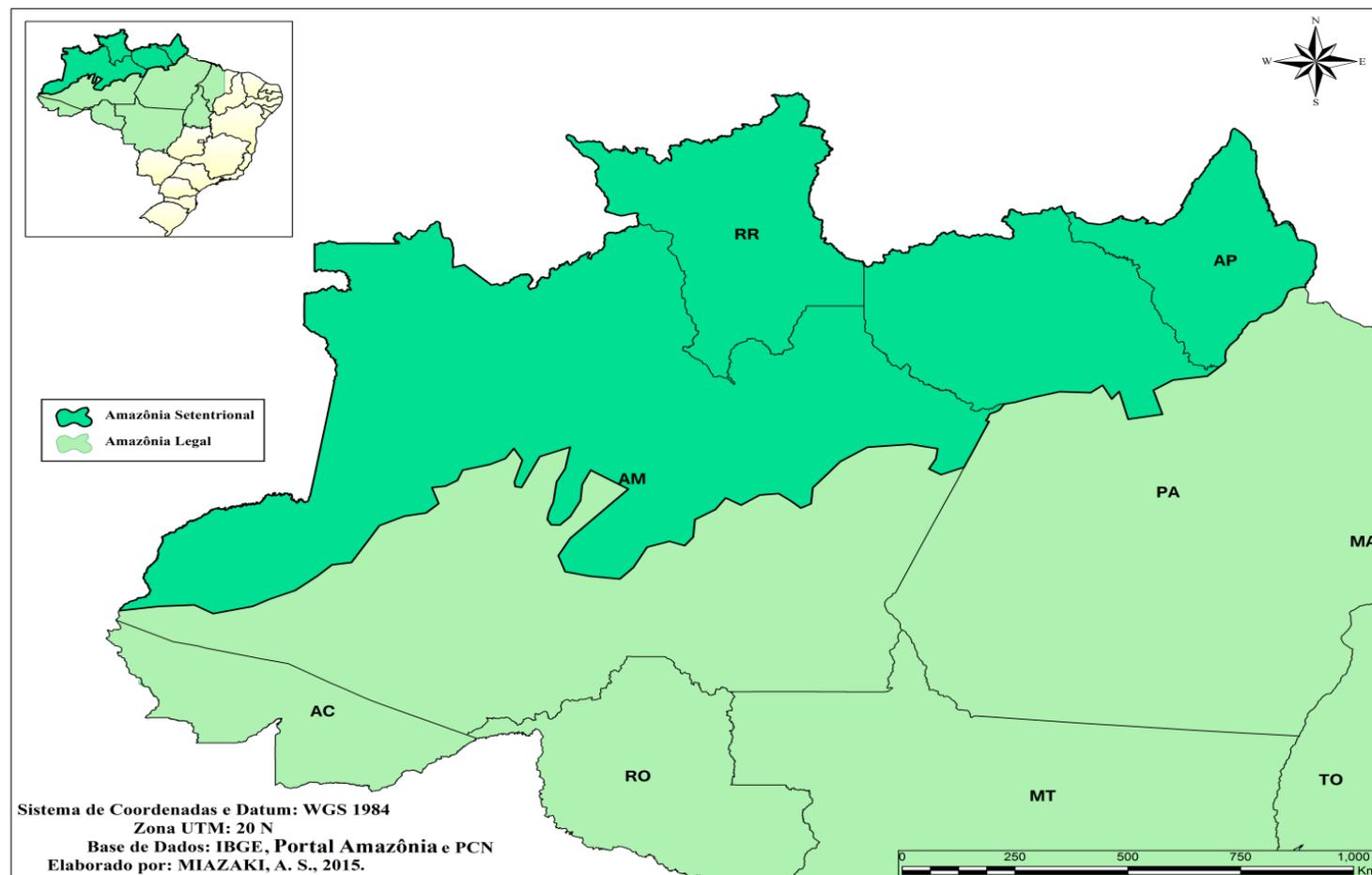
Fonte: MD (2008)

Essa presença se dá através da implantação e manutenção da infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira; do apoio aéreo; do atendimento às tribos indígenas e da assistência às comunidades carentes (educação e saúde, principalmente). Também é presente na manutenção e melhoria da infraestrutura de energia elétrica e transportes (construção e manutenção de portos, aeroportos e rodovias e segurança da navegação fluvial); e do apoio aos governos de seus 74 municípios, conforme exposto.

Assim, com as fortificações das fronteiras e estabelecimentos de agrupamentos militares surgem os estímulos à migração, com a construção de rodovias que nasciam já predestinadas a servir a lógica de ocupação facilitando a entrada de fluxo populacional. Os polos de desenvolvimento mineral e agrícola, também constituem essa lógica que estimulou a migração para região. Vale citar, também, a isenção fiscal e o seu papel no estímulo à migração. Um exemplo é a Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967 cuja criação potencializou a migração em direção a Manaus.

Nos últimos anos, o PCN que agia preferencialmente na Amazônia Setentrional passou a atuar também na Amazônia Oriental, integrando ações do território do sul do estado do Amazonas, em todo o território do estado do Acre e em todo o estado de Rondônia, ampliando, assim, o número de estados e municípios atendidos pelo o Programa.

Figura 6 – Mapa Amazônia Setentrional



Fonte: MIAZAKI; RAPOSO; SENHORAS

A Amazônia Setentrional corresponde a uma porção da Amazônia marcada por relevantes particularidades de ordem geográfica, como, por exemplo: o fato de grande parte de seu território situar-se no hemisfério norte; a existência de vastas áreas de floresta ainda bem conservadas, ou transformadas em grandes unidades de proteção ambiental e reservas indígenas; a baixa densidade demográfica contrapondo-se a elevados índices de urbanização; a constituição da rede urbana por pequenas cidades, com intensas primazias e macrocefalias urbanas e presença de uma extensa faixa de fronteira internacional (SANTOS, 2012).

Essa sub-região apresenta ainda vasta área de floresta, bem conservada ou transformada em grandes unidades de proteção ambiental e de reservas indígenas. Embora exista uma baixa densidade demográfica, há uma enorme diversidade cultural e elevados índices de urbanização sobrepondo uma urbanização constituída por pequenas cidades com intensas primazias⁹ e macrocefalia¹⁰ urbana na qual grande parte de seu território compõe a faixa de fronteira internacional.

2.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE E A QUESTÃO REGIONAL

A cidade de Pacaraima se insere no contexto de Amazônia, mais especificamente, na confluência das sub-regiões da Amazônia Legal, Amazônia Caribenha e Amazônia Setentrional, conforme recorte analisado anteriormente que dota de especificidades a (re) produção espacial da cidade engendrando num processo maior que compreender toda a região norte do país.

Entende-se que a (re) produção socioespacial das cidades na região repercute os ciclos socioeconômicos vinculados à expansão capitalista mundial desde tempos mais remotos. Tais ciclos se justificam na ocupação de uma região dita como pouco povoada, preceito ainda bastante utilizado na atualidade e na exploração dos recursos naturais abundantes na região e resultam, quase sempre, em um processo de desequilíbrio e posterior devastação de biomas e culturas preexistentes.

Desde a utilização holandesa das redes interéticas para disseminar seus produtos manufaturados (OLIVEIRA 2011), passando por ciclos das “drogas do sertão” – e da “borracha” até as mais contemporâneas frentes pioneiras agropecuárias e minerais espontâneas, provenientes do Nordeste brasileiro, em 1920, intensificadas nas décadas de 50 e

9 Cidade que concentra maior parte de serviços, comércio, renda, atraindo políticas públicas e pessoas, Corrêa (2001).

10 Cidade que possui maior progresso tecnológico e tendências à concentração, acumulação seletiva de vantagens, concentração de investimentos públicos, elevação do coeficiente de capital e maior concentração de pessoas, Santos (2004).

60; e dos anos 1970 até hoje, a atuação do Estado brasileiro que toma a si a incumbência de um novo e ordenado devassamento amazônico, vinculado a um novo padrão de inserção do Brasil numa ordem planetária (BECKER, 1998:11 e 12), considera-se que esses processos constituem importantes desencadeadores de tendências na produção espacial na região.

Figura 7 – Mapa Pacaraima em relação à Amazônia Legal, Setentrional e Caribenha



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS

Conforme exposto, o processo de produção espacial e suas consequências de urbanização e de estabelecimento das cidades na região ocorrem em momentos distintos na história, desde o princípio da colonialização, com o estabelecimento dos fortes até a sua mais recente dinamização por força da expansão do capital moderno (Figura 3).

Figura 8 – Quadro da evolução da Estruturação Urbana na Amazônia (1850-2000)

PERÍODO	CONDICIONANTE	ESTRUTURA URBANA DECORRENTE
Séc. XVIII - 1850	Missões	Formação de vilas nas várzeas do Amazonas e afluentes por missionários, índios e colonos.
1851-1891	Exploração da borracha	Forma dendrítica da rede Proto-Amazônia.
1892-1912	Apogeu da borracha	Estrutura Urbana Primaz-Belém.
1913-1965	Declínio da borracha	Estagnação local e primazia de Manaus.
1966-1985	Intervenção do Estado	Grandes projetos de ocupação/urbanização regional.
1991 -1996	Migrações localizadas e pouco expressivas.	Macrozoneamento regional.
1997 – 2000	Descentralização do Estado.	Interligação das cidades com a rede urbana nacional e internacional.
2001-2005	Aumento da intervenção do capital privado.	Crescimento das cidades.

Fonte: BATISTA (2012)

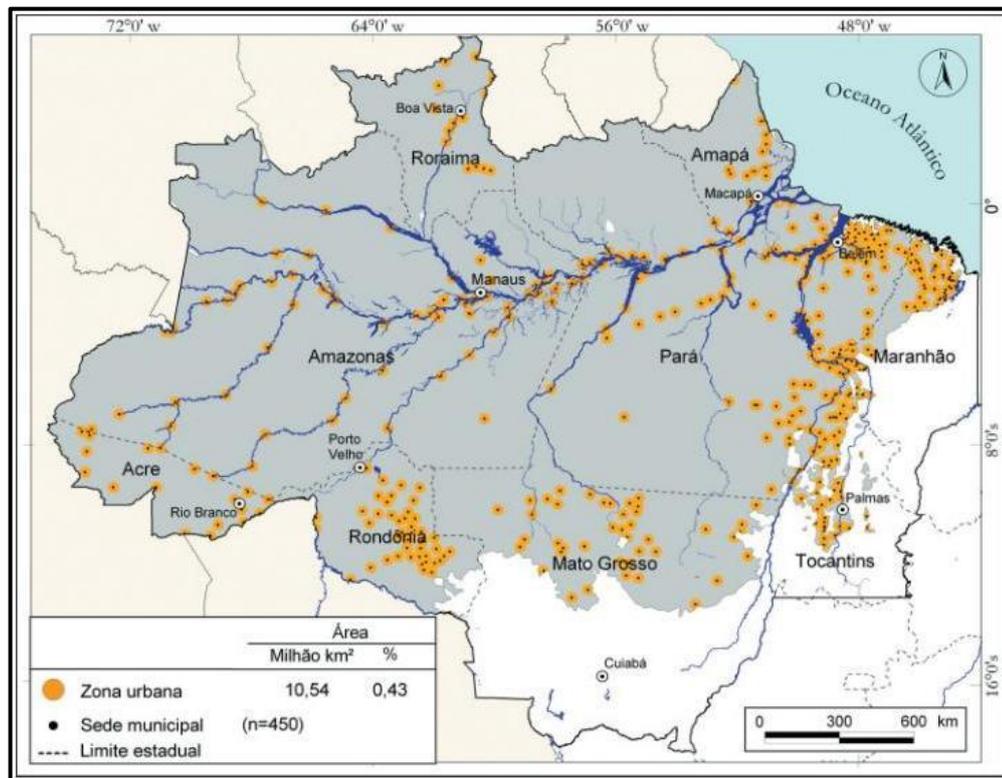
Silva (2007) indica a seguinte cronologia: instalação do Forte do Presépio em 1616, e surgimento de Belém no século XVII; expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias entre a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII; períodos de desenvolvimentos e de estagnações na segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX; período do *boom* da borracha que se estende de 1850 ao final da primeira guerra mundial; período seguinte de estagnação da borracha entre 1920 e 1960; um período atual que se iniciou em 1960, caracterizado por um processo de alterações na economia e no urbano, a partir da política de incorporação da região, passando a se constituir em fronteira do capital no Brasil.

2.2.1 Pacaraima na perspectiva da Amazônia Legal

No contexto de cidade inserida na Amazônia Legal, Pacaraima guarda similaridades e particularidades em relação às demais cidades, tanto da Amazônia Oriental e quanto da Ocidental e, até mesmo em contexto supranacional, no que abrange a chamada Amazônia Internacional. A lembrança faz-se necessária, frente ao sítio onde se localiza a cidade estudada aqui.

Enquanto que nas cidades da porção oriental da região o processo de produção espacial apresenta-se mais consolidado, com uma rede urbana mais dinâmica, com várias cidades médias e centros locais com poder de interação, em algumas porções da Amazônia Legal, superando o padrão dendrítico¹¹ de dispersão, as cidades da Amazônia Ocidental ainda apresentam um padrão que se assemelha ao dendrítico, sendo nesse contexto, não os rios, mas sim as estradas, as determinantes desse padrão de dispersão.

Figura 9 - Mapa Dispersão das sedes municipais e zonas urbanas na Amazônia



Fonte: Imazon - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – 2011.

A Amazônia Oriental e também a Amazônia Meridional apresentam maior dispersão de cidades pelo território, evidenciando a transposição da forma dendrítica da rede urbana predominante até meados do século XX, para uma rede mais complexa, nos moldes do capitalismo moderno com numerosas cidades e suas hinterlândias¹², demonstrando maior inserção espacial no mercado globalizado.

A partir dos anos 60, a integração da região no mercado nacional por meio da construção da rodovia Belém-Brasília e uma maior acumulação de capital propiciaram um

11 Padrão de dispersão das cidades ao longo dos rios na Amazônia Oriental e Meridional, até a década de 1960. O mesmo padrão ainda permanece em parte da Amazônia Setentrional, sendo as estradas o elemento de dispersão espacial.

12 Linhas diversas de conexão entre as cidades.

novo arranjo nas cidades que deixaram as margens dos rios e avançaram para além das várzeas. O papel preponderante dos rios no processo de dispersão urbana é substituído a partir do estabelecimento da SPVEA, em 1953 que num primeiro momento, procurou promover o desenvolvimento da infraestrutura de transporte, de comunicação e de saúde, que embora não tenha logrado êxito nos primeiros anos, constituiu bases para difusão econômica e surgimento de novas cidades na Amazônia Oriental.

Na Amazônia Ocidental observa-se a permanência do padrão dendrítico de dispersão de cidades, embora, diferentemente das cidades de várzeas que outrora assinalavam o padrão dendrítico, Pacaraima é uma típica cidade de Terra-Firme¹³ e sua dispersão se dá em virtude da BR 174.

Localizada, então, na porção mais ao ocidente da Amazônia Legal, a cidade de Pacaraima insere-se no contexto dessa região compondo uma rede dendrítica de estrada, num sítio geoambiental de terra firme, constituindo-se uma cidade com íntima relação socioeconômica com Boa Vista - capital de Roraima que exerce primazia no contexto de rede dendrítica no estado e, por outro lado, localizando-se na cabeceira de estrada e no limiar fronteiro da nação, exerce uma ação primaz de segunda ordem, por ser o primeiro centro de controle político e militar no Brasil, por onde são distribuídos produtos, pessoas, capitais ideias, etc para as hinterlândias da Amazônia nessa porção do território.

Com base na conceituação debatida até aqui, considera-se que no contexto de Amazônia Legal, Pacaraima é uma cidade de colonização de processo acentuados a partir do final da década de 1960, onde foram empreendidos eixos de colonização e eixos de penetração rodoviários estabelecendo aglomerados urbanos.

Os padrões de urbanização adotados aqui para região correspondem ao modelo desenvolvido por Becker (1990), dentre os quais se buscam nesse trabalho, vieses de análise baseado em dois preceitos: o de urbanização dos grandes projetos e de urbanização tradicional. O primeiro trata-se de um processo de urbanização ligado a projetos de grande escala – os grandes projetos econômicos e de infraestrutura cuja dependência de uma base urbana para a instalação, residência de pessoal técnico, trabalhadores permanentes, atendimento de uma massa de trabalhadores temporários, faz desses espaços verdadeiros enclaves urbanos na rede de cidades da Amazônia.

¹³Correlato a dispersão dos biomas de igapó, várzea e terra-firme. Cidade longe da várzea.

E o segundo trata-se de cidades que apresentam uma configuração com pouca alteração do padrão tradicional à beira-do-rio (à beira da estrada) e com forte ligação a um centro regional que não prescinde do padrão dendrítico.

Ousa-se dizer que, embora sejam esses padrões que mais se aproximam do contexto de produção de espaço da cidade de Pacaraima na Amazônia Legal, estes não se enquadram em sua totalidade para cidade em análise, que embora tenha nascido do empreendimento da construção de uma infraestrutura como a da BR 174, do 3ºPEF e do Programa Calha Norte, ainda se enquadra num padrão tradicional à beira da estrada. Pacaraima, embora apresente essas similaridades, guarda suas particularidades nas presenças ancestrais indígenas, da ação garimpeira, entre outros.

Na perspectiva de Amazônia Legal a cidade de Pacaraima possui características oriundas do que se pode chamar de características das redes urbanas amazônicas para a porção ocidental, marcada por uma série de impedimentos para os fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, cabendo destacar: a) as grandes distâncias que separam as capitais das demais cidades e vilas; b) a carência de infraestrutura nos setores de transporte e comunicação em vastas porções do território amazônico; c) a grande proporção de população desprovida de recursos materiais e educacionais, decisivos para sua participação ativa nos diversos tipos de fluxos (SATHLER, 2009).

A cidade em seu contexto possui limitações aos fluxos de bens, pessoas e serviços entre os diversos níveis hierárquicos urbanos, mesmo sendo uma cidade à margem da estrada. Há carência de infraestrutura devido aos baixos investimentos nessa área. Ressalta-se que tais observações se estabelecem no contexto macrorregional, ou seja, em toda a Amazônia Legal.

2.2.2 Pacaraima na perspectiva de Amazônia Caribenha

A conformação do que se entende como Amazônia Caribenha com enfoque no pensamento de Oliveira (2006, 2011) e Burgardt (2007, 2008) que traçam perspectivas da dinâmica do estabelecimento dessa região ao longo da história e enfatizam o papel dos povos indígenas e suas influências na cultura e, porque não dizer, na economia Oliveira (2011) da utilização das redes interétnicas indígenas pelos holandeses para disseminar mercadorias ou ainda na produção do espaço.

Segundo os autores, o termo: Caribenha deriva dos antigos povos das Antilhas, que abarcam a porção Norte/Nordeste da América do Sul, compreendendo todo litoral Atlântico Norte entre o delta do rio Orinoco, na Venezuela, e do rio Amazonas, no Brasil e se estende pela margem norte do rio Amazonas até a margem esquerda do Rio Negro, avançando pelo

Canal de Cassiquiare, entre o Brasil e a Venezuela, e à margem direita do rio Orinoco. Esse percurso fluvial e marítimo em tempos passados foi de fundamental importância no processo de colonização.

Mas suas linhas inserem, também, um território ancestral indígena pertencente a um modal pluricultural que com a presença do colonizador dinamiza ainda mais os contatos inter-étnicos entre os nativos da região e, ainda, introduz culturas e línguas como a holandesa, inglesa, espanhola, negras africanas e asiáticas. A Amazônia Caribenha começa a ser desenhada com o processo ancestral de migração dos povos tradicionais. A inserção da região e do mercado global no processo de expansão comercial europeu como em toda a América é marcada pela extrema violência.

A região surge da conformação cultural de múltiplas origens e não há uma continuidade histórica nesse processo, mas rupturas aterradoras, violentas e abruptas, comum em toda a América, a construção do Caribe se pautou por um caráter violento de conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial (HALL, 2003).

Essa pluricultura forjada por meios violentos tem como resultado a formação de uma sociedade de caráter híbrido. No caso de Pacaraima chama-se a atenção sobre o papel da cultura indígena na constituição e produção sociocultural local, considerando-se a produção da cidade. Burgardt (2008) aponta o fato de os estudiosos promoverem quase uma exclusão do índio nos domínios da cultura da qual proclamam caribenha, como se o Caribe tivesse sido formado e se constituído apenas por etnias originárias da Europa e da África, ignorando, por vezes, fatores muito importantes que compõem o complexo cultural do qual a cultura caribenha evolui, que por pertinência é lembrado na epígrafe deste texto.

Pacaraima no contexto de Amazônia Caribenha guarda suas profundas raízes indígenas, na qual, embora haja um debate que procure excluir estas culturas dos processos sociais, econômicos, culturais e políticos, por decorrência dos processos de produção do espaço geográfico e da cidade, seus desígnios encontram-se no contexto sócio-histórico e cultural.

O espaço da cidade na conjuntura regional ainda se configura com as forças centrípetas da cultura local em um fenômeno social de registro material da existência das experiências humanas. Aos moldes de Rolnik (2012) constitui uma escrita, uma materialização de sua própria história. Assim espera-se que a cidade cumpra também o papel social de ser o espaço donde as suas culturas constituintes possam promover suas estratégias de inserção e pertencimento.

2.2.3 Pacaraima na perspectiva de Amazônia Setentrional

A urbanização da Amazônia Setentrional e a produção dos espaços das cidades se processaram através de ocupações baseadas em estratégias especulativas, por vezes conflitivas, como em caso recorrentes para região. Outra vertente de produção de espaço das cidades pode ser verificada como é caso de Roraima e da construção das rodovias federais como a BR 174 (Pacaraima – Manaus); BR 401(Boa Vista – Bonfim) entre as décadas de 1970 e 1990, que contribuíram para o surgimento de novos municípios, gerando um grande fluxo migratório para o estado.

Esse evento constitui o processo dinamizador do Programa Calha Norte (PCN), que a partir de 1995, desenvolve uma metodologia específica para a gestão do programa, com o propósito governamental de integração de suas ações na Amazônia, pois reconhece as dimensões de suas ações para a Região. Essa metodologia se exprime na busca nascente da integração de esforços no âmbito da administração pública, articulando-a nos seus três níveis: o federal, o estadual e o municipal.

Segundo o Ministério da Defesa dentro dessa estratégia do PCN, deu-se início à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável para cada município, contendo diretrizes para investimentos nos segmentos, que representam as principais dimensões do processo de desenvolvimento nas infraestruturas sociais e econômicas.

A primeira visa melhoria do padrão de vida da população através da implantação de programas, projetos e atividades que propiciem a promoção e inclusão social e econômica, tendo como premissas de sustentação a permanente oferta de oportunidades para a qualificação do potencial humano, bem como, a racional utilização dos recursos ambientais. Assim, a educação formal, a reeducação de procedimentos quanto à utilização dos recursos naturais, a saúde e as ações de caráter comunitário e as associativistas, são as principais diretrizes operacionais do segmento.

E segunda propõe o fortalecimento das atividades econômicas municipais, mediante ações que promovam a agregação de valores econômicos qualitativos e quantitativos à produção local (rural e urbana), possibilitando a ampliação de oportunidades de investimentos, mediante o conhecimento das potencialidades econômicas que apresentam aceitação nos mercados local, regional e extrarregional (MD, 2002).

Nesse contexto Becker (1998) fala em uma “malha programada” da qual faz parte um conjunto de cidades, estradas, comunicações, na qual o Estado capta o controle da região.

As cidades têm como função serem sedes do *locus* político, concentradora de mão de obra e fornecedora atrativa para os fluxos migratórios, portanto, a denominação da Amazônia pela autora é de floresta urbanizada.

Pacaraima se insere nessa perspectiva de uma geopolítica e processo de ocupação urbana da região relacionada a objetivos militares. Isso permanece como herança do regime militar e seu Programa Estratégico de Governo que mantêm suas estratégias com objetivo de preservar as fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia ao todo nacional.

2.3 A CIDADE NO CONTEXTO ESTADUAL

A tentativa de realizar uma análise da macrorrealidade da região e do entendimento que se tem sobre o contexto no qual se produz o espaço do estado de Roraima e o espaço da cidade de Pacaraima explora-se a multiplicidade e a multidimensão desse espaço levando em conta os aspectos legais, culturais e geográficos na tentativa de maximizar os olhares sobre o processo de (re) produção do espaço na cidade de Pacaraima no contexto regional e estadual.

A observação de um estado numa ordem pluri-regional pretende evidenciar a complexidade de sua existência e as influências que tal complexidade repercute na produção do espaço geográfico, na (re) produção dos espaços das cidades e mais especificamente da cidade de Pacaraima. Roraima surge com o estabelecimento do território federal em 13 de setembro de 1943, num contexto de uma política macrorregional para Amazônia na garantia de assegurar posses e presenças nacionais as áreas mais remotas da região.

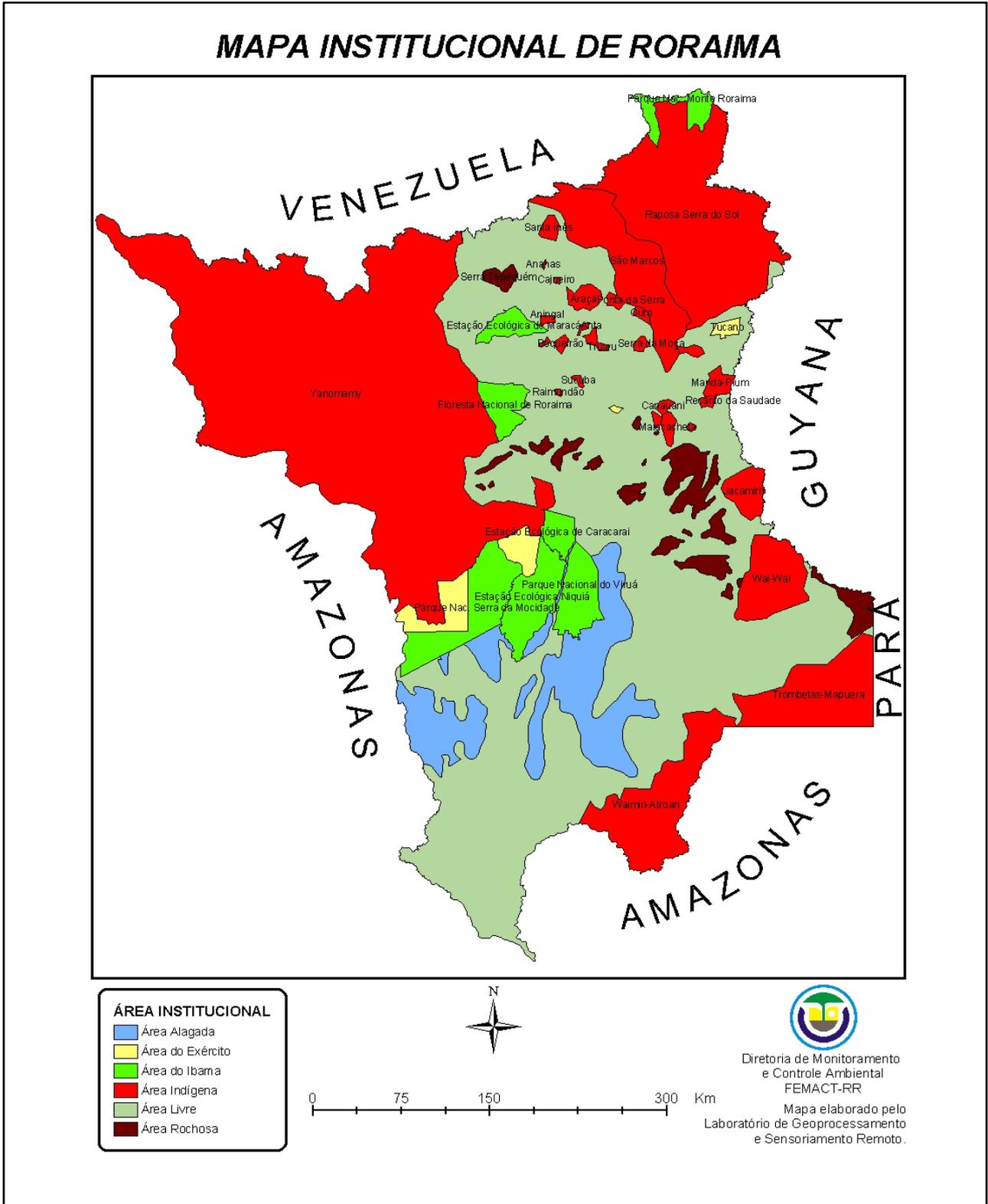
Roraima possui uma localização geoestratégica em relação ao contexto nacional e regional que remete a importância geopolítica do estado e de suas unidades municipais nessa área marcada por interesses difusos, incluindo os conflitos por territórios que apresenta particularidades no que diz respeito a distribuição de suas terras. O Estado tem 44,85% de sua área de terras indígenas, as maiores parcelas são as do povo Ianomâmi e das etnias que fazem parte da área Raposa Serra do Sol. São ao todo 30 povos indígenas em Roraima, algo como 60 mil pessoas de etnias específicas. São aproximadamente 11,9% de Unidades de Conservação, entre parques e estações ecológicas (SEPLAN, 2010).

Para entendermos essa divisão de Roraima (Figura 10), as unidades de conservação ou áreas do IBAMA, são compostas por três parques nacionais, três estações ecológicas e duas florestas nacionais, sendo que a última, criada no ano de 2005, denominada Floresta Nacional do Anauá, com uma área de 259.550 hectares, localiza-se no município de Rorainópolis, sul de Roraima, não está indicada no referido mapa.

O Parque Nacional do Monte Roraima foi criado em 1989, com uma dimensão de 116.000 hectares, perdeu parte dessa área quando se criou a Reserva Indígena Raposa Serra do Sol. O Parque Nacional do Viruá foi criado em 1998 com 227.011 hectares. O Parque Nacional da Serra da Mocidade, em 1998, com 350.960 hectares. A Estação ecológica de Maracá estabeleceu-se em 1981 com uma área de 101.312 hectares. E a Estação ecológica de Caracaraí, em 1982, numa área de 80.560 hectares. Estação ecológica do Niquiá criada em 1985 numa área de 286.600 hectares. Já a Floresta Nacional de Roraima, estabelecida em 1989 numa área de 132.000 hectares. Esses parques e estações totalizam 15.539,93 Km² ou 11,9% do território total de Roraima.

O Exército brasileiro inaugurou, em 02 de maio de 2002, o 6º PEF - Pelotão Especial de Fronteira, nesse último lugar citado, em áreas da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, que foi homologada em 2005. Porém, a presença militar em Roraima iniciou-se em 1752 quando se determinou a construção do Forte de São Joaquim, concluído em 1778. Em 1943, a partir da criação do Território Federal do Rio Branco, altera-se a estrutura da área e em 1952 se cria o 1º Pelotão de Fronteira, que teve essa denominação alterada para 9ª Companhia de Fronteira em 1961. Em 1969 criou-se o Comando de Fronteira de Roraima quando a 9ª Companhia de Fronteira foi transformada em 2º Batalhão Especial de Fronteira. Em 1991, cria-se a Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista.

Figura 10 - Mapa Terras institucionais de Roraima



Fonte: SEPLAN (2014)

O Ministério da Defesa indica que o estado de Roraima apresenta-se compartimentado em seis áreas:

Tabela 1 – Áreas Territoriais de Roraima em %.

ÁREAS	%
FUNAI	44,85
IBAMA	5,85
EXÉRCITO	1,22
Áreas alagadas	5,95
Áreas montanhosas	2,64
Áreas livres	39,49
Total	100

FONTE:MD (2004).

Verifica-se que mais da metade da área do estado de Roraima é ocupado com reservas indígenas, unidades de conservação ambiental e áreas do exército. A análise dos dados permite apontar que somando os percentuais com as Áreas de Proteção Permanente e as Reservas Florestais Legais, Roraima tem aproximadamente 70% de seu território indisponível para agricultura, expansão de cidades, implantação de grandes parques industriais, etc. Indicando certa insegurança jurídica quanto à posse e ao uso das terras para o desenvolvimento das atividades econômicas ligadas as formas capitalistas de produção.

A produção da cidade de Pacaraima se insere nesse contexto, mais precisamente na terra indígena São Marcos no topo de planalto na serra de mesmo nome da cidade. A cidade localiza-se no centro da pretendida interlocução da tríplice fronteira e suas demandas de integração exigindo da mesma uma postura que assuma em âmbito local e macro regional responsabilidades de ordem socioeconômicas, políticas, e socioambientais com objetivo claro da integração regional.

Como observado no mapa, as diferenças do uso territorial dos espaços do estado constituem desafios de ordem estadual, em formular um estado que abarque a diversidade de sua materialidade e os desdobramentos que essa materialidade representa para suas populações, sejam elas as comunidades indígenas, os ribeirinhos roraimenses, os assentados e/ou as comunidades assentadas nas quinze sedes municipais de Roraima.

No âmbito estadual, expõem-se as demandas de coexistirem nas cidades de Roraima processos que conjuguem desenvolvimento, inclusão e respeito às diversidades étnico-culturais e naturais presentes no estado. Este possui em seus domínios territoriais uma enorme diversidade natural marcada principalmente pela presença de dois biomas amazônicos: a floresta e a savana e ambos, nos últimos anos sofrem enormes pressões pelo uso de seus recursos.

A posição geográfica, aliada a certa porosidade entre o estado e os dois países vizinhos, ressalta o importante papel político de Roraima nas relações internacionais, inicialmente, entre o Brasil com a Venezuela e a Guiana, mas num aspecto mais amplo de integração dentro da América do Sul, incluindo seus setores sul e norte, como o caso do recente ingresso da Venezuela no MERCOSUL, ampliando os diálogos diplomáticos e econômicos entre os países.

Considerando ainda a sua geografia e o contato de fronteira, as relações fronteiriças são estratégicas para a sobrevivência econômica do Estado, pois, como mencionado, ele estabelece relação mais frutífera com os países próximos à Região Norte do que com o sul do Brasil e constitui-se num elo entre a América do Sul, o Caribe e a América Central, representando o Brasil como liderança para essa parte do continente americano.

A realidade dos fatos geopolíticos e econômicos do estado associado à realidade territorial, social e ambiental vislumbra-se o potencial de Pacaraima num projeto de desenvolvimento posto ao estado, em que se considerem as potencialidades e fragilidades ambientais, as limitações de uso das terras disponíveis, evocando valores de sustentabilidades de coexistência com a diversidade sociocultural.

Na perspectiva do Plano de Desenvolvimento Local e Integrado-PDLI do PCN e orientada quatro ações governamentais para atraírem investimentos para Roraima: 1 - ações integradas voltadas para os setores produtivos; 2 - ação estruturadora, através da consolidação e ampliação da infraestrutura e desenvolvimento institucional; 3 - integração produtiva, através da consolidação da matriz produtiva; revisão das estruturas fiscais, extra-fiscais e creditícias e reestruturação das atividades econômicas regionais, dinamizadas pelos eixos: saída Sul, área de influência da BR-174, no trecho divisa de Roraima com o Estado do Amazonas até Boa Vista; saída Norte pela BR-174, no trecho entre Boa Vista e Pacaraima, divisa com a Venezuela; saída Nordeste pela BR. 401, no trecho entre Boa Vista- Normandia-Bonfim, divisa com a Guiana e sua ligação através do Arco Norte, com Paramaribo, Guiana Francesa e o Estado do Amapá; 4 - integração social, através de promoção de oportunidades para o fortalecimento e geração de novos empregos; modernização da infraestrutura social; demografia e aspectos fundiários (PCN 2001).

O mesmo PDLI de Pacaraima no contexto estadual aponta o potencial de desenvolvimento de atividades econômicas concentrado na criação de gado bovino de corte e na agricultura baseada nos produtos básicos - arroz, feijão, milho, mandioca, abacaxi, banana e laranja. Segundo o PDLIS o município apresenta uma boa produção de tomate, pimentão,

couve-flor, cenoura, beterraba, chuchu, repolho, mamão, morango e maracujá. Evidencia ainda que o clima também é propício ao cultivo de hortaliças e plantas ornamentais.

A criação bovina é a de maior importância na pecuária de Pacaraima, sendo seu excedente vendido na capital e outras cidades do estado. O sistema de criação é o extensivo, porém, existem criadores que realizam a subdivisão de pastagens, para melhor aproveitamento do rebanho. O plantel é formado por bovinos, suínos, equinos, caprinos, galinhas e frangos. A atividade de comércio e serviços também possui importante papel na dinâmica de cidade com mercearia, comércio de artigos do vestuário, material de construção, restaurante, lanchonete, bar, agência de venda de passagens, locadora de vídeo.

Na análise contextual observa-se o grande potencial turístico do município podendo citar Pedra Pintada com suas inscrições rupestres; a cachoeira do Macaco; urnas funerárias; Pedra do Perdiz; Monte Roraima; aldeias, lendas e artesanato indígenas; cavalos selvagens e a Micaraima (carnaval fora de época, durante três dias). Festa tida como tradicional envolvendo a população local e de todo o estado atraindo ainda turistas internacionais sobretudo venezuelanos, na medida em que existe uma ativa integração de Pacaraima com a cidade de Santa Elena de Uairén (Venezuela).

Outro aspecto no contexto existencial do estado é o histórico político que gera uma geopolítica local baseada no centralismo da atuação das forças estatais. Uma geopolítica que alimenta formas clientelistas num jogo político complexo que marca a produção do espaço no estado de Roraima e na cidade de Pacaraima.

2.3.1 O Jogo Político no Estabelecimento da Cidade

O prefácio do livro: Pacaraima um olhar geográfico, aponta que os estudos geográficos sobre as cidades partem da análise de dois conceitos centrais: sítio e situação. Enquanto o primeiro incide sobre os aspectos de localização e as suas características físicas, o segundo aborda o processo de relação da cidade ao seu contexto geográfico, sendo fatores importantes a acessibilidade, distância de recursos naturais, posição em relação a outros centros urbanos e fronteiras nacionais e internacionais, dentre outros.

A situação da cidade de Pacaraima desde a sua gênese revela os contornos complexos em torno de seu estabelecimento conforme toda sua trama histórica. No final da década de 1980 a falta de clareza sobre a política indigenista por parte do Conselho de Segurança Nacional e o Projeto Calha Norte associado a vários fracassos e insucessos da

Fazenda São Marcos, desde a década de 1920, configura o pano de fundo que faz florescer a já emergente Vila de BV-8.

Nesse período Andrello (2010) aponta:

Insinuava-se transformar em colônias as terras habitadas por indígenas supostamente aculturadas e assim promover o povoamento das fronteiras do norte do país. Nesse contexto, São Marcos era certamente a mais forte candidata, uma vez que já carregava essa palavra em seu nome e *via crescer a vila de Pacaraima dentro de seus limites, no ponto extremo da BR 174, na fronteira com a Venezuela, bem como a chegada dos novos posseiros que iam se instalando as margens dessa rodovia* (p.80-1; GRIFO NOSSO)

A política de povoamento da fronteira apontada pelo autor nasce em meio ao jogo político com regras e objetivos ainda nos dias atuais a serem esclarecidos. Se de um lado havia a pretensão de atrair um novo contingente populacional para o local, de outro exercitava um desprezo ao enorme contingente populacional indígena que nesse período reivindicavam direitos de posse e uso da terra habitada.

O Divisor, da Vila de BV-8 e da Vila de Pacaraima¹⁴, que viria ser mais tarde, a cidade de Pacaraima revela-se desde o início, em um espaço pautado por disputas no qual ideologias, poderes e forças políticas centrípetas e centrífugas, em um primeiro momento corroboram na definição em um de seus aspectos mais marcantes, a dicotomia da cidade na terra indígena. Revela assim o jogo das forças empenhadas pela confusa política do governo federal de um lado e as forças oportunistas da elite política local de outro e no meio disso tudo, encontram-se populações indígenas e não indígenas da cidade.

Desde a década de 1970, segundo Santilli (1997) o governo federal começa adotar as primeiras iniciativas para regularização jurídica administrativa das terras dos Macuxi, mas enquanto fazia isso, abria estrada que atraíam posseiros. Em meio a essa confusa política para a área, havia uma elite oportunista que via o momento como oportuno às suas aspirações de poder.

O estado demarcava, mas abria estrada, cadastrava posseiros para tomar providências, enquanto o governo de Roraima estimulava a invasão de terras (ADRELLO – 2010). Assim a vila de BV-8 começa a compor um cenário mais amplo da produção de espaços urbanos que resultam em mais um fixo territorial, por onde fluxos locais, regionais, nacionais, internacionais e intranacionais realizarão suas influências, integrando a produção do espaço a contextos e conjunturas mais amplas.

¹⁴ Ao longo da pesquisa identificamos que a região da cidade já teve os seguintes nomes: “Divisor”, em alusão à divisa entre dois países e também entre as grandes bacias do rio Amazonas no Brasil e Orinoco na Venezuela, “Vila de BV-8” em alusão ao marco de fronteira número 8, “Vila de Pacaraima” definida em Lei nº 105/84, do Município de Boa Vista e por fim Pacaraima de acordo com a Lei Estadual n.º 96 de 17.10.95.

Em 1989 foi formada uma comissão mista com membros da FUNAI, do INCRA e de representantes do estado de RR para fazer a demarcação de uma gleba de terra na região São Marcos, que foi homologada em 1991. Em 1992 houve a homologação da área urbana dentro da terra indígena. No mesmo ano a Assembleia Legislativa de Roraima aprovou uma Lei nº 002 de 11.04.1992 que dispôs sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios e dá outras providências, gerando uma grande mobilidade dos políticos locais e candidatos a prefeituras na efetivação dessa lei.

Em 1994 foi realizado o plebiscito não atingindo o mínimo de eleitores previsto em lei. No período o CIR - Conselho Indígena de Roraima e a APIR - Associação dos Povos Indígenas de Roraima questionaram a legalidade da instalação de sedes municipais em terras indígenas, como Uiramutã e Pacaraima. No mesmo ano, a Assembleia Legislativa de Roraima, aprovou um projeto de Lei Complementar n. 07 que, modificou a redação da Lei Complementar anterior, onde estabelecia o contingente mínimo de 30% de eleitores para a emancipação de uma nova unidade municipal reduzindo, a partir de então, para apenas 10% de eleitores o contingente necessário à criação de novos municípios no estado.

Houve novo plebiscito e o município é criado em 1995 e em 1996 a FUNAI e o CIR entram com o mandato contra a criação do município conseguindo através de liminar a suspensão temporária do processo de implantação de Pacaraima, após alguns meses a liminar foi cassada e levada ao Tribunal Superior Federal, o qual julgou a favor da criação do município.

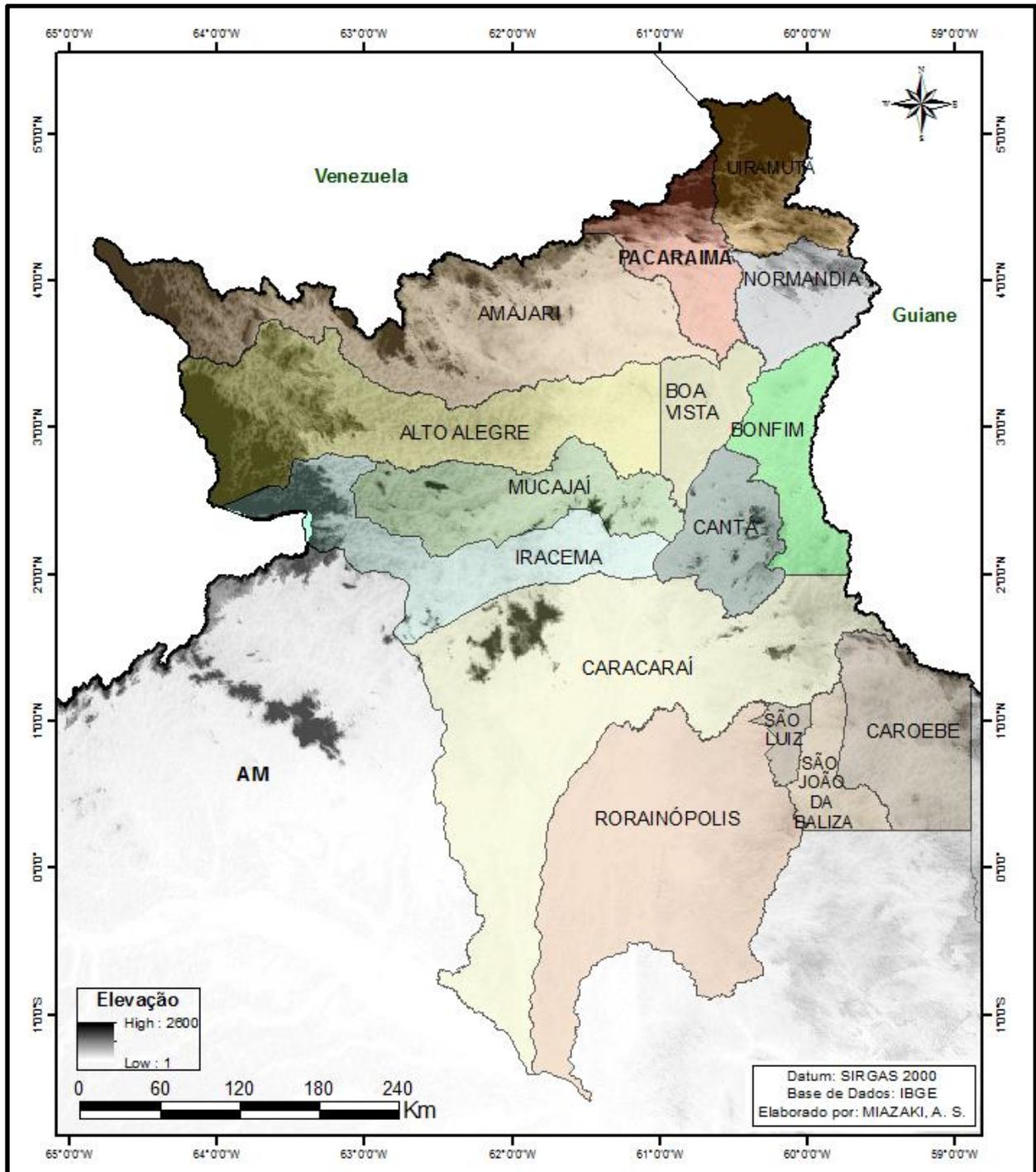
A estruturação da cidade de Pacaraima decorrente da vila de BV-8 segue uma lógica regional, donde a urbanização não decorre necessariamente de processos agropecuários e/ou industriais como ocorre ou ocorreu com boa parte das cidades brasileira. A estruturação da cidade compreende um processo deliberado e estratégico por parte de forças estatais, na qual afirmações e negações políticas fomentam a ocupação da terra. A seguir apresenta-se a cidade de Pacaraima como espaço geográfico inserido nas múltiplas dimensões estadual e regional.

2.4 APRESENTANDO A ÁREA DE ESTUDO PACARAIMA COMO ESPAÇO AMAZÔNICO

O fenômeno da produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, que se encontra às margens da rodovia BR-174, na fronteira com a Venezuela, como cidade sede do município, foi criado em 17 de outubro de 1995, por Decreto Lei nº 096. A população estimada em toda a extensão municipal para 2013 é de 11.423 habitantes (IBGE 2013). O

município se insere num contexto municipal que se limita ao norte com a Venezuela; ao sul com Boa Vista e Amajari; a leste com Normandia e Uiramutã e a oeste com o município de Amajari, distante de Boa Vista a 214,8 km pela rodovia BR-174.

Figura 11 – Mapa Municípios de Roraima



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015)

A área territorial do município é de 8.028,43km² estendendo-se sobre a Terra Indígena São Marcos e Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Predomina o clima tropical

chuvoso com pequeno período seco e a temperatura média anual é de 22°C. A precipitação pluviométrica é de 1.750 mm, devido às condições de relevo mais elevado que garante, ao longo do ano, médias térmicas mais amenas e melhor distribuição de chuvas entre os meses do ano, se comparados aos demais índices pluviométricos e térmicos do estado.

Dados apontam que a ocupação da área por comunidades humanas é bastante ancestral, porém a ocupação por comunidades ditas não tradicionais na região intensificam-se partir da criação do pelotão de fronteira e a criação da vila de BV8, como era conhecida a região antes de se tornar sede municipal em 1995.

A compreensão desse processo inicial consiste em objetivo a ser perseguido, no qual se propõe analisar os principais agentes da produção desse espaço e os processos mais importantes que definiram a estruturação do espaço interno dessa cidade, compreendendo o momento e a conjuntura em que se deu esse processo e as relações dessa estruturação urbana com o plano político para região e as influências e dinâmicas sob as quais a cidade foi produzida.

Enquanto o município se estende pelo território das duas TI já apontadas, a cidade de Pacaraima se insere no chamado Planalto das Guianas¹⁵. Está incluída na Terra Indígena São Marcos, território das etnias Macuxi¹⁶, Wapixana¹⁷ e Taurepang¹⁸ (SEPLAN 2012). O tipo climático corresponde à classificação de Koppen “Am”; para Barbosa et al. (1997), este se estabelece em um corredor florestal que sofre influência das savanas, das florestas úmidas e dos altos relevos do norte de Roraima. É um clima intermediário entre Aw e o Af, com estação seca bem definida. O relevo da região caracteriza-se por ser elevado, com altitudes que ficam acima de 250 metros chegando a atingir 1100 metros (COSTA E FALCÃO 2006).

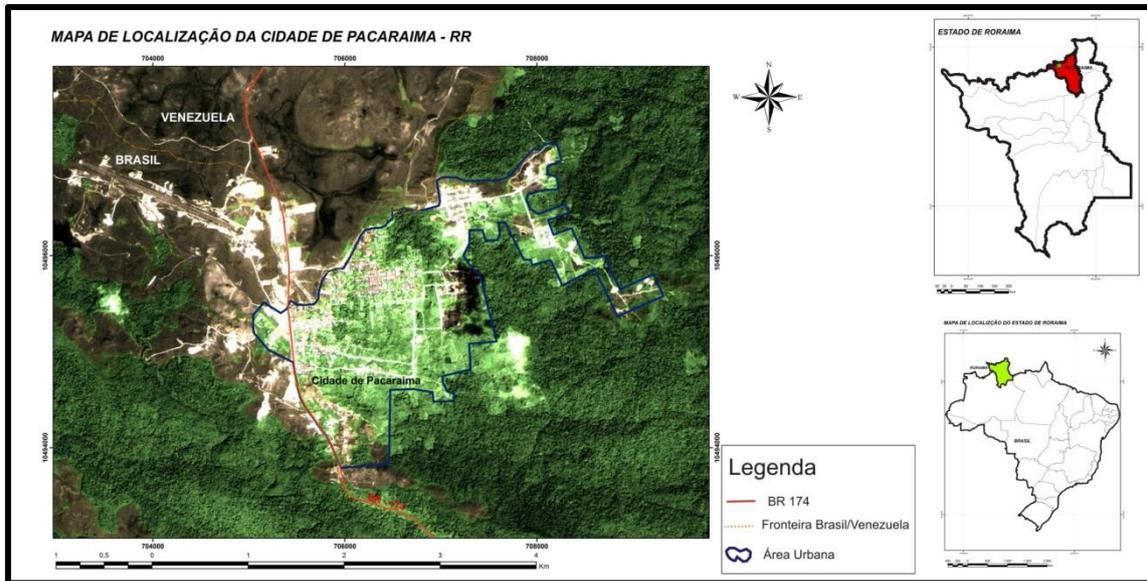
15Os planaltos são constituídos basicamente por terrenos cristalinos antigos pré-cambrianos. O Planalto das Guianas prolonga-se do Brasil até à Venezuela e às Guianas na fronteira entre esses países e o Brasil. O planalto é constituído por formações das serras do Imeri, Parima, Pacaraima, Acaraí e Tumucumaque. É na região serrana que se encontram os pontos mais altos do Brasil, como o pico da Neblina, na serra do Imeri, nas imediações do extremo norte do estado do Amazonas, com 3.014 metros de altitude. No caso da cidade, fala-se especificamente das serras de Pacaraima que também dá nome a cidade.

16Etnia indígena pertence à família linguística caribe. Falam a língua macuxi e habitam a região compreendida entre as cabeceiras dos rios Branco e o rio Rupununi, território partilhado entre o Brasil e a Guiana. Santilli (1997) e Farrage (1997).

17Etnia indígena pertence à família linguística Aruak. Ocupa o vale do rio Tacutu, coabitando territórios com os macuxi. Santilli (1997), Farrage (1997) e Frank (2002).

18 Etnia indígena pertence à família linguística caribe a habitam a região compreendida entre as cabeceiras do rio Branco. Santilli (1997), Farrage (1997) e Frank (2002).

Figura 12 – Mapa Localização da cidade de Pacaraima



FONTE: CUNHA, L.D.; 2011

Nota: Localização da área de estudo no mapa do estado de Roraima e no destaque a área urbana de Pacaraima. Imagem CBERS 2B CCD integrada com HCR, órbita 176-95, ano 2010.

A figura 9 apresenta a área de estudo na qual é possível observar a localização do município no contexto nacional e estadual, evidenciando o fato de que esta área está inserida em um contexto de fronteira internacional, posição geopoliticamente estratégica o que pode orientar compreensões sobre interesses políticos exercidos no extremo norte do país.

Abordar-se-á a seguir a história da cidade de Pacaraima, enfocando sua gênese e os processos que desencadearam os primeiros assentamentos, no âmbito da criação da cidade e suas implicações sociopolíticas e espaciais. Considera que embora seja de amplo conhecimento que a cidade se iniciou atrelada ao processo de instalação do pelotão de fronteira, cuidar-se-á aqui, de buscar uma compreensão da trajetória desse processo com vista a esclarecer e colaborar com a construção em torno do debate oficial arraigado na memória e mentalidade influenciando até mesmo a produção acadêmica sobre Pacaraima.

A análise de Pacaraima nos contextos regional e sub-regional visa contribuir com um debate mais elaborado, pormenorizando os processos de produção do espaço dentro de suas especificidades regionais e espaciais, com perspectiva de romper com generalizações ou até vias centralista de análise que quase sempre privilegiam apenas um aspecto da constituição regional.

Utilizando atributos da regionalização e sub-regionalização buscou-se apreender a produção espacial da cidade de Pacaraima e sua inserção regional considerando a proposta de regionalização de Amazônia Legal, de Amazônia Caribenha e Amazônia Setentrional,

considerando as forças de verticalidades e horizontalidades nessas classificações bem como o estabelecimento do estado de Roraima, considerando os processos sociais e de sua localização.

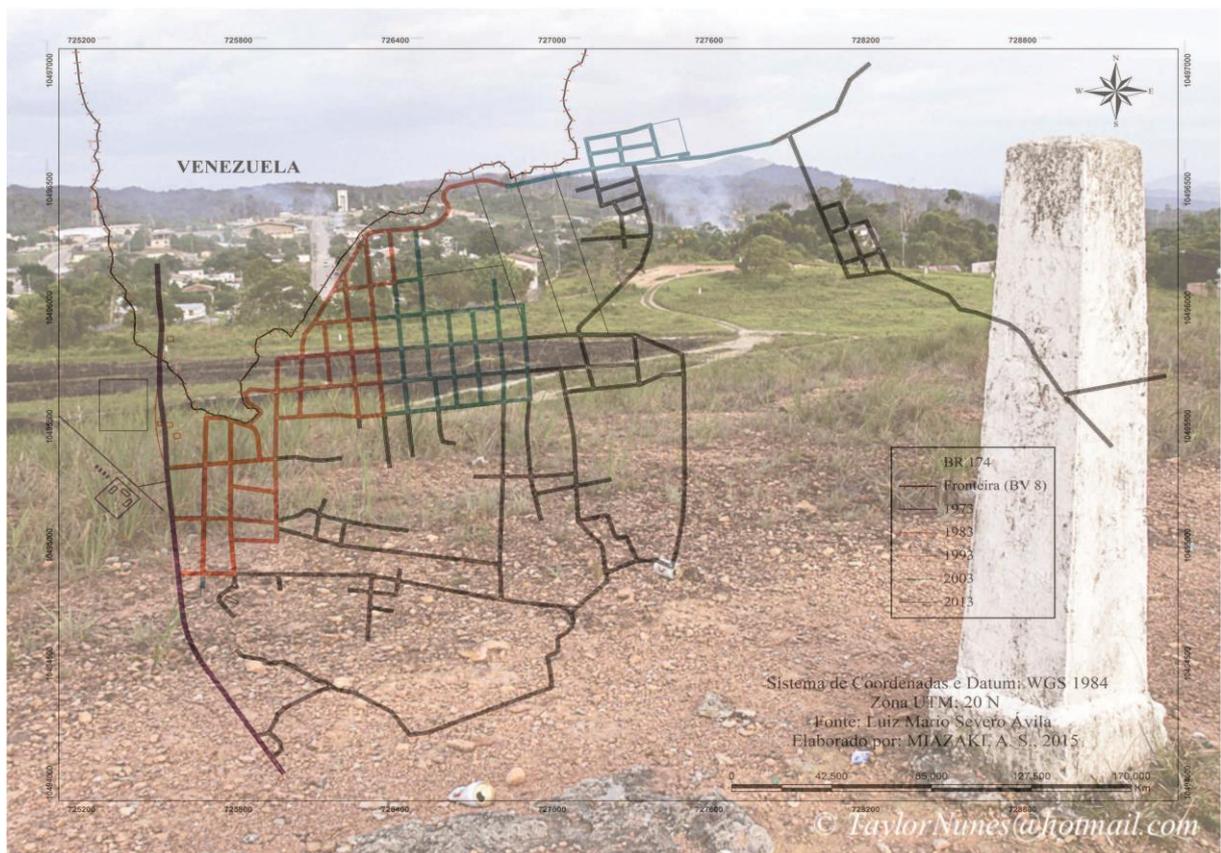
No contexto de Amazônia Legal, Pacaraima se insere na Amazônia Ocidental e constitui uma cidade integrante de uma rede com padrão dendrítico de estrada e de terra-firme com características marcadas pelas grandes distâncias entre as cidades; carência de infraestrutura de transporte e comunicação, por exemplo e carências materiais, educacionais, acarretando uma série de dificuldades que colaboram para um fraco e ineficiente fluxo de pessoas, mercadorias, conhecimentos, serviços, entre outros.

No contexto de Amazônia Caribenha, Pacaraima guarda a suas profundas raízes indígenas, embora haja um debate que procure excluir essas culturas dos processos sócio-econômico e cultural-político, que em decorrência dos processos de produção do espaço geográfico e da cidade, seus desígnios se encontram no contexto sócio-histórico e cultural. Assim, considera-se que Pacaraima cumpra também o papel social de ser o espaço na qual as suas culturas constituintes possam promover suas estratégias de inserção e pertencimento.

No contexto de Amazônia Setentrional, Pacaraima se insere em uma geopolítica em que o processo de ocupação urbana da região está relacionado a objetivos militares. Área de atuação do PCN, a cidade cumpre a função de assegurar a presença pátria na fronteira que pressupõe articulação entre os três níveis: o federal, o estadual e o municipal. No estabelecimento da cidade como áreas de atuação do PCN assegura a ela a ferramenta de um planejamento estratégico, podendo ser considerado um plano diretor – plano estratégico – plano diretor.

Considera-se que a análise de produção do espaço da cidade de Pacaraima, analisada em uma escala regional e sub-regional permite abstrações reveladoras de sua constituição capaz de pormenorizar as análises desse fenômeno na Amazônia. Esse olhar de fora para dentro constitui uma pretensa intenção de apreender a produção socioespacial e suas especificidades internas e externas, bem como os processos de inter-relação e integração a um contexto mais amplo.

AS HORIZONTALIDADES E AS VERTICALIDADES NA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA



3 AS HORIZONTALIDADES E AS VERTICALIDADES NA (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA

Objetiva-se com o presente capítulo uma abordagem da (re) produção do espaço da cidade de Pacaraima que buscará a compreensão dos contextos pré-gênese, com objetivo de promover um debate que possa possibilitar a reflexão acerca das influências das forças e dos grupos de agentes que colaboram para seu estabelecimento.

Buscar-se-á compreender o processo de ocupação/ou (re) ocupação do espaço onde se localiza a cidade de Pacaraima, abordando sua geografia histórica da produção de seu espaço, considerando os primeiros habitantes da região e, buscando os significados da produção espacial no contexto desses habitantes e suas contribuições ao processo de gênese e espacialização da cidade.

O sítio da cidade, o local onde se localiza hoje, guarda uma ancestralidade de ocupação e habitação que configura uma experiência geográfica de culturas nativas que ali se estabeleceram e se mantêm até os dias atuais, como é caso do povo macuxi e do tauperepag. Essa ancestralidade constitui-se como um dos elementos primórdios da produção do espaço para a região. Cabe ressaltar que a disposição espacial da população indígena macuxi permanece praticamente inalterada desde os primeiros registros historiográficos disponíveis para a região do vale do rio Branco, o que evidencia tal população como agente reprodutora de espaço no contexto.

Considera-se que a principal contribuição das culturas e povos ancestrais deu-se em um primeiro momento na escolha do “sítio da cidade” como espaço de vivência, como espaço conhecido, vivido e experienciado. Também, que a experiência ancestral serviu de substrato às entradas de novas culturas na região onde se localiza a cidade, como é o caso de movimentos de garimpeiros e, posteriormente, o estabelecimento do povoado da vila e da cidade em uma dinâmica das forças horizontais, nas relações da produção do espaço até a chegada da estrada e do exército.

Ainda no capítulo, analisar-se-á a dinâmica das forças verticais nas relações de produção do espaço e a atuação do estado com a criação do 3º Pelotão de Fronteira e as mudanças espaciais na fronteira a partir de sua instalação e a abertura da BR174.

Ao pormenorizar as etapas da instalação do referido 3º Pelotão de Fronteira e da construção da BR174, pretende-se alinhar os acontecimentos locais ao contexto nacional e a pretensões políticas da época, na qual as duas obras apresentam facetas da mesma política

militarizada, que com claros desejos de ocupar e defender promoveu a sedimentação de forças militares na fronteira e ainda possibilitou a inserção da região na economia nacional.

Assim, compreende-se a cidade como resultante da conjugação das forças de horizontalidades e as forças de verticalidades que determinam a gênese e o desenvolvimento socioespacial da cidade até o presente. Constituem-se em forças estruturantes marcadas por lógicas distintas que contribuíram para constituição da materialidade da cidade.

3.1 PACARAIMA GÊNESE E PROCESSOS

A apreensão do espaço e do que ele representa nos oferece desafios que perpassam pela compreensão de suas formas e seus significados no momento de sua gênese e para a posteridade. A confrontação do espaço, herdeiro de formas e práticas pretéritas, algumas delas constituídas como rugosidades (SANTOS, 2006), que ainda pesam sobre a sua estruturação, dando-lhe contornos ou atributos, impõe ao pesquisador a necessidade de entender essa geografia histórica da produção do espaço e a história dessa geografia do espaço e de sua produção, sua estruturação, seus agentes históricos, que até hoje constituem elemento explicativo dos rumos da expansão horizontal da cidade, ao que se somam processos e lógicas atuais, dotados de novas racionalidades, novas práticas, novos agentes e novos interesses.

As forças dos processos socioeconômicos e sociopolíticos de tempos pretéritos e atuais, somando-se à lógica atual da produção do espaço, praticada pelos agentes produtores de espaços no município de Pacaraima confirmam o pensamento de Milton Santos de que o espaço é acumulação desigual de tempos. O sentido que esse espaço pode preservar traz à tona sua gênese, seus processos históricos, suas temporalidades, rupturas e continuidades, trazendo em sua história a conformação do real e do atual, na definição do futuro da cidade.

É fundamental dessa forma, compreender como se deram os primeiros assentamentos humanos na região para, a partir disso entender a chegada do elemento não indígena e o estabelecimento da cidade. Busca-se assim amparo em perspectivas e trabalhos de historiadores, antropólogos e sociólogos que possam colaborar com a pretensa periodização sobre a ancestralidade do processo de produção dos espaços.

Na sequência debate-se a busca na compreensão da lógica da gênese do espaço da cidade e das formas de produção de seu espaço e subespaços, explicando as diferentes forças e fases da estruturação e os processos que a conformaram, o que é importante para que no capítulo 5 possa o leitor compreender a origem do federalismo, como agente de produção do

espaço da cidade, esperando explicitar os atuais processos de produção do espaço, podendo quem sabe, compreender os desencadeamentos futuros desse processo contínuo.

Abre-se um debate que a partir do qual se acredita ser possível uma compreensão mais ampla do processo de produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima oferecendo elementos pormenorizados que definiram a estruturação atual da cidade. Salienta-se, ser oportuno empreender tal debate sobre a geografia histórica, uma vez que a sua negligência possa significar lacunas e perdas e na compreensão do fenômeno do processo de produção do espaço da cidade na atualidade.

3.2 GEOGRAFIA HISTÓRICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE PACARAIMA

Na busca por compreender o processo de produção do espaço da cidade de Pacaraima na fronteira Brasil-Venezuela evidencia-se a necessidade de abordar tal espaço sob a ótica da geografia, considerando as dimensões, os processos e as estruturas de sua conformação. Isso dado às especificidades do estabelecimento de tal espaço em um contexto de múltiplos interesses e perspectivas.

A cidade é o produto de um processo histórico-espacial e possui suas raízes decorrentes dos primeiros habitantes do local, que materializaram suas vidas por meio do emprego da técnica e do trabalho. Trata-se, portanto, da dimensão material, do espaço construído da área de assentamento enquanto que o urbano está ligado à subjetividade e às práticas típicas da vida em comunidades de cidades ou áreas ligadas a elas.

Assim, o fenômeno de produção espacial na fronteira do extremo norte do Brasil demanda debates que possibilite a apreensão acerca dos processos de produção do espaço geográfico local e os problemas socioambientais decorrentes. O debate pretende também ampliar a compreensão sobre o conjunto de elementos político-administrativos, socioeconômicos e culturais que possibilitou e possibilita tal produção.

Evidencia-se que, para apreender a dinâmica socioespacial da cidade de Pacaraima, coloca-se a complexidade de sua genética como ponto de partida, devido favorecer o entendimento de parte dessa dinâmica e de sua estrutura atual, levando em conta que a cidade se insere nos inúmeros núcleos de povoamento, em áreas de fronteira de ocupação e fronteira de modernização, ambas, produtos da globalização. Surgiram, de fato, novos núcleos de povoamento em unidades federadas como Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Pará, Roraima, Mato Grosso do Sul e Bahia (CORRÊA, 1999).

A criação de cidades, como é caso apresentando corresponde a três motivos possíveis: econômicos, políticos e defensivos (BEAUJE-GARNIER 1997; ROCHA e SILVA 2012). Os autores apontam que tais motivos marcam, em alguns casos, de maneira indelével a cidade, desde a sua origem, devido à sua escola inicial. A cidade estudada traz na sua conformação marcas determinadas pelas conjunturas econômicas, assinaladas por processos de garimpos, política abertura da BR174 e projetos de assentamentos defensivos, como a criação do pelotão de fronteira.

A constituição dos espaços urbanos em Roraima decorre de assentamento de populações que outrora habitavam as aldeias, as fazendas, as corrutelas e os povoados (ROCHA e SILVA 2012). A constituição da Vila de BV 8, analisada por Rocha e Silva (2012) aponta duas vertentes de análise, a primeira apoiada em Macagi (1976) e Souza (1969) que evidenciam uma total ausência de aglomerado urbano na região do marco de fronteira entre Brasil e Venezuela (BV 8), até o princípio dos anos setenta do século XX.

A outra vertente de análise feita pelo os autores, baseados em Freitas (1993), Silveira e Gatti (1988) e Santilli (2001), indicam que a partir de 1964, Roraima conseguiu a implantação das rodovias Manaus – Boa Vista – Marco BV-8 e cinco anos mais tarde foram distribuídas unidades militares ao longo da fronteira, com instalação da base militar no marco de fronteira originando um pequeno povoado instalado, no que seria hoje, Pacaraima.

Os autores, então, informam por meio das vertentes explicitadas que o processo de surgimento de Pacaraima está relacionado ao período de militarização do Brasil, entre 1964 e 1985, quando o Estado traça um plano estratégico que objetivava a integração da Amazônia à economia nacional. Nesse período é que a gênese da cidade se configura, fazendo surgir os primeiros equipamentos urbanos, corroborando com um novo arranjo espacial na fronteira marcada, nesse período, pela porosidade e circulação de pessoas.

Apontamos que a região, desde o processo de definição da fronteira, sempre foi marcada pela circulação de pessoas (OLIVEIRA 2011). Baseado em Andrello (2010) informa que a partir da década de 1940 surgem rumores de atividades de contrabando de mercadorias para a fronteira da Venezuela, tal atividade econômica perpassava pelos Campos da Fazenda São Marcos, até a cidade de Santa Elena.

Tal atividade parecia ser remunerada com ouro dos garimpos existentes naquela região e vinha contatando com o apoio do administrador de São Marcos que cuidou de construir um depósito e outras instalações no retiro do Xiriri, lá colocando também algumas cabeças de gado com claro intuito de proporcionar uma base no local para o trânsito de caminhões que começavam a ocorrer por aqueles campos. (ANDRELO, p.78, 2010)

Essa perspectiva sinaliza os novos ordenamentos espaciais¹⁹(questão do Xiriri Sururmu) que viriam ocorrer na região, evidencia também, a força da atividade econômica dos garimpos, tanto no Brasil com na Venezuela e como força capaz de proporcionar atividades de suporte que possibilitaram novos arranjos espaciais na área da Fazenda São Marcos com equipamentos e subespaços de suporte técnico e logístico à atividade nascente.

A atividade garimpeira é apontada por Mário Valero como promotora do surgimento da cidade de Santa Helena do Airem, na Venezuela, em 1923, sendo um dos seus motivadores a descoberta de ouro e diamantes na região da Gran Sabana onde se localiza Santa Helena do Airem.

Se levanta en medio de la avanzada aventurera de quienes en las primeras décadas de siglo XX penetraron la Gran Sabana con diferentes propósitos, algunos formaban parte de misiones evangelizadoras, otros atraídos por la explotación de oro y diamantes, (VALERO, p. 13, 2009).

Concorda-se com Rocha e Silva (2012) ao informar que o processo de surgimento de Pacaraima está relacionado ao período de militarização do Brasil entre 1964 e 1985, quando o Estado traça um plano estratégico que objetivava a integração da Amazônia à economia nacional, por meio da instalação do Terceiro Pelotão Especial de Fronteira, autorizada em 1975 pelo Ministério do Exército Brasileiro e a abertura da rodovia BR-174, também na década de 1970, intensificaram seu processo de ocupação.

As evidências apontadas por Varelo (2009) e Andrello (2010) apontam que esse processo é anterior a esse período, deslocando-se por pelo menos duas décadas anteriores, indicando um incremento de maior circulação de mercadorias na região onde se estabelece Pacaraima, decorrentes de comércio relacionando às atividades de garimpo nos dois países.

No entanto as contribuições de Andrello apontam que a atividade pecuária na Fazenda São Marcos começou entrar em decadência desde o ano de 1934, período que segundo o autor, a fazenda estava completamente abandonada, citando as ruínas de suas instalações e equipamentos. Seria esse o período de um deslocamento econômico e logístico que levaria posteriormente à gênese da atual cidade de Pacaraima?

Batista e Veras (2012) apontam que a “gênese de Pacaraima-RR data do período colonial, quando se instala na região a Fazenda Real, com o intuito de garantir a posse lusitana das terras localizadas ao norte do Vale do Rio Branco”. Entendendo esse momento como o início de uma ocupação baseado em um “aldeamento” das populações indígenas do

¹⁹Ordenamentos espaciais na fazenda São Marcos

local (SANTILLI 1997 e FARAGE 1997). Reforça-se aqui a concordância com Rocha e Silva (2012) e considera-se a atividade garimpeira como gatilho dessa gênese urbana.

A área da cidade de Pacaraima, então, pertencia à Fazenda Real São Marcos que se transformou em colônia indígena e posteriormente em terra indígena de mesmo nome. Nascida da vila denominada BV-08 (Marco de Fronteira Brasil Venezuela de número 08), habitada principalmente por militares e seus familiares que ali se instalaram dentro da política de ocupação da fronteira (SILVA 2007). A Vila Pacaraima ascende à condição de cidade sede de município em 1995.

Salienta-se que em 1991 houve a homologação da Reserva Indígena São Marcos e a emancipação política de Pacaraima em 1995. A sobreposição de datas e acontecimentos mostra o paradoxo da atuação das forças que agem na gênese municipal, revelando as ações de verticalidade de demarcação das terras indígenas e as horizontalidades das relações políticas locais que demandam poder. Tal paradoxo revela as forças centrípetas e centrífugas que articulam o arranjo espacial na região.

A criação e independência do município geraram uma grande mobilidade de pessoas, entre eles, políticos locais e candidatos a prefeituras na efetivação dessa lei e resistência do CIR - Conselho Indígena de Roraima e a APIR - Associação dos Povos Indígenas de Roraima que no ano de 1994, questionaram a legalidade da instalação de sedes municipais em terra indígena, como é o caso de Pacaraima. Considera-se a existência de manobras políticas e legais em seu estabelecimento.

Pacaraima foi elevada à condição de município em 17 de outubro de 1995 (Lei nº 096), tendo sido desmembrada de área pertencente ao município de Boa Vista, capital do estado de Roraima. Foi implantada efetivamente a partir do dia 01 de janeiro de 1997, com a posse do primeiro prefeito, Senhor Hiperion de Oliveira. Essa nova configuração nascida com a criação do município faz da cidade o local da materialização das já citadas forças de verticalidades e horizontalidades.

A cidade de Pacaraima, concentra uma população de 4.514 pessoas (IBGE, 2010), apresentando-se como um pequeno aglomerado, assentado no norte do município estando limitado ao norte pela linha divisória do Brasil com a Venezuela, concentrando as funções burocráticas de uma cidade da fronteira, sendo a primeira cidade para quem entra por rodovia no Brasil, proveniente da Venezuela e a última para quem sai pela rodovia BR-174.

Levando em consideração a localização de Pacaraima, em área geoestratégica em situação de fronteira internacional, e na perspectiva de Rocha e Silva (2012) compreende-se que tal contexto, merece uma análise pormenorizada, em face do processo de integração,

superando as formas tradicionais dos conceitos de fronteira, enquanto recortes de nacionalidade, de corte ou divisão. A seguir abordar-se-á a cidade em momentos distintos de preponderância de horizontalidades e verticalidades.

3.3 FRONTEIRA ABERTA: FORÇAS DE HORIZONTALIDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA

A área geográfica que hoje compreende o espaço da cidade de Pacaraima resguarda uma ancestralidade de domínios territoriais que remontam a própria história da colonização da América pelos antigos povos tradicionais. Desde os grandes movimentos migratórios marcados pela travessia do estreito de Bering até movimentos do século XV, XVI e XVII grupos humanos sempre habitaram a região.

Embora Sartori e Bethônico (2011) admitam que as incertezas sobre esse tema possam eleger duas possibilidades de abordagem, buscaremos o viés que nos levará a compreender a ocupação humana da região, como forma de construir um substrato histórico que cumpra com a função de alicerçar o debate proposto de produção do espaço no município de Pacaraima, sem negligenciar a ancestralidade desse processo e o papel das etnias indígenas na estruturação do mesmo.

A não ocorrência de processos de colonização, anterior à chegada do elemento não indígenas e/ou a possibilidade que esses processos se deram pela chegada de indígenas em fuga dos espanhóis recém-ancorados na América central no século XV e mais tarde pela chegada de não indígenas à região. (SARTORI e BETHÔNICO, 2012) nos guiará na elaboração do presente tópico que visa construir um ponto de partida donde se inicia o nosso debate, construindo, assim, o início de nossa periodização, montando um texto a partir dos primeiros assentamentos humanos na região.

Os mais antigos habitantes da América pré-Colombo chegam ao continente no período compreendido entre 28 mil e 10 mil anos a.C., encontram um espaço natural passível de ocupação. Teorias apontam que vieram da Ásia, através do Estreito de Behring (SARTORI e BETHÔNICO, 2012; MENTZ RIBEIRO 1997 e ADAS, 1982).

As passagens e os processos migratórios teriam ocorrido nos períodos glaciais do Pleistoceno onde houve congelamento de rios e recuo do mar que possibilitaram a travessia de um continente para o outro. Ao que tudo indica, segundo a teoria de Bering, a ocupação se iniciou pelo noroeste da América do Norte, estendendo-se gradativamente pelo continente, incluindo a Amazônia e a área do atual estado de Roraima (MENTZ RIBEIRO 1997).

Embora não haja evidências para precisar a ancestralidade da ocupação humana na região de Pacaraima, acredita-se que o processo possa ser semelhante a de outras áreas do continente que sofreram, segundo Mentz Ribeiro (1997), duas ondas de ocupação de culturas adaptadas a áreas abertas e de culturas adaptadas a áreas fechadas.

Estima-se que esses primeiros habitantes desenvolvessem atividade de caça, coleta e pesca, ou seja, eram coletores e não produtores de alimentos, provavelmente, em decorrência do caráter nômade dessas populações, com adaptações distintas de acordo com ecossistemas escolhidos como espaços de vivências.

Mentz Ribeiro (1997) afirmando a falta de evidências aponta em um artigo de resultados de pesquisa antropológica e arqueológica que os materiais encontrados em sítio arqueológico localizado ao norte do estado, próximo à BR-174, às margens do rio Parimé são materiais da cultura Macuxi, concordando com os estudos desenvolvidos por Betty J. Meggers e Clifford Evans (1960), na área de cerrado guianense que atribuíram aos Macuxi e Wapichana os materiais lá encontrados.

O autor concorda em parte com Evans e Meggers (1960), ao atribuir os materiais aos Macuxi e ainda considera que a arte rupestre encontrada em Roraima é bastante semelhante aos petróglifos²⁰ encontrados no lavrado de Roraima, tendo pelo menos mais de 2.000 anos. Quanto à possível confusão sobre a área territorial pesquisada ser uma área Macuxi ou Taurepang, como sugerem alguns estudos, adotamos as posturas dos próprios Mentz (1997) e de Frank (2002).

Mentz e Frank (2002), com base em Koch-Grunberg e em uma publicação – 1989 e 1990 – de dois folhetos “histórico-antropológicos” da Diocese de Roraima, orientam sobre a possibilidade de os Taulipáng e/ou os Taurepang serem uma autodenominação de uma tribo do norte de Roraima, que seria, para os dois autores, facção regional dos Macuxi.

As evidências apontadas até aqui abrem a especulação da possibilidade de os Macuxi e Wapichana estar ocupando o atual território do município e cidade de Pacaraima há pelo menos 2.000 anos, o que nos leva à reflexão sobre a perspectiva de significados territoriais e do lugar como espaço de vivência capaz de assegurar a experiência geográfica de habitar.

Retomando nossa tentativa em estabelecer um conjunto de apontamentos que possam colaborar com a compreensão sobre a ancestralidade de Pacaraima, Sartori e Bethônico (2012), orientados por Frank (2007), indicam que prováveis migrações são mencionadas na literatura há aproximadamente dois mil anos. Oriundos da parte central do escudo das

²⁰Petróglifos são rochas com registros gravados, esculpidos das formas culturais ancestrais difere dos pictogramas que são registros pintados como também ocorre na área. Ex: Pedra Pintada.

Guianas, os ancestrais Pemon-Kapon ocupam os espaços compreendidos como região circun-Roraima, nos arredores do Monte Roraima.

Embora as teses sobre ocupação da região em tempos remotos sejam extremamente fascinantes, demandam um extenso estudo que deve superar o *orientalismo*²¹ (FRANK, 2002. grifo nosso) criticado pelo autor, para uma compreensão realista, admitindo que os processos de comunicação interétnica são processos que materializam o espaço, que passam a ser (re)produzidos e a ter significado, transformando-os em territórios que também recebem sentidos e significados distintos por aqueles que os produzem.

A área que hoje é ocupada pela cidade de Pacaraima se insere nessa ancestralidade de ocupação e habitação que configura uma experiência geográfica, que na nossa perspectiva constitui os primórdios da produção do espaço da região. A disposição espacial da população indígena Macuxi permanece praticamente inalterada desde registros historiográficos disponível para a região do vale do rio Branco no século VXII (SANTILLI 1997).

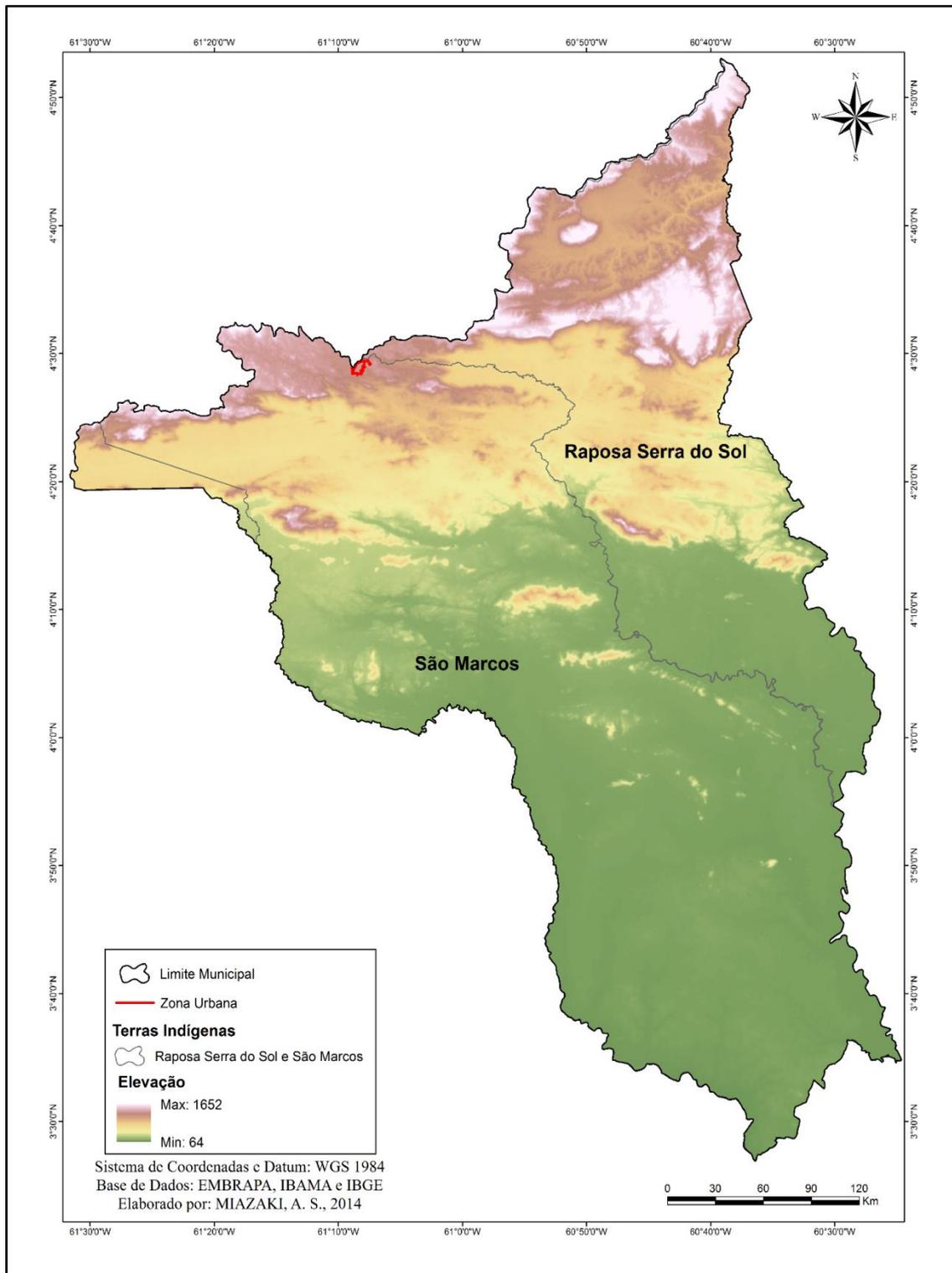
Inserida na fronteira porosa e aberta, o local da cidade de Pacaraima constitui forças centrípetas fortemente marcadas pelas horizontalidades da dinâmica das relações sociais indígenas, ancestralmente estabelecidas nos diversos grupos sociais que povoaram e povoam a localidade.

O mapa apresenta o recorte territorial do município de Pacaraima e sua extensão sobre as terras indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol. Salienta-se que a cidade está inserida somente na Terra Indígena São Marcos. Ao lado, na porção noroeste do mapa é possível observar uma parte do município que está fora das demarcações das duas terras indígenas.

Consideramos que uma análise da produção do espaço urbano da cidade de Pacaraima, mesmo nascendo de disputas, traz em sua conformação, heranças de culturas e de povos ancestrais que em um primeiro momento escolheram este “sítio” como espaço de vivência conhecido, vivido e experienciado. Esse é um importante fator que entre outros concorreram para o estabelecimento da cidade de Pacaraima.

21 é um termo comumente utilizado para definir o estudo por cientistas e intelectuais das culturas eurocêntricas do conjunto histórico e cultural teoricamente constituído por todas as sociedades fora do contexto da cultura europeia. O orientalismo serviu com uma ferramenta legitimadora da exploração colonial, pautado na inferioridade racial e cultural de todas as civilizações não europeias. Aponta-se numa perspectiva crítica que o objetivo presumido era e é para aqueles que lançam mão dessa perspectiva, buscar justificação do processo imperialista, através do discurso de redenção dos primitivos, inferiores e subdesenvolvidos.

Figura 13 - Mapa Terras indígenas no município de Pacaraima



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS

3.3.1 Ancestralidade indígena como elemento da produção espacial

Há um debate de que a ancestralidade da cultura indígena na região e sua permanência representam uma horizontalidade da dinâmica local da produção do espaço de Pacaraima e a permanência dessa forma ancestral constitui um substrato essencial e de necessário reconhecimento como um prelúdio de um dinâmico processo socioambiental na região.

Os seres humanos, por sua condição anatômica e pelos seus sentidos são naturalmente seres orientados. Os primeiros ocupantes da região se enquadram na descrição de Claval (2010), que orienta que desde a origem dos tempos, todo homem é geógrafo. O autor exemplifica a afirmação por meios dos camponeses das sociedades tradicionais que segundo ele “*desenvolveram conhecimentos impressionantes, extensos e precisos, sobre o seu meio ambiente*” (p. 11).

Nosso corpo é orientado: a nossa frente se estende aquilo que nosso olhar descobre. Apenas através dos rumores e dos odores que nos chegam dali, apreendemos o que está atrás. Do lado direito e do lado esquerdo, há zonas nas quais os olhos detectam os movimentos mas captam mal as formas, um ligeiro movimento com a cabeça basta para descobri-las. Há ainda o acima da linha dos olhos para o alto, e o abaixo, da linha dos olhos para o chão. O tato completa, na zona de proximidade, aquilo que nossos olhos, ouvidos e nariz nos ensinam (CLAVAL 2010, p. 15).

Assim, o autor afirma que todo homem se utiliza de seus sentidos para se orientar, definindo pontos de referência e culminância para apreensão do meio ambiente, essa experiência embora seja apreendida pelo uso dos sentidos, o processo de orientação não é individual. É imitando os antepassados que a criança apreende os elementos do ambiente que deve memorizar sendo, portanto, uma experiência geográfica social.

Muito antes de ser o espaço que materializa conflitos nacionais e internacionais, interesses políticos e econômicos, a área onde se estruturou o espaço urbano de Pacaraima constituiu espaço de vivência e fonte da experiência de habitar, tida por Claval (2010) como uma experiência geográfica fundamental, carregada de experiências e subjetividades que qualificam o espaço como habitável ou não.

Tais experiências transformadoras do espaço no qual os grupos humanos se inserem geram entendimento e apreensão que percebidos por meio dos sentidos, ganham significados e transformam em território habitado. Dotado de significado percebemos e nomeamos nosso espaço de vivência, colocamos uma etiqueta em cada lugar conhecido de modo que possamos nomeá-los, (CLAVAL, 2010). A partir do conhecimento proporcionando pela experiência

geográfica de habitar desenvolvemos habilidades e práticas que se traduzem em práticas do viver.

A experiência geográfica de habitar, das populações indígenas ancestrais no local onde se (re)produz a cidade de Pacaraima compõe um substrato cultural formado pelos grupos étnicos do passado que apreenderão o lugar como espaço de vivência e por força de seus hábitos e de sua cultura o qualificou como ideal. Tal qual as orientações de Claval, a presença das elaborações²² espaciais e as rugosidades da cultura indígena permanecem ainda hoje nomeando rios, (Uraricoera, Parime, Auaris, Amajari, ect.) e formas de relevo (serra de Parima e Pacaraima).

A produção espacial na aérea da Terra Indígena São Marcos, embora tenha sido palco de encontros, desencontros e confrontos étnicos mais intensivos e evidentes nos últimos cinco séculos, salienta-se que esta produção já estava em curso muito antes do contato desses povos com os europeus; ao se afirmar isso, apoiamos-nos nos estudos de Oliveira (2011) que aponta a comunicação interétnica e a formação de redes e de lógica existentes entre os indígenas foi um atributo aproveitado e explorado por holandeses para inserir manufatura nessa rede e circuito.

Recorda-se do conceito de rede desenvolvido por Santos (2006) de que esta se configura como uma infraestrutura, no caso social, de fixo e fluxo por onde se realizavam contatos interétnicos entre os indígenas e, apropriada pelo os holandeses na expansão comercial. A rede em questão evidencia a produção espacial ancestral da área da cidade estudada.

É importante considerar a presença das culturas indígenas, suas territorialidades e o que elas geram e fazem coexistir no processo de estruturação do espaço da cidade de Pacaraima que traz em seu DNA as fortes influências de componentes das culturas tradicionais, que à primeira vista, embora se apresentem destoantes e polarizadas em debates contra ou favor, a cidade revela sua face multiétnica que suscita por inclusão.

3.4 FRONTEIRA FECHADA: VERTICALIDADES E A CONSTRUÇÃO DA BR174 E DO PELOTÃO DE FRONTEIRA

O debate que se apresentará aqui aborda o poder das forças centrífugas das verticalidades que impõem ao espaço local uma lógica estadual, nacional e, porque não dizer,

²²A topofilia está presente na identificação dos habitantes com o lugar e no conhecimento pessoal de cada um em relação ao que representa esse local. Corresponde a relações de afetividade, plena de lembranças íntimas produzidas pelo meio ambiente natural, que dá sensação de abrigo, Claval (2010).

global, que produz o espaço de modo capitalista, donde emanam as modernas formas de poder.

A produção do espaço onde se localiza a cidade de Pacaraima é bastante ancestral e marcada por circulação de pessoas e suas redes de fluxos. Em outros termos podemos falar de uma fronteira porosa, devido à marca pelo contato entre culturas diferentes, mesmo em períodos pré-colombianos que levou tempo para ser estabelecida oficialmente.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores - MRE a constituição da fronteira entre os dois países nasce com Tratado de Limites, de 1852 perpassando pelo Tratado de Limites e Navegação, de 05/05/1859, Primeiro Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 09/12/1905, Segundo Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 09/12/1905, Terceiro Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 29/02/1912, Quarto Protocolo relativo à Demarcação da Fronteira, de 24/07/1928 até os acordos entre os dois países para demarcação da fronteira em 07/11/1929, 15/10/1938 e 27/05/1939 (MRE, 2014).

O processo iniciado em 1852 sobre a fronteira Brasil e Venezuela é a linha e a delimitação de seus territórios é confirmada pelo Protocolo de 1929 e materializado pelos Acordos de 1938 e 1939. Na região estudada a linha de fronteira é delimitada por “marcos” no caso específicos da cidade o Marco de BV-8.

Podemos salientar algumas coincidências em datas bem próximas ocorrendo na fronteira: em 1923 a cidade Santa Elena de Uairen é fundada (VALERO, 2009); em 1929 é estabelecido o Acordo de Demarcação da Fronteira (MRE, 2014); em 1934 a fazenda São Marcos entra em forte decadência (ANDRELLO, 2010) e na década de 1940 tem-se início a atividade garimpeira na região (ANDRELLO 2010 e VALERO 2009). As ocorrências desses eventos acrescidas da forte circulação de pessoas e mercadorias e, mais tarde de mudanças provocadas pelo golpe militar de 1964 geraram as condições necessárias para o estabelecimento de novas dinâmicas na produção do espaço regional.

Em meados da década de 1970, alinhando às transformações em curso em todo território nacional, a geografia do antigo território passa por forte transformação, que marca de forma definitiva os territórios e as territorialidades a partir de então. Nesse período a construção do Pelotão de Fronteira e a abertura, da estrada federal BR-174 que, partindo da cidade de Manaus, chegou até o Marco BV-8, nos limites com a Venezuela, tornou-se o principal eixo longitudinal de integração do Estado de Roraima fomentando polo de assentamento na região (SILVA e MOURÃO, 2012; ROCHA e SILVA, 2012).

Andrello (2010) aponta que a fazenda “São Marcos passou pela exclusão de uma parcela de terra de cerca de 1000 hectares na fronteira para implantação de um pelotão do

Exército em 1975, pela demarcação física em 1976 e pelo primeiro levantamento sistemático de ocupantes não indígenas em 1979 (2010, p 81)”. Já a BR 174 decorre do convênio com o DNER, em 26 de fevereiro de 1970, no qual o 6º Batalhão de Engenharia e Construção 6º BEC assumiram a construção da BR rumo ao BV- 8, na fronteira com a Venezuela.

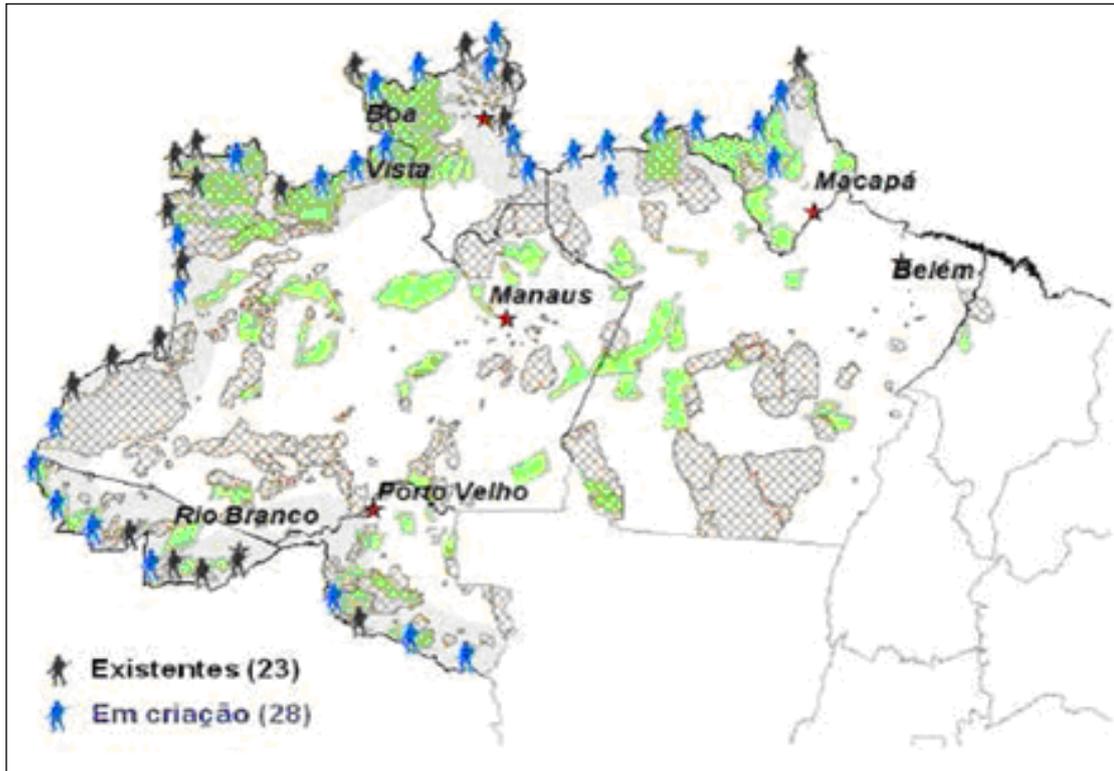
A construção do Pelotão Especial de Fronteira e a construção da BR 174 constituem em verticalidades que materializam suas forças no espaço da fronteira, consolidando no extinto território o estabelecimento de forças belicosas e cumprindo com a segunda e terceira fase do estabelecimento de limites entre os países, segundo o MRE a densificação e inspeção.

A densificação corresponde à fase pós-demarcação que objetiva melhor caracterizar o limite com a implantação de novos marcos, conforme as necessidades consequentes das ocupações populacionais ao longo das fronteiras. Inspeção: atividade de manutenção, que visa inclusive à reparação e reconstrução de marcos danificado. Essa atividade pode ser desenvolvida unilateralmente, desde que não inclua a reconstrução do marco. Objetiva, também, o estudo sobre trabalhos a serem propostos e aplicados na densificação.

Tais verticalidades colaboraram com a intensificação de circulação de pessoas e a região disputada por fazendeiros criadores de gado, passa a receber inúmeros posseiros ao longo da rodovia na parte norte com o surgimento da Vila BV-8 e a implantação de uma colônia de agricultores em uma vicinal próxima ao rio Samã, com 51 lotes distribuídos pela Secretaria de Agricultura do ex-território. Tais eventos, motivados pela construção do Pelotão Especial de Fronteira e a BR 174 culminarão, mais tarde, com a cidade e município de Pacaraima (ANDRELLO, 2010).

Atualmente, o papel das Forças Armadas ainda apresenta alguns programas e projetos que visam aumentar a participação de profissionais qualificados para atender às necessidades das fronteiras e combater o crime organizado por meio de ações preventivas e repressivas. Por ser uma região primordial para a segurança brasileira, implementam-se pelotões especiais de fronteira, como apresenta o mapa a seguir.

Figura 14 – Mapa Pelotões Especiais de Fronteira– PEF



Fonte: BRASIL (2012).

Atrelado ao PPF (Programa de Proteção de Fronteira) de Pacaraima, outros programas e projetos aparecem nas delimitações do Livro Branco (2012), como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON. De acordo com o que pede a Estratégia Nacional de Segurança, o SISFRON vem atender à necessidade de aumentar a presença estatal e monitorar as regiões de fronteira. Constitui um sistema de "comando e controle, comunicações, computação, inteligência, vigilância e reconhecimento que visa dotar a força terrestre de meios habilitados a uma presença efetiva na faixa de fronteira" (ZIMERMAN, 2013, p. 74).

Essa missão de controle das fronteiras visa combater antigas e novas ameaças e ainda lidar com forças irregulares que atuam na região. Sua operacionalização obedecerá a diferentes escalas, com a utilização de lanchas, radares e ainda veículos aéreos não tripulados (VANTs). Sua área de atuação envolve toda a faixa de fronteira.

Ao pormenorizar as etapas da instalação do referido Pelotão de Fronteira e da construção da BR174 pretende-se alinhar os acontecimentos locais ao contexto nacional e a pretensões políticas da época. Percebe-se que as duas obras apresentam facetas da mesma

política militarizada, que com claros desejos de ocupar e defender promoveu a sedimentação de forças militares na fronteira e ainda possibilitou a inserção da região na economia nacional.

Ainda dentro do contexto da política internacional ligada à fronteira, por meio do decreto nº 98.452 foi promulgado o acordo para o estabelecimento de uma Zona Non-Aedificandi em 30 de Novembro de 1989. O acordo rege o estabelecimento de uma Zona "*Non-Aedificandi*" na fronteira, entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Venezuela, com claro objetivo de aperfeiçoar e desenvolver harmonicamente as relações de boa vizinhança entre os dois países.

Entre as premissas reconhece-se a necessidade de preservar e conservar o divisor de águas e os demais acidentes geográficos que servem de referência para a identificação de linha fronteira; evitar a dificuldade na materialização da linha fronteira; adotar medidas que assegurem a intervisibilidade entre os marcos, considerando que o crescimento populacional em certas áreas da fronteira comum pode dificultar a consecução dos objetivos mencionados.

O acordo se estabelece ao longo da fronteira entre os dois países, e de ambos os lados desta, uma zona "*Non-Aedificandi*" e de características especiais indica que a referida área tem 30 metros de largura para cada lado da linha fronteira, não sendo possível nessa zona, realizar nenhum tipo de atividades e obras. Adiante, verificar-se-á que o presente acordo é desrespeitado em toda extensão da cidade na fronteira.

3.4.1 A Criação do município e o dinamismo espacial

A atual configuração política administrativa de Roraima começa a ser definida a partir do distrito de Boa Vista do Rio Branco, que era parte dos municípios de Moura e Barcelos pertencentes ao Amazonas. Em 1943, a área se transforma em Território Federal do Rio Branco, com dois municípios: Boa Vista e Catrimani; este segundo, jamais foi instalado e em 1955 foi formalmente extinto, criou-se então, o município de Caracarái.

Por volta do mesmo período, o desenvolvimento da atividade pecuária nas fazendas locais, localizadas às margens dos diversos rios que cortam a região do lavrado constitui elementos que são responsáveis pela ocupação e urbanização local (FREITAS, 2009). Em 1943 a cidade de Boa Vista tornou-se capital do Território Federal do Rio Branco.

No ano de 1962 o Território Federal do Rio Branco passou a ser denominado Território Federal de Roraima, como forma de não haver confusão com Rio Branco, capital do Território Federal do Acre. Em 1982 criam-se os municípios de Alto Alegre, Bonfim, e Normandia, com terras desmembradas do município de Boa Vista. Também foram criados os

municípios de Mucajaí, São João da Baliza e São Luiz, com terras desmembradas do município de Caracarái. Com a promulgação da constituição de 1988 o então Território Federal de Roraima ganha o *status* de Estado, ente federativo do Brasil.

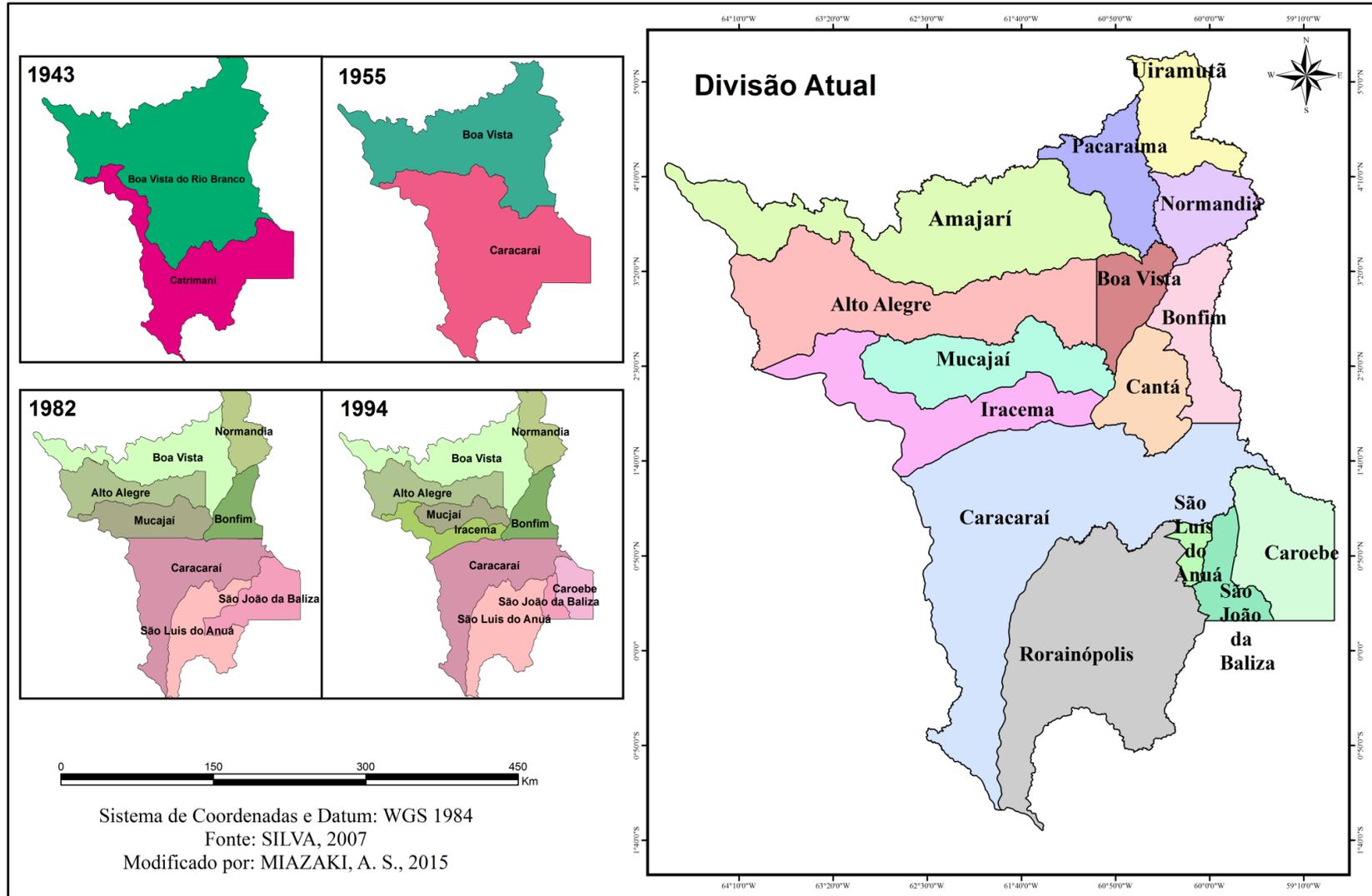
No ano 1994, é criado o município Caroebe, com terras desmembradas dos municípios de São João da Baliza e o município de Iracema, com terras desmembradas do município de Mucajaí. Em 1995 criam-se os municípios de Pacaraima e Amajari, com terras desmembradas do município de Boa Vista; município do Uiramutã, desmembrado do município de Normandia; município do Cantá, desmembrado do município de Bonfim.

Quanto ao surgimento dos municípios do Estado de Roraima, observa-se que Boa Vista, Caracarái e Bonfim tiveram como determinantes de sua gênese, as atividades pecuárias nos séculos XVIII, XIX e XX. Porém, os municípios de Mucajaí, Cantá e Alto Alegre nasceram através de instalação de colônias agrícolas.

Os municípios de Uiramutã, Normandia e Amajari foram determinados pela atividade do garimpo; os municípios que surgem com programas para integração na Amazônia com as construções de rodovias e os projetos de assentamentos. Na BR 210 constam: São Luiz, São João da Baliza e Caroebe e na BR 174, Rorainópolis e Iracema. O município de Pacaraima teve como determinante a instalação dos pelotões de fronteiras (SILVA, 2007).

Embora sua última determinante seja a instalação do Pelotão de Fronteira a gênese de Pacaraima remonta ao período colonial, no momento de criação da Fazenda Real, com o propósito de assegurar a posse e a presença lusitana nos rincões do extremo norte das terras localizadas à margem setentrional do Rio Branco.

Figura 15 – Mapa Evolução política do estado de Roraima.



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015)

Ocupada originalmente por povos indígenas das etnias Macuxi, Wapixana e Taurepang a área sempre despertou interesses difusos de diferentes grupos de agentes sociais que embora houvesse a ocupação do território por parte de indígenas, as terras da região sempre foram alvo de interesse notadamente fazendeiros, posseiros, grileiros, garimpeiros entre outros agendes.

Decorrente do interesse de ocupar a região associado a um processo de apropriação das terras indígenas, ocorreu formação do município de Pacaraima, que inicialmente era apenas uma vila que começou a se dinamizar em meados da década de setenta, com a BR 174, que proporcionou aumento do fluxo de ocupação.

O Município de Pacaraima situado na região de fronteira do Brasil com a República Bolivariana da Venezuela foi criado nos termos da Lei Complementar n.º 002/92, de 11.04.92, na qual a Assembleia Legislativa aprovou e o governador do estado de Roraima sancionou a Lei n.º 096, de 17/10/1995. Assim, a Vila Pacaraima elevada à categoria de município com a Lei Estadual n.º 96 de 17.10.95, que em seu art. 3.º dispõe: “Art. 3.º A sede do Município será a Vila Pacaraima e sua instalação ocorrerá no dia 1.º de janeiro de 1997, com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores eleitos em 03 de outubro de 1996”.

Portanto, a sede do município passou a ser a Vila de BV-8 ou de Pacaraima e a sua instalação ocorreu no dia 01/01/97, com a efetiva posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores eleitos anteriormente, no dia 03.10.1995. Analistas e estudiosos apontam que a instalação da sede municipal constitui uma estratégia dos parlamentares roraimenses contra o processo de demarcação de terras indígenas. A ação é considerada uma tentativa de manutenção de não índios nas áreas passíveis de demarcação e homologação.

A criação da sede do município de Pacaraima nasce num franco processo de disputas históricas pelo domínio do uso da terra. Indivíduos e instituições expressam suas intenções no interesse de se inserir no território, transformando e (re) produzindo espaço donde insere a cidade de Pacaraima.

O princípio do parcelamento da terra na cidade de Pacaraima guarda profundas relações com a situação de fronteira e o período de militarização do Brasil (1964-1985) que de forma autoritária traçou e executou um plano de estratégias que pretendeu a integração da Amazônia à economia nacional. Assim, as primeiras parcelas constituíram em instalações de prédios públicos da Secretaria da Fazenda, Postos Fiscais e Policiais.

A ideia da criação do município tem como consequência o “adensamento populacional” provocado, inicialmente, pela instalação de base militar na região e de um povoado militar e aduaneiro. Esse adensamento surge proporcionando uma inédita

organização socioespacial, favorecendo o surgimento da cidade às estratégias políticas, em aproveitamento do processo de adensamento populacional (SANTILLI 1997 e SILVA 2007).

Uma característica importante dessa ocupação do espaço de Pacaraima consiste no processo de urbanização. Pode-se dizer que somente após a década 1970 é que se desencadeia o processo de existência de aglomerado urbano, sendo o período marcado pelo início do processo de urbanização de Pacaraima (SILVA 2007). O período também é marcado pelo início dos movimentos pela demarcação da Terra Indígena São Marcos.

Em princípio o processo de urbanização é impulsionado pela implantação de órgãos públicos federais e estaduais como Exército Brasileiro e Secretaria da Fazenda, Postos Fiscais e Policiais e posteriormente órgãos municipais tais como prefeitura, secretarias municipais, câmara dos vereadores, creches, escolas municipais, entre outros, que demandam por profissionais capazes de suprir carências nas áreas da saúde e educação, bem como nos setores técnicos da prefeitura, propicia a migração de mão de obra para o local.

Assim o parcelamento da terra urbana na cidade de Pacaraima evidencia o poder da intervenção do governo nas três esferas. Os governos federal e estadual atuam em uma superestrutura ficando evidente o Pelotão Especial de Fronteira, e postos de fiscalização e o governo municipal no estabelecimento de uma burocracia demandante de aparelhos, tais como as secretarias municipais.

Assim outras instituições vão sendo implantadas ligadas à administração municipal e a outros serviços públicos necessários aos cidadãos, observa-se a implantação de agências bancárias e empresas federais como a agência dos Correios, delegacia, entre outras. A presença de tais instituições gera substrato que atrai a iniciativa privada, que possibilita a ampliação da oferta de bens e serviços ao investir na criação de pontos comerciais, cultivos de produtos orgânicos, produção de farinha e outros produtos destinados à comercialização.

As populações produtoras desses espaços são, portanto, servidores públicos militares e civis, comerciantes e produtores rurais. Entre os produtores rurais se identificam os migrantes atraídos por projetos de assentamentos e os indígenas. Ressalta-se a dinâmica e porosidade da fronteira como local que atrai aventureiros, desbravadores, comerciantes de ilícitos, prostitutas e etc. População distinta com interesses difusos que na horizontalidade da dinâmica social geram dinâmicas sociais solidárias no processo de produção da cidade, em sua aurora.

A complexidade da produção do território na área urbana da cidade de Pacaraima propicia o adensamento populacional que demanda vias de participação dos povos indígenas levando em consideração sua área territorial de 8.029km², sendo 98,81% das terras

pertencentes à reserva indígena. Portanto, é extremamente importante que as comunidades indígenas participem do processo de desenvolvimento local, incorporando a cultura e valores destas comunidades.

A produção do espaço e o estabelecimento de Pacaraima no contexto territorial de Roraima revelam as forças e os agentes que orientam sua materialização e condicionam as reações sociais que produzem e criam espaços e subespaços geográficos, como os aparelhos e equipamentos urbanos que definem “fronteiras” em uma região conflitante e que envolve uma eclética área de livre comércio (BATISTA, VERAS 2012).

Em consonância com Santos (1998), Batista e Veras (2012) este espaço possui uma dinâmica própria e traz as contradições que envolvem a dialética da organização socioespacial, inserida, portanto, nas contradições da moderna sociedade capitalista.

A instalação e a dinâmica do município de Pacaraima inicialmente é motivada e vinculada ao processo de instalação de Pelotão Militar de Fronteira, um dos principais condicionantes de aglomeração e assentamento humano, que emprestam suas qualidades à cidade de Pacaraima. Aliado a esse processo, leva-se em conta a construção da rodovia federal, instalação de órgãos públicos federais, estaduais e municipais como condicionantes de sua gênese e das práticas urbanas que se instalam na região.

Figura 16 – Forças de Verticalidades e Horizontalidades na produção do espaço de Pacaraima.

Horizontalidades	Verticalidades
1. A ancestralidade indígena	1. Abertura da BR174
2. Atividade garimpeira	2. Criação do Pelotão Especial de Fronteira
3. Situação de fronteira	3. Demarcação da Terra Indígena
Caraterísticas	Caraterísticas
1. Forças centrípetas	1. Forças centrífugas
2. Lógica endógena	2. Lógica exógena
3. Tende a gerar relações dialógicas	3. Tende a gerar contradições
4. Demandante de poder	4. Exerce o poder
5. Práticas sociais definidoras de territorialidades	5. Território definidor de práticas sociais
6. Solidariedade	6. Competição
7. Processo antigo	7. Processo recente

Fonte: RAPOSO e SENHORAS 2015

Pacaraima traz em seu cerne a questão das verticalidades e das horizontalidades, ainda entendidas como uma dualidade no processo de produção do espaço conforme quadro-figura 4. Assim, a compreensão da materialidade da cidade de Pacaraima deve ser entendida

como um elo de uma nova conjuntura regional que decorre de influências governamentais e novos fluxos estabelecidos por forças do planejamento estatal para a região.

As verticalidades em cidades presentes em áreas de fronteira possuem dupla função: constituem pontos fixos que definem limites na securitização fronteiriça e definem zonas de contato fronteiriço com países vizinhos, com a dualidade de contato e separação. As ações das forças de verticalidades e horizontalidades configuram elementos centrais no processo de produção do espaço da cidade, pois suas ações com os seus agentes representam convergência de anseios e interesses que se materializam em equipamentos fixos que dão fluxo ao tecido da cidade em uma complexa produção espacial marcada por interesses difusos.

Assim, a instalação do município no extremo norte de Roraima expõe alguns impasses aos agentes produtores de espaços (públicos e privados), sobretudo aos administradores políticos dessa área de fronteira internacional e de domínio indígena, que merece ações que levem em conta questões estruturais e conjunturais do território na busca de efetivação de políticas públicas voltadas ao planejamento social, econômico e cultural.

3.5 REABERTURA DA FRONTEIRA: CONFLUÊNCIA DAS VERTICALIDADES E HORIZONTALIDADES E A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA CIDADE

O espaço da cidade de Pacaraima se insere na definição de espaço geográfico, formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá, pois a natureza provê as “coisas”, as quais são transformadas em objetos pela ação do homem por meio de técnicas e processos (SANTOS, 2002).

Por meio da técnica, a produção do espaço pressupõe a transformação das “coisas” em objetos que, geralmente, atendem as intenções e intencionalidades sob um referencial de forças que gera um conjunto de meios instrumentais que possibilita a reprodução da vida e por consequência, a reprodução do espaço em um processo dinâmico e contínuo.

O processo de reprodução do espaço da cidade possui determinações históricas no qual a técnica, sendo possuidora de uma dimensão concreta com formas, funções e estrutura, faz a mediação de processos que envolvem práticas sociais e espaciais, em consonância com os autores a seguir:

Figura 17 – Autores e considerações sobre a produção do espaço

AUTORES	CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO ESPAÇO
GOTTIDIENER 1993 CORRÊA 1997	As forças políticas e ideológicas são igualmente importantes; Condicionado e reflexo da sociedade, ou seja, do modo pelo qual predominam os interesses de apropriação e uso da natureza e da produção de bens materiais;
CORRÊA 2000	O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço;
SPOSITO 2003	Diferentes grupos historicamente se apropriam do território, produzindo espacialidades e temporalidades urbanas que diferem entre si e expressa a cidade como o espaço das diferenças, dos conflitos e da reprodução do capital.
CARLOS 2008.	Produto do processo de produção num determinado momento histórico recorrente à reprodução do capital, que se dá por meio da divisão espacial do trabalho;
LEFEBVRE 2008	1° Algo puro, matemático e essencialmente um “lugar de números e proporções”, concebido como algo fechado, mensurável e controlável, pelo qual a técnica orienta suas estruturas de funcionamento. 2° Resultado da divisão do trabalho e produto histórico, o qual vai se condicionar ao grau de organização cultural, econômico e das forças produtivas. Nesse sentido é reflexo do modo como os agentes promotores do espaço atuam na produção e reprodução do espaço seja na forma horizontal ou vertical. 3° Instrumento de mediação, político, controlável pelo Estado e pela classe dominante, unidades de consumo vinculadas às unidades de produção. 4° Espaço não é objeto nem mercadoria, não sendo o lugar da produção de coisas, mas da reprodução das relações sociais, onde aparecem os diversos outros espaços da cidade, como de trabalho, lazer, educativo, etc. Portanto, nele há uma unidade de poder na fragmentação.
HARVEY 2005	Considera que essa produção é resultado das relações de classes e de mercado, pois envolvem práticas espaciais materiais (fluxos, transferências, interações físicas, entre outros), de maneira a garantir a sua reprodução social por meio das práticas espaciais, visíveis na setorização da cidade, bem como expressa no seu vocacionamento; Produto como condição dos processos sociais de transformação em andamento” ou seja resultado das condições materiais determinadas em cada momento
CARLOS 2011	Considera que a sociedade produz-se no espaço, produzindo-o, como lhe é próprio, haja vista que a produção do espaço se relaciona à lógica da produção capitalista que transforma a produção em mercadoria. Assim, na medida em que a produção expande-se espacialmente sob a lógica do capital, torna o espaço mercadoria dado o valor de troca sob o de uso.

Fonte: RAPOSO e SENHORAS 2015

A produção do espaço da cidade de Pacaraima está relacionada ao jogo de poder e de interesses entre os diferentes agentes, em consonância com os autores supracitados. O jogo das relações travadas no processo das práticas sociais resulta em objetos que podem não atender a todos e, conseqüentemente, gerar segregação para uns e privilégios para outros.

Assim o jogo das práticas sociais com seus diferentes agentes e intenções revelam suas ações sob a égide da ordem econômica dominante. Estado, proprietários de terras, donos dos meios de produção, comerciantes, empresários e funcionários públicos são agentes motrizes da produção espacial, agindo cada um dentro de sua esfera, mas num único ritmo ditado que é a lógica da reprodução capitalista.

Nesse processo, o poder público atua como mediador entre a sociedade e o capital, que é o articulador das forças que agem no espaço e, se converte como o principal promotor da produção do espaço. É o poder público na figura do Estado que se converte em maior dinamizador da produção espacial, cabendo a ele também, a responsabilidade de todos os processos decorrentes da produção, tais como a diferenciação, a segregação e a fragmentação espacial.

O Estado como um importante dinamizador da produção-reprodução do espaço, revela o poder dos processos políticos que junto com os processos econômicos e sociais fazem da cidade um fenômeno decorrente de práticas de inter-relações produzidas por homens e natureza, que, por um lado, implica a necessidade de instrumentos normativos e, por outro, nos resultados do modo de organização produtivo. Em ambas as situações “a produção do espaço é o resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 2000, p. 64).

Nessa concepção, ao Estado fica a responsabilidade de elaboração de políticas públicas que orientam os rumos da produção espacial e esta, deveria ser participativa e democrática, na qual os cidadãos fossem reconhecidos como iguais, minimizando os efeitos de fragmentação espacial e exclusão do processo de produção do espaço, que nas cidades são processos e apropriações sociais com significado de pertencimento.

Proprietários de terras, donos dos meios de produção, empresários e comerciantes tendem a gerar processos produtivos que apontam para a fragmentação e a segregação do espaço urbano, como resultado da interferência dos promotores imobiliários, que alimentam o jogo da ganância por consumo, inclusive, de espaço e de força de trabalho.

A produção do espaço por esses agentes exclui pessoase segrega seus espaços numa perversa articulação com os poderes públicos, no qual o trabalho e o emprego da técnica geram espaços que passam a ser encarados como mercadorias. Esse processo configura uma parte importante do que se chama urbanização, que é materializado por meio do planejamento e de políticas públicas que são formas de ampliar, facilitar e determinar tempo de produção, circulação e consumo do capital do espaço urbano, o qual implica a concorrência entre diferentes agentes que atuam na transformação do espaço urbano (LOJKINE,1997).

Nessa perspectiva, subespaços são forjados nas cidades, resultados de disputas territoriais gerando diferenças entre os bairros, áreas comerciais, residenciais, de lazer, de produção econômica, entre outras. Esses subespaços constituem produtos e condicionantes da sociedade na cidade, quando essa é analisada sob a lógica da produção histórica e econômica.

Para Carlos (2011, p. 30) “em todos os níveis a produção do espaço assume papel central para o entendimento da reprodução da sociedade” pelo que também “o processo de urbanização realiza-se como processo de reprodução da cidade”, aspectos que permitem compreender a cidade como *locus* da reprodução do capital.

O processo de produção do espaço urbano deve ser entendido por meio da apreensão das questões econômicas, comerciais, morfológicas, ideológicas, culturais, sociais, políticas e legais. Numa ordem complexa e realista de uma segunda natureza das cidades. A produção do espaço da cidade de Pacaraima surge como espaço criado como natureza segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada (SANTOS, 1990, BATISTA; VERAS, 2012).

Posicionada na fronteira mais setentrional do Brasil, na retaguarda da região amazônica, a cidade de Pacaraima possui como traço marcante a determinação das forças estatais no processo de sua gênese, promovendo sua inserção em um contexto macrorregional de produção de espaço. Sobre a cidade são exercidas forças de verticalidade oriundas de processos governamentais de instância federal e ou estadual e forças de horizontalidade próprias das demandas locais (ROCHA; SILVA, 2012).

Existe uma confluência de forças centrípetas (processo de horizontalização) e forças centrífugas (processo de verticalização) que tornam nítidas as relações de poder nesse território urbano (BATISTA; VERAS, 2012). A esse respeito pode-se compreender a estrutura urbana de Roraima como proveniente das iniciativas do Estado, desde a sua gênese e formação territorial, pois nasceu de uma política de ocupação e exploração, no período de colonização, dotando esse espaço como uma área estratégica de grandes interesses geopolíticos, culminando, por exemplo, com o surgimento de Boa Vista no século XVIII (SILVA, 2007, 2009 e 2012).

O fenômeno urbano na fronteira setentrional do Brasil é estudado por Silva (2007) que explicita a complexidade da apreensão desse fato que não possui uma definição clara, difícil de ser mensurado e constitui um dos principais fenômenos da sociedade atual. As cidades são os processos espaciais condicionantes do sentido de urbano.

Produto de um complexo processo socioespacial a cidade configura como uma materialidade física da produção de capital em uma lógica sócio-econômica articulada entre o

local, o nacional e o global. Sua integração econômica, territorial e social com dinâmica do capital pressupõe a formação de redes de integração e ordenação do espaço, principalmente da rede urbana (SANTOS, 1996; SILVA, 2012).

A cidade pertence a uma lógica que extravasa análises convencionais e simplistas, sua existência faz parte de um complexo modo de produzir espaços da sociedade atual. Assim, a cidade de Pacaraima e seus subespaços não podem ser vistos apenas em função dos aspectos étnico-culturais e/ou comerciais, mas, sim, em função da dinâmica espaço-tempo das políticas de desenvolvimento adotadas ou impostas (BATSITA; VERAS, 2012).

As mudanças impostas pelas tecnologias e seus desdobramentos políticos econômicos e sociais geram uma modernidade que avança sobre as cidades que se transformam em tempo recordes, antes nunca percebidos num ritmo ditado pela economia global, que impõe suas forças transformando as cidades com maior velocidade nas últimas décadas, fazendo com que as regiões se modifiquem, de maneira a conduzir a uma menor duração.

Tais modernidades incrementam o processo de urbanização na região que sofre forte influência estatal decorrentes de políticas de planejamento e ocupação em área de interesses específicos como é a cidade de Pacaraima. Tais influências decorrem de sua localização, de sua posição geoestratégica na região sul-americana, urgindo debates pormenorizados em face ao processo de integração de novos significados para o termo fronteira (SILVA, 2007).

Assim, a compreensão da materialidade da cidade de Pacaraima deve ser entendida como um elo de uma nova conjuntura regional que decorre de influências governamentais e novos fluxos estabelecidos por forças do planejamento estatal para a região. As cidades presentes em áreas de fronteira possuem dupla função, constituem pontos fixos que definem limites na securitização fronteiriça e definem zonas de contato fronteiriço com países vizinhos (SENHORAS, 2013).

As cidades em áreas de fronteiras constituem-se de pontos fixos de limitação e contenção de um contexto baseado por uma geopolítica conflitiva até a naturalização de estímulos de contato e integração baseado em uma geopolítica cooperativa. Ao mesmo tempo são núcleos de adensamento de poder nacional e pontos contenciosos de interesses internacionais (SENHORAS, 2013).

Assim, a cidade adquire a função de territorializar os interesses nacionais, como no caso de Pacaraima que por meio de verticalidades visa, segundo Senhoras (2013), a difusão sistêmica de uma lógica geopolítica, baseada na normatização de regimes políticos especiais de contenção fronteiriça através de *zonas* ou *faixas de segurança* (grifo do autor).

A cidade, assim, expressa por meio de seus bairros, avenidas, ruas, comércios, casas, edificações, formas e contextos a presença de uma soberania que materializa suas pretensões e aglutina sentidos e sentimentos pátrios, donde emerge, em meio aos residentes dessa remota cidade, o sentimento de pertencimento a um modal cultural de língua, costumes, etc.

Ela se insere em estado eminentemente urbano, de um processo integrado presente em todos os estados amazônicos. Tipicamente de fronteira constitui um polo de investimento e desempenha papel de destaque quanto à articulação resultante das relações sociais do tipo capitalista (SILVA, 2007). Becker (2006) aponta que a fronteira já nasce urbana como uma estratégia de ocupação utilizada pelo Estado.

A produção do espaço da cidade de Pacaraima resulta de ações deliberadas do Estado, como forma de criar condições para atender ao interesse da ocupação, reprodução e expansão do capital na fronteira e está vinculada a uma rede urbana em curso e, em processo de consolidação. Há uma confluência de forças que ditam as relações e a dinâmica de espaçamento de Pacaraima e sua relação com sua malha urbana.

Após a instalação do município, a produção do espaço sofre certo incremento ante as instituições públicas municipais que passam a determinar os contornos e delineamos da cidade. As instituições realizam suas ações por meio de seus agentes sociais ou *stakeholders*²³, ou seja, grupos de indivíduos, classes sociais ou instituições que atuam intencionalmente na produção do espaço da cidade, de maneira direta ou indiretamente, efetuando um processo marcado por relações complexas e conflituosas em seu contexto.

Os agentes produtores de espaço, segundo Corrêa (2000), os quais produzem o espaço e disputam territórios se classificam em cinco grupos: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e seu aparato jurídico-legal e técnico e os grupos sociais excluídos - aqueles que estão à margem do capitalismo.

Para esse autor, entre esses grupos, pode-se considerar que os três primeiros produzem e consomem o espaço, mediante negociações dos acúmulos e produção de excedentes, o quarto atua como força de mediação, embora procure favorecer os três anteriores e o último grupo representa aqueles que consomem os excedentes.

A presença desses agentes na produção do espaço de Pacaraima resulta de ações deliberadas em políticas públicas, quando se analisa a preponderância da ação do Estado em

²³São grupos sociais ou instituições que exercem pressões e forças na dinâmica social, não sendo apenas agentes físicos, mas instituições e ações (LIMONAD, 2004; HAESBAERT, 2004; MOREIRA, 2004)

seus diferentes, níveis na conformação da cidade atrelada a ações de proprietários privados e empreendedores imobiliários.

Esses atores se configuram em elementos centrais no processo de periodização da produção do espaço urbano do município de Pacaraima, pois suas ações como agentes públicos representam convergência de anseios e interesses que se materializam em equipamentos fixos e fluxo do tecido urbano, em uma complexa produção espacial marcada por interesses difusos.

Ressalta-se a falta de um planejamento consolidado para o urbano em Pacaraima, no entanto, os trabalhos de campo e pesquisas bibliográficas nos revelam que há uma forma tácita de ordenamento do território ligado ao mandatário que estiver na vez, conforme veremos nos próximos capítulos. Considera-se que o planejamento urbano é um processo dinâmico pelo qual se determinam objetivos, estratégias e ações do município para determinada região e/ou território, com a participação de diferentes agentes sociais, mediante técnicas e funções normativas.

Esse instrumento de política pública orienta a produção e consumo do espaço que sofrem influência das intencionalidades das ações dos diferentes agentes sociais com suas diferentes perspectivas e interesses que cada agente ou grupo social têm sobre o território, utilizando forças; quer seja por meios coercitivos e de resistência, ou por meios harmônicos e ora contraditórias; mas são essas que vão implicar a configuração espacial urbana e estabelecer o uso e as funções dos espaços.

Por ser um instrumento de negociação entre contrários, que ao mesmo tempo permite o diálogo entre os contraditórios, esse instrumento orienta a produção-reprodução do espaço e observa a formação de espaços distintos e fragmentados quanto à distribuição, formas de uso e ocupação e organização deste, haja vista que os atores sociais na formação dos lugares, determinam as localizações que são consequências da dinâmica do capitalismo.

Considera-se que mesmo sendo essencial, o plano não pode ser considerado uma panacéia para a cidade que o realiza. Os espaços das cidades refletem a sociedade que o produz, assim como as características socialmente construídas materializam o espaço gerando uma morfologia clara e evidente dos condicionantes sociais de cada cidade.

O artigo 182 do Estatuto da Cidade dispõe que a política urbana é responsabilidade do município e deve garantir as funções sociais da cidade e o desenvolvimento dos cidadãos. Estabelece, ainda, que o Plano Diretor Municipal é o instrumento básico do ordenamento territorial urbano, devendo definir qual deve ser o uso e as características de ocupação de cada porção do território municipal, fazendo com que todos os imóveis cumpram sua função social.

Mas mesmo não estando inserido em qualquer desses critérios, o município precisa ter seu plano diretor para que possa planejar seu futuro e melhorar as condições de vida de sua população. Esse não deve ser visto como um plano de governo, mas traduzir os anseios de todos os cidadãos sobre o desenvolvimento municipal. Assim sendo, deve ser elaborado através de um processo com ampla participação dos diversos setores da sociedade civil e da iniciativa privada, no qual as bases do planejamento possam ser pactuadas democraticamente.

Rolnik (2012) em sua essencial contribuição para a temática afirma que desde sua origem a cidade significa ao mesmo tempo uma forma de organizar o território e uma relação política. Ampliando o debate a autora explicita o caso das cidades-estados do mundo grego, na qual a *polis* é a cidade que mais claramente expressa a dimensão política do urbano. A *polis* na concepção que a autora esclarece, para além de um espaço geográfico, significa prática de vida política exercida pela comunidade e seus cidadãos.

Pacaraima não possui uma legislação específica para do zoneamento urbano da cidade, por isso tem uma deficiente organização territorial, ou seja, a política voltada ao planejamento urbano do município está em processo, havendo apenas ações isoladas de reordenamento espacial do território, no qual se verificam edificações construídas de forma irregular e, suscita-se assim, um sentido de *polis* para o urbano e a cidade, no qual seus moradores possam ser protagonistas locais de práticas de vida política como orienta Rolnik.

3.5.1 Desenvolvimento socioespacial de Pacaraima e acoplamento à cidade de Santa Elena do Uairén

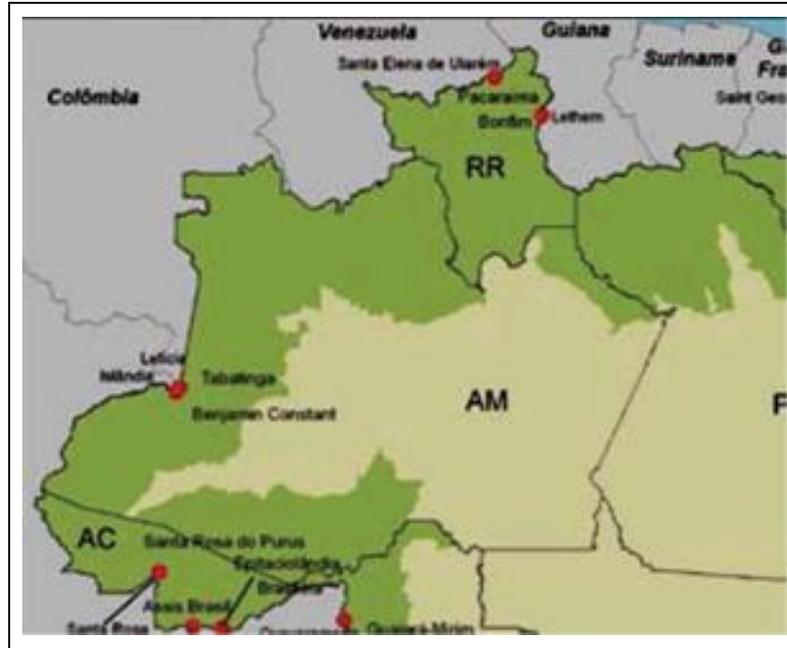
A estruturação do espaço da cidade de Pacaraima traz consigo a complexa relação de estruturação de espaço em situação de fronteira, marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação, que atrai e repele (SENHORAS, 2013), materializando no tecido urbano lógicas destinadas a confluência de interesses econômicos, políticos e sociais que abarquem os interesses sobre o espaço.

Embora não nasçam juntas, a cidade de Pacaraima e a cidade de Santa Elena de Uairén formam uma zona híbrida de forças centrípetas e centrífugas que pode ser melhor observada, principalmente, naqueles pontos fixos de interação mais intensa como as *cidades-gêmeas* (SENHORAS, 2013, *grifos do autor*). Tais cidades são características por possuir dinâmicas específicas e aparelhos urbanos típicos das práticas sociais desenvolvidas nessas áreas marcadas por espaços nos quais se afirmam e constroem territorialidades.

Aduanas, fortes, quartéis barreiras entrepostos, entre outros são aparelhos que marcam de forma explícita o tecido urbano de cidades em fronteira como é o caso de

Pacaraima. Para além das formas explícitas que materializam nos espaço geográfico da cidade, pretende-se elucidar que outros fatores são colaboradores da estruturação do espaço urbano de Pacaraima.

Figura 18 - Mapa Localização da cidade gêmea na faixa de fronteira da região Norte



Fonte: MI (2005)

A figura acima do Ministério da Integração Nacional (2005) mostra a localização das cidades gêmeas na Amaônia e as consideram adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira (fluvial ou seca), articulada ou não por obra de infraestrutura, apresentando vetores convergentes a partir do grande potencial de integração econômica e cultural, assim como vetores divergentes, oriundos de problemas característicos da fronteira, que adquirem maior densidade, afetando diretamente o desenvolvimento regional e a cidadania.

Assim, a compreensão e o incremento de seu espaço materializado em Pacaraima devem ser entendidos como um elo de uma nova conjuntura regional que decorre de uma estreita e complementar relação com sua cidade gêmea na Venezuela. No âmbito das políticas públicas instrumentalizadas, as cidades presentes em áreas de fronteira possuem dupla função e constituem pontos fixos que definem limites na securitização fronteiriça, definindo zonas de contato fronteiriço com países vizinhos (SENHORAS, 2013).

As cidades em áreas de fronteiras constituem de pontos fixos de limitação e contenção de um contexto baseado por uma geopolítica conflitiva até a naturalização de estímulos de contato e integração baseados numa geopolítica cooperativa. Ao mesmo tempo são núcleos de adensamento de poder nacional e pontos contenciosos de interesses internacionais (SENHORAS, 2013).

A porosidade da fronteira entre Brasil e Venezuela constitui um fenômeno bastante ancestral, pode-se afirmar que o fluxo entre os dois países sempre ocorreu, desde as redes interetnias. Os fixos das cidades de Santa Elena de Uairén e de Pacaraima representam pontos de dinamismo das relações sociais e econômicas na fronteira, ressaltando a cidade como produto produzido, produto político de complexas intenções e intencionalidades.

Consta-se que o dinamismo na fronteira começa a evoluir em 1943 com a criação de Santa Elena de Uairén, que a partir de sua implantação configurou importante entreposto que assegura infraestrutura à atividade garimpeira. Com a abertura da BR 174 e o estabelecimento de assentamentos surgem possibilidades de controlar o fluxo na fronteira e oficializar os fluxos comerciais normatizando também as relações sociais.

No entanto, a entrada e saída de pessoas transportando mercadorias de um lado para o outro, marca o cenário das atividades informais que acaba por dominar o panorama da fronteira, por meio da realidade do chamado comércio formiga. Este constitui relações comerciais de pequenas quantidades de mercadorias, que embora representem pequenos volumes individualmente, no bolo comercial constitui uma prática econômica que colabora com a produção do espaço da cidade. Os produtos mais procurados são os alimentos em geral, que suprem a cesta básica, produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza e a carne bovina, esse comércio ilegal ganha destaque, Itimamente, devido ao preço baixo oferecido no país vizinho.

O comércio formiga é regulamentado pela Lei n.º. 104/84, definido como comércio de subsistência das populações fronteiriças e possui cotas definidas, exceto àqueles não permitidos ou proibidos. Essa interação fronteiriça é marcada pela troca: compra e venda de produtos de sobrevivência (produtos da cesta básica e eletrodomésticos, entre outros) adquiridos nas cidades limítrofes.

Esse comércio de subsistência aquece as relações entre as cidades, gerando um acoplamento na produção espacial das mesmas. Os aparelhos citadinos incrementam espaços de comércio aquecido pelo fluxo de sacoleiros e, estes utilizando da liberdade de ir e vir nas cidades fronteiriças trazem produtos livres de impostos estendendo para além das cidades da linha da fronteira. Salienta-se que o não cumprimento da lei no comércio formiga, configura em crime tipificado como descaminho²⁴, contrabando²⁵ e contrafação²⁶.

24 Adquirir ou exportar mercadorias e sonegar os impostos devidos. As pessoas que praticam crimes de descaminho são punidas de acordo com o Código Penal brasileiro. O Art. 334 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

As práticas dessa modalidade de comércio legal e das modalidades ilegais produzem os espaços por meio das ações dos indivíduos que processam a dinâmica na fronteira. Os comerciantes, sacoleiros, familiares e contrabandistas correspondem aos agentes de difusão de fluxo comercial, trazendo dinâmica à relação entre as cidades e são forças horizontais. As forças estatais de controle são contentoras do processo e constituem fixo na produção do espaço. Por força de sua verticalidade, elaboram formas espaciais no estabelecimento de suas instituições, por exemplo: Receita Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, etc.

As práticas de comércio vêm sofrendo, há mais de uma década, os impactos da crise na economia venezuelana, pois esta possui a inflação mais alta da região (chegou a 56,2% em 2013). O governo do país adotou medidas como congelamento de preços da cesta básica e controle cambial, a fim de frear a saída de recursos do país e aumentar os preços. No entanto, tais medidas tiveram alguns efeitos colaterais como o desabastecimento - em supermercados e no comércio, além do surgimento do mercado negro (tanto de mercadorias, como de câmbio), o que agravou a situação.

Além da crise há de se considerar o endividamento do governo, a dívida pública externa e a dívida da PDVSA (estatal de petróleo e gás) gera escassez de produtos, escalada da violência e descontentamento da sociedade. Essa crise profunda e complexa acaba afetando as relações comerciais entre as cidades na fronteira, diminuindo de forma considerável o fluxo de comércio.

2.5.2 Desenvolvimento socioespacial de Pacaraima e a questão das terras indígenas

Embora haja uma política restritiva e bastante conflituosa sobre os processos que estruturam e promovem desenvolvimento socioespacial em Pacaraima, não se pode negar que esse espaço se amplia desde sua criação oficial e pode ser observado como fenômeno que traz em seu cerne a questão das terras indígenas.

Consideramos para efeito do entendimento pretendido não nos pautarmos apenas por polarizações e dicotomias sobre os debates: social, político, étnico, cultural e econômico sobre Pacaraima. Mais do que isso, pretendemos estabelecer a construção de um texto que ilustre o

25Crime característico de mercadorias ilegais que adentram os países vizinhos através das fronteiras. As pessoas que praticam crimes de contrabando são punidas de acordo com o Código Penal brasileiro. O Art. 334 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

26O crime de contrafação está pautado no art. 184 da Lei nº 10.695, de 1º de julho de 2003. Crime de violação dos direitos autorais, ou seja, a falsificação de uma obra, uma marca, uma música, um filme etc, que na linguagem popular é conhecida também como pirataria.

fenômeno urbano pacaraimense como um espaço no qual as materializações não neguem sua ancestralidade, mas se afirme em práticas de urbanidade.

O contexto da cidade apresenta certa complexidade em relação à integração regional, marcada por diferentes conflitos e interesses que afetam inclusive o setor imobiliário (ROCHA; SILVA, 2012). A produção socioespacial revela, assim, os meandros da relação entre os indivíduos e agentes sociais, incluindo a população indígena residente, que embora produza parte de sua vida nos arredores da cidade, imprimem na urbe traços e elementos de sua historicidade.

A Figura 19 aponta a situação das terras indígenas Raposa Serra do Sol e São Marcos com suas respectivas populações e áreas de ocupação. Do total de terras destinadas ao município de Pacaraima, 97,94% delas estão em áreas indígenas, o que gera impasses, inclusive em relação ao aumento da malha urbana.

Figura 19 - Terras indígenas, área total, população indígena (estimada) e municípios abrangidos.

Terra Indígena	Grupo Indígena	Município	Superf. (Ha)	Situação	Ato Legal	População Indígena
Raposa Serra Do Sol	Macuxi Wapixana Ingaricó Patamona Taurepang	Normandia Uiraumtã Pacaraima	1.743.464	Demarcada	PD 534 - 15.04.05	20.488
São Marcos	Macuxi Wapixana Taurepang	Pacaraima Boa vista	654.110	Registrada	DH 312 - 29.10.91	1.835

Fonte: SEPLAN/CGEES (2012)

A cidade passa por um processo de expansão e os problemas que dele decorrem, marcam os bairros que crescem sobre áreas que oferecem risco aos seus habitantes, ficando evidente a falta de um planejamento que oriente o espaçamento da cidade. Segundo Filho e Souza (2012), o sítio urbano apresenta um relevo acidentado. O solo pouco consolidado e os impactos sofridos com desmatamento e queimadas expõem parte da população que se torna vulnerável em sua periferia.

A população estimada para 2013 é de 11.423 habitantes, mas trabalharemos com dados oficiais do censo demográfico 2010 do IBGE, publicado em 2011. Ancorado na afirmação acima, indicamos que a população do município é de 10.433 habitantes em 2010 e uma densidade demográfica de 1,30 hab/km². Desse total destaca-se que a composição de

homens é de 51,84% contra 48,16% de mulheres. Ao longo dos anos de 2000, 2007 e 2010, houve um predomínio numérico de população rural em relação à população urbana.

Tabela 2 - População no município por situação de domicílio e sexo

Ano	Urbana			Rural			Total
	Homem	Mulher	Subtotal	Homem	Mulher	Subtotal	
2000	1.436	1.324	2.760	2.207	2.023	4.230	6.990
2007	1.844	1.738	4.032	2.423	2.114	4.608	8.640
2010	2.304	2.210	4.514	3.104	2.815	5.919	10.433

Fonte: Adaptado do IBGE: Censo 2000 e 2010. Elaboração SEPLAN/CGEES (2012).

Os indicadores demográficos expressam os níveis e os padrões da composição populacional e sua distribuição espacial. A população residente de Pacaraima está concentrada na zona rural: 60,52% em 2000, 53,33% em 2007 e 56,73% em 2010. O município possui a menor densidade do Estado de Roraima.

O município possui uma taxa de urbanização de 43,27%, que uma razoável taxa no Estado de Roraima. Comparativamente, a taxa de urbanização de Pacaraima é superior ao município de Uiramutã que possui a menor taxa do estado, de 13,59%, porém, apresenta taxa inferior à capital Boa Vista (97,71%) e o município de Iracema (46,90%) que apresenta a maior taxa depois da capital. Assim, também, a taxa de urbanização do município é menor que a taxa média do Estado de Roraima, da Região Norte e do Brasil, que são respectivamente: 76,41; 77,90 e 84,40% (SEPLAN, 2012).

O processo de urbanização demanda espaço em sua elaboração, o que vai de encontro aos territórios de indígenas. Há uma restrição na produção dos equipamentos da cidade que assegure uma infraestrutura mínima de funcionamento municipal, tais como área de expansão de moradias, áreas de serviços como aterro sanitário, de lazer, áreas verdes entre outras.

Como exemplo se observa a ausência de um aterro sanitário na cidade por falta de definição de uso e ocupação do solo, um problema que está diretamente ligado ao fato de cidade estar dentro de uma terra indígena, e ainda de um cemitério, que além da questão da titularidade da terra, envolve questões físicas e químicas do solo, que segundo populares, não consegue decompor os corpos enterrados na área, nas proximidades da cidade. Quanto à

questão dos resíduos produzidos, são depositados a céu aberto promovendo um enorme impacto ambiental.

O espaço da cidade conforma e inclui as práticas de vida das populações tradicionais no incremento urbano de Pacaraima. Também é possível observar nativos indígenas ocupando cargos públicos de relevância no contexto municipal. Como afirmado acima pretendemos alavancar o debate na compreensão e apreensão de tais práticas de forma a colaborar na reflexão sobre a malha urbana no município estudado.

A dinâmica local traduz horizontalidades que produzem o espaço dotando-o de especificidades únicas em relação às demais cidades da Amazônia Setentrional. Tais horizontalidades formam um tecido espacial, conformado por relações de proximidade e vizinhança, solidarizando as relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Uma dessas especificidades é o aparente processo de reurbanização percebido nos espaços urbanos com áreas, nas quais, práticas tidas como rurais, são desenvolvidas no meio urbano.

Esses processos colaboram com a expansão urbana e evidenciam o papel dialógico das relações sociais e culturais que somam em práticas de produção espacial, produzindo suas vidas e culturas, onde os contraditórios se comunicam. É possível notar no incremento do espaço urbano nas feiras de trocas, hortas com cultivos orgânicos, bazares de artesanatos, restaurantes de comidas típicas, entre outros.

Ainda no âmbito da produção da cidade em terras indígenas há uma iniciativa por parte das autoridades locais, em fazer uma permuta jurídica entre as terras onde se localiza a cidade de Pacaraima com as terras que ficam a noroeste da terra indígena São Marcos, como uma alternativa de solução para a questão jurídica de uso e posse do solo urbano na cidade.

A estruturação do espaço da cidade de Pacaraima traz consigo a complexa relação de espaço em situação de fronteira, marcada por uma dualidade intrínseca de contato e separação, que atrai e repele (SENHORAS, 2013), materializando no tecido urbano ógias destinadas a confluências de interesses econômicos, políticos e sociais que abarquem os interesses sobre o espaço.

A complexidade da produção da cidade propicia o adensamento populacional que demanda vias de participação dos povos indígenas levando em consideração que sua área territorial de 8.029km² tem 98,81% das terras pertencentes às reservas indígenas. Portanto, é extremamente importante que as comunidades indígenas participem do processo de desenvolvimento local incorporando a cultura e valores destas comunidades.

A cidade assim, expressa por meio de seus bairros, avenidas, ruas, comércios, casas, edificações, formas e contextos a presença de uma soberania que materializa suas pretensões e

aglutina sentidos e sentimentos pátrios, donde emerge em meio aos residentes dessa cidade, o sentimento de pertencimento a um modal cultural de língua, costumes, etc.

As ações das forças de verticalidades e horizontalidades configuram elementos centrais no processo de periodização da produção do espaço urbano da cidade, pois suas ações como a de seus agentes representam convergência de anseios e interesses que se materializa em equipamentos fixos e fluxo do tecido da cidade em uma complexa produção espacial marcada por interesses difusos.

A produção do espaço da cidade de Pacaraima resulta de ações deliberadas do Estado, como forma de criar condições para atender ao interesse da ocupação, reprodução e expansão do capital na fronteira e se insere em uma rede urbana que permanece em curso em processo de consolidação, há uma confluência de forças que ditam a as relações e a dinâmica de espaçamento de Pacaraima e sua relação com sua malha urbana.

As forças horizontais lhe conferem características únicas em relação às outras cidades da macrorregião amazônica e paradoxalmente as verticais lhe conferem atributos, formas, dramas, subespaços, enfim características muito próximas a de outros espaços urbanos na Amazônia.

Paradoxal e complexa, a cidade expressa a presença de uma soberania trazendo em sua materialidade a expressão de uma brasilidade mediada pela implantação do Pelotão de Fronteira fator desencadeador das cidades na região. O aparelho militar em seu sítio e a geoconjuntura de fronteira, conferem a Pacaraima o sentido de *cidade-estado*. Cidade da força de contenção na qual as forças verticais da federação materializam o espaço da urbe lhe confere sentido.

Enquanto as verticalidades tendem a gerar um padrão homogêneo, semelhante a outras cidades em contextos parecidos, as horizontalidades imprimem ritmos, cores e sabores, dão essência ao que é comum, tornando-o algo singular próprio do lugar. As horizontalidades se expressam por meio do conflito de surgimento da cidade em terras das reservas indígenas São Marcos e Raposa Serra do Sol e pela presença de culturas Macuxi, Wapichana ,entre outras, indígenas e não indígenas.

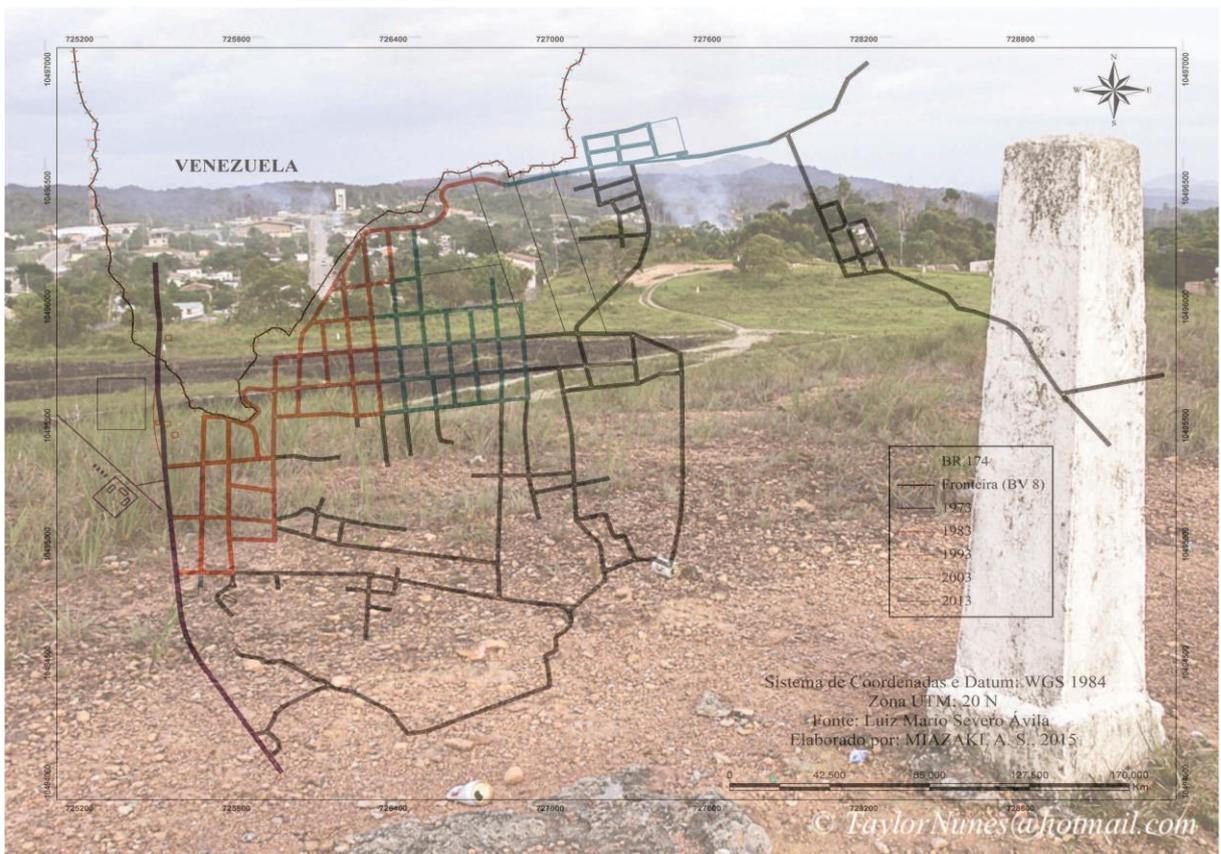
Ainda na peculiaridade dos processos horizontais, Pacaraima é cidade irmã de Santa Elena de Uairén, com a qual mantém intensas relações comerciais, ampliando ainda mais o caldeirão cultural marcado por culturas que expressam suas *práxis* sobre um mesmo território de significados distintos.

A produção do espaço na fronteira Brasil-Venezuela e o sentido de cidade em Pacaraima evidenciam a necessidade de construir um aparelho cidadão que assegure aos

residentes e aos que a utilizam, condições básicas de habitar, circular e produzir suas vidas, conferindo uma urbanidade que observa e respeita as diferenças existentes e as necessidades de desenvolver prática de vidas baseadas em relações dialógicas.

Para os que habitam as áreas mais abastadas, ou as áreas mais críticas, a *polis* pacaraimense carece de competências de diferentes agentes locais, regionais para que possa oferecer à sociedade qualidade de vida sustentável, capaz de se desenvolver de forma sustentável. Os conflitos que materializam no espaço da cidade merecem atenção, soluções rápidas e inéditas, acompanhadas de uma política de planejamento que contemplem as forças verticais e horizontais que constituem o fenômeno de cidade.

PACARAIMA – 1973 a 1995



4 PACARAIMA – 1973 a 1995

No presente capítulo apresenta-se uma periodização da espacialização da cidade de Pacaraima. Para tanto, faz-se uma abordagem da localidade considerando os seus estágios de evolução, abordando nesse processo inicia três categorias: A Currutela do Divisor, O Povoado de BV8 e a Vila de Pacaraima.

A construção da periodização feita no presente se inicia considerando a abertura da BR174 e a instalação do 3º PEF em 1973, na localidade marcada pela existência de uma pequena currutela de garimpo que subsidiava as ações e atividades dos garimpeiros que atuavam na extração de ouro e diamante na região, nos dois lados da fronteira marcada pela porosidade.

A chegada dos militares, o estabelecimento da infraestrutura da cidade e a instalação das dependências do 3º PEF marcam um período de “institucionalização” da fronteira devido à presença militar que assegura a consolidação de um perímetro de segurança e serviços à comunidade que transitava no local. A chegada do exército e sua infraestrutura faz com que a Currutela do Divisor se transforme no povoado de BV8.

O povoado se estabelece, então, desde a inauguração das dependências do 3º PEF em 1973 até a década de 1983. Durante esse período a área do povoado era uma zona predominantemente militar que embora não fosse formalmente considerada como um povoado militar, eram as práticas sociais deles que determinavam a dinâmica local.

Em 1983 é criada a Vila de Pacaraima pela Prefeitura Municipal de Boa Vista - PMBV e começa, assim, a transição de uma área militar para uma área de domínio civil. Essa fase é marcada pela atuação de 9 administradores em 10 períodos de administrações distintos. Os administradores constituíam servidores públicos nomeados pela PMBV cumprindo funções administrativas previstas em lei.

Far-se-á, então, uma abordagem dos períodos e dos estágios de evolução da localidade, destacando o papel de seus agentes, desde a ação garimpeira, perpassando pela infraestrutura militar e suas ações até a análise da atuação dos administradores da Vila de Pacaraima do período de 1983 a 1996. O município foi criado em 1995, mas a localidade só terá verdadeiramente *status* de cidade com uma administração formalmente estabelecida em 1997.

4.1 DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DA EVOLUÇÃO DO ESPAÇO DE PACARAIMA – 1973 a 1995

A estruturação do espaço de Pacaraima perpassa pelas categorias de povoado, vila e finalmente cidade. O Povoado do Divisor como era conhecido a localidade, surgiu inicialmente em função da atividade garimpeira que fazia do local um entreposto de suporte logístico da atividade de extração de ouro e diamante nos dois países.

O adensamento populacional do povoado é tido por Azevedo como embrião das cidades brasileiras, visto que a maioria delas começou assim. O autor compreende que no Brasil, a mais elementar das formas de aglomerações humanas costuma ser designada pelos vocábulos de significação idênticas: povoado e povoação, podendo variar conforme a região (AZEVEDO, 1957, p. 31).

Os povoados podem ter as seguintes denominações:

Povoados foram os *arraiais* da época da mineração do ouro (séculos XVII e XVIII), como são as *corrutelas* das atuais áreas diamantíferas do Brasil Central. Na Bahia e no Nordeste, os povoados são muitas vezes designados pelos nomes de *comércio* e de *rua*, de maneira a acentuar a diferença existente entre eles e as habitações isoladas da zona rural. Em São Paulo, o *bairro* rural contém quase sempre um povoado (AZEVEDO, 1957, p. 33).

Azevedo lista “embriões de cidade” encontrados no Brasil: “1. os lugares fortificados e os postos militares; 2. as aldeias e os aldeamentos de índios; 3. os arraiais e as corrutelas; 4. engenhos e usinas, fazendas e bairros rurais; 5. os patrimônios e os núcleos coloniais; 6. os pousos de viajantes e as estações ferroviárias” (AZEVEDO, 1957, p. 35).

Por fim, referindo-se aos embriões de cidade, Azevedo lembra que “não constitui tarefa muito fácil caracterizá-lo, porque são grandes as diferenças que podemos encontrar, conforme a região em que se acha ou o fator que lhe deu origem.” (AZEVEDO, 1957, p. 33). Assim, baseado em Azevedo considera-se que a cidade de Pacaraima desde os seus tempos remotos guarda as matizes das categorias de aldeamento da fazenda São Marcos, passando pela Currutela do Divisor - de garimpeiros de diamante e ouro; pela chegada da fortificação militar; pela criação do Povoado de BV8 até o estabelecimento da Vila de Pacaraima e, posteriormente, da cidade.

4.1.1 A currutela, a abertura da BR 174 e a chegada dos militares

Como explanado, o sítio onde se localiza a cidade de Pacaraima remonta a uma ancestralidade que tem seus testemunhos na forte presença das ricas culturas indígenas, com destaque para o povo Macuxi e Wapichana. Considera-se que tal presença marca, também, os

primórdios da produção espacial da região por meio de suas redes interétnicas, as quais descreviam caminhos que foram avidamente apropriados por colonizadores europeus no passado e, mais recentemente, por garimpeiros.

Do processo ancestral das redes interétnicas que materializavam caminhos no espaço em (re) produção, foram os garimpeiros os agentes da primeira materialização de um fixo espacial na faixa da fronteira, em uma área que irá receber, mais tarde, a implantação do Pelotão Especial de Fronteira. Não precisamos o momento exato do início da atividade garimpeira na região, mas as pesquisas realizadas apontam que tal atividade associa-se ao estabelecimento da cidade de Santa Elena de Uairén, fundada em 1923, na Venezuela, conforme aponta Valério:

Se levanta en medio de la avanzada aventurera de quienes en las primeras décadas de siglo XX penetraron la Gran Sabana con diferentes propósitos, algunos formaban parte de misiones evangelizadoras, otros atraídos por la explotación de oro y diamantes. Los conflictos y las disputas por el control territorial fue una constante en el siglo XX que se extiende a la primera década del nuevo siglo (MARTINEZ, 2009 p. 10)

O ciclo de exploração de ouro e diamante na região atrai os olhares e as práticas socioeconômicas dos dois lados da fronteira. O surgimento da cidade de Santa Elena de Uairén coincide com o processo de decadência dos serviços da SPI, na fazenda São Marcos e ressalta o importante papel de Santa Elena de Uairén na influência de novas práticas no território brasileiro que culminarão na currutela de garimpeiros na região.

Andrello aponta que o surgimento da cidade na Venezuela provoca fortes mudanças nas relações socioeconômicas no Brasil, mudando o foco da criação de gado da Fazenda São Marcos para as atividades de suporte aos garimpos.

Ainda assim, a partir dos anos de 1930, há indícios de decadência dos serviços que vinham sendo desenvolvidos pelo SPI. Já no início da década de 30 ressurgem denúncias de roubos e desvios do gado existentes nos retiros da Fazenda São Marcos e para década de 40 temos as primeiras notícias que uma nova atividade econômica que passa a ser desenvolvida nos campos de São Marcos: o contrabando de mercadorias para a fronteira da Venezuela onde o governo desse país investia para implantação da cidade de Santa Elena. Tal atividade parecia ser remunerada com ouro dos garimpos existentes naquela região e vinha contando com o apoio do administrador de São Marcos (ANDRELLO, 2010; p 78).

Assim, entende-se que os novos ciclos socioeconômicos motivados pelo surgimento da cidade de Santa Elena de Uairén, em 1923, perpassando pelo o fracasso nas décadas de 1930 e 1940 e os novos rumos que se anunciavam naquela época, a Fazenda São Marcos, que por força do fim do SPI em 1967 e o estabelecimento da Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos, em 1969, promove reordenamentos e mudanças no espaço da fronteira.

A mediados de la década de los 70 se produjo un acelerado incremento de explotaciones indiscriminadas de oro por los llamados garimpeiros procedentes básicamente del fronterizo estado de Roraima, y de migrantes de otras lugares de Venezuela, cuyas incontroladas incursiones en zonas mineras han causado gran impacto ambiental (VALLERO, 2009, p.11).

O autor acima indica as mudanças em curso, no início da década de 1970, que anunciavam profundas mudanças. Andrelo (2010) aponta que ao se estabelecer a Colônia Indígena Agropecuária de São Marcos em 1969 e a criação da Ajudância Autônoma de Boa Vista em 1972, subordinada à 1ª delegacia da FUNAI em Manaus, garantia-se aos índios que ali habitavam a posse permanente e usufruto exclusivo dos recursos naturais existentes. O mesmo autor aponta que nesse período ocorria um novo tipo de invasão com a criação da BR 174 e o estabelecimento de propriedades de sítios e chacaras.

Para além da polarização do debate de invasor e invadido, a análise dos processos de reordenação espacial aponta a concomitância das ações dos agentes (re) produtores de espaço, do período do início da década de 1970, com o início dos serviços de topografia na BR-401 e BR-174, realizados pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro, atrelado a uma prioridade governo federal que era ocupar e desenvolver a Amazônia.

Esse processo previa a integração da Amazônia com o restante do país, contava com o acordo firmado entre o presidente do Brasil Emílio Garrastazu Médici e o da Venezuela Rafael Cordero. O tratado do Uairén, como ficou conhecido, previa a construção de uma rodovia que deveria ligar Brasília a Caracas e ao oceano pacífico. Nesse acordo o Brasil se comprometeu em pavimentar mais de 4 mil quilômetros de rodovias federais, entre elas, a BR 174.

Em depoimento ao chefe da missão Luiz Mário Severo Ávila, a serviço 6ºBEC, que havia recebido a incumbência de construir rodovias entre Boa Vista e Manaus e Guiana e a Venezuela declarou:

“Após dois anos buscando o melhor traçado para a rodovia BR-174, chegou à Boca da Mata, este trabalho que já era difícil, devido ao acesso ao terreno, agora teríamos mais dificuldade além da vegetação (mata alta) teriam que procurar o melhor local as menores rampas para um espaço pequeno vencer o desnível de mais de quinhentos metros entre a Boca da Mata e o BV-8.”

O militar responsável técnico pela abertura da estrada BR 174 documentou os trabalhos de abertura da estrada desde seu início na fronteira com o estado do Amazonas até a fronteira com a Venezuela, como pode se observar nas fotos gentilmente cedidas pelo pioneiro (Figura 20).

O Sr. Ávila conta que chegou ao marco de BV e, até a cidade de Santa Elena no ano de 1972:

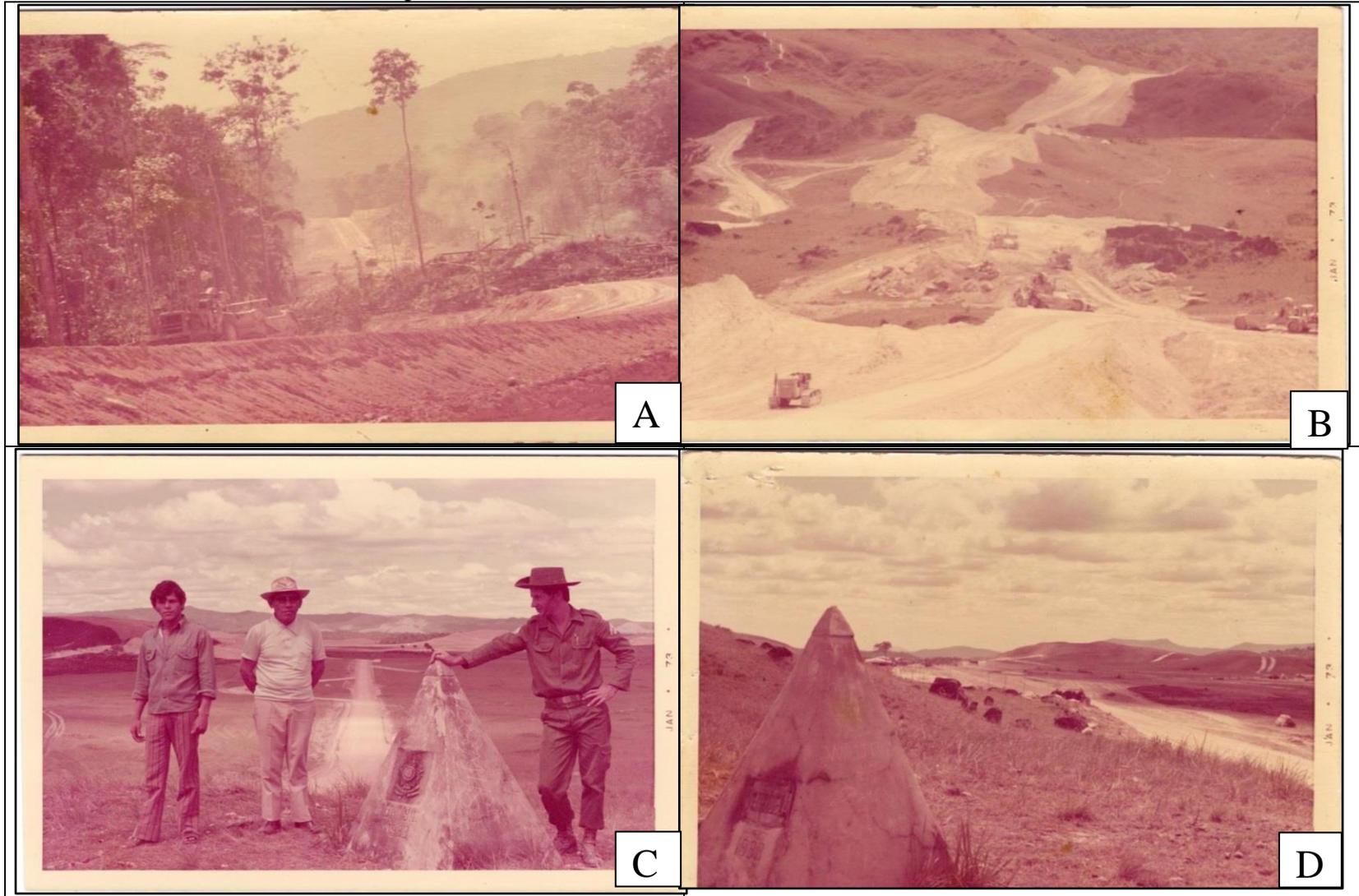
“Em maio de 1.972, minha equipe chegou pela primeira vez de carro ao alto da Serra de Pacaraima, era uma tarde de início de inverno, mas mesmo assim, naquele dia fez questão de levar a nossa camioneta, uma Pic Up F-75 da Ford a Santa Helena, e mostrar o nosso feito. Para os brasileiros que ali viviam como garimpeiros e para os Venezuelanos (Santa Helena também era isolada) que também sonhavam com a saída do isolamento, foi uma festa inesquecível. Mesmo assim ficou retido por algumas horas até a sua liberação pelo Ministério do Interior da Venezuela, era a primeira vez que um carro brasileiro chegava à Venezuela e a Guarda Nacional não sabia como proceder.”

O Chefe da missão relata que no sítio onde se localizava o ponto inicial da cidade havia uma currutela contendo as precárias instalações de uma pequena casa que servia de entreposto aos garimpeiros e outros viajantes. Contava com alguns suprimentos e serviços de radiofonia em solo brasileiro.

No Divisor, havia, naquela época, uma casa de taipa pertencente à Guarda Territorial, uma taberna que atendia os garimpeiros e uma pista de pouso construída à picareta. O entrevistado nos conta que ele e sua equipe passaram a projetar e demarcar as obras militares, o pelotão do Exército, as obras públicas – CAER-CER e TELAIMA e o início de um embrião do que é hoje a cidade de Pacaraima.

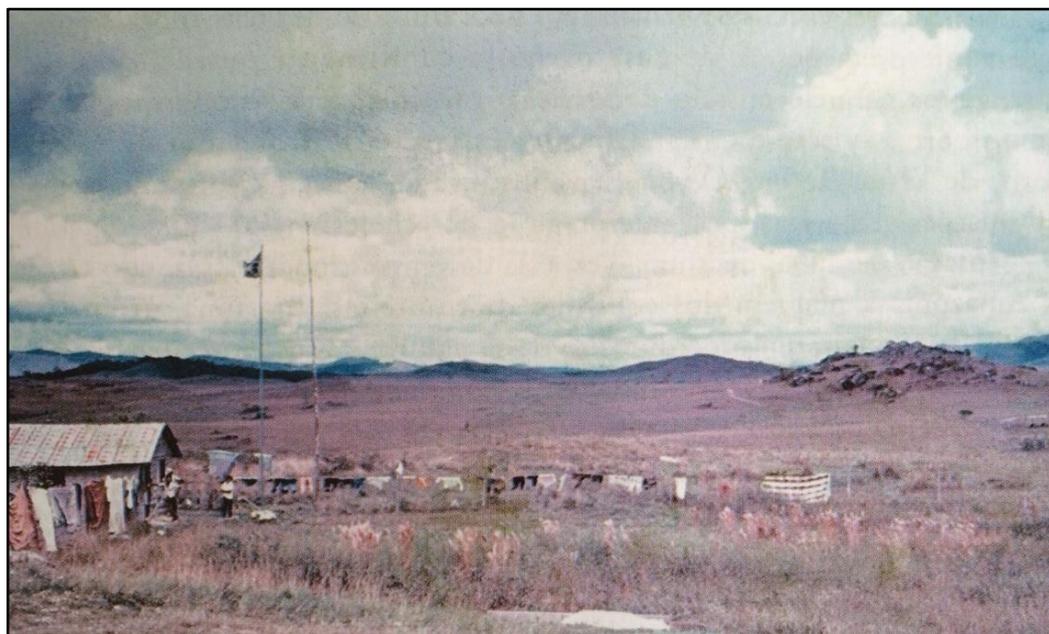
Com a sua chegada ao “Divisor”, como era conhecida a fronteira Brasil-Venezuela na época, foi possível concluir os projetos de terraplenagem da BR-174 e acelerar a construção da sede do pelotão, que contava com obras em três pavilhões, pátio para instrução, além de área de estacionamento e manutenção do maquinário que seira utilizado nas obras da BR e o do referido PEF.

Figura 20 - Fotos da abertura da BR 174 e chegada até o Marco do BV8



Fonte: ÀVILA (1973)

Figura 21 - Foto vista parcial da currutela de Garimpo do Divisor.



Fonte: ÁVILA (1973)

No processo de construção e inauguração da BR 174 e do PEF as forças de dois extremos da natureza potencializam os pretensos processos de ocupação e integração da Amazônia (Brasil-Venezuela). O primeiro destes extremos ocorreu em 1972, quando a região passou por um rigoroso inverno de chuvas abundantes e torrenciais, nos meses de maio a setembro, no qual todas as atividades de construção e transportes de suprimentos ficaram inviáveis frente às condições da estrada recém-aberta.

Os automóveis da equipe responsável, também, pelo transporte dos materiais de construção não conseguia transitar. A urgência das edificações e o inverno que tornava qualquer atividade de construção rodoviária impraticável propiciaram uma ação inédita de cooperação na fronteira oficial. O material pré-fabricado que havia sido adquirido na Itália foi transportado de avião até o aeroporto de Santa Helena na Venezuela e de lá para o local das obras.

O segundo extremo ocorreu após a inauguração do 3º PEF e de estrada, em 1973, quando um período de seca pronunciado no sul do estado impediu que as balsas com as mercadorias para abastecimento chegassem até Boa Vista. O desabastecimento foi total, a saída foi lançar mão da abertura de estrada e estabelecer contato com a Venezuela com quem foi firmado um acordo e, liberado por certo tempo, o comércio entre Roraima e Venezuela. Conta o entrevistado que a cada carro da Venezuela que chegava à cidade, fosse de combustível ou de mercadorias, era aguardado com entusiasmo pela população.

Esse evento dá início a um processo que se estruturara ao longo do tempo, gerando uma relação de interdependência na faixa da fronteira onde os fixos de Santa Elena e de Boa Vista configuram-se com forças emanantes de fluxos, num processo que já nascia pujante. A recém-criada localidade, embora fosse um entreposto desde tempos remotos, agora se configura um fixo oficial na linha da fronteira que aos poucos se estruturaria e se dinamizaria.

Figura 22 – Foto vista parcial da cidade de Boa Vista - 1.973 – prejudicada pelo desabastecimento



Fonte: AVILA (1973)

Nesse período a cidade de Boa Vista recebia muitos migrantes e se expandia pelo lavrado. A população era de aproximadamente 20.000 habitantes e o desabastecimento seria comprometedor. No entanto, os eventos climáticos associados à abertura da estrada e ao estabelecimento do 3ºPEF, um órgão oficial do o governo brasileiro, marcam o início de um processo simbiótico entre Santa Elena e Boa Vista e mais tarde com Pacaraima.

A conclusão da implantação da BR-174, no sentido norte (BV-8) foi marcada com a presença dos presidentes das Repúblicas do Brasil Emilio Garrastazu Médice e da Venezuela Rafael Caldera , em 13 fevereiro de 1973, no qual este feito permitiu a saída do isolamento rodoviário de Roraima. Ao todo um efetivo de 2000 pessoas, entre militares e civis, executaram as obras da referida BR.

Com a conclusão desta missão os militares e civis do 6º BEC passaram a intensificar as atividades, no sentido Boa Vista-Manaus. Esta frente de serviço tinha a denominação de frente Norte. Para agilizar a ligação terrestre, aproveitar o período de inverno distinto entre as

duas localidades criou-se outra frente de serviço chamada de frente Sul, que tocava a rodovia Manaus-Boa Vista.

4.1.2 A área militar, a aglomeração e o povoado: 1973 a 1983

Com a inauguração das obras da BR 174, das obras do 3ºPEF e das obras civis da TELAIMA, CER e CAER começa a surgir um início de aglutinação de moradias na localidade denominada Divisor, quando passa a ser conhecida como BV-8 ou Povoado, ou Vila de BV-8 em referência ao marco divisor de fronteira, próximo onde havia a currtela e se instalara, recentemente, o 3º PEF. Salienta-se que nesse período a localidade ainda não era oficialmente uma vila.

A área do pequeno povoado é marcada pela presença militar, embora as pesquisas realizadas evidenciem que não há uma deliberada gestão sobre a localidade por parte do 3ºPEF, apesar de ser o principal provedor de infraestrutura para a população residente, incluindo militares, indígenas, garimpeiros e prostitutas, entre os agentes sociais que se aglomeravam na região.

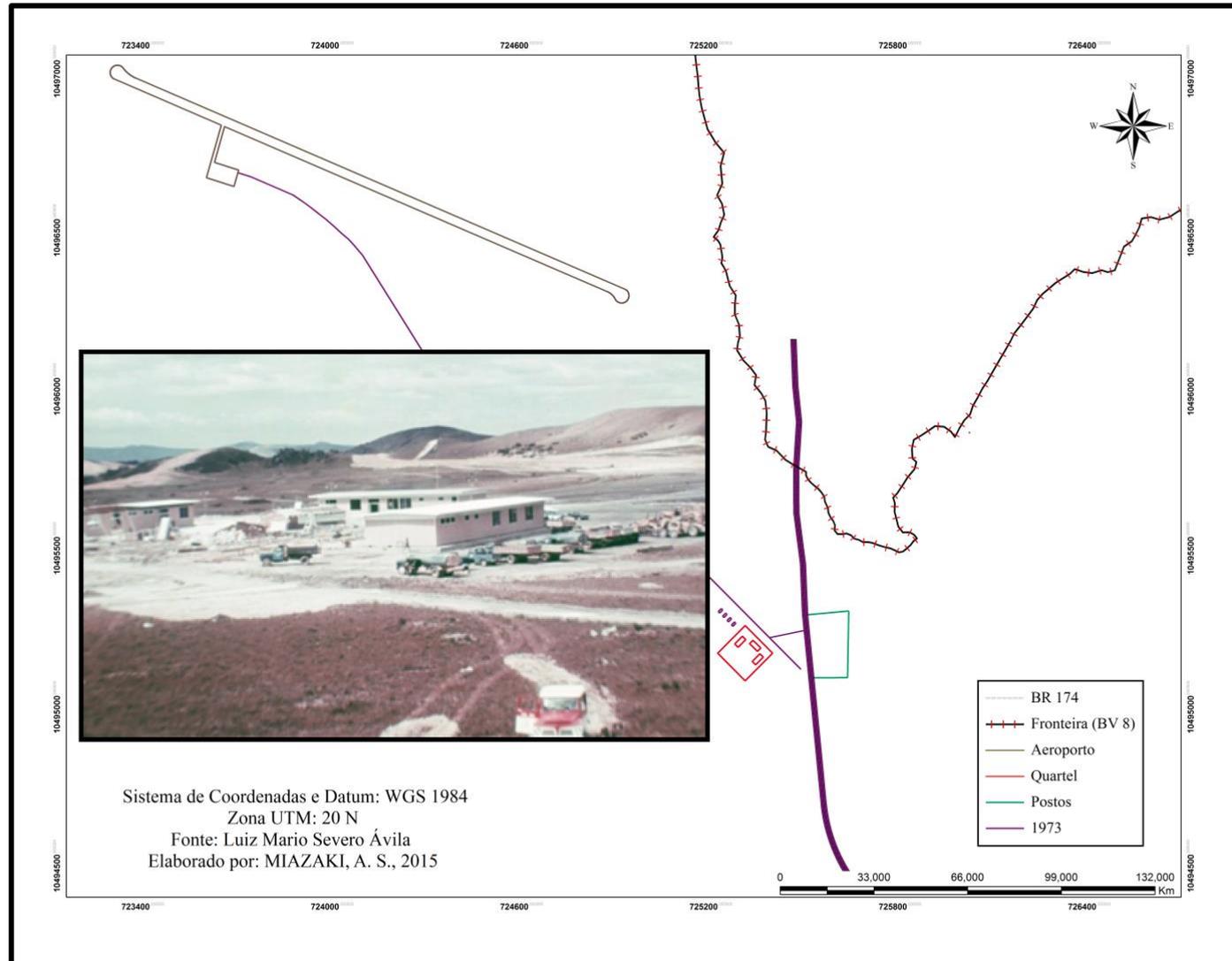
O mapa da Figura 23 mostra a BR 174, os pavilhões do PEF e os prédios civis da TELAIMA, CER e CAER. Consideram-se essas edificações estatais, civis e militares como promotoras de um processo inicial de aglutinação de pessoas e interesses que culminaram como o incremento do espaço e com o adensamento de residências.

A presença dos militares estende-se para um período que vai de 1973 a 1983 que influenciou toda a vida social do povoado que se estabelecia no entorno das edificações civis e militares. Do ponto de vista legal, embora em 28 de agosto de 1974 tenha sido criada, nas proximidades do Divisor, a subprefeitura de depósito, com sede na vila de Surumu, por meio da LEI N° 20/1974²⁷, pode-se afirmar baseado nas pesquisas, que a localidade do povoado é caracterizada pela forte presença de militares, provedores da maioria dos serviços à população da aérea.

A partir desse período o povoado passa a compor a complexa política de defesa do Exército Brasileiro que se organiza em grandes comandos administrativos com objetivo de prover apoio logístico às ações do exército enquadradas em sua área geográfica que no caso do PEF de Pacaraima se insere na 12º Região Militar com sede em Manaus, abrangendo os estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia.

²⁷A LEI N° 20/74 de 28 de Agosto de 1974 do mandato do prefeito municipal Júlio Augusto Magalhães Martins, cria as subprefeituras de Conceição do Maú e de Depósito atribuindo as competências das subprefeituras e de seus respectivos subprefeitos (RORAIMA, 1974).

Figura 23 – Mapa Localidade do 3º PEF recém-criado em 1973. Início do Povoado do Divisor.



Fonte: MIAZAKI , RAPOSO e SENHORAS (2015)

Em todo o estado de Roraima se instalava no período os quartéis e os PEFs que ainda hoje fazem parte da robusta guarnição de Boa Vista:

- a) 1ºBLogSL -1º Batalhão Logístico de Selva. Setor Militar Marechal Rondon.
- b) 1ºPelComSl - 1º Pelotão de Comunicações de Selva.
- c) 6ºBEC-6º Batalhão de Engenharia e construção
- d) 10ºGAC Sl - 10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva. Setor Militar Marechal Rondon.
- e) 6ªDelSM/29ªCSM- 6ª Delegacia do Serviço Militar/ 29ª Circunscrição do Serviço Militar.
- f) 12ºEsqdcMec - 12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado.
- g) 32ºPelPE - 32º Pelotão de Polícia do Exército - Setor Militar Marechal Rondon.
- h) Cmdo 1ªBda Inf Sl- Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Setor Militar Marechal Rondon.
- i) CiaCmdo 1ªBda Inf Sl - Companhia de Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.
- j) C FRON RR/7ºBIS- Comando de Fronteira Roraima/7º Batalhão de Infantaria de Selva. Endereço é o Setor militar.
- k) 1º PEF - Bonfim: na fronteira com a Guiana Inglesa.
- l) 2º PEF – Normandia
- m) 3º PEF - Pacaraima nafronteira com a Venezuela.
- n) 4º PEF – Surucucu
- o) 5º PEF – Auaris
- p) 6º PEF – Uiramutã

O povoado se adensa em meio ao processo de consolidação das unidades militares por todo o estado de Roraima, mostrando o papel dinamizador de tais ações na constituição e produção espacial da localidade atrelado a um processo maior em escala estadual e regional, configurando também um projeto nacional. Outro fator que dinamizava a produção do espaço na fronteira era o comércio formiga e o grande fluxo de mercadorias e produtos entre os dois países.

Especula-se que a porosidade na fronteira e a dinâmica comercial entre os países marcado pelo intenso comércio formiga tenha chamado atenção do executivo municipal de Boa Vista que estabelece a elevação ao *status* de Vila de Pacaraima ao Povoado de BV8, em 1993.

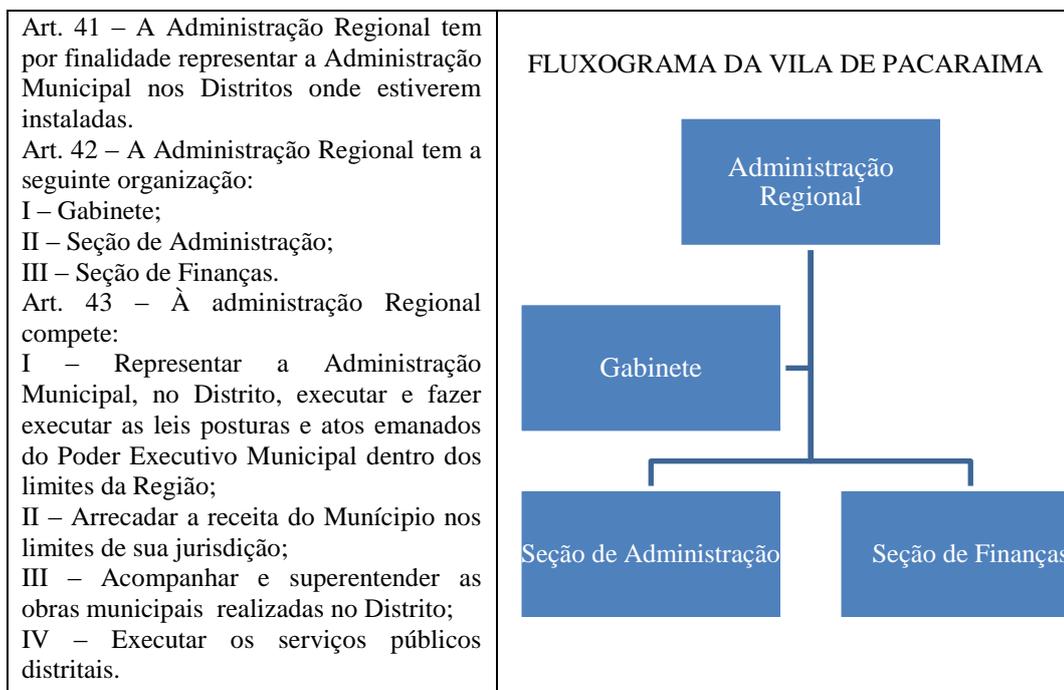
4.1.3 Pacaraima como Vila - 1983 a 1995

Identifica-se que o primeiro administrador indicado pela Prefeitura municipal de Boa Vista assumiu a função em 2 de fevereiro de 1983, incumbido de executar as atribuições e competências da administração da Vila, obedecendo o disposto na LEI N° 20/74.

Embora a Vila de Pacaraima seja estabelecida oficialmente por meio da LEI N° 105²⁸, de 24 de setembro de 1984 que cria a Administração Regional de Pacaraima em seu art. 1° ressalta-se que dois anos antes, mais precisamente, em 3 de agosto de 1982 a LEI N° 085/82²⁹ modifica a estrutura administrativa da prefeitura municipal de Boa Vista, na qual se descreve as Administrações Regionais no fluxograma municipal de Boa Vista.

A referida Lei Municipal de 3 de agosto de 1982 a LEI N° 085/82 estabelece a Administração Regional em sua Seção XI nos Artigos 41, 42 e 43 como se observa a seguir:

Figura 24 – Artigo 41 LEI N° 085/82 e fluxograma da Vila de Pacaraima

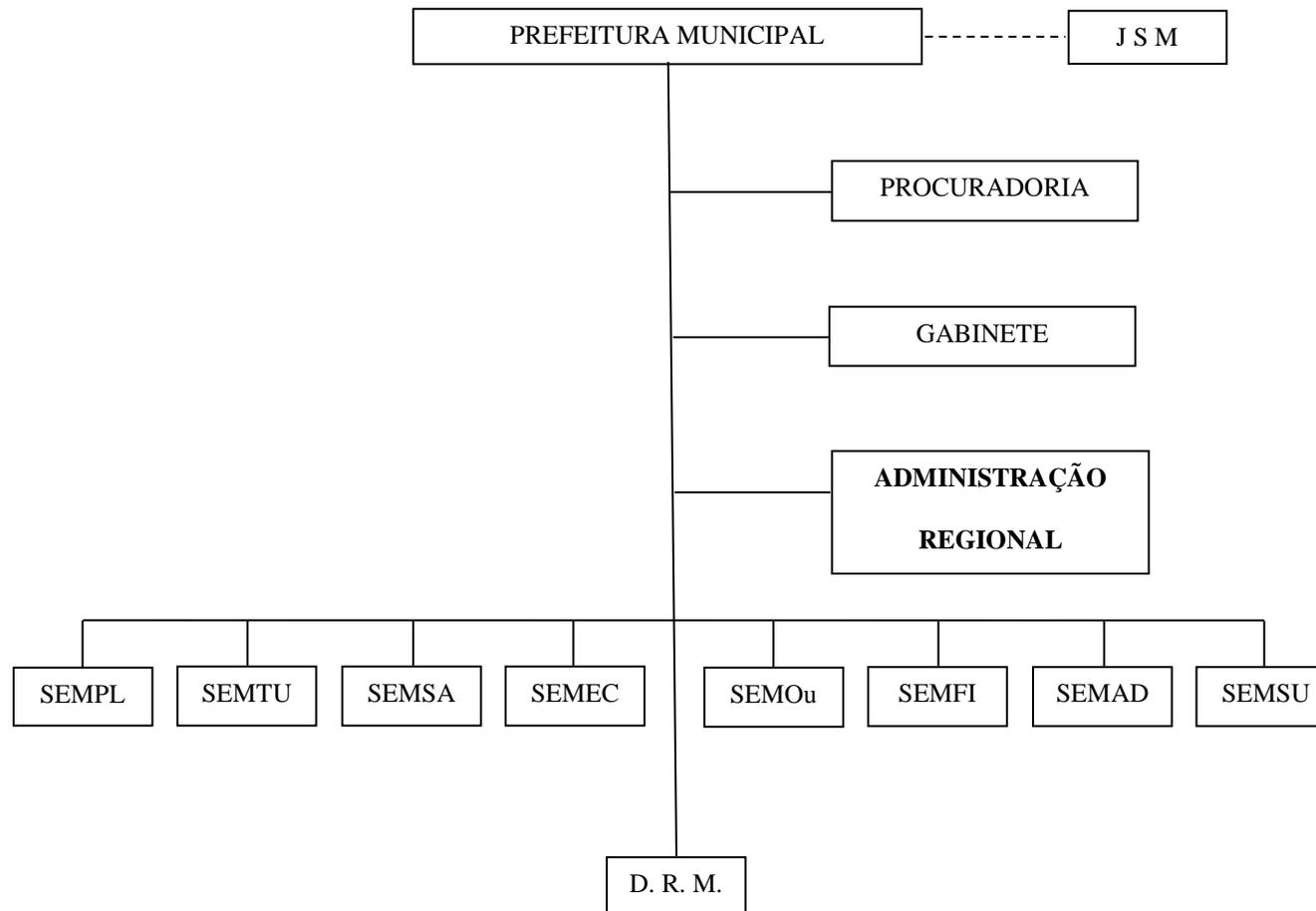


Fonte: RAPOSO e SENHORAS (2015)

²⁸A LEI N° 105/1984 de 24 de Setembro de 1984 do mandato do prefeito municipal José Hamilton Gondim Silva, cria as Administrações Regionais de Pacaraima e Vila Brasil (RORAIMA, 1984).

²⁹A LEI N° 085/1982 de 03 de Agosto de 1982 do mandato do prefeito municipal Alcides Rodrigues dos Santos, modifica a estrutura administrativa da prefeitura municipal de Boa Vista e por consequência assegura a inserção e a estruturação da Administração Regional no fluxograma da administração municipal (RORAIMA, 1982).

Figura 25 – Organograma da Prefeitura Municipal de Boa Vista incluindo a administração da vila



Fonte: PMBV LEI N° 105/84 (1984)

A LEI N° 105/84 que cria a Administração Regional de Pacaraima e as Leis 20/74 e 085/82 que estabelecem as competências das administrações e dos administradores inauguram a fase da administração civil na região realizada pelo o Poder Público Municipal da cidade de Boa Vista. O país também já iniciava o período de transição de militar para civil. A partir do estabelecimento dos instrumentos legais os administradores passam a desempenhar um papel que até então era exercido pelo o comando do 3°PEF.

Essa nova etapa da produção espacial na fronteira é marcada pelo início da intervenção estatal civil nesse processo. O período marca a transição da gestão da área territorial para as mãos de civis, que passam a representar o poder público, que durante sua atuação passa a garantir direitos aos assentamentos que só fazem aumentar naqueles anos.

A conformação da vila de Pacaraima assinala a atuação de 10 administrações cujos administradores eram nomeados pelo chefe do executivo da Prefeitura Municipal de Boa Vista. Foram 9 administradores, pois um deles administrou a Vila em dois períodos distintos. Salienta-se que a transição é marcada pela instabilidade e trocas frequentes de administradores entre as 7 primeiras administrações, com uma maior estabilidade nas três últimas gestões.

A administração da Vila estava atrelada ao executivo municipal de Boa Vista que por sua vez estava ligada ao executivo estadual havendo certa verticalização do poder até o ano de 1988. A hierarquia e a conjuntura política do estado, de sua capital - Boa Vista e da Vila de Pacaraima eram marcadas por sucessivas trocas e momentos de descontinuidade de governos.

A partir de sua criação a Vila de Pacaraima teve 9 administradores onde os seis primeiros tratam dos primeiros anos de criação da Vila marcado pela instabilidade e alternância de curtos períodos de gestão. Já as três últimas administrações marcam o período de consolidação da Vila e transição para criação da do Município. A seguir analisar-se-á essas duas fases dos administradores.

4.1.4 Administradores da vila - 1983 a 1995

Apesar de todo esforço desempenhado nos trabalhos de campo e coleta de informações, reconhecem-se lacunas nas obtenções de dados sobre os dois períodos (o instável e o mais estável). As informações apresentadas são resultados de pesquisa documental e jornalística, acrescida de depoimentos colhidos com os únicos administradores que conseguimos contatar: José Sebastião Alves Bezerra - Sr. Sabá; Francisco Valente;

Altemir Campos; Edutina Passos – Tina; Raimundo Nonato e Paulo Robstan – Paulo Sacolinha. A pesquisa documental e os depoimentos foram fundamentais na elaboração dos mapas, mostrando a evolução espacial da cidade. A análise foi feita considerando as duas etapas da administração da Vila. A primeira etapa corresponde aos seis primeiros administradores e a segunda correspondente aos três últimos administradores.

Os seis primeiros administradores foram: José Sebastião Alves Bezerra - Sr. Sabá; Cel. Pitã; Dr. Dalmo; Altemir da Silva Campos; José Faustino e Francisco Valente, respectivamente. Esses administradores constituíram nesse período os agentes ordenadores e organizadores do espaço na fronteira, ligados à administração municipal boa-vistense. Seus mandatos foram de curta duração, com o máximo de um ano.

Figura 26 - Administradores da Vila de Pacaraima

	Não encontrado	Não encontrado
José Sebastião Alves Bezerra	Cel Pitã	Dr. Dalmo
	Não encontrado	
Altemir da Silva Campos	José Faustino	Francisco Valente
Não encontrado		
Raimundo Nonato	Edutina Passos	Paulo Robstan

Fonte: Fotos cedidas 2014-15.

Dos seis primeiros administradores foi possível ao longo da pesquisa contatar três: José Sebastião Alves Bezerra - Sr. Sabá, Altemir da Silva Campos e Francisco Valente, os quais colaboraram com informações que tornaram possível uma periodização daquele momento da vila. Suas contribuições, embora sejam extremamente valiosas, apresentam imprecisão nas datas.

Acerca dos demais administradores desse período: Cel. Pitã, Dr. Dalmo ou Dalton e José Faustino, não foram localizados por mais que tenha buscado informações com seus

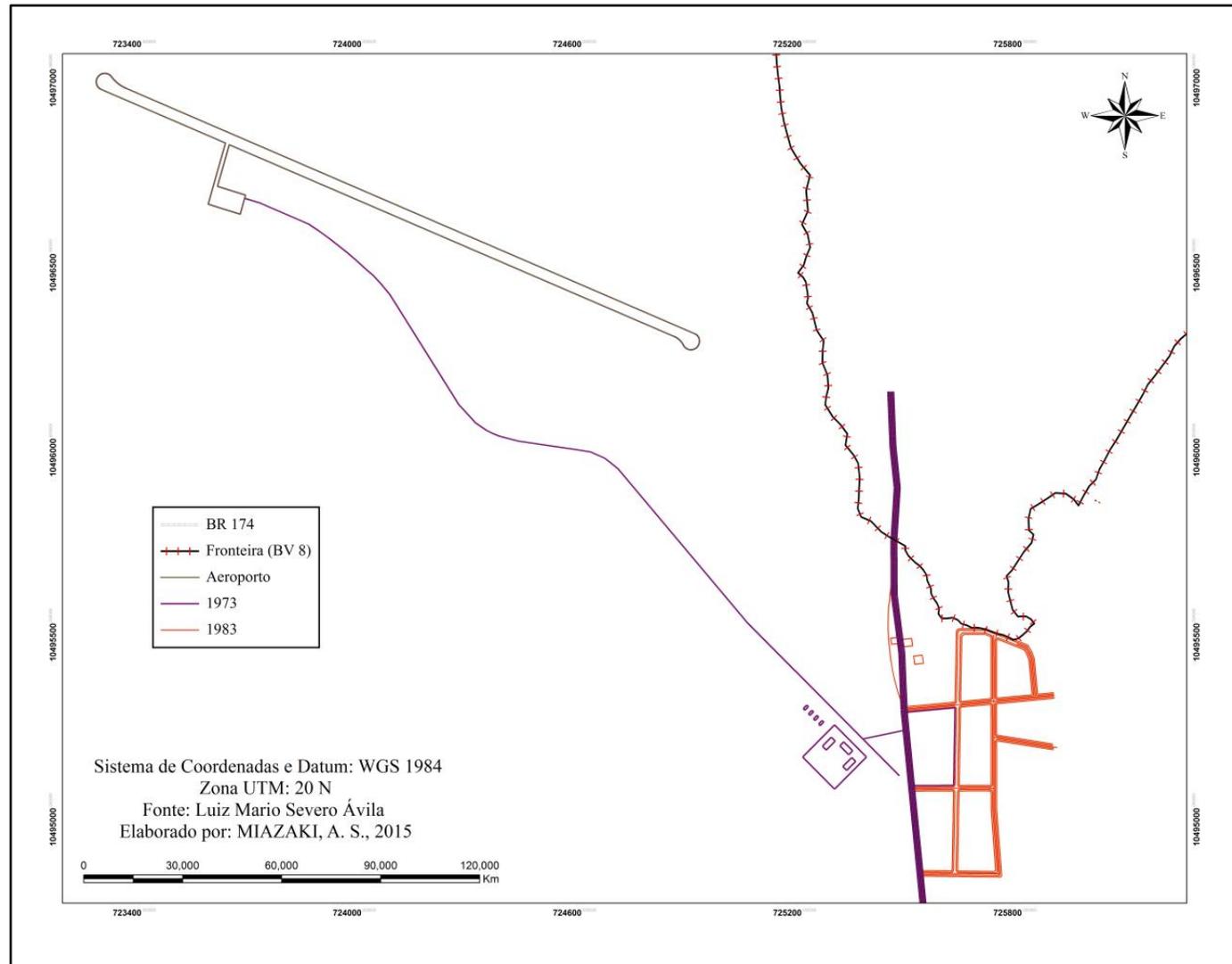
familiares. Esses administradores constituíram, naquele período, os agentes ordenadores e organizadores do espaço na fronteira e, estavam ligados à administração municipal boavistense. Reconhece-se, assim, o extremo valor de seus serviços como servidores públicos na constituição e na evolução da produção espacial em Roraima. A análise constitui uma tentativa de compreender a produção do espaço da Vila de Pacaraima e os apontamentos possuem caráter acadêmico científico.

4.2 PRIMEIRO ADMINISTRADOR: JOSÉ SEBASTIÃO ALVES BEZERRA

José Sebastião Alves Bezerra ou senhor Sabá, como gosta de ser chamado, é morador de Pacaraima há 33 anos e convivia com a região desde 1979. Segundo o próprio, na época, havia somente a BR 174 e a única rua só se trafegava com carro tracionado. A Vila era composta por 50 casas espalhadas ligadas pelo caminho. Como administrador fazia a interlocução entre a Vila, a Prefeitura Municipal de Boa Vista e a Governo Estadual. Em entrevista, ressaltou que houve resistência à sua presença como o administrador, tanto por parte da população quanto por parte dos militares, que até então exerciam a liderança na região. Viu, então, necessidade de quebrar tal resistência por meio de aproximações, através de reuniões com diálogos abertos e priorizou três necessidades de ordem de interesse da comunidade, em seu curto mandato: 1) abertura de 10 ruas; 2) delimitação dos terrenos em bases consensuais com os moradores em áreas de 20 por 40 e, 3) definição da chamada Vila Velha com destaque para as ruas: Parima, Guiana, Jamaica, das Américas e Quino.

Na época a Vila era um entreposto para as localidades de garimpo de ouro e diamante nas regiões conhecidas como: “Quinoa, Puxa Faca, Orinoco, Água Fria, Alto Cotingo, Suapi”, além da cidade de Santa Elena do Uiarén. Também, eram marcantes na região a presença militar e animosidades por disputas de poder. Para afirmar a presença civil, o administrador relata que solicitou e foi atendido com um destacamentos da Polícia Militar do Estado de Roraima que tinha sua sede em uma casa de madeira na Av. Brasil, com 4 soldados, 1 cabo e 1 sargento que passaram, então, a cumprir as atribuições da segurança pública na Vila.

Figura 27 – Mapa Vila de Pacaraima em 1983.



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015), modificado de ÁVILA (2014)

Com base no apresentado e validado em campo com os administradores e moradores mais antigos da Vila é possível observar a existência da Vila Velha e as primeiras ruas do lugar. Pondera-se que embora as ruas estivessem abertas ou marcadas para ser abertas, nem todos os lotes estavam povoados, havendo muitos caminhos entre eles e as pessoas nem sempre utilizavam as ruas para circularem pela Vila.

As festas populares, como as juninas, que eram realizadas nas dependências do PEF passam a ser realizadas na Vila. Havia quatro ou cinco comércios e certa monotonia a não ser pelos embates e rejeição em função de diferenças políticas com Exército, pois, segundo o entrevistado, há suspeita de que tenha alvo de investigação do Serviço Nacional de Informação – SNI, importante braço da ditadura militar, que o denominara como agitador da fronteira. Na percepção do entrevistado esses embates foram os motivos de sua saída da administração da Vila.

A análise da dinâmica inicial da Vila de Pacaraima ressalta bem o papel das forças de horizontalidades e de verticalidades na produção espacial na região. As forças exógenas exercem o poder e as forças endógenas demandam o poder, movendo ações sociais e nesse processo transformando o espaço, convergindo essas ações espaciais num processo contínuo de produção da história.

Segundo informações, após a administração do Sr. Sabá houve a Administração do Coronel Pitã e do Dr. Dalton ou Dalmon. O senhor Sabá não soube precisar a data e os períodos desses administradores, mas estiveram no cargo entre o fim do ano de 1983 e início do ano de 1985.

4.3 QUARTO ADMINISTRADOR: ALTEMIR DA SILVA CAMPOS

O quarto administrador da Vila (atual prefeito da cidade), senhor Altemir, exerceu suas funções entre março de 1985 e setembro de 1987. A coleta de informações junto ao administrador foi extremamente difícil em função sua agenda de prefeito. Por diversas vezes, os horários marcados foram cancelados, apesar das várias solicitações por meio eletrônico, sem que se obtivessem respostas.

Considerando a demanda de tarefas de um executivo municipal, compreende-se o pouco tempo do administrador em colaborar com a pesquisa, mas lamentam-se os contratempos e a ausência de informações. Nas várias tentativas obteve-se não mais do que 20

minutos de conversas, em dois encontros e 1 telefonema, nos quais foi possível fazer apenas um registro fotográfico e obter duas respostas.

Indagado sobre quais as principais realizações de sua primeira administração, o administrador respondeu que havia feito “tudo”. Quando solicitado que fosse mais específico, disse que abriu todas as ruas, com destaque para a Rua Monte Roraima. Perguntou-se a quantidade de habitantes da vila no período de sua administração e o mesmo respondeu que ela contava com cerca de mil habitantes.

No ano de 1987 Altemir é exonerado do cargo de administrador da vila sendo sucedido pelo senhor Sabá. Este, em sua segunda administração, torna-se o quinto administrador da vila e permaneceu por apenas três meses. Na sequência cargo foi preenchido pelo Sr. José Faustino, sexto administrador, que infelizmente não foi localizado. Segundo informações do Sr. Sabá, José Faustino era um antigo proprietário de terras na região, com forte vinculação ao local. Não foi possível identificar seu paradeiro, nem o de seus familiares.

4.4 SÉTIMO ADMINISTRADOR: FRANCISCO VALENTE

Francisco Valente exerceu sua administração por apenas seis meses no ano de 1988. Em entrevista, disse que na época de sua administração a Vila contava com cerca de mil habitantes e a localidade era bem pacata. Considera que sua grande contribuição a limpeza dos logradouros públicos da vila, utilizando o maquinário da PMBV e do exército que colaborou, ainda, com o efetivo de homens em um mutirão de limpeza das ruas, poda de árvores, limpeza para escoamento de águas pluviais, capina de logradouros e lotes, entre outros.

Também, considerou a importância do exército como parceiro, assegurando o êxito em boa parte das empreitadas na manutenção do espaço da vila, contribuindo com suporte no efetivo de homens, materiais, logística e para as mais variadas ações, inclusive até os dias de hoje.

4.4.1 Aspectos gerais da administração de Francisco Valente

A primeira fase é marcada pela ação de seis administradores e sete administrações de curtos períodos. Na segunda fase há períodos administrativos maiores e ampliação espacial da

vila. O primeiro período marca, também, o embate político por disputas de poder, incluindo o uso e ocupação do solo, o que foi alvo de disputas largamente noticiadas na mídia local.

Os três últimos administradores: Edutina Passos – Tina, Raimundo Nonato e Paulo Robstan – Paulo Sacolinha marcam um período de maior consolidação do desenvolvimento socioespacial da vila. Destes três, foi possível contatar apenas dois: Edutina Passos e Paulo Robstan – Paulo Sacolinha. Este último contribuiu com um volume considerável de informações de sua gestão e sobre a gestão de Tina e Raimundo Nonato.

Mais uma vez reconhece-se que tais administradores constituíram os agentes ordenadores e organizadores do espaço na fronteira. Assim, seus esforços e trabalho são de extremo valor na constituição e evolução da produção espacial não só de Pacaraima, mas de todo o estado de Roraima. As análises constituem uma tentativa de compreender a produção do espaço da Vila de Pacaraima e os apontamentos que serão feitos a seguir possui caráter acadêmico científico.

4.5 OITAVA ADMINISTRADORA: EDUTINA PASSOS SILVA

A administração de Edutina Passos Silva e a situação socioespacial da vila podem ser percebidas no relatório de viagem realizada em 14 e 15 de julho de 1989. Este trata da visita do Governador Romero Jucá e do Prefeito da Capital Barac Bento e suas respectivas primeiras damas Tereza Jucá e Irami Bento. O documento refere-se a uma solicitação que repercute numa preocupação com a organização, ordenamento, zoneamento e saneamento da vila, possui apenas duas páginas e apresenta dez prioridades a serem tomadas e resolvidas, conforme Figura 28.

Através da análise do relatório é possível afirmar que a vila crescera e se dinamizara, havendo necessidade de se institucionalizar a administração com a construção de um prédio. Outro ponto revelador é a preocupação para que seja feito levantamento físico da regularização de lotes para obtenção de títulos e cobranças de impostos. Quanto a essa questão deve-se considerar a insegurança jurídica sobre uso e ocupação do solo da cidade.

As questões de saneamento são percebidas na solicitação da limpeza e construção de meio-fio. O aparelhamento e o ordenamento da cidade ficam evidente com a solicitações para a construção de terminal de ônibus ; implantação de agencia do Banco do Brasil; construção de uma escola na Colônia do Samã, além da retirada de uma lanchonete, conforme documento.

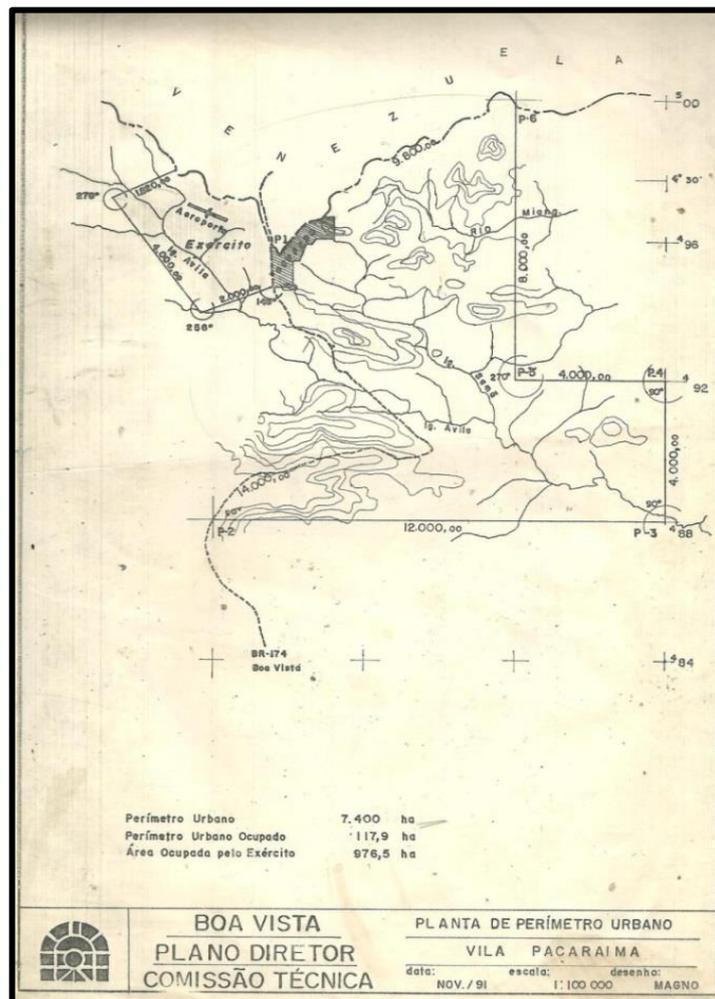
Figura 28 – Fragmento de relatório de viagem da comitiva de governo a Pacaraima, 1989.

<p style="text-align: center;"><u>RELATÓRIO</u></p> <p><i>Arquiteto</i></p> <p>Relatório da viagem realizada à Vila Pacaraima BV-8, entre os dias 14 e 15 de Julho de 1989.</p> <p>A Comitiva estava composta pelo Exmo. Sr. Governador do Estado de Roraima, Romero Jucá; Exmo. Sr. Barac da Silva Bento, Prefeito da Capital do Estado; 1ªs Damas: Tereza Jucá e Iramir Bento e os Secretários: Marcelo Luz e Valério Magalhaes, representantes da CAER, CER e outras autoridades.</p> <p>As principais causas da viagem, estavam voltadas para as condições e situações que envolvem o Município e sua Administração.</p> <p>As técnicas desta SEMPLA, fizeram perguntas aos moradores e ouviram suas reclamações e anotaram as principais que passaremos a relatar à V.Exa., para que dentro do possível, seja tomada as cabíveis providências no sentido de melhorar a situação de vida daquela gente que guardam as nossas fronteiras.</p> <p>Os pedidos não estão por ordem de prioridade, deixando portanto, a escolha de V.Exa., no que for de maior relevância para a vossa administração:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção da Sede da Administração juntamente com residência para a Administradora (projeto e local, prontos). - Recuperação total do CHALÉ, pertencente à Prefeitura (Construção em Madeira). - Construção do Mini-Mercado público e feira livre (local e projeto pronto) - Levantamento físico para a implantação e cobrança do IPTU; este levantamento deve ser feito pelos topógrafos da Secretária de Obras do Município, para que seja cobrados os impostos e os alvarás; é necessário que o Prefeito em 	<p>primeiro lugar, legalize os lotes, dando os títulos definitivos aos seus ocupantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Limpeza da Cidade, neste caso, é necessário a contratação de mão-de-obra. - Construção de meio-fio e calçamento das ruas, estamos providenciando projeto para ser encaminhado ao setor competente (Calha Norte). - Construção de uma Escola na Colônia do SAMÁ (Governador do Estado, prometeu). - Posto avançado do Banco do Brasil, sua Exª o Sr. Prefeito ficou de estudar o assunto e dar a resposta urgente. - Retirada das Lanchonete da BR-174, em frente a CAER e TELAIMA (O local para a remoção já se encontra a disposição da Administração do Município) - Construção de um pequeno terminal de Ônibus - os passageiros ficam expostos ao Sol e Chuva as vezes com crianças até doente. <p>Vale ressaltar, a fineza que V.Exa., digníssima esposa e a equipe da Prefeitura desempenharam junto a Comitiva total e a sinceridade que V.Exa., se dirigiu aquele povo.</p> <p>Boa Vista, 17 de Julho de 1989.</p> <p style="text-align: center;"><i>Valério Magalhães</i> VALÉRIO MAGALHÃES Secretário</p> <p style="text-align: center;"><i>Dionizia Pinheiro</i> DIONÍZIA PINHEIRO PEREIRA Chefe de CAB/SEMPLA</p> <p style="text-align: center;"><i>Eliete Martins Ferreira</i> ELIETE MARTINS FERREIRA Chefe da Divisão de Orçamento</p>
---	---

No mesmo ano de 1989, a vila recebeu água encanada e eletrificação, infraestrutura indispensável para o estabelecimento de novos equipamentos urbanos em Pacaraima. A administração de Edutina Passos Silva coincide com emergência lançada à cidade de Boa Vista, como a elaboração do Plano Diretor Desenvolvimento Urbano/Boa Vista-RR, Lei nº 244, promulgada em 06 de setembro de 1991, estabelecendo a promoção do desenvolvimento urbano, zoneamento, uso e ocupação do solo, sistema viário, parcelamento do solo entre outros.

O documento reconhece a área da vila de Pacaraima como perímetro urbano, sendo plausível concluir que as definições postas para a área urbana valem para toda extensão urbana municipal, incluindo as áreas das vilas pertencentes ao município de Boa Vista, inclusive a vila em questão.

Figura 29 - A planta do perímetro urbano da vila de Pacaraima - 1991



Fonte: Arquivo pessoal Paulo Robstan Araujo de Souza (2014).

A planta do perímetro urbano da vila de Pacaraima Figura 13, correspondente a 7400ha e suas especificações em relação área ocupada: 117,9 ha pela vila; área do exército: 976,5 ha. A planta demonstra a pretensão de se consolidar uma área urbana extensa para a vila no Plano Diretor. Esta área ainda não está consolidada como pertencente ao município, mas revela a razoabilidade dos planejadores sobre o uso e ocupação do espaço, no que diz respeito em relação à área ocupada e às áreas de reservas para expansão urbana e de entorno, necessárias ao desenvolvimento urbano da cidade.

Ainda por meio dessa Lei foram criadas as Diretrizes de Desenvolvimento Urbano que, conforme o Capítulo I, Artigo 7º, Capítulos II e III, estabeleceram o zoneamento e a setorização urbana, definida a partir de um recadastramento computadorizado, pelo qual se identificavam as características da infraestrutura dos imóveis existentes.

Desse modo, o Plano Diretor, editado em 1991 por Barac Bento, teria a função de ordenar o crescimento urbano, propondo ações e estratégias para que a função social da cidade fosse cumprida, fazendo com que esse crescimento fosse acompanhado do desenvolvimento social, econômico do cidadão.

Em 1992, ainda na administração da Edutina, dois empreendimentos marcaram o aparelhamento da vila: o destacamento de polícia presente na localidade desde 1983, ganha um quartel e é inaugurado o Hospital Marechal Rondon. As obras constituem infraestruturas essenciais dos setores da saúde e segurança e mostram a existência de um número razoável de moradores, devido as exigência desses dois tipos de aparelhos para a vila de Pacaraima

Figura 30 – Placas inaugurais do Quartel de PM e do Hospital Marechal Rondon, em 1992



Fonte: RAPOSO e SENHORAS

A administração da Edutina marca a passagem do período de instabilidade - mandatos curtos ao um período mais estável - mandatos mais longos. A inconstância dos primeiros mandatos reflete a instabilidade em outros níveis de poder no estado, como por

exemplo, a condição de prefeito da capital. Pode-se dizer que isso constitui fator de aparelhamento do espaço da vila, além de contribuir com a sua expansão.

A própria entrevistada, Sr^a Etudina, não soube precisar com exatidão o período de sua administração. Sabe que administrou a vila entre os anos de 1988 e 1992, no qual as formas espaciais ganham importância, pois há um maior número de doações e distribuições de lotes na vila. Essas doações eram divulgadas nas emissoras de rádio, convidando as pessoas a vir conhecer o local, destacando o seu clima como um ponto positivo. Com isso, houve um pequeno aumento da população.

4.6 NONO ADMINISTRADOR: RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA CARVALHO

Confore informações do Sr. Paulo Robstan – Paulo Sacolinha, o servidor público Raimundo Nonato de Oliveira Carvalho administrou a vila de Pacaraima no período de 1992 a 1993. Seu destaque foi criação da Associação Comercial e Industrial de Pacaraima, em 18 de agosto de 1993, em sintonia com a proposta de criação da área de livre comércio em 22 de maio de 1991 aprovada para cidade nesse ano.

Assinaram a ata de criação da Associação 45 fundadores sendo 34 comerciantes, 5 empresários, 1 representante da administração da vila, 1 representante do Lions Clube, 1 representante da loja maçônica Pacaraima, 1 representante da Prefeitura Municipal de Boa Vista, 1 representante do 3ºPEF e 1 representante da Receita Federal.

A Associação teve como primeiro presidente o empresário Paulo Robstan Araújo de Souza que seria conhecido mais tarde como “Paulo Sacolinha” e futuro administrador da vila.

A representatividade e a composição dos membros fundadores da Associação apontam a formação de uma pequena, mas articulada elite local. A formação dessa elite começa a criar as condições para os processos que se consolidarão mais tarde durante a administração de Paulo Sacolinha.

4.7 DECÍMO ADMINISTRADOR: PAULO ROBSTAN ARAÚJO DE SOUZA

O empresário Paulo Robstan Araujo de Souza chegou à região em 1985 e desde então passar a conviver no local, desenvolvendo atividades empresariais. Inicialmente foi proprietário de uma loja de artesanato, depois desenvolveu atividades de negociação de ouro e diamante e atuou em negociações cambiais.

Atraído pela dinâmica das relações da fronteira e da atividade garimpeira, notando a necessidade de abastecimento, montou, também, o mercado de denominação “Sacolinha” que atendia a população local. A sua popularidade e de seu negócio rendeu-lhe o apelido que mais tarde seria adotado como pseudônimo político, passando a ser amplamente conhecido como “Paulo Sacolinha”.

Conforme a Figura 32, em 1993, a vila de Pacaraima se ampliara bastante, já havendo os “bairros” da Vila Velha e da Vila Nova. Os lotes estavam sendo aos poucos ocupados e a estrutura e o traçado das ruas consolidavam a expansão.

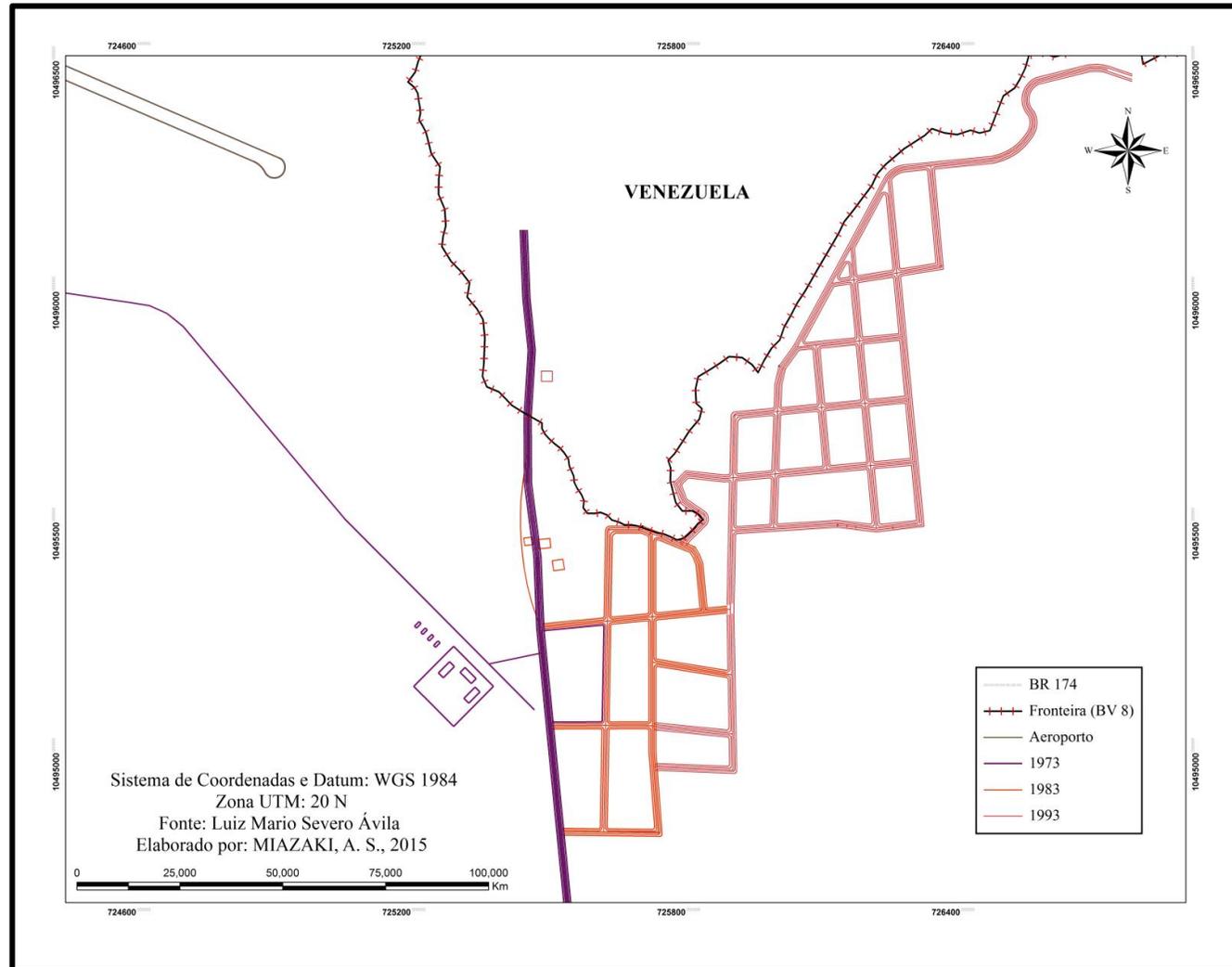
Devido sua administração e os processos já desenvolvidos nas anteriores, bem como, um número maior de documentos físicos encontrados ao longo da pesquisa, considera-se que a administração do Sr. Paulo Robstan Araújo de Souza ou “Paulo Sacolinha” apresenta maior grau de institucionalização dos processos de administrativos, em relação às várias demandas da vila tais como: estrutura de funcionamento da vila; relação interinstitucional com exército e Polícia Federal; relação com a cidade de Santa Elena; ordenação da distribuição de lotes; regras de posse e povoamento; relação com a imprensa dentre outros.

Figura 31 - Vista da fachada da sede da administração da vila de Pacaraima em 1993



FONTE: Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza

Figura 32 – Mapa Vila de Pacaraima em 1993.



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015), modificado de ÁVILA (2014).

A fotografia revela a articulação política do administrador da vila e faz um prelúdio do jogo político em curso, que culminará em mudanças que ocorrerão nos próximos anos em Pacaraima. Havia já na época a ideia de se transformar a localidade em município e a autoridade estadual já pretendia fixar suas bases para o pleito vindouro.

As ações do administrador Paulo Sacolinha, assim, como as ações de seus antecessores correspondiam à fatia territorial da vila, mas as pretensões e tensões do jogo político, ao qual a localidade estava vinculada, extrapolam suas dimensões. Nesse contexto o administrador adotou a estratégia de ordenar a distribuição de lotes e povoar o bairro Vila Nova, que segundo ele era uma área pouco povoada.

Essa estratégia entrou choque com as pretensões do grupo político adversário, que tinha como principal representante a ex-administradora Edutina. O Sr. Paulo Sacolinha identificou uma área que seria de propriedade da Senhora Edutina e orientou a administração municipal de Boa Vista que fizesse a devida desapropriação para os lotes fossem doados. Essa desapropriação rendeu uma disputa por lotes com fortes vinculações políticas que mereceu atenção da imprensa que noticiou:

Belo protesto que Tina Passos – cargo comissionado do governo com ótimo salário – está fazendo contra a Prefeitura de Boa Vista. Só que a realidade é completamente diferente. Ela foi administradora do BV-8, invadiu várias quadras, distribuiu para sua família e não se preocupou com a legalidade. São várias perguntas que devem ser feitas à “injustiçada”: Se ela depende tanto da área grilada, por que o genro do governador Ottomar Pinto, Presidente da CER, Paulo Latgé, foi acariciado com um lote numa das quadras invadidas? Será que ele é uma das pessoas necessitadas que precisam do lote?

JORNAL CABURAI – 29/07/1994 – Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza

Figura 33 – Charge Publicada no Jornal Caburaí em 29/07/1994



Fonte JORNAL CABURAI – 29/07/1994 – Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza

A tensão por disputa de terras na vila mostra sua forte vinculação a grupos políticos do estado que se utilizava de seus representantes de base para exercer uma política questionável do ponto de vista ético e moral. A nota publicada no jornal junto à charge mostra a articulação entre o governador e a administração da vila.

No ano de 1994 a vila de Pacaraima se dinamizava e crescia o fluxo de turistas dos dois lados da fronteira e já nessa época são noticiados casos de supostos abuso de poder, entre a guarda nacional venezuelana e os turistas brasileiros. Casos de tensão também são narrados envolvendo brasileiros residentes em Pacaraima e os agentes da policia federal e/ou militares do exército.

Considerando a área e a localização da vila compreende-se a forte presença das forças de segurança militar e civil. São necessários, pois, órgãos de contenção que pressuponham a salva-guarda da integridade nacional e de seus habitantes, contudo são recorrentes entre os administradores da antiga vila, relatos de tensão partindo destes agentes.

Outro ponto contencioso incrementa a produção do espaço da vila de Pacaraima que é o posto da Secretaria Estadual da fazenda - SEFAZ na fronteira, inaugurado no ano de 1994, como um braço da Secretaria que tem por finalidade formular a política econômico-tributária do estado de Roraima, realizar a administração fazendária, bem como, dirigir, superintender, orientar e coordenar as atividades de arrecadação, fiscalização, recolhimento e controle dos tributos e demais receitas do Estado.

Figura 34 – Foto vista parcial das placas do posto da Secretaria da Fazenda



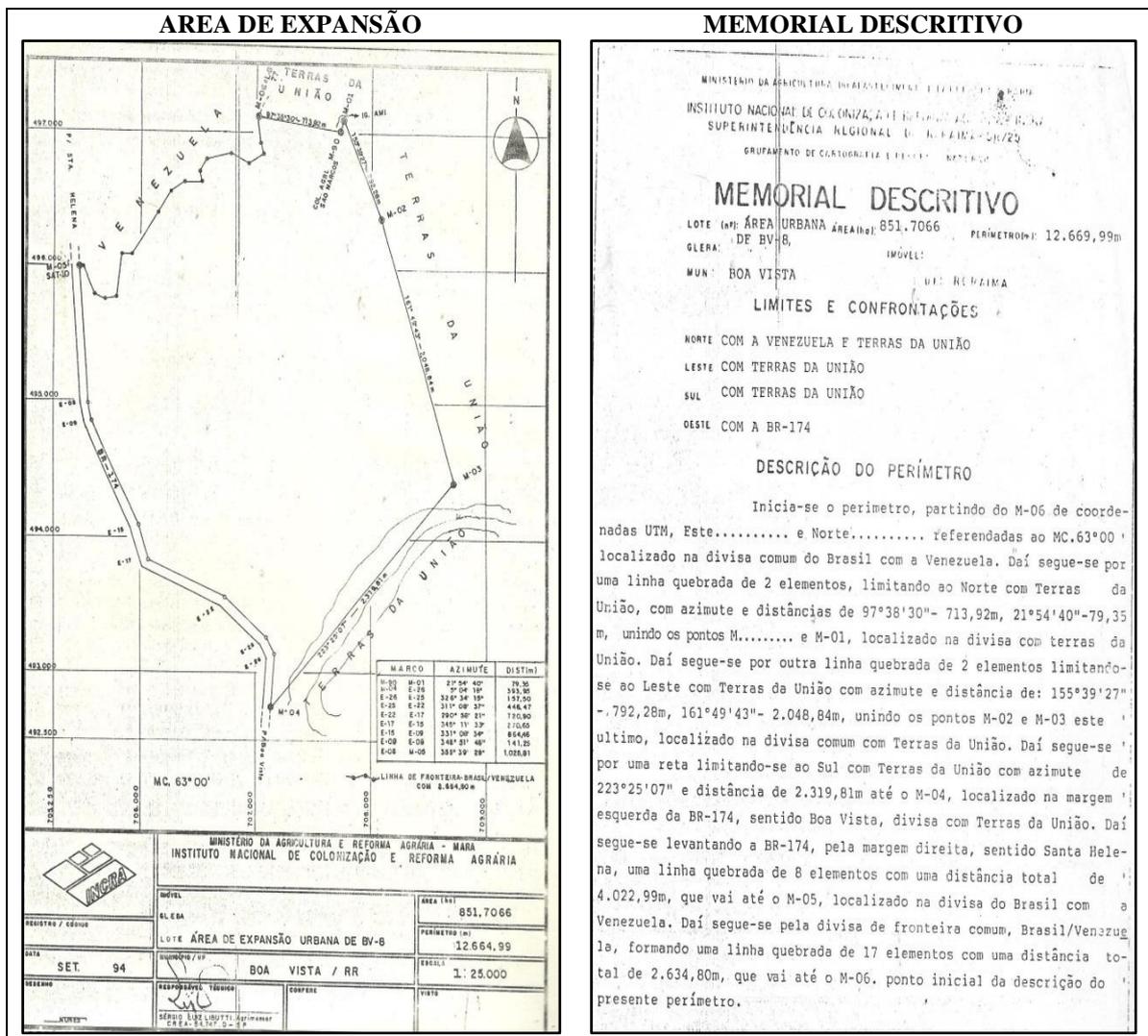
Fonte: RAPASO e SENHORAS (2014)

A presença do Posto da SEFAZ evidencia a força do comércio e inibe os escapes de divisas econômicas e financeiras na fronteira. O posto constitui-se de um prédio com uma razoável infraestrutura e compõe com os demais órgãos fixos de controle, incrementado, assim, o processo de produção espacial da vila.

No período da administração de Paulo Robstan Araújo de Souza, essa se dividia em duas partes: uma mais consolidada e uma área, que apesar de ter ruas abertas, não era totalmente povoada. Em termos espaciais pode-se dizer que essas áreas passavam por um incremento e consolidação do pequeno sistema de objetos espaciais hoje presentes na cidade.

No aspecto macroespacial, foi nesse período que o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA reconheceu a área urbana de Pacaraima expedindo, inclusive, um memorial do que seria essa área. Trata-se de um documento de setembro de 1994 que aponta a área de expansão de BV-8, estabelecendo seus limites e dimensões. Como se segue:

Figura 35 – Quadro com Área de Expansão e Memorial Descritivo de Pacaraima.

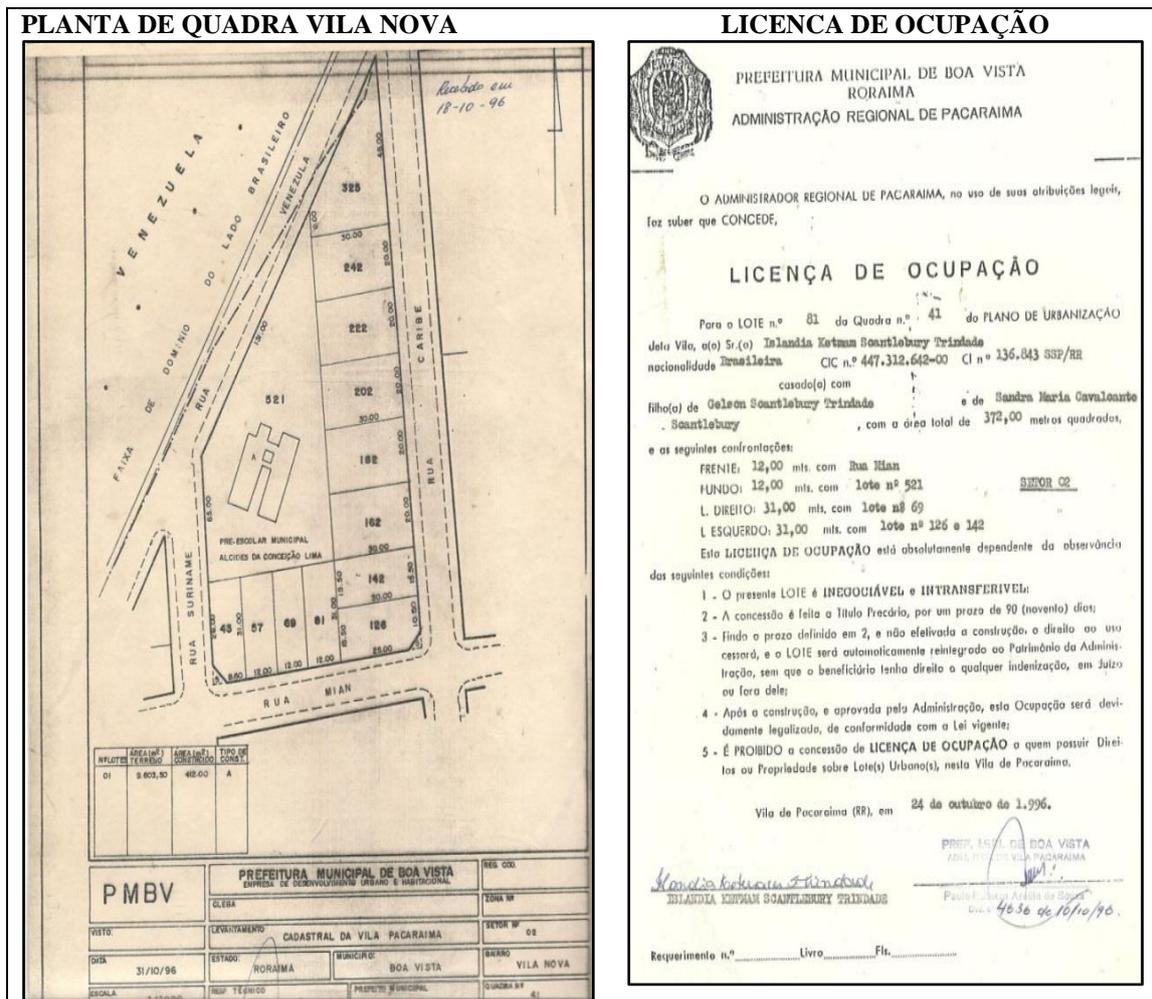


Fonte: INCRA/1994 - Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza - 2014

Em 1995, foi instalada a vila uma agência dos Correios, através de um convênio entre a empresa e a Prefeitura de Boa Vista. Esse fato colabora com a produção espacial da vila e interliga a localidade à capital Boa Vista e por consequência às demais cidades brasileiras, facilitando o fluxo de comunicação e informação.

A expansão e consolidação da Vila Velha e da Vila Nova são documentadas e registradas pela administração local e aos serviços da Prefeitura de Boa Vista por meio de cartas cadastrais das áreas de loteamentos. Às vésperas de se tornar cidade, o administrador da Vila, Paulo Sacolinha, esforça-se para regularização dos loteamentos, conferindo um padrão organizacional espacial até então inédito, buscando, ainda, garantir aos ocupantes desses lotes o direito de uso e ocupação do solo na vila de Pacaraima.

Figura 36 – Quadro com Carta Cadastral de Loteamento e Licença de Ocupação, 1996



Fonte: PMBV-1996 - Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza - 2014

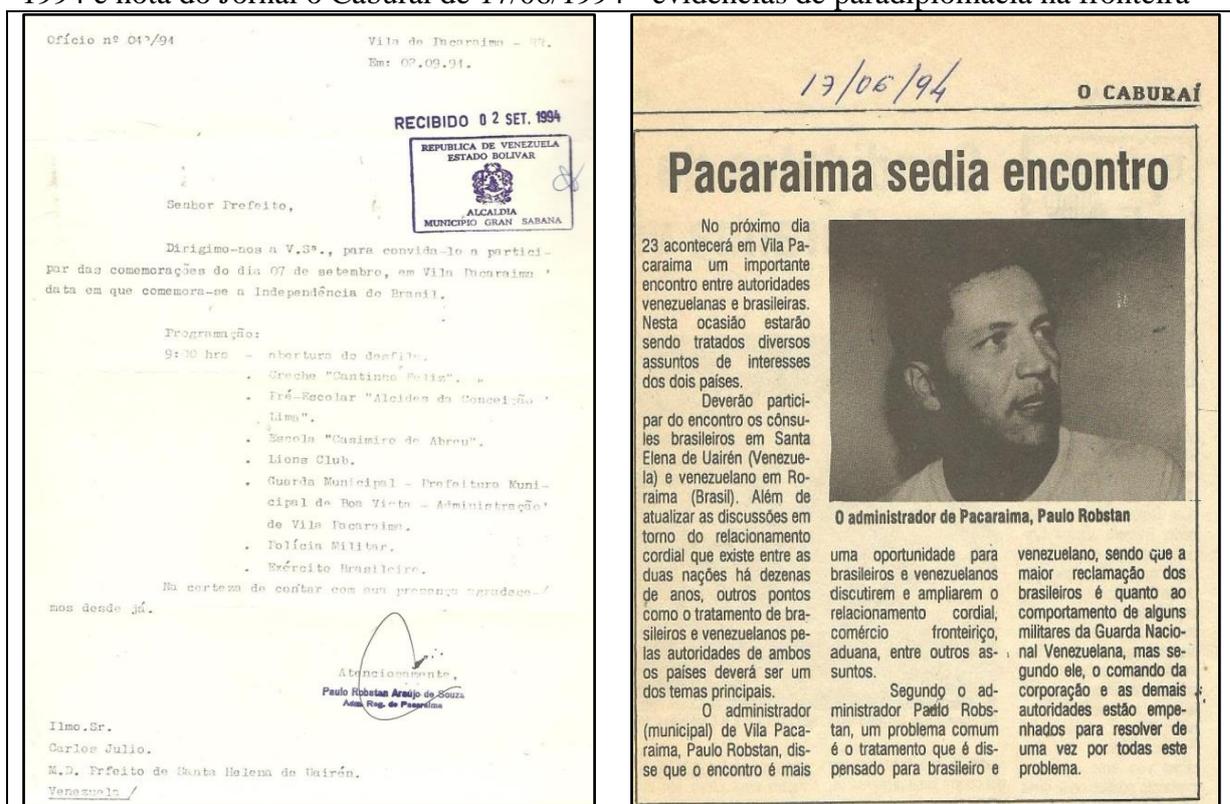
Detalhe do loteamento da Vila Nova, em 1996, na Vila de Pacaraima, às vésperas de se transformar em cidade. A carta cadastral da Prefeitura de Boa Vista mostra a quadra onde se localiza a Escola Municipal Alcides da Conceição Lima e demais lotes destinados a residências e parte do traçado das ruas Miang, Suriname, Venezuela e Caribe. Ao lado observa-se o exemplo de documento de Licença de Ocupação que era conferido aos habitantes dos lotes.

Nesse período iniciou-se a abertura e loteamento do Moro do Quiabo que começava a ser povoado, com cadastramento dos moradores, atraindo mais pessoas para o local. Hoje a localidade é o bairro Élzio Peixoto e o apelido - Morro do Quiabo é em função dos componentes químicos de seu solo que o torna escorregadio.

Segundo o administrador, o documento surgiu em um momento de tensões, invasões e imprudências e o objetivo era garantir, de certa forma, a titularidade aos moradores, conferindo-lhes o *status* de posseiros de boa-fé e não de invasores.

A produção do espaço da vila, na administração de Paulo Sacolinha foi fortemente influenciada pela relação que a localidade possuía com o país vizinho. O administrador protagonizou vários atos de paradiplomacia, como se observa na Figura 23, sobre convite feito ao prefeito de Santa Elena de Uairén para as comemorações de 7 de setembro em Pacaraima, ou ainda, sediando encontro internacional com a perspectiva de se debater relações de cordialidades, comércio e segurança.

Figura 37 – Quadro com cópia de ofício enviado ao prefeito de Santa Elena de Uairén, em 1994 e nota do Jornal o Caburá de 17/06/1994 - evidências de paradiplomacia na fronteira



Fonte: Arquivo pessoal Paulo Robstan Araújo de Souza - 2014

Em 1993, o comércio formiga era intenso entre os países e promovia forte movimento na região, fazendo com que a Delegacia da Receita Federal em Boa Vista, estabelecesse limites, quantidades e periodicidade para esse comércio entre as fronteiras.

A medida tem forte impacto na construção de casas, pois estipula o mínimo (??? Não é o máximo) mensal de mil dólares de materiais a serem transportados, incluindo materiais de construção provenientes da Venezuela a serem utilizados na cidade na faixa de fronteira, cabendo o ato de fiscalizar a movimentação de compra e venda dessa mercadoria, ao órgão público ligado à prefeitura de Boa Vista, ou seja a administração local na Vila.

Paulo Robstan Araújo de Souza foi o último dos administradores de Pacaraima e sua administração foi marcada por momentos de polêmicas na mídia local da época e lhe rendeu além de popularidade, alguns inimigos. Marcou também a sua administração certa tentativa de institucionalizar os processo de gestão e ampliar as áreas de moradias com preocupação de assegurar aos residentes o conforto em relação à posse e ao uso do solo na vila.

Paulo Sacolinha participou do processo de plebiscito iniciado em 1994 e confirmado em 1995 para a criação do município, sendo ele um entusiasta desse processo. Permaneceu na administração durante o ano de 1996, no qual foi candidato ao primeiro pleito eleitoral municipal da já estabelecida cidade de Pacaraima, contudo, foi derrotado nas urnas por Hiperion de Oliveira, conforme veremos a seguir.

Longe de ser monótona, sua gestão contribui com a produção do espaço da vila de Pacaraima, definindo seus rumos e suas formas. Seus relatos contribuíram com boa parte dessa periodização. O entrevistado possui vários registros sobre o período e não exitou em disponibilizá-los.

Essa análise da estruturação de Pacaraima nos seus primeiros anos aponta os estágios e categorias pelos quais a cidade passou até se estabelecer, tal qual, encontra-se hoje. Embora o processo de produção espacial constitua um processo permanente, a revisão dos primeiros tempos revela o passado dessa constituição e as etapas cumpridas até o momento.

O período remoto da currutela de garimpo marca a localidade como um entreposto de suporte a essa atividade praticada nos dois países. A currutela de nome Divisor constituía-se de uma pequena infraestrutura, sem nenhum traço de urbanidade, cujo interesse era o “apoio” aos agentes que transitam pelo o local.

Tais agentes, junto aos indígenas, são então, os produtores desse espaço e os reprodutores das relações sociais que materializavam a pequena infraestrutura na Currutela do Divisor por meio de suas ações. Essa era a remota localidade que dividia duas nações e/ou duas grandes bacias hidrográficas no contexto amazônico, quando em 1973, com chegada do BEF se instala um povoado integrando a localidade a contextos mais amplos no âmbito de estado e região.

A produção do espaço do povoado que vai sendo denominado aos poucos de BV8 terá com principal produtor a ação de agentes públicos civis e militares, com destaques para esses últimos que promoveram imensas mudanças espaciais na localidade e serão os principais agentes provedores de serviços às populações que irão se estabelecer na região por mais de uma década.

De 1973 a 1983 há uma efetiva militarização da área do povoado que pela presença do 3ºBEF que integrava uma lógica de defesa e segurança nacional que modificavam os espaços amazônidas, com intuito de garantir o imperativo da soberania nacional por meio de proteção de suas fronteiras. Além de um fixo contencioso o 3ºBEF e as obras vindas com ele proporcionaram um incremento das relações paradiplomáticas e de comércio entre os dois países.

A ação produtora de espaço praticada por militares e civis indígenas ou não, no contexto da fronteira promoveu maior adensamento de moradias atraindo pessoas e chamando atenção do poder público municipal de Boa Vista que transforma o povoado de BV8 na Vila de Pacaraima no ano de 1983.

O estabelecimento da Vila marca a transição de uma área liderada, ainda que indiretamente, por militares para uma área com lideranças civis. Foram dez administrações e nove administradores. Os primeiros períodos são marcados por mandatos curtos com muita alternância entre os administradores sempre vinculados ao contexto municipal de Boa Vista, bem como ao contexto do executivo estadual, o que significadizer que as mudanças na Prefeitura de Boa Vista ou no Estado, refletiam mudanças na administração da vila.

Nos últimos períodos da administração da vila, no entanto, há uma maior estabilidade dos administradores, ou seja, eles permaneceram maior quantidade de tempo na gestão. Mais uma vez, a relação se dá em função da administração e sua vinculação a outras esferas políticas da Prefeitura de Boa Vista e do Estado.

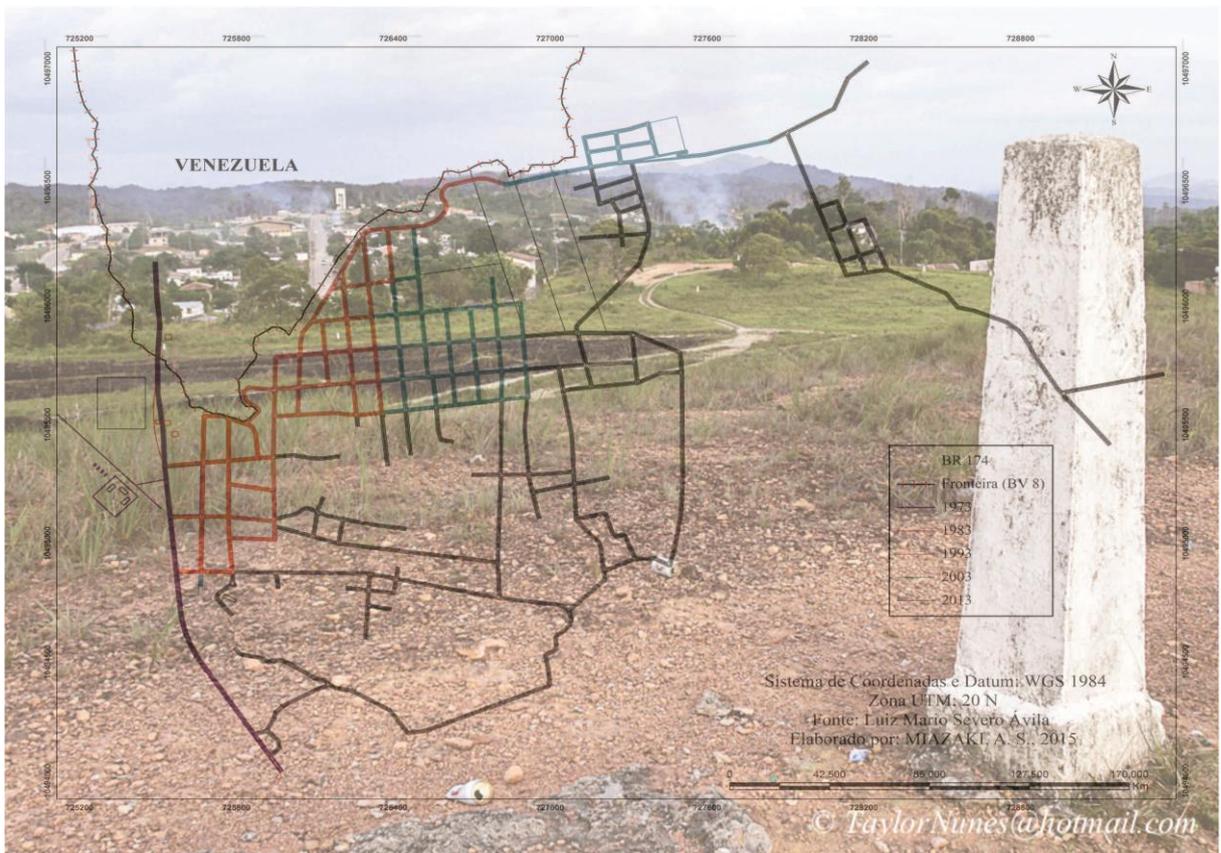
No período de existência da vila os administradores foram os grandes promotores dos processos de produção espacial. Agentes nomeados pelo poder público municipal de Boa Vista, suas ações refletiam o grau de interesse e/ou articulação política que cada um deles possuía com as esferas municipal e estadual.

Suas ações geraram as condições necessárias ao estabelecimento do município. Foram eles que no período lideraram, sejam por obrigação de cumprimento do cargo ou por envolvimento com a localidade, os processos produtores e reprodutores de espaços. Dos nove administradores oito eram homens e uma, mulher. A oportunidade de conhecer alguns deles, inclusive Edutina Passos, permite afirmar que foram essas pessoas envolvidas com a

localidade e seus acertos e erros devem ser entendidos numa perspectiva de análise conjuntural e das forças que os moviam no período.

Embora os administradores protagonizem e liderem as ações sociais que se materializaram na produção do espaço da vila, deve-se reconhecer a atuação e ações de outros agentes como os militares, a política nacional de defesa na fronteira, os grupos indígenas, os garimpeiros, comerciantes e outros agentes que viviam ou se sentiam atraídos pela localidade, os quais compõem o conjunto de agentes promotores de processos de produção espacial da vila de Pacaraima.

PACARAIMA COMO CIDADE - 1996 A 2014



5 PACARAIMA COMO CIDADE - 1996 A 2014

O município de Pacaraima foi criado nos termos da Lei Complementar n.º 002/92, de 11.04.92, no qual a Assembleia Legislativa aprovou e o Governador do Estado de Roraima sancionou a Lei n.º 096, de 17/10/1995, situado na região de fronteira do Brasil com a Venezuela. Assim, a vila Pacaraima elevada à categoria de município com a Lei Estadual n.º 96 de 17.10.95, que em seu art. 3.º dispõe: “A sede do município será a vila Pacaraima, e sua instalação ocorrerá no dia 1.º de janeiro de 1997, com a posse do prefeito, do vice-prefeito e vereadores eleitos em 03 de outubro de 1996”.

Assim, a sede do município passou a ser a vila de BV-8 ou de Pacaraima e a sua instalação ocorreu no dia 01/01/97, com a efetiva posse do prefeito, vice-prefeito e Vereadores eleitos no ano anterior. Analistas e estudiosos estudados para elaboração desse trabalho apontam que a instalação da sede municipal constitui uma estratégia dos parlamentares roraimenses contra o processo de demarcação de terras indígenas. A ação é considerada uma tentativa de manutenção de não índios nas áreas passíveis de demarcação e homologação.

A criação da sede do município de Pacaraima nasce num franco processo de disputas históricas pelo domínio do uso da terra. Indivíduos e instituições expressam suas intenções no interesse de se inserir no território, transformando e (re) produzindo o espaço donde surge a cidade de Pacaraima.

A vila ao passar para condição de cidade adquire maior autonomia em suas ações político-administrativas. Com isso, o prefeito passou a ser eleito pelo povo, e isso significou a implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento da cidade e ações estratégicas mais autônomas sem muitas interferências.

Em loco e ao longo da pesquisa evidenciou-se que a passagem de vila à cidade representa também o ingresso da localidade ao pacto federativo, no qual o município integra umas das três dimensões de poder estatal, recebendo repasses, ou seja, financiamentos para implantação e implementação de políticas públicas. Outro fator a se considerar é o fato de que o município recém-criado não possuía dívidas e, do ponto de vista da execução das políticas públicas, significa dizer em tese que todos os repasses podem ser executados da maneira que foram planejados e/ou destinados para a cidade.

Embora o município tenha sido criado em 1995, o processo de eleição ocorreu em 1996 e o primeiro mandato de prefeito ocorreu de 1997 a 2000, tendo como prefeito o senhor Hiperion de Oliveira Silva, que se reelegeu ficando no cargo até 2004. O período de 2005 a

2008 é bastante conturbado com a eleição de Paulo Cesar Justo Quartieiro que permanece no cargo até fevereiro de 2007, quando é cassado e o cargo é ocupado por Francisco Roberto ou simplesmente “Chico Roberto”, que em março de 2008 é destituído e Paulo César Justo Quartieiro volta a ocupar o cargo. Em 2009 é eleito o Sr. Altemir da Silva Campos que permanece no cargo até o momento presente.

Figura 38 – Prefeitos de Pacaraima



Fonte: RAPOSO e SENHORAS

A seguir, analisar-se-á os mandatos desses prefeitos, compreendendo esses mandatos como períodos nos quais a geo-história da cidade foi transformando e conformando os seus espaços. Objetiva-se analisar, também, as principais ações e políticas públicas executadas por cada prefeito e sua relação com a produção do espaço da cidade e os seus significados.

5.1 PRIMEIRA E SEGUNDA GESTÃO

Hiperion de Oliveira Silva foi eleito prefeito para o quadriênio 1997 - 2000. O poder legislativo municipal era composto por 09 vereadores e o presidente da Câmara Municipal fora o senhor Delmo Britto Tupinambá. Hiperion é roraimense se torna professor bem jovem. Lecionava na escola que funcionava na região de Sorocaima. Em entrevista o ex-prefeito lembra-se do período em que era professor, o exército prestava o serviço à comunidade com o transporte de crianças para escola, evidenciando mais uma vez, o papel do exército de provedor de serviços para sociedade local.

Como primeiro prefeito, de Pacaraima Hiperion tem como principal desafio a implantação da administração municipal da na recém-criada cidade e de conduzir as políticas públicas para o novo município, que dispunha de pouca infraestrutura, do ponto de vista urbanístico, demandante de condições básicas para a sua população.

Ao se tornar município Pacaraima acarreta os problemas herdados da época de vila e passa a enfrentar os novos desafios em se constituir em uma área urbana, sobretudo posto em evidencia o fato de que com a criação do município houve um abrupto crescimento de sua população, em uma região marcada por certa fragilidade ambiental, em topo de serra, carente de serviços urbanos.

Hiperion procurou implantar a administração da prefeitura, criando secretarias e órgãos públicos. Essas instituições foram instituídas aos poucos com a perspectiva de gerar uma estrutura capaz de gestar a cidade quanto aos serviços básicos de educação, saúde, etc.

O seu primeiro ato público foi o atendimento de uma moradora de 60 ou 70 anos, muito conhecida na cidade, que foi lhe dar boas-vindas e reivindicar melhorias para recém-criada cidade. Havendo uma única cadeira o prefeito fez o atendimento em pé, cedendo o assento à ilustre cidadã.

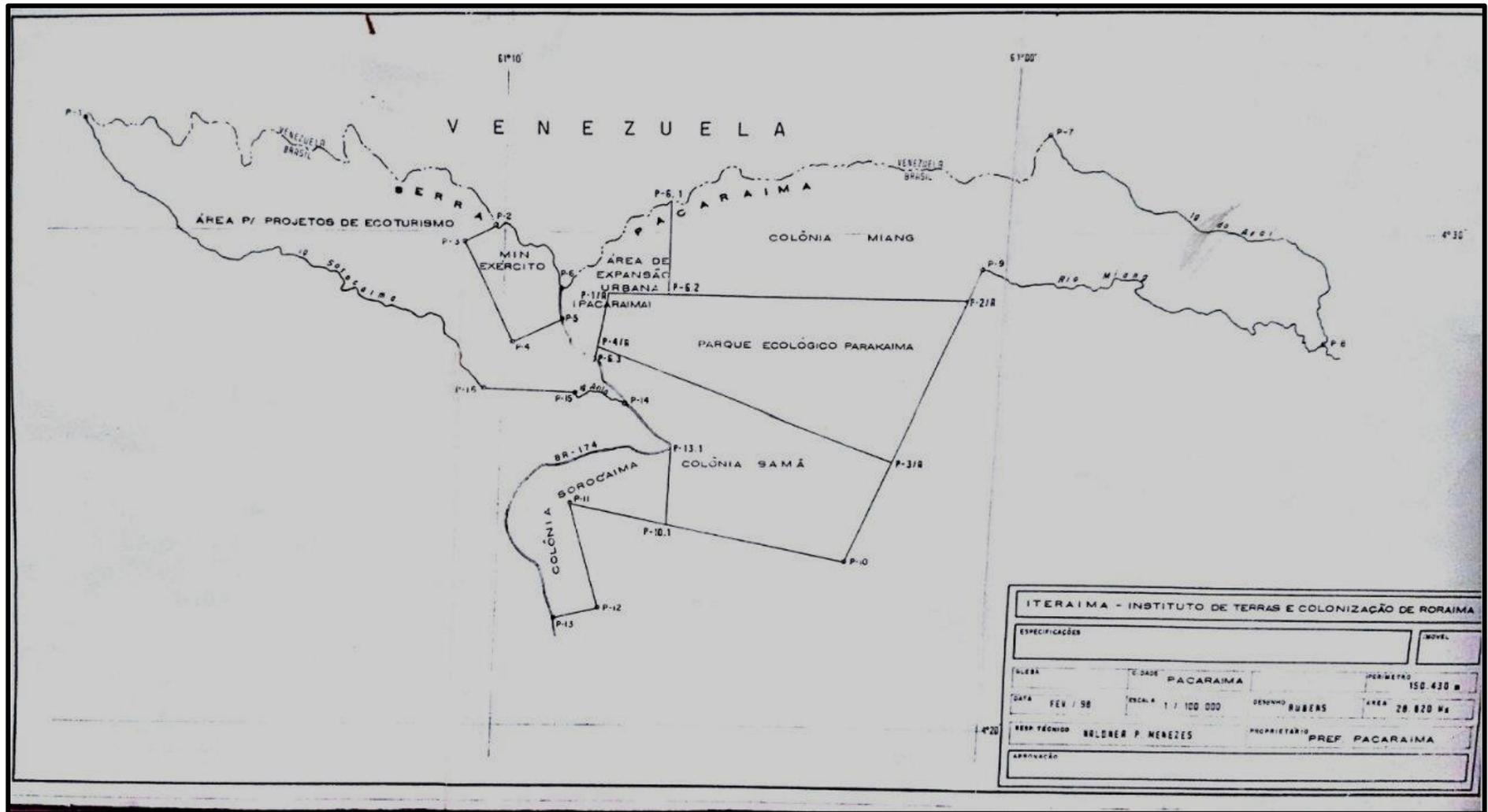
A preocupação inicial desse governo foi estabelecer uma identidade para o Pacaraima, tal qual o que acontece com a vila do Surumu há mais de 72 anos, com o festejo de São Jose. O prefeito tratou de criar os festejos de Micaraima com vistas a criar uma identidade, atrair pessoas e gerar algum recurso; o evento contou com o apoio total da população.

A cidade possuía um numero razoável de comerciantes distribuídos pelo centro e avenida principal. Havia padaria, açougue, farmácia, mercearia, bares que funcionavam à noite, um hotel e mais uns dez comércio na rua principal. O recém-empossado prefeito via o enorme potencial da atividade na cidade, se aliou e trabalhou para a melhora das condições de instalações dos comerciantes.

Além da realização da Micaraima e a parceria com comerciantes e moradores, nos primeiros meses o prefeito tratou de criar as secretarias de administração e infraestrutura; saúde; educação; ação social; meio ambiente e turismo. No mesmo ano, no segundo semestre criou a secretaria de assuntos indígenas e nomeou um índio como secretário, fato inédito no Brasil.

Em relação à infraestrutura urbana havia uma série de demandas que perpassavam por serviços de saneamento como: drenagem, asfalto, calçada, água, energia e ate pela construção e consolidação de uma sede municipal para que os processos burocratas fossem estabelecidos e ainda por obras de prédios públicos e reforma dos existentes no recém criado munivipio.

Figura 39- Mapa Plano de urbanização e zoneamento de Pacaraima anexo à Lei 020/98 que dispõe do mesmo tema.



Fonte: PMP Lei 020 de 18/06/1998 – Arquivo pessoal de Hiperion de Oliveira Silva (2014).

Em relação ao conjunto de políticas públicas, havia ainda uma fragilidade, tendo em vista estar em processo de implantação da administração municipal, porém, havia uma parceria com o Governo do Estado. Quanto à prefeitura de Pacaraima, esta ainda não dispunha de muitos recursos financeiros.

Tornava-se um desafio gerenciar uma cidade que não dispunha de um parâmetro anterior e tinha inúmeras deficiências em todos os setores: infraestrutura, saneamento, saúde, educação, etc. À nova gestão cabia desenvolver esses processos. Na época não se falava em planejamento e plano diretor não era realidade do estado, segundo o prefeito.

Mesmo sem um plano estabelecido, devido à dimensão da cidade, a proximidade entre as pessoas, as boas relações interpessoais e até mesmo relações de solidariedade facilitaram a implementação de uma gestão que atendesse as maiores demandas da população.

Como revelado em entrevista, o ex-prefeito apontou que no segundo ano do seu primeiro mandato houve um planejamento para cidade, cuja função foi promover políticas públicas e planejamento urbano, como forma de melhorar a qualidade de vida dos moradores.

Para pôr seu governo em ação estabelece a Lei municipal nº 020/98 de 18 de junho de 1998, que dispõe sobre o plano de urbanização e zoneamento de Pacaraima. Trata-se de uma lei de urbanismo e zoneamento, a qual impõe finalidades para o uso do solo e das edificações existentes: a) melhorar o padrão de higiene, segurança e conforto das habitações; b) controlar a densidade da edificação e da população de maneira a permitir o planejamento dos melhoramentos públicos a cargo do poder municipal; c) tornar possível a criação de locais próprios para cada atividade, evitando o conflito entre os setores: econômico, social e institucional; d) possibilitar o planejamento racional do tráfego por vias públicas seguras; e) garantir o valor da propriedade, evitando vizinhanças das atividades e usos da propriedade incompatíveis entre si, de maneira a atrair novos investimentos para o município.

Ainda no âmbito da Lei nº 020/98 de 18 de junho de 1998 é estabelecido o primeiro zoneamento da cidade de Pacaraima, conforme estabelecido em seu artigo 2º, presente na figura 39 acima:

- I Zona urbana e de expansão urbana
- II Parque ecológico Parakaimã
- III Área de projeto de ecoturismo
- IV Colônia do Miang
- V Colônia do Sama
- VI Colônia do Sorocaima
- VII Vila Pereira – Surumu

VIII Zona rural

A Lei que dispõe sobre o plano de urbanização e zoneamento de Pacaraima, embora constitua uma excelente iniciativa de controle e domínio do território não se traduz na prática em um Plano Diretor no sentido amplo e democrático do mesmo. A referida Lei constitui um tratado político de ordenação e gestão espacial da cidade e de seu entorno.

Ao estabelecer as parcelas de terras na lei há uma evidente preocupação em assegurar o macroespaço da cidade, prevendo sua expansão, que se conformaria em espaços de produção de insumos necessários à vida na cidade, como por exemplo, dos produtos agrícolas.

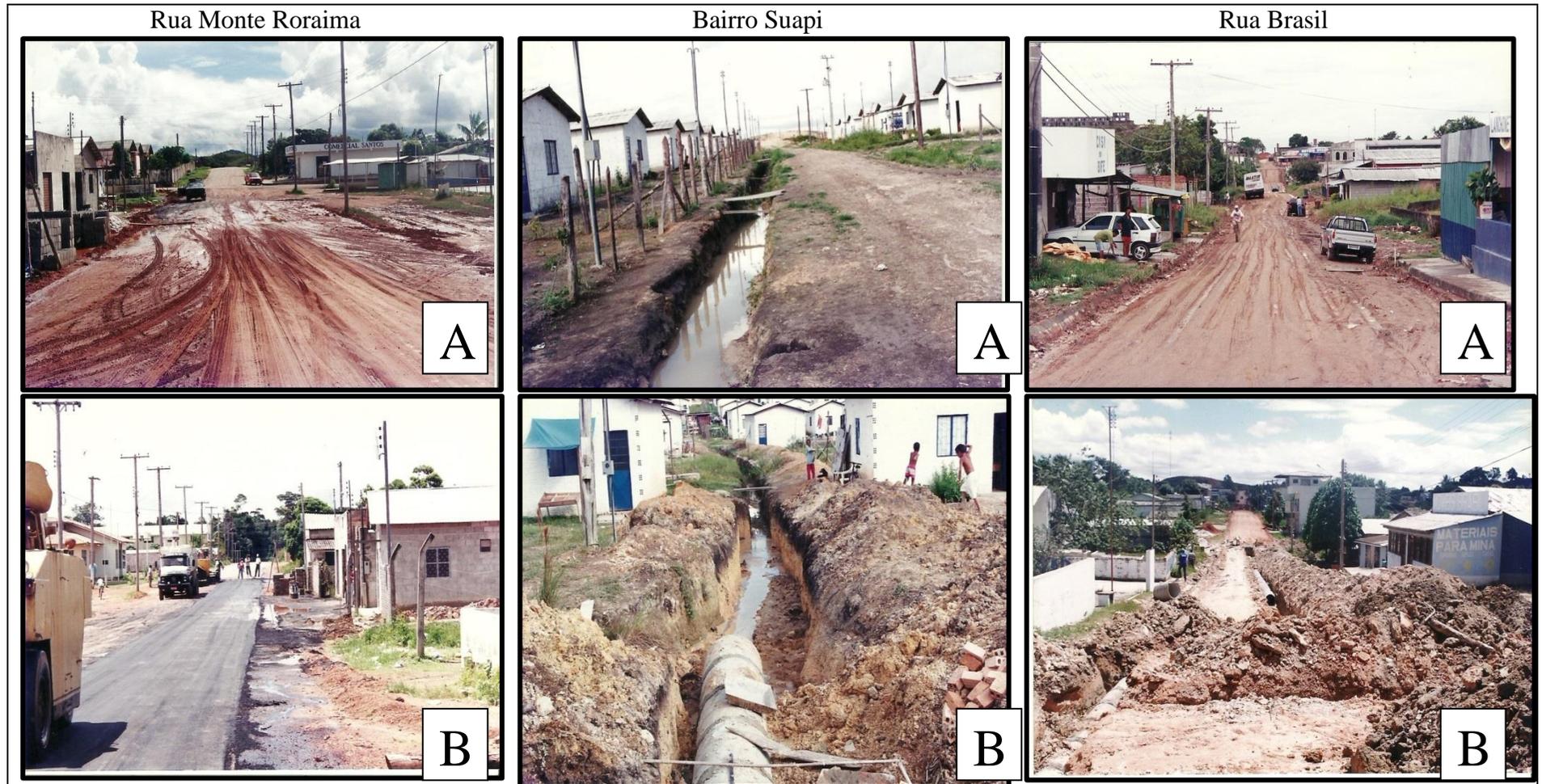
Porém, nela, não há menção sobre alguns pontos cruciais: a) a cidade e as questões relativas à reprodução da vida de seus moradores; b) não prevê a participação popular na elaboração e execução dos processos relativos à cidade; c) não assegura mecanismos de controle e de participação do planejamento urbano da cidade.

Na verdade, para se organizar o poder municipal, a tarefa de maior urgência neste primeiro mandato seria constituir uma infraestrutura político-administrativa que fosse capaz de subsidiar as tomadas de decisões do executivo e do legislativo municipal, dentre elas, o estabelecimento de uma burocracia municipal, por meio de leis, secretarias, processos e protocolos de gestão municipal.

A recém criada cidade não possuía sequer prédios públicos destinados à gestão municipal, as ruas eram de terra, o relevo acidentado agravava os problemas ambientais e sanitários ligados à drenagem das águas pluviais. Enfim, havia uma cidade toda para se construir; um verdadeiro desafio de grandes proporções a um jovem prefeito e uma incipiente administração pública. O primeiro mandato como chefe do executivo de Hiperion consistiu, então, em se criar as bases burocráticas, de identidade e materiais da nova cidade.

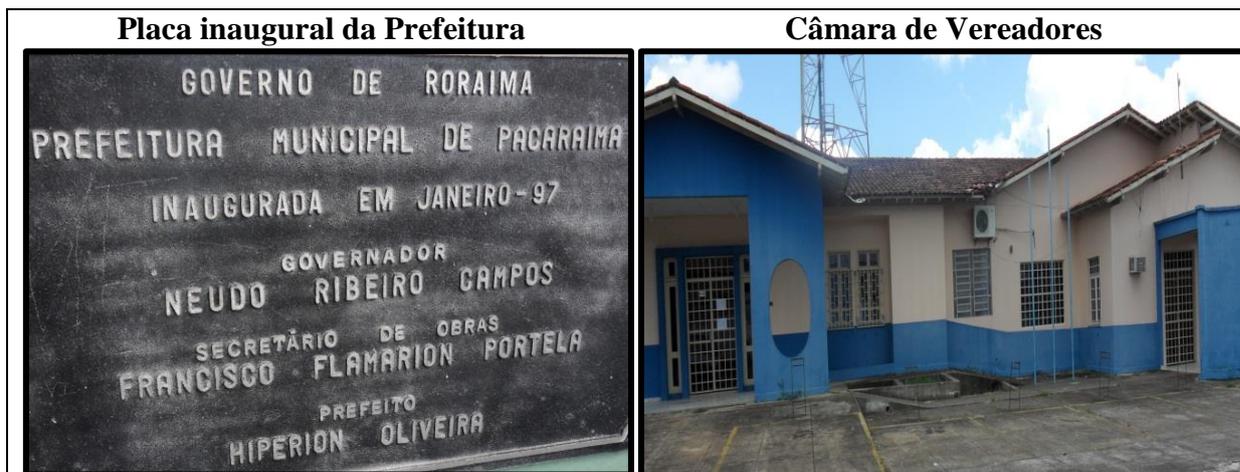
Os aspectos das ruas da cidade e as condições dos logradouros públicos, presentes na figura 23, dão uma dimensão do desafio enfrentado pelo executivo. No ano de 1997 em parceria com o governo do Estado foi construída a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, a fim de garantir a efetividade dos processos políticos.

Figura 40 – Aspectos parciais de logradouros públicos e o início de benfeitorias, entre 1997 e 1998



Fonte: AVILA (2014)

Figura 41 – Placa inaugural da Prefeitura e Câmara de Vereadores de Pacaraima.



Fonte: RAPOSO e SENHORAS (2015)

Durante o primeiro mandato a preocupação do governo girou em torno de organizar o sistema político com suas respectivas bases materiais e houve a implantação e ampliação do bairro Suapi que contava com poucas casas de madeira na localidade.

No segundo mandato de 2001 a 2004 foi realizada uma grande obra que consistiu na realização de pavimentação e rede de drenagem e esgoto em toda a cidade. Foram as mais emblemáticas obras públicas da cidade. Esta passou por um franco processo de melhorias das infraestruturas urbanas. Nesse mesmo período houve a ampliação do terminal rodoviário, além de bairros e conjuntos habitacionais.

Foram realizadas drenagens nos bairros: Vila Velha, Vila Nova e Suapi com destaques para as ruas Suapi, Brasil, Caribe, Américas Paramaribo e Monte Roraima, conforme figuras 40 e 42. Constituíram-se em importantes obras já que na cidade as chuvas são bem distribuídas ao longo do ano e o relevo acidentado necessita de drenagem frequente.

Em seu segundo mandato o Prefeito Hiperion executou obra de asfaltamento em quase todo o perímetro urbano. Estas obras atingiram todas as áreas da cidade, desde as mais consolidadas até as recém-instaladas.

Essa melhoria, além de levar qualidade de vida aos habitantes gerou vários empregos, aquecendo a economia da cidade. Esse processo de pavimentação ocorreu associado a reformas e a construção de creches e escolas municipais. Em termos de impacto nos processos de produção do espaço, os dois mandatos de Hiperion mudam de forma radical a paisagem da antiga vila.

Além do trabalho das obras públicas de extrema necessidade, cabia ao prefeito lidar com questões de ordem jurídico-institucional, como os frequentes questionamentos judiciais sobre a legalidade da cidade. Esta questão da legalidade é apontada como uma das

dificuldades da administração, pois não há reconhecimento das terras do município, no entanto, há exigências em relação ao processo de gestão das mesmas.

A tarefa era complexa e contraditória, exigindo do chefe do executivo, posturas firmes que ganhavam grande notoriedade na imprensa local. Outra estratégia que se tornara comum, era a marcante presença de indígenas nos espaços de poder na cidade.

Quanto a essa questão Hiperion foi extremamente habilidoso ao criar a primeira secretaria municipal de assuntos indígenas do Brasil, em Pacaraima. Em seu segundo mandato, o vice-prefeito era o indígena Francisco Roberto. A ocupação destes em espaços de poder na cidade constitui-se num fator determinante no debate sobre a questão da insegurança jurídica da cidade situada na terra indígena São Marcos.

As fotos mostram as transformações pelas quais a cidade vivenciava as obras de infraestrutura, transformando o espaço de maneira significativa. Tais transformações se desdobram em melhorias nas condições de habitar da cidade. As obras de reprodução espacial aos poucos mudam a experiência de habitar na fronteira que passa a se urbanizar de forma inédita na região.

As mudanças na cidade ampliam o debate sobre a situação fundiária da mesma, em função de sua localização na TI São Marcos. Em 2001, no segundo mandato de governo municipal, Hiperion e sua equipe vivenciaram momentos de tensão judicial quando o a União por meio de ação judicial, solicitou a delimitação da área de Pacaraima, considerando inclusive possibilidade da retirada da cidade da localidade, conforme exposto na Figura 26.

Ao longo da pesquisa pôde-se verificar que há indígenas a favor da retirada dos não indígenas e há também, os que são a favor da permanência daqueles. Entre os discursos pró-permanência estão os do servidores públicos, o vice-prefeito e o secretário de assuntos indígenas. Mas, o debate em curso nos leva a crer que a discussão que se arrasta não é pela retirada ou permanência da cidade e de seus equipamentos, e sim, de uso e sentido da cidade para determinados moradores interessados em sua existência.

Figura 42 – Asfaltamento de logradouros públicos entre 1997 e 1998

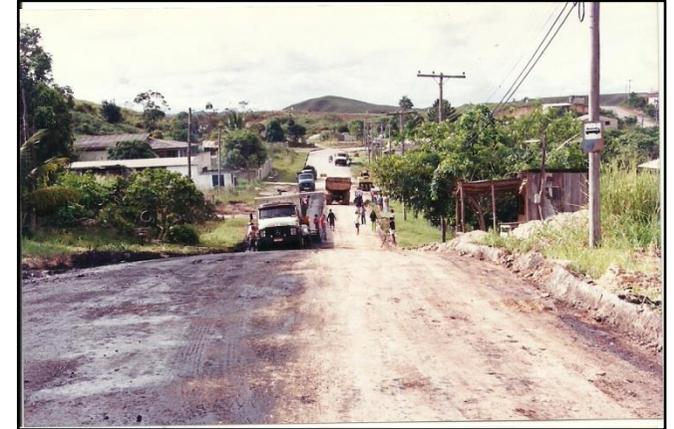
Rua 3



Rua 4



Rua das Americas



Rua Sorocaima



Rua Xaparu



Rua Caribe



Fonte: ÁVILA (2014)

Figura 43 – Fragmento de matéria jornalística do Jornal Tribuna do Estado de Roraima - 2001.



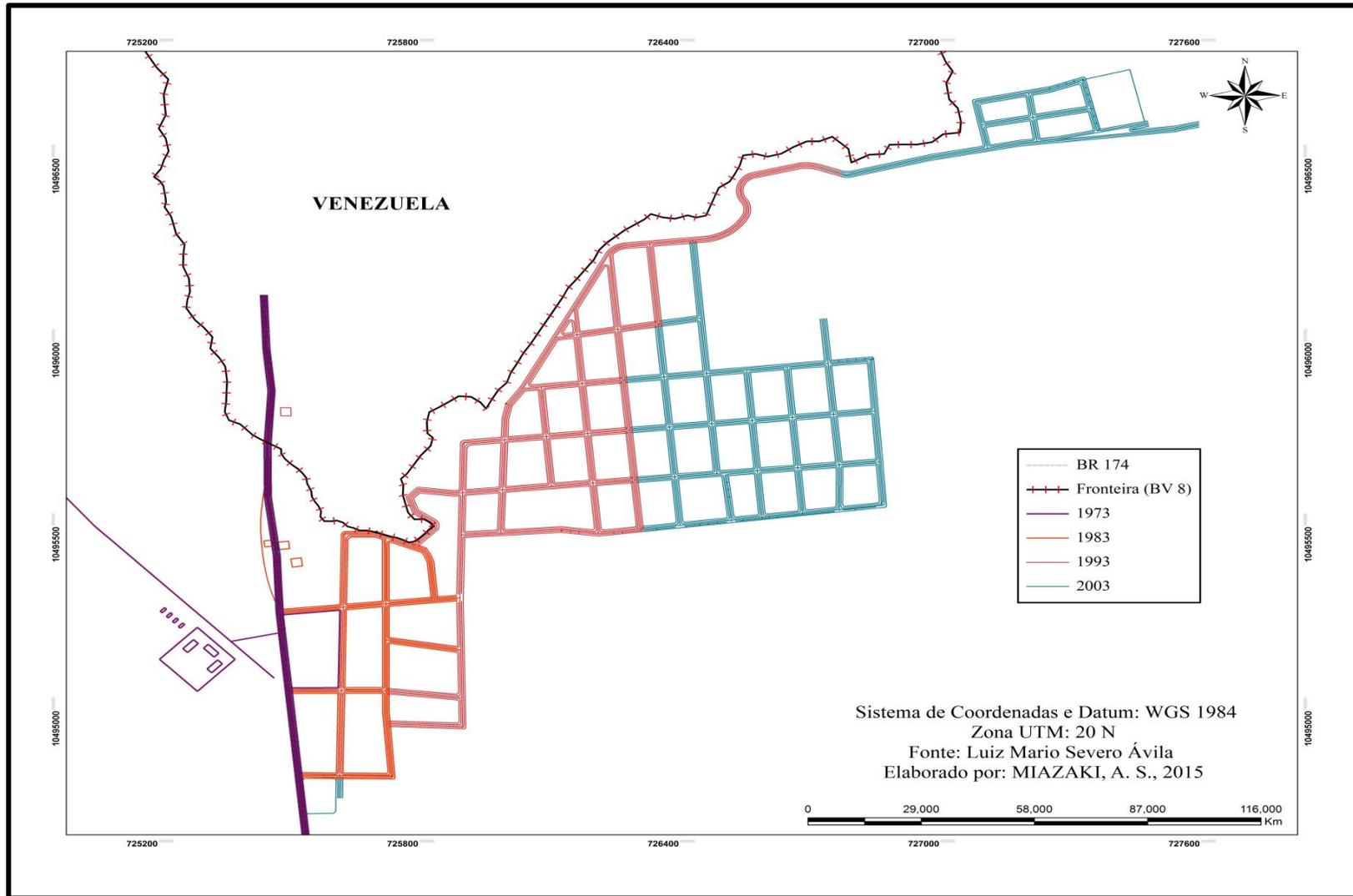
FONTE: Francisco Esperidião: Jornal Tribuna do Estado de Roraima, de 1 a 7 de julho de 2001p 17 A/ Arquivo pessoal Francisco Roberto

Durante os mandatos de Hiperion pode-se afirmar que espaços e campos de poder foram ocupados por representantes indígenas conforme registro jornalístico. Isso demonstra que os indígenas são institucionalmente agentes de produção espacial da cidade, ocupando significativos espaços de poder nas duas primeiras gestões municipais.

Houve também, a consolidação da vila Velha e expansão e consolidação da vila Nova, a expansão do bairro Suapi e o início da expansão e estabelecimento do bairro Jardim Florestal e Morro do Quiabo. São marcantes as significativas melhoras na condição das vias comerciais, que imprimiram melhorias ao comércio local. Além disso, um ato do governo municipal cedeu imóvel na área urbana para estabelecimento de uma unidade do SESC-RR, por meio da Lei 023/98.

O Mapa 18 mostra a espacialização da cidade no ano de 2003 e compõe uma série de mapas construídos, mostrando a evolução espacial da cidade num intervalo de dez anos.

Figura 44 – Mapa Mapa da cidade de Pacaraima em 2003



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015), modificado de ÁVILA (2014).

Figura 45 – Principais convênios na gestão de Hiperion de Oliveira

Objeto	Órgão Superior	Valor Conveniado
Execução do Projeto "Construção de Casa De Farinha", Compreendendo obras e aquisição de equipamentos para viabilizar o funcionamento.	Ministério do Desenv,Ind. E Comercio Exterior	210.428,33
Construção de centro de saúde de Pacaraima	Ministérioda Saúde	162.000,00
Construção de melhorias sanitarias domiciliares.	Ministério da Saúde	199.539,20
Atendimento a criança e ao adolescente, conforme plano de trabalho do presente processo Brasil criança cidadã/Bcc	Ministério do Desenv. Social e combate a fome	25.727,00
Execucao do projeto "construcao de uma granja comunitaria com aquisição de equipamentos", com area De 1.100 M2, bem como instalação dos equipamentos necessários ao seu pleno funcionamento, no município.	Ministério do Desenv,Ind. E Comercio Exterior	263.975,16
A reforma de escola(s) do Ensino Fundamental,	Ministério da Educação	12.500,00
Manutencao de escolas públicas que atendam mais de 20 alunos do Ensino Fundamental, a conta do programa de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental - Pmde.	Ministério da Educação	3.510,00
Projeto de "fortalecimento e integração de comunidades rurais", compreendendo construcoes em alvenaria, um matadouro municipal com 134 m2 dearea e aquisicao de equipamentos e materiais permanentes necessariosao seu funcionamento, bem como a construcao de um centro de comercialização comunitaria com area de 270 m2, aquisição de um trator e 4 veiculos destinados ao transporte da produção agricola para a comercializa-	Ministério do Desenv,Ind. E Comercio Exterior	624.124,00
Capacitação de recursos humanos, material didático/pedagógico, contemplando o(a) educacao pre-escolar.	Ministério Da Educação	14.076,90
Construcao de centro de saúde.	Ministério Da Saúde	96.000,00
Fortalecimento de infra-estrutura hidrica municipal	Ministério Do Planejamento, Orçamento e Gestão	150.000,00
Aquisicao de transporte escolar	Ministério da Educação	50.073,36
Construcao de vinte e duas unidades sanitárias e ampliação da escola Major Alcides	Presidência da Republica	40.245,10
Plano de erradicação do aedes aegypti no município.	Ministério da Saúde	5.000,00
execucao do projeto "projeto cinturão verde", compreendendo obras desconstrução de galpões e aquisição de equipamentos necessarios a implantacao do projeto no município de pacaraima, em roraima/tr.	Ministério do Desenv,Ind. E Comercio Exterior	313.611,70

Fonte: Portal da Transparência (2014)

Acima estão relacionados os principais convênios executados ao longo do governo Hiperion segundo o portal da transparência. São convênios relativamente modestos ante às demandas do município, em sua gestão.

5.2 TERCEIRA GESTÃO: PAULO CÉSAR JUSTO QUARTIERO

Paulo César Quartierofoi eleito prefeito em 2004 para o exercício de 2005 a 2008, pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT. O engenheiro agrônomo chegou a Roraima em 1976. Trabalhou pouco tempo na Acar (Assistência Rural), depois partiu para iniciativa

privada, tendo sido o pioneiro em cultivo mecanizado e uso de técnicas modernas de cultivo como fertilizantes e defensivos agrícolas.

Plantou arroz no Taiano e na fazenda Atalaia /Três Corações antes de instalar a fazenda Depósito, na região do Surumu, na terra indígena Raposa Serra do Sol, em 1982, onde passou a produzir soja e o arroz. Saiu da região em 2009 com a desocupação da área e atualmente está plantando arroz no Pará, além de ser vice- governador do estado de Roraima.

Militante do setor rural, ele considera a atividade como base para qualquer desenvolvimento na região. Entende a demarcação como um atraso e seus promotores como inimigos do estado de Roraima. Devido tal postura, seu mandato foi marcado por frequentes embates políticos em torno das questões agrárias, indígena e também urbana.

Durante o período em que ficou à frente da administração municipal conduziu a política urbana direcionada, principalmente, para obras de urbanização, dando continuidade nas ações de drenagem, iluminação pública, produção de diagnósticos socioeconômicos e ampliação da área urbana de Pacaraima.

No início de sua gestão, em 2005, a cidade possuía os bairros Vila Velha, Vila Nova, Suapi e o Moro do Quiabo que estava sendo ampliado. Paralelamente ocorria a expansão urbana para no sentido leste e nordeste de se encontra a o Bairro Florestal. Área da cidade já dispunha de boa parte dos equipamentos e serviços urbanos, embora permanecesse concentrada na área dos bairros Vila Velha e Vila Nova.

O Moro do Quiabo ou Bairro Élzio Peixoto era um antigo loteamento de chácaras, realizado na década de 1990, durante a administração de Paulo Robstan que considerou na época que o bairro cresceria, merecendo atenção da gestão publico. Durante a gestão de Quartiero houve abertura e asfaltamento de ruas.

Quanto ao bairro Florestal constitui de uma política pública do qual o seu adversário no processo eleitoral para prefeito, era um homem conhecido e com prestígio na cidade, e merecera a nomeação de um bairro em sua homenagem, pois a localidade era chamada carinhosamente de “Chicolandia”. Porém, assim que tomou posse Quatiero tratou logo de mudar o nome do bairro para Florestal, por meio da Lei 88/2005 de 29 de abril.

Logo no início de sua gestão, Quartiero, junto com sua equipe, deu início à aampliação da área construída da cidade com vistas à melhoria das condições de infraestrutura física da cidade. Nesse período o chefe do executivo municipal sofria muita pressão dos órgãos ligados à questão indígena e à ambiental.

Seu trabalho promoveu uma série de mudanças espaciais na franja da cidade, afetaram os aspectos físicos, estrutural e social, além de determinantes na sua transformação,

principalmente, quanto à infraestrutura física e ao contexto de circulação de veículos e pessoas. A obra conhecida como anel viário foi sua grande contribuição na produção do espaço da cidade. Gerou embates, pois foi considerada como uma expansão do tecido da cidade para dentro das aéreas indígenas.

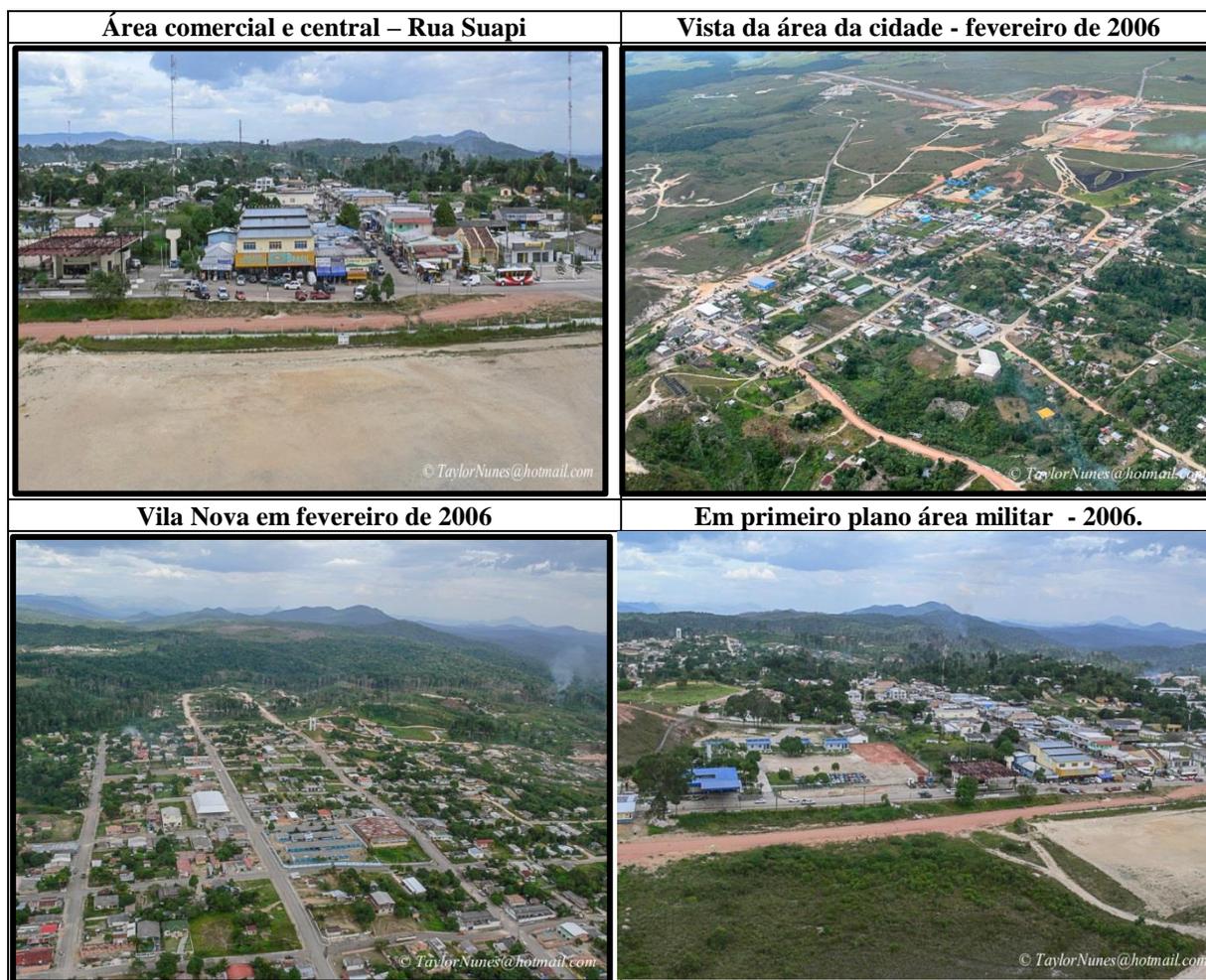
Salienta-se que Quartiero ao chegar ao governo pôde se beneficiar de uma cidade com estruturas relativamente novas e recém-estabelecidas, além de encaminhamento de uma série de benfeitorias realizadas pelo o governo anterior, com a pretensão de eleger um sucessor, conforme a Figura 28. Na mesma é possível observar o centro comercial da cidade em fevereiro de 2006.

Em seu governo, por meio da Lei Municipal 87/2005 de 17 de março é cedido à empresa Vivo um terreno urbano para implantação de infraestrutura da concessão de prestação de serviços de telefonia celular. Sua estrutura executiva era composta por Secretaria Municipal de Planejamento e Administração; Secretaria Municipal de Finanças; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo; Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas; Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desportos; Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento; Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social e Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos.

Junto com sua equipe o chefe do executivo consolidou o plano plurianual para o quadriênio 2006 a 2009, por meio da Lei municipal nº 009 de 2 de janeiro 2006, com perspectivas de organizar os trabalhos e a execução das políticas públicas a serem consolidadas pelo executivo. Isso demonstra certa organização e esforço em se constituir processos mais sólidos com traços de planejamento participativo, não sendo prudente afirmar que esse processo tenha ocorrido dentro de uma logica dialógica e transparente.

O comércio era pujante e dinâmico e o trânsito de turista na cidade movimentava a economia local.

Figura 46 – Aspectos da paisagem da cidade em 2006



Fonte: Taylor Nunes (2006)

A Figura 28 evidencia as boas instalações da cidade em 2006.

Havia um franca intenção de ordenar o processo de gestão e até mesmo gerar uma receita, que foi instituída através da Lei municipal nº 115 de 15 de dezembro de 2006, na qual cobra uma contribuição para custeio da iluminação pública, prevista no artigo 149 da Constituição Federal. A Lei constitui um instrumento de cobrança de taxa de consumo, destinado à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

A par de toda polêmica gerada no período de seu mandato pode-se considerar que seu governo contribuiu de certa forma para a institucionalização dos processos de gestão do espaço urbano, com sistematização e registros em legislação próprias.

No entando, as polêmicas foram tantas que lhe rendeu o título de principal opositor da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. O prefeito de Pacaraima ou arroeiro como era denominado por seus adversários, teve seu diploma cassado pela Justiça Eleitoral do

estado. Quartiero foi acusado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de abuso de poder econômico durante a campanha eleitoral em 2004. Segundo denúncia do Ministério Público, ele teria comprado votos ao doar uma lavoura de arroz à comunidade indígena do Contão. Segundo decisão judicial, Quartiero poderia ficar inelegível por três anos. Foi condenado a pagar multa de cerca de R\$32 mil (MPF 2014).

Com a decisão, o segundo colocado na eleição, o indígena Chico Roberto, do Partido dos Trabalhadores (PT), assume a prefeitura de Pacaraima.

Os advogados de Quartiero recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral e o mesmo foi reconduzido ao cargo em março de 2008.

Figura 47 –Vista aérea da cidade evidenciano a area de expansão na franja da cidade



Fonte: Taylor Nunes (2006). Modificado pelos autores

A despeito de toda discussão em torno de seu nome, Quartiero se reelege nas eleições de 2008. Nesse período verificaram-se de projetos de lei doando terras a instituições como igrejas e outras associações. Consolidou as obras do anel viário, concluindo o asfalto das vias que compõe uma avenida que liga o nordeste ao sudoeste da cidade. Na figura 29 é possível observar quase toda a zona urbana da cidade (Centro à esquerda e Vila Nova

acima), em janeiro de 2007. Em primeiro plano evidencia-se a ampliação da cidade com o anel viário adentrando aa TI São Marcos.

5.2.1 Terceira Gestão: Francisco Roberto

Com a cassação de Paulo Cesar Justo Quartiero em fevereiro de 2007 assumia a chefia do executivo o descendente indígena Francisco Roberto (PT) que permaneceu no cargo até marco de 2008, quando ouve o retorno de Quartiero. Teve um mandato curto e tumultuado, sendo alvo de críticas, pressão e até mesmo ameaças, que se acreditava na época ter cunho político. Opositor de Quatiero considerava que o mesmo transforma seus problemas pessoais em problemas do município, uma vez que sua rivalidade era com a terra indígena Raposa Serra do Sol, local onde se encontrava sua fazenda.

Durante seu mantando aprovou a Lei nº 123 de 11 de outubro de 2007 que institui a política municipal de apoio à agricultura urbana e familiar no município de Pacaraima. Para essa lei, a agricultura urbana e familiar corresponde a toda atividade agrícola de produção dealimentos, dentro do perímetro urbano do município e de seus distritos, produção destinada ao consumo próprio ou utilizada para venda em pequena escala no mercado local e regional

A medida visa fortalecer e incentivar a atividade agroindustrial de pequena escala, voltada para produção de hortaliças, flores ornamentais medicinais, entre outras que fazem parte dessa modalidade de cultura. A estratégia de urbanidade como desenvolvimento da cidade se insere numa tentativa de melhorar a distribuição de renda e reduzir o nível de pobreza na cidade.

Essa medida possibilita um desenvolvimento socioeconômico que combina formas, conteúdos, valores e estilos de vida rurais e urbanos. É uma política que visa fomentar a população residente na cidade a reproduzir suas vidas e atividades econômicas juntando o urbanismo e o ruralismo, considerando as condições de solo, de clima e de disponibilidade hídrica na cidade.

Figura 48 - Vista parcial de horta de produção de orgânicos.



Fonte: RAPOSO e SENHORAS (2015)

Ainda correlacionado a essa temática, durante os trabalhos de campo, foi possível observar os quintais das casas com grande diversidade de cultivo de frutas e hortaliças que são consumidas pelos moradores e trocadas com frequência entre os vizinhos. A observação dessa prática revela o potencial de produção desses produtos a custos baixos com técnicas simples de cultivo.

Não foi possível mensurar o alcance em toda a extensão da cidade dos efeitos dessa estratégia lançada oficialmente pelo executivo de Pacaraima. O fato é que a cidade transformou-se em um importante polo de produção de hortaliças e frutas na modalidade de produção orgânica, utilizando técnicas de equilíbrio biológico no controle de pragas e de manutenção da pedofauna no cultivo dos vegetais. Na Figura 30 é possível ter vista parcial de um importante empreendimento comunitário-comercial da cidade.

Através de parcerias entre a Prefeitura de Pacaraima, o Ministério da Defesa e o Ministério do Turismo, durante a administração do Prefeito Chico no ano de 2007, foram iniciados projetos de revitalização e melhoria urbana na cidade, como a construção de 1770 m² (mil setecentos e setenta metros quadrados) de calçadas, inicialmente, nas ruas Monte Roraima e Brasil e a construção do Centro de Apoio ao Turismo – construído no centro da cidade. Neste contexto, as comunidades indígenas Ingarumã e Samã I e II também foram beneficiadas com a revitalização de cerca de 10 km (dez quilômetros) de estradas que possibilitaram o deslocamento das comunidades, favorecendo o acesso à educação (por parte das crianças que puderam dispor do serviço de transporte escolar) e ao escoamento da produção agrícola das comunidades.

Na revitalização das estradas, além de uma boa terraplanagem, foi feito um trabalho de escoamento na lateral, que possibilitou o acesso às vicinais, mesmo com a ocorrência de chuvas. Acerca disso, ressaltamos o investimento de R\$ 450 mil (quatrocentos e cinquenta

mil reais) na recuperação de estradas na vicinal da comunidade do Taxi, verba oriunda de um convênio entre a Prefeitura e o Ministério da Defesa. Além deste, houve também a disponibilização de R\$ 300 mil (trezentos mil reais) pela Caixa Econômica Federal, através do Ministério da Integração Nacional para a construção de pontes nas comunidades do Samã e do Taxi o que facilitou, sobretudo, o acesso por meio de transporte terrestre as essas comunidades, beneficiando a comercialização dos produtos agrícolas e pecuários da região.

Em 09 de dezembro de 2007, em conformidade e atendendo à Constituição Federal, a prefeitura do município de Pacaraima realizou concurso público para o preenchimento de 88 (oitenta e oito) vagas para os cargos do magistério e para o grupo de apoio ao magistério. Realizaram a prova, aproximadamente, 1308 (mil trezentos e oito) candidatos, que concorreram às diversas vagas, divididas dentro das exigências de ensino fundamental, médio e superior, com um variação salarial de até R\$ 1.100 (mil e cem reais). A elaboração e aplicação das provas do concurso ficaram a cargo da Universidade Estadual de Roraima.

A partir de um convênio firmado entre a Prefeitura de Pacaraima e o Banco do Brasil (BB), assinado em outubro de 2007 pelo prefeito Francisco Roberto e o BB em Roraima, os servidores do município puderam realizar empréstimos com consignação em folha, isto é, com descontos diretos na folha de pagamentos e com isto obtiveram taxas preferenciais de juros e uma maior facilidade na solicitação do empréstimo, podendo ser realizado pela internet, nos terminais de autoatendimento ou mesmo na própria agencia.

Na decorrência do processo de assinatura deste convênio, foi discutida a possibilidade de implantar o desenvolvimento regional sustentável no município, com o objetivo de incentivar a plantação de mandioca para a fabricação de farinha em três comunidades indígenas da região. Neste sentido, a Prefeitura investiu em projetos agrícolas nas comunidades Santa Rosa, Sabiá, Canta Galo, Taxi II e Fazenda Santa Fé com o envio de tratores para o arado da terra e, também com o acompanhamento de acessoria técnica especializada do projeto São Marcos aos agricultores locais.

Nestas comunidades foi desenvolvido o sistema de produção agrícola de subsistência, através da agricultura familiar, no qual foram plantadas as culturas de mandioca, de feijão e de milho. As famílias envolvidas no projeto consumiam e doavam para as demais comunidades uma parte da produção, apenas o que restava, após a partilha, era comercializado.

Veja os principais convênios executados na terceira gestão do município.

Figura 49 – Principais convênios do governo do Paulo Cesar Quartieriro e Francisco Roberto.

Objeto	Órgão Superior	Valor Conveniado
Objeto: o presente convênio tem por objeto, a implantação de unidade de capacitação em criação de peixes em lagos naturais, visando a capacitação de indígenas como futuros multiplicadores na comunidade indígena nova esperança.	Ministério da Pesca e Agricultura	0,00
Custeio de despesa para atender ações da saúde da mulher	Ministério da Saúde	40.000,00
Aquisicao de unidade móvel de saúde	Ministério da Saúde	88.000,00
Reforma e ampliação da prefeitura do município	Ministério da Defesa	148.772,94
Atender ao programa sentinela	Ministério do Desenv. Social e Combate a Fome	117.000,00
Implantacao da rede de promoção, prevenção e assistência aos agravos da saúde por causas externas e violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes e aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Ministério da Saúde	201.250,00
Constitui objeto do presente termo projeto sentinela, conforme plano d etrabalho constante do processo e de acordo com a lei nr.10.640/2003.	Ministério do Desenv. Social e Combate a Fome	34.500,00
Atender ao programa sentinela	Ministério do Desenv. Social e Combate a Fome	69.000,00
Construcao de uma praça pública.	Ministério da Integração Nacional	550.000,00
Construcao de uma rodoviária com 771,64m2.	Ministério Da Defesa	420.000,19
Execucao do projeto "construcao de 10 casa de farinha, com equipamentos manuais", destinados a atender as colônias de Sorocaima, Sama, Contão e Surumu, no município de Pacaraima, em Roraima/RR.	Ministério Do Desenv.Ind. e Comercio Exterior	350.000,00
A implantacao, na esfera administrativa do conveniente do programa de melhoria do processo administrativo-pedagógico da escola e aquisição de bens duraveis para a escola, tendo como parâmetro o plano de desenvolvimento da escola - PDE, conforme PTA aprovado.	Ministério da Educação	6.200,00
Melhoria das condições de habitabilidade	Ministério das Cidades	0,00
Melhoria das condições de habitabilidade	Ministério das Cidades	0,00
Aquisicao de equipamentos para posto médico de Pacaraima	Ministerio da Saúde	31.340,79
Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado nacional	Ministério da Integração Nacional	582.000,00
Apoio logístico para atender a cadeia produtiva do município de Pacaraima -RR	Ministério Do Desenvolvimento Agrario	500.000,00
Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário	M Ministério Da Agricul.,Pecuária e Abastecimento	399.750,00
Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário	M Ministério Da Agricul.,Pecuária e Abastecimento	370.500,00
Aquisicao de medicamentos para unidade de saúde	Ministério da Saúde	44.000,00
Objeto: custear a recuperação de 18 km de bueiros, pontes e estradas vicinais da maloca do Taxi	Ministério da Defesa	449.595,00
Objeto: custear a ampliação de 02 salas de aula na escola municipal Casimiro de Abreu.	Ministério da Defesa	122.998,77
Objeto: construção de centro comercial	Ministério da Defesa	499.481,16
Objeto: custear a construção de centro de artesanato	Ministério da Defesa	99.535,45
Objeto: custear a construção de calçadas e drenagem superficial em 1.708,80m2	Ministério da Defesa	241.000,00
Construcao de banheiros públicos coletivos de apoio aos turistas no município de Pacaraima	Ministério do Turismo	210.000,00
Rcuperacao de danos causados por desastre no município de Pacaraima	Ministério Da Integracao Nacional	291.000,00
Apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário autorizado pelo officio mapa n 0320 2005	Minist. Da Agricul.,Pecuária e Abastecimento	146.250,00
Aquisicao de patrulha mecanizada autorizado pelo officio mapa n 03252005	Minist. da Agricul.,Pecuaria E Abastecimento	146.250,00
Objeto: aquisição de dois (2) caminhões para coleta de lixo para o município de Pacaraima -RR	Ministério da Integração Nacional	300.000,00

Fonte: Portal da transparência (2014).

5.3 QUARTA E QUINTA GESTÃO: ALTEMIR CAMPOS

O Prefeito Altemir da Silva Campos foi eleito para o exercício de 2009 a 2012 com 2.250 votos (47,07%) dos eleitores, e reeleito em 2012, para o exercício de 2013 a 2016. O atual prefeito nasceu em Boa Vista no estado de Roraima tem 62 anos, casado e não possui ensino superior. Durante a realização dos trabalhos de campo, ao contrário do que ocorreu com os ex-prefeitos que foram extremamente gentis e generosos com a cedência de informações,este não se demonstrou tão acessível.

Mas, a maior parte do que se apresentará aqui provém de declarações públicas, artigos de jornais e demais documentos disponíveis da rede de computadores. As tentativas de entrevistas também foram frustradas quando buscamos informações junto aos seus assessores pessoalmente, por telefone, por ofício e por meio eletrônico.

Diferente dos mandatos anteriores, nos dois mandatos de Altemir não houve nenhuma obra de expressão no que diz respeito à cidade. O prefeito herdou uma gestão municipal na qual a cidade dispunha de uma boa infraestrutura, relativamente nova e em bom estado de conservação, na qual, se encontra, hoje, praticamente consolidada dado aos trabalhos das gestões anteriores.

Em seu primeiro mandato criou por meio da Lei nº 154 de 25 de junho de 2009 a Biblioteca Municipal Professora Norma Suely Ribeiro Costa. Embora a lei de criação seja da data de 2009, ela foi inaugurada em 2013, quase cinco anos depois. Embora constitua um importante aparelho urbano, acaba não cumprindo com sua função, pois não dispõe de nenhum acervo.

Em visita ao local constaram-se infiltrações e goteiras na obra recém- inaugurada. O balde na figa 32, que retrata o interior da Biblioteca, evidencia a observação feita no local. Em consulta ao portal da transparência, constatou-se que a obra e resultado de convênio com o Ministério da Defesa encontram-se em pretação de contas.

Outras obras decorrentes de convênio etaão em situação de prestação de contas: o Centro de Acolhimento a Mulheres Migrantes Vítimas de Violência - obra não visualizada em campo -e a Construção de um campo de futebol, resultado de um convênio com o Ministério da Defesa. Sobre essa última ,há um estádio em processo de acabamento,dentro das dependências da área do exército, embora o convênio nasça em parceria com o executivo municipal.

Figura 50 – Biblioteca Municipal Professora Norma Suely Ribeiro Costa



Fonte: RAPOSO e SENHORAS

A consulta ao portal possibilitou verificar que há vários convênios em situação de inadimplência, das quais citamos: a construção de praça pública no município, convênio com o Ministério do Turismo; serviços de revitalização e infraestrutura da rua Suapi, convênio com Ministério da Defesa; construção da Nave do Saber, convênio com o Ministério da Defesa; serviços de pavimentação em ruas diversas da cidade, convênio com Ministério da Defesa.

Figura 51– Vista Parcial das obras da Nave do Saber.



Fonte: RAPOSO e SENHORAS (2014)

Aponta-se a ocorrência de convênios com *status* de concluso: implantação de iluminação pública na sede do município, convênio com o Ministério da Defesa; produção habitacional, convênio com o Ministério das Cidades; construção da Feira Municipal, com o Ministério da Defesa. O fim da vigência de tais convênios foi o ano de 2010, portanto, na gestão do atual prefeito.

Figura 52 – Feira Municipal do Produtor



Fonte: RAPOSO e SENHORAS (2014)

Ainda quanto à situação das obras e dos convênios consta no portal que estão em execução: a construção da primeira etapa da Praça do Micaraima, convênio com o Ministério do Turismo, com valor de R\$ 5.752.600,00; a construção de campo de futebol, convênio com Ministério do Esporte, valor de R\$ 2.000.000,00; implantação e modernização de

infraestrutura esportiva, convênio com o Ministério do Esporte, valor de R\$ 2.500.000,00; construção de um aterro sanitário e aquisição de caminhão para coleta de lixo, convênio com o Ministério da Saúde, valor de R\$1.000.000,00.

Em pronunciamento público, durante reunião que tratava sobre a legalidade de 50 lotes de terras na cidade de Pacaraima, o prefeito esclareceu que os convênios que aparecem em execução no portal da transparência, na realidade estão parados por não haver segurança jurídica sobre o uso da terra na cidade e por falta de liberação de licenciamento por parte da FUNAI.

No mesmo pronunciamento foi citada a obra da construção de terminal rodoviário para transporte alternativo intermunicipal para as quatro cooperativas operadoras do serviço no município. O convênio seria com o Ministério da Defesa, no valor de R\$ 523.229,85, este possui *status* de cancelado no portal da transparência pelo os mesmos motivos pelos quais os outros estão parados.

Durante o trabalho de campo identificamos uma obra (Figura 35) de um convênio com o Ministério da Saúde que não foi possível localizá-la no portal da transparência. A obra se denomina Academia da Saúde e está com parada. Possa ser que tenha havido algum equívoco na placa institucional da obra que não nos permitiu a sua consulta no portal da transparência.

Figura 53 – Obra parada.



Fonte: RAPOSO e SENHORAS (2014)

Quanto à realização de obras durante o primeiro mandato e o segundo ainda em andamento, o prefeito Altemir enfrenta imensas dificuldades que vão desde a efetiva realização das obras por consequência da falta de segurança jurídica em torno da questão indígena, perpassando pela capacidade de gerenciar e realizar a contrapartida, evitando a

inadimplência e paralização de obras, o que desestimula a sequência dos projetos diante de tanta adversidade que dificulta que se cumpra o seu papel social.

Salienta-se que os prédios da biblioteca e da feira municipal, por uma falta de política de uso, atribuição de sentido e função, encontram-se abandonados e subutilizados em relação ao que almejavam quando se efetivaram os convênios de construção. Não são somente esses prédios que apresentam característica de abandono. Em geral, prédios públicos municipais e estaduais apresentam aspectos de abandonos e falta de manutenção.

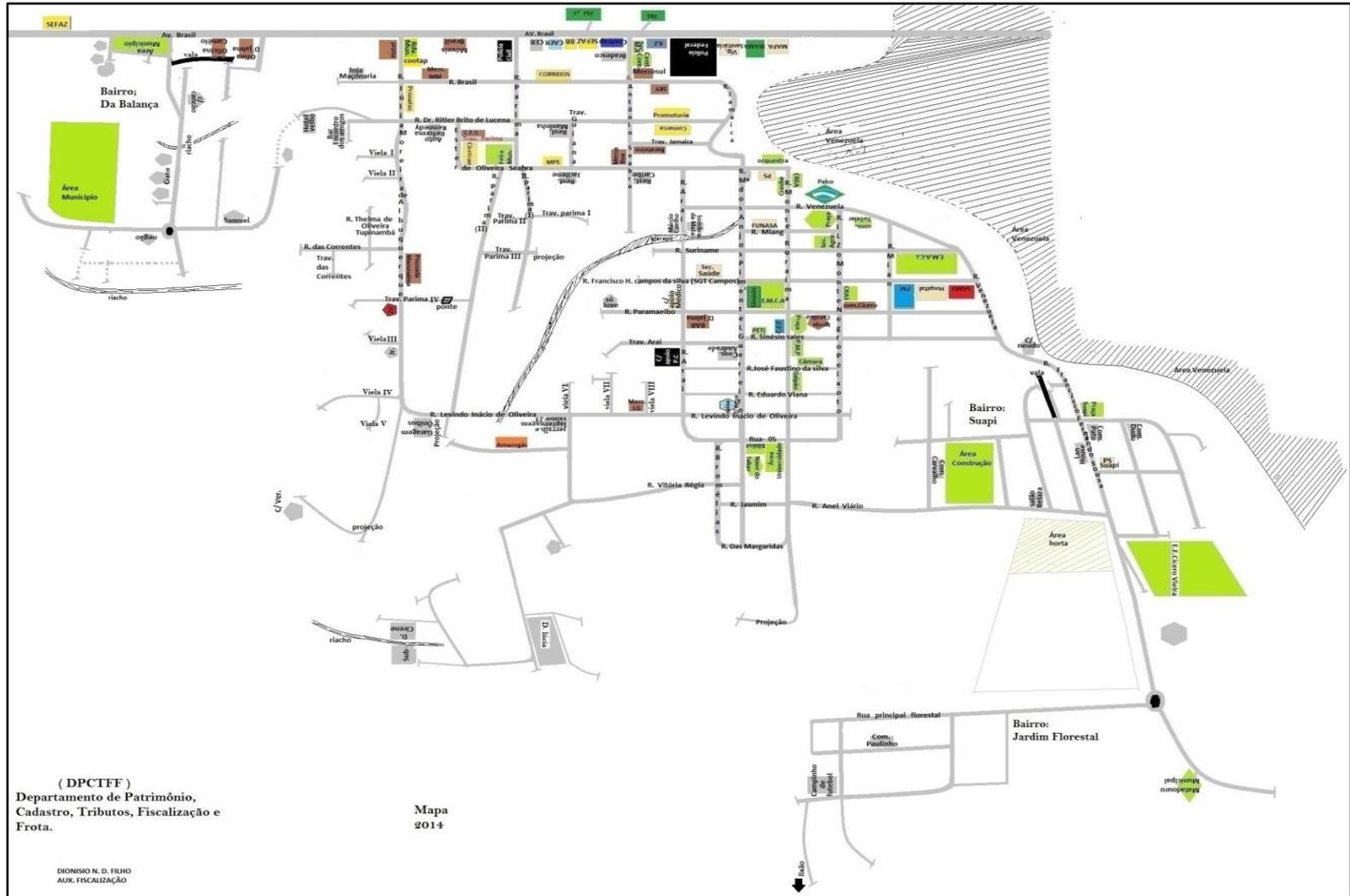
Além das dificuldades na consolidação do permanente processo de produção e reprodução da cidade, por meio da construção e manutenção de seus objetos e equipamentos espaciais, há uma enorme apatia popular em relação à gestão e ao que vem sendo feito em relação aos processos e aos expedientes públicos que têm causado falta de liderança política e protagonismo por parte do executivo local.

Segundo dados do MEC (2014) a educação do município possui índices baixos e sequer atinge a meta do IDEB, embora haja um generoso repasse via FUNDEB para cidade. Privilégio a determinados grupos e seguimentos sociais causam rumores de descrédito à seriedade com que os processos políticos são conduzidos. Em aparição e pronunciamento público o prefeito foi vaiado, sendo necessário intercedência de outras autoridades, clamando por educação e direito de fala do mesmo. O fato do atual prefeito não residir na cidade também é um dos motivos da apatia popular.

As percepções de todo o trabalho de campo revelam certa crise institucional agravada por uma extrema falta de capacidade de gestão de toda equipe do executivo municipal. A política de zoneamento urbano criada no governo do Hiperion não foi modernizada, não havendo projeto de manutenção ou continuidade; não há também política de gestão territorial para a cidade com instrumentos que possam torná-los possíveis como dados estatísticos, mapas da cidade por temas e demandas, por exemplo.

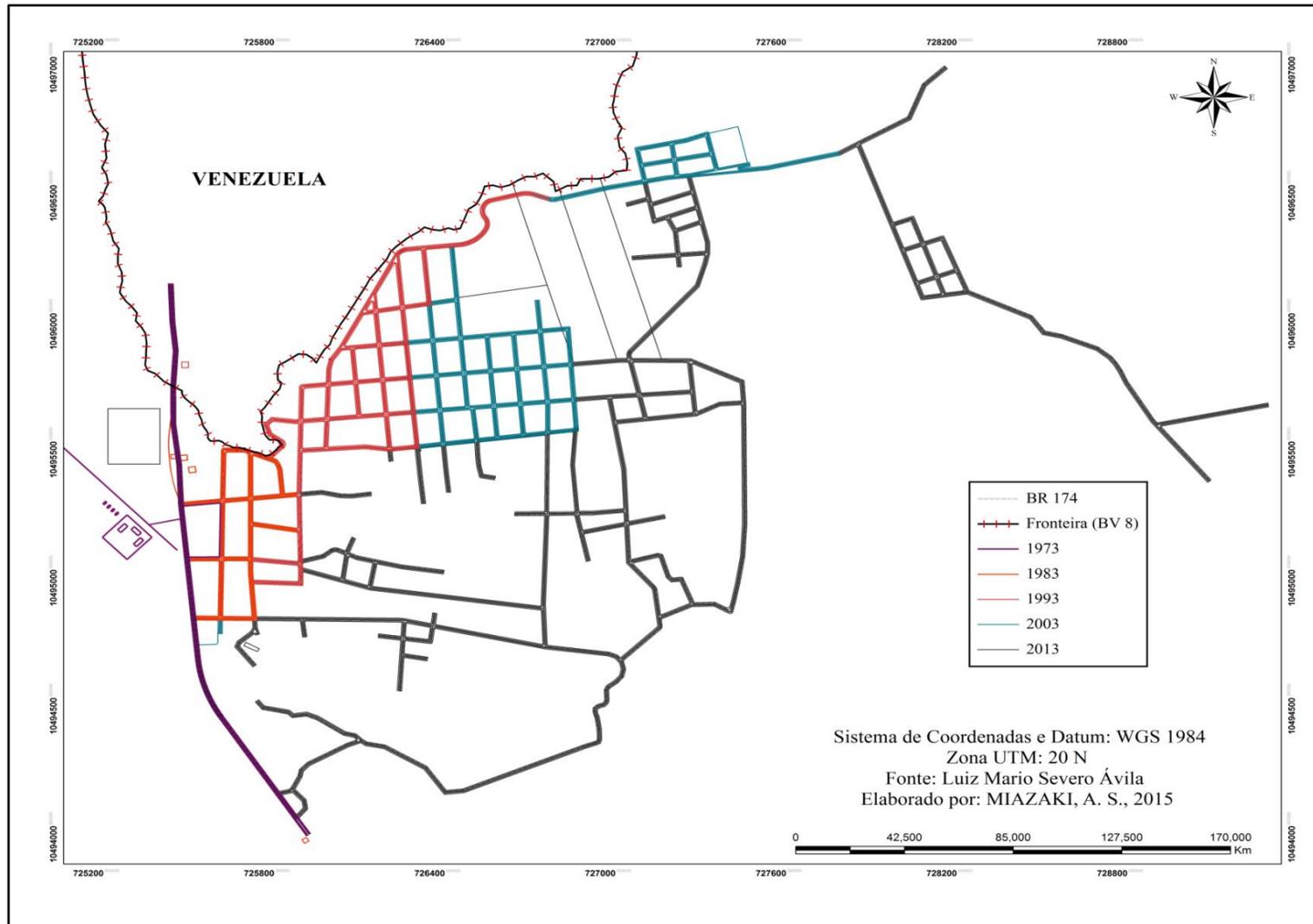
O zoneamento da cidade é feito com base de dados mais organizada sobre a qual o município realiza a gestão da cidade e de seus equipamentos. A figura resulta de um esforço pessoal de servidores do terceiro ou quarto escalão. O croqui revela a boa intenção dos servidores em realizar suas atividades e contribuir com a organização dos trabalhos, mas, por outro lado revela a ausência de uma política institucionalizada na atual gestão, em relação aos processos de gestão territorial e aplicação das políticas públicas.

Figura 54 – Croqui da cidade



Fonte: PMP (2015).

Figura 55 – Mapa da cidade de Pacaraima em 2013



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2015), modificado de ÁVILA (2014)

O Mapa 19 mostra a espacialização da cidade no ano de 2013 e compõe uma série de mapas construídos mostrando num intervalo de dez anos a evolução espacial da cidade. Constitui o último mapa da série e pela análise da legenda é possível observar como a cidade se especializou nos últimos 40 anos.

Além das questões citadas a atual gestão vive velhos e novos problemas que se acumulam e se agravam com reflexos nos processos de produção do espaço da cidade. Entre os velhos problemas, estão cerca de 50 processos que tramitam na Justiça Federal pedindo a desocupação de pessoas que moram naquela localidade, já que o município está dentro da terra indígena São Marcos. Recentemente, a Justiça Federal em Roraima organizou uma audiência pública para conhecer a realidade das partes envolvidas: índios e não índios. As ações foram movidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pelo Ministério Público Federal (MPF) e são processos de 2002 e 2003 que estão parados ou suspensos porque existiam dúvidas se eles eram similares ao assunto da Ação Civil Originária (ACO) 499, que tramita no Supremo Tribunal Federal e discute o município como um todo.

A audiência ocorreu dia 5 de fevereiro de 2015 sob a liderança da juíza titular da 2ª Vara da Seção Judiciária de Roraima, Clara Mota. O objetivo foi esclarecer se os processos deverão voltar a tramitar nos tribunais se assentam sobre os conflitos entre indígenas e não indígenas. O objetivo da Justiça Federal é saber se os indígenas realmente querem que essas 50 famílias sejam retiradas da cidade e sentir qual a atual situação do processo.

A audiência ocorreu em tom conciliatório, com oportunidade de falas às partes, a juíza salientou que um dos objetivos era, também, verificar há quanto tempo os moradores estão por lá, se antes ou depois da criação do município. Ressaltando que, em princípio, a terra indígena precede à ocupação dessas pessoas e à própria criação do município.

Enquanto pesquisador, participei desse processo que oportunizou uma análise mais detalhada dos discursos sobre a questão. Estiveram presentes lideranças indígenas a favor e contra a retirada de não indígenas, lideranças comunitárias não indígenas e autoridades constituídas como ex-administradores da vila, militares do exército, vereadores, ex-prefeitos, além do atual prefeito que foi sistematicamente vaiado por todos os presentes. Contou também com representantes do Ministério Público Federal, da Fundação Nacional do Índio e da União. Foi oportunizada fala aos interessados com duração de 5 minutos para exporem seus pontos de vista.

Os momentos mais tensos foram protagonizados por indígenas representantes do CIR, que acompanhados da advogada, solicitou que a justiça fosse cumprida e que houvesse a retirada dos não indígenas. Na sequência, indígenas da TI São Marcos se posicionaram a

favor da permanência dos não indígenas, explicitando que não há conflitos na região e que os indígenas que são a favor da retirada não pertencem à terra indígena São Marcos.

Na sequência, o vice-governador de Roraima e agora ex-prefeito Paulo César Quartiero se pronunciou dizendo que audiência constituía uma tentativa de organizações não governamentais em desocupar o município. Seria uma maneira de “ganhar na marra” - nas palavras dele, pois o prejuízo de uma possível desocupação poderia acabar com o município e com a única interligação entre o Brasil e a Venezuela.

Figura 56 – Audiência pública com a Justiça Federal.



Fonte: FABIO OLIVEIRA (2015)

Na oportunidade, a juíza Clara Mota esclareceu que a audiência era para resolução dos 50 processos e que a decisão de desocupar o município só pode ser tomada pelo STF, porque não é competência de sua vara discutir a legalidade ou não de todo o município.

Quando a fala foi oportunizada ao atual prefeito, o mesmo salientou que um dos motivos de estar a frente do executivo municipal é para lutar pela regularização da área da

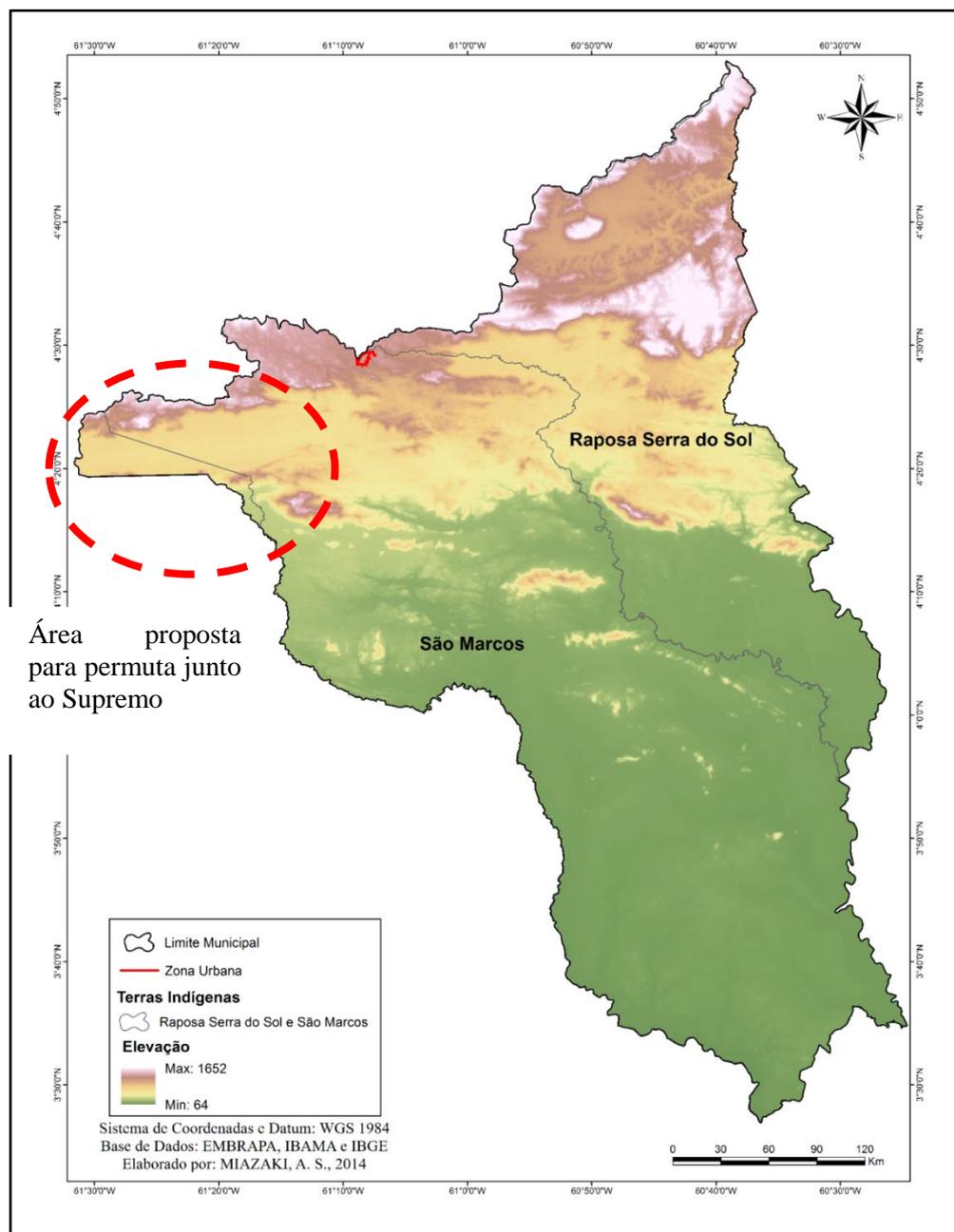
cidade. Em seu pronunciamento na audiência, informou que durante os seus dois mandatos já esteve quatro vezes com ministro da justiça e que na derradeira vez entregou ao referido ministro e à presidência da FUNAI um acordo por permuta de terras.

O prefeito e sua equipe identificaram, com base em documentos do INCRA, uma área de 12446 hectares sobre a qual realizou uma proposta de acordo de permuta das terras do município, em troca da área de 744 hectares que corresponde hoje à da cidade. Segundo o prefeito, corresponde em um bom acordo uma vez que a área e de tamanho bem maior que a da cidade, e não há contaminações e nem outras espécies de impacto como é o entorno de Pacaraima. Pronunciou ainda, que a proposta de acordo, a princípio, foi bem aceita pelo ministro da justiça que encaminhou um estudo sobre a proposta.

A audiência teve seu término após a fala do prefeito e a juíza, então, foi fazer vistoria dos terrenos em questão nos 50 processos. A análise sobre a audiência nos permite levantar alguns pontos, segundo a percepção do pesquisador, que para efeito didático serão enumerados a seguir:

- 1- Os não indígenas dos 50 processos não querem desocupar seus imóveis e se sentem ligados ao local negando qualquer tipo de conflito;
- 2- Indígenas ligados ao CIR pedem que se cumpra a retirada afirmando a existência de conflitos;
- 3- Indígenas da TI São Marcos, próxima a cidade, são a favor da permanência de não índios, negando conflitos;
- 4- Há lideranças políticas que tentam angariar popularidade e capital político com a promoção da polêmica em torno do caso, contribuindo para distorções;
- 5- Há uma tentativa de se debater problemas de outras terras indígenas junto com os da TI São Marcos;
- 6- A proposta de permuta de terras do executivo municipal é, aparentemente, uma boa alternativa, mas deveria ser reivindicado uma área de expansão urbana e uma área para desenvolvimento agroindustrial numa área periurbana;
- 7- Embora a questão se inicie no debate sobre a posse da terra, analisando-se os discursos, há uma percepção de que, verdadeiramente, o debate é pela cidade, seus equipamentos e seus usos;

Figura 57 - Mapa Localização da cidade no município, duas TI e a área para se realizar a permuta



Fonte: MIAZAKI, RAPOSO e SENHORAS (2014)

- 8- Não há um debate pela retirada da cidade;
- 9- Também não há uma proposta clara do que seria feito no local se houvesse a desocupação.

Os pontos levantados constituem em argumentações feitas ante ao contexto da pesquisa e o que se vivenciou até aqui em relação ao município. São problemas com raízes antigas que demandam novas abordagens para que possam ser encaminhados rumo a uma

resolução que privilegie o contexto social e sua diversidade étnico- cultural e a cidade, pois os debates constituiu no momento presente o verdadeiro alvo das disputas.

Trata-se de uma tarefa árdua para ao atual administrador que deve protagonizar o enfrentamento das resoluções dos problemas da cidade e, ao mesmo tempo, gerenciar uma burocracia municipal, que colabora com o êxito de suas ações e as tomadas de decisão. Aparentemente isso está sendo muito difícil além dos velhos problemas na atualidade, a cidade vive uma crise em relação à coleta e à destinação dos resíduos sólidos; a educação municipal não alcança a meta do IDEB; há um aumento significativo de violência contra a mulher; muitos casos de jovens usuário de drogas; o serviço de saúde está sobrecarregado, além de toda a problemática social decorrente de ser uma cidade de fronteira e suas dinâmicas socioespaciais que serão analisadas de forma pormenorizadas no capítulo VI.

As problemáticas socioespaciais de Pacaraima demandam esforços conjunto, relativos às três esferas governamentais, para que a população e o ecossistema amazônico não sofram por causa da ineficiência dos processos políticos nas esferas de poder.

Há uma problemática de um bairro e sua proximidade ao lixão, que por sua vez, está próximo ao igarapé. Trata-se do bairro Jardim Florestal ou “Chicolândia”, e, hoje, denominado de “Urubulândia”, em virtude da grande quantidade dessas aves atraídas pelo o lixão. É possível observar a enorme quantidade de aves no local e na nascente do Igarapé Miang nas proximidades do lixão.

Outro problema vivenciado pela cidade é a crise econômica estabelecida sobre a Venezuela e cidade de Santa Elena, a qual comprometeu as trocas comerciais entre as cidades, enfraquecendo o comércio, desaquecendo a economia local. No último ano, o pujante comércio de Pacaraima sofre quedas sucessivas em seu movimento, em virtude da crise estabelecida no país vizinho e a forte vinculação de Pacaraima com a economia da cidade gêmea.

Cai também o movimento de turista, de migração e o comércio pendular de pessoas que se moviam pela fronteira para fazer compras no país vizinho. Algumas unidades de bebidas, materiais de limpeza, higiene pessoal e produtos alimentícios fazem parte das listas de compras mais comuns, além daqueles que trazem produtos para comercializar. Para conter a fuga de produtos e evitar um desabastecimento na cidade de Santa Elena de Uairén, foi estabelecido pelo governo venezuelano um limite de produtos que podem ser comercializados e atravessados na fronteira.

A Guarda Nacional e o SENIAT têm por norma impedir que produtos de alimentação e essenciais aos venezuelanos sejam levados para além da fronteira. A medida tem por

finalidade assegurar a oferta desses à comunidade da cidade de Santa Elena. Os combustíveis não estão atraentes aos consumidores que subiam a serra para abastecer seus carros, semanalmente, no passado.

A expansão da cidade constitui uma demanda a ser considerada na atual gestão. As recentes ocupações do chamado bairro da Balança oferecem condições mínimas de habitação, oferecendo riscos aos seus moradores, tanto sociopolítico, devido às condições infraestruturais das moradias, como também, riscos ambientais em função da localização do bairro em área de encosta. Áreas de risco ambiental também aparecem nos bairros Supi e Élzio Peixoto – Moro do Quiabo, conforme Cunha; Beserra Neta; Tavares Júnior (2011); Rosa Filho e Souza (2010).

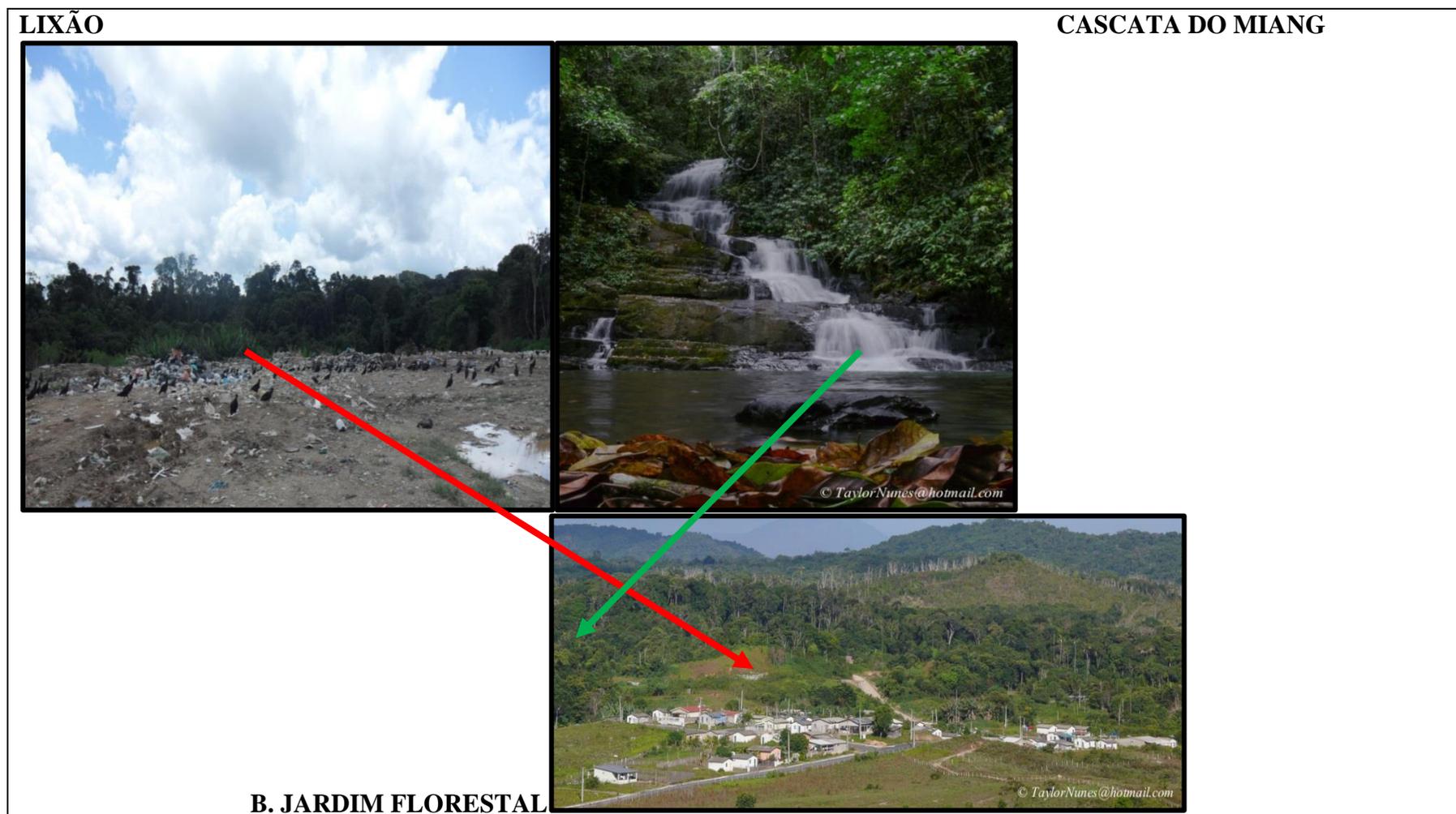
No conjunto das demandas impostas ao executivo municipal e seus desdobramentos no espaço da cidade está o caso da pitoresca construção, hoje considerada um dos pontos turísticos da cidade que é a casa de um ex-governador, irregularmente construída sobre a linha de fronteira. Em meados de 2012, o Ministro Aires Brito, do STF, condenou obra à demolição. A inusitada construção compõe a paisagem da cidade e chama atenção por sua imponência.

Figura 58 – Casa construída junto à linha da fronteira.



Fonte Taylor Nunes (2014)

Figura 59 – Problemática do lixo considerando a nascente do Miang e do Jardim Florestal



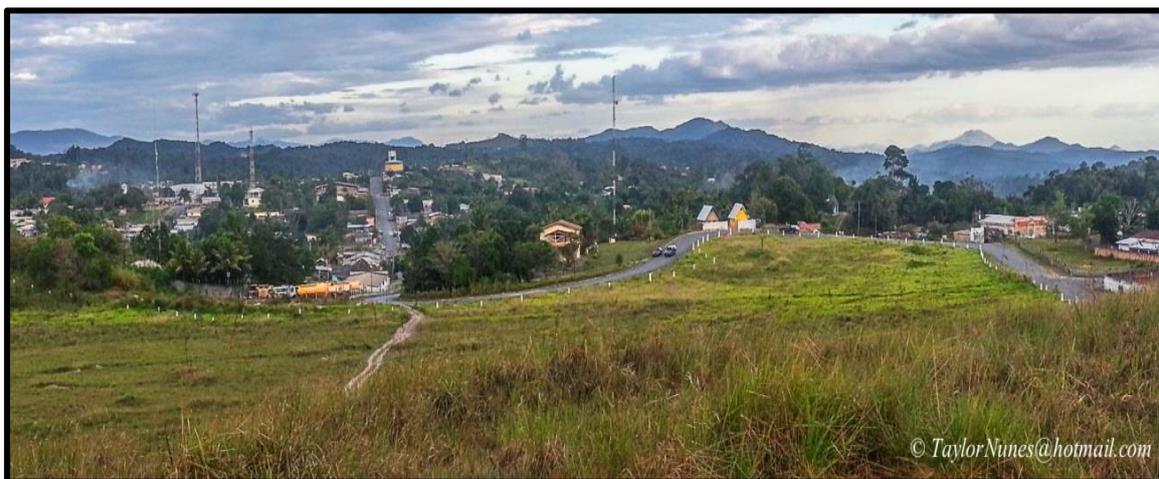
Fonte: Fotos da Casacta do Mianga e B. Jardim Florestal – Taylor Nunes (2014); Foto do lixo e organização: RAPOSO e SENHORAS (2014)

Os muitos problemas são complexos, dado à sua natureza, bem como da localidade da cidade na fronteira e situada dentro da TI São Marcos. A população da cidade cresceu sobremaneira, implicando em um conjunto de medidas que, invariavelmente, refletem na produção e reprodução do espaço da cidade.

Além do crescimento vegetativo da população, esta recebe migrantes indígenas do Brasil e da Venezuela, assim como, migrantes não indígenas dos dois países. Há ainda um grande movimento pendular entre as duas cidades na busca por tratamentos médicos, odontológicos e estéticos. Essas populações, indistintamente, buscam a cidade e os seus objetos espaciais como forma de assegurar suas práticas sociais de reprodução de suas vidas.

O aumento populacional, ao passo que demanda mais estruturas urbanas, não pode em nome disso desassistir a população que prefira manter modos de vida com traços rurais, apresentando suas casas com galinheiro, criação de porcos, ou até mesmo produção em pequena escala de hortaliças e frutas, com quintais agrícolas como observado em campo.

Figura 60 – Vista panorâmica da cidade 2014



Fonte Taylor Nunes (2015)

Reconhecem-se os esforços do executivo municipal quando propõe permuta de terras como solução às pautas dos problemas da cidade, bem como, com a Lei 171 2010 de 26 de maio de 2010 que cria o Conselho municipal de Desenvolvimento Étnico-Rural Sustentável, ações estas apontadas como boas práticas de seu trabalho. Mas, igualmente, se reconhece que os processos são tímidos em relação ao efetivo emprego de conhecimentos e técnicas disponíveis a custos relativamente baixos para qualificar e acelerar os processos de solução das problemáticas.

O estabelecimento do município em 1995 e de um executivo municipal em 1997 em Pacaraima inaugura o início da atuação de uma burocracia municipal como agente de produção do espaço na fronteira. Esse processo se caracteriza por um forte incremento dos objetos espaciais, resultado do papel de seus prefeitos como protagonistas da municipalidade e de agentes de produção e reprodução espacial.

Esses processos nascem na capacidade desses governantes e, convergem as forças verticais (federalismo) a serviço de sua população em processos horizontais, nos quais a complementariedade das forças originam objetos e fixos espaciais adequados às funções e aos fluxos locais.

A primeira e a segunda gestão (1987-2004) correspondem aos dois mandatos do prefeito Hiperion de Oliveira que se ocupou em organizar a administração e construir uma prefeitura para organizar os trabalhos do executivo municipal. Cuidou de formar parceria com o governo do estado e estabeleceu a política de zoneamento do município, que infelizmente, não foi cumprida em relação à produção espacial da cidade. Seu governo é marcado por grandes obras de estruturação da cidade.

A terceira legislatura de Paulo Cesar Justo Quartiero (2005-2008) é marcada mais por polêmicas largamente noticiadas, envolvendo a questão indígena na TI Raposa Serra Sol, que se confundiu com a questão da cidade inserida nesta TI. Embora seu governo tenha sido marcado por tais eventos procurou desenvolver uma série de obras de infraestrutura física na franja da cidade, realizando o anel viário e consolidando o Jardim Florestal.

Em sua gestão executou convênios estabelecidos com o governo federal, com impacto positivo para a população da cidade. No entanto, os problemas com a questão indígena custou sua cassação, ficando afastado por quase um ano e, em seu lugar assumiu o senhor Francisco Roberto.

Francisco Roberto (fev. 2007-mar. 2008) no curto período em que governou, seus trabalhos mais relevantes foram destinados a algumas comunidades indígenas no entorno da cidade. Criou por meio de Lei, a política de agricultura urbana, adotando a rurbanidade como estratégia de desenvolvimento da cidade. Chico, como era conhecido, deixou o poder para o retorno de Paulo Cesar, concorreu à reeleição, contudo, foi derrotado.

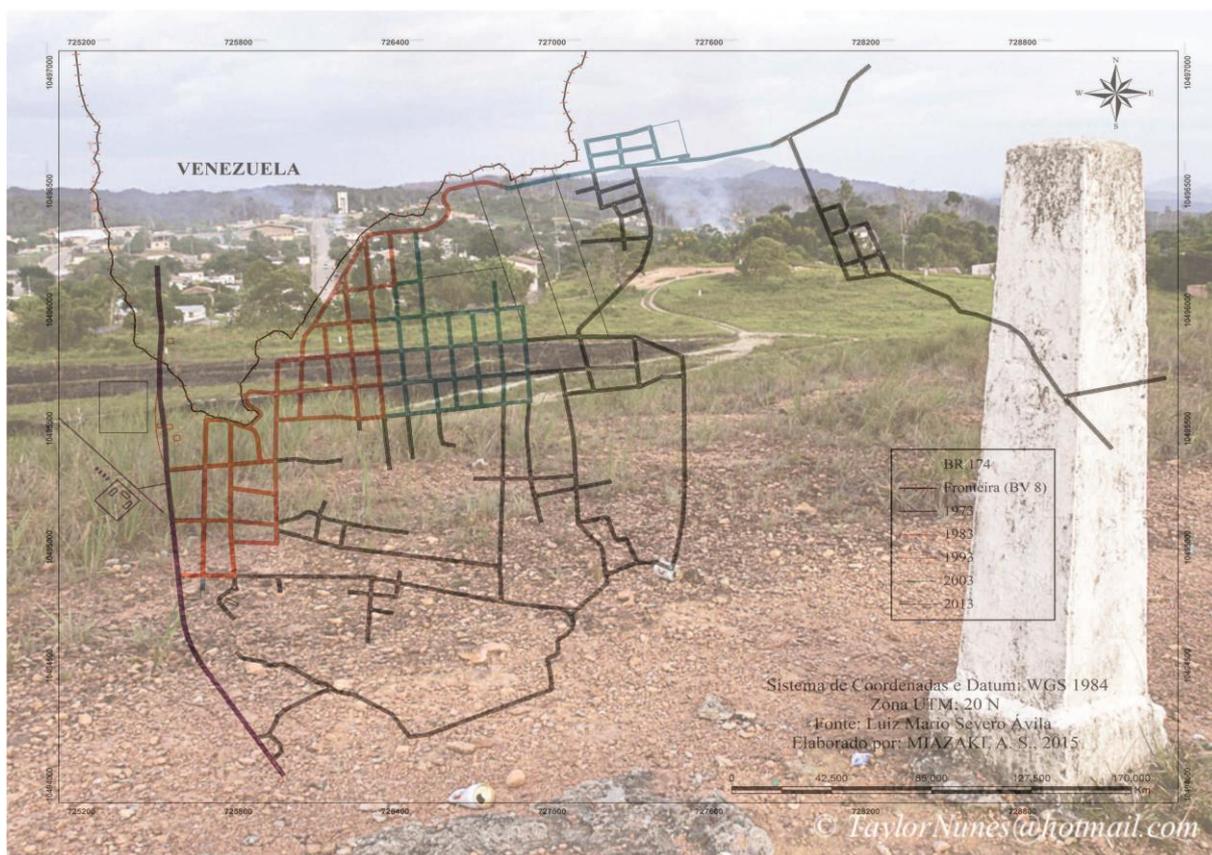
A quarta e a quinta gestão do prefeito Altemir campos (2009 - 2016), gestão ainda em curso, apresenta certa letargia frente às demandas da gestão municipal. Há obras paradas, prédios e logradouros públicos mal conservados, problemática com lixo, saúde e educação, enfrenta velhas e novas pressões sobre a questão da cidade e da TI São Marcos. Reconhece-se

a excelente iniciativa de proposta de permuta de terras de gestão junto ao Ministério da Justiça, contudo, trata-se de uma proposta ingênua.

Considera-se que esses administradores foram os grandes promotores dos processos de produção espacial, pois protagonizam e lideraram o executivo municipal e o conjunto de políticas públicas que perpassam pelo município. Agentes públicos eleitos pelo povo, do qual emana o verdadeiro poder e, suas ações refletiam e refletem o grau de interesse e/ou a articulação política que cada um deles possuía e possui com as esferas estadual e federal, bem como aos mecanismos de controles a que estão sujeitos.

Suas ações geraram e geram as condições necessárias ao estabelecimento da burocracia municipal, se propuseram a se envolver com a cidade e seus acertos e erros devem ser entendidos numa perspectiva de análise conjuntural política e econômica, bem como, das forças que os moviam e ainda os movem na condução dos processos de gestão da cidade de Pacaraima.

DINÂMICA SOCIOESPACIAL, CAMPOS DE PODER, POLÍTICAS PÚBLICAS E FEDERALISMO NA CIDADE DE PACARAIMA



6 DINÂMICA SOCIOESPACIAL, CAMPOS DE PODER, POLÍTICAS PÚBLICAS E FEDERALISMO NA CIDADE DE PACARAIMA

O presente inicialmente reflete sobre as principais práticas sociais na produção do espaço da cidade de Pacaraima entre 2006 e 2013, tomando como referência uma revisão integrativa das práticas sociais noticiadas pelo principal jornal escrito de grande circulação do estado Roraima, a fim de se apreender por meio de um estudo analítico sobre quais são as principais práticas sociais e suas repercussões e em práticas espaciais em Pacaraima.

As reflexões realizadas sobre o processo de instalação da cidade em seu contexto de sítio e situação compreendem as forças motivadoras desse fenômeno na fronteira do extremo norte do país, realizadas nos capítulos anteriores, serão lembradas, afim de que a análise possa ser pertinente ao entendimento da produção espacial no período analisado. As formulações sobre produção espacial se alicerçam nas considerações e formulações sobre espaço geográfico, com base, sobretudo, em Milton Santos, Mark Gottdiener, Roberto Lobato Corrêa, Maria da Encarnação Sposito, Ana Fani Alessandri Carlos, David Harvey e Henry Lefebvre.

A análise permitirá conhecer as principais ocorrências de práticas sociais, em relação à produção do espaço da cidade de Pacaraima, evidenciando os números de ocorrência em cada ano. O estudo decorrente da revisão integrativa permitirá conhecer as principais ocorrências das dimensões das práticas sociais e essas revelaram o espaço da cidade enquanto campos de poder dessas práticas que se dinamizam por meio do exercício e dos papéis de seus agentes.

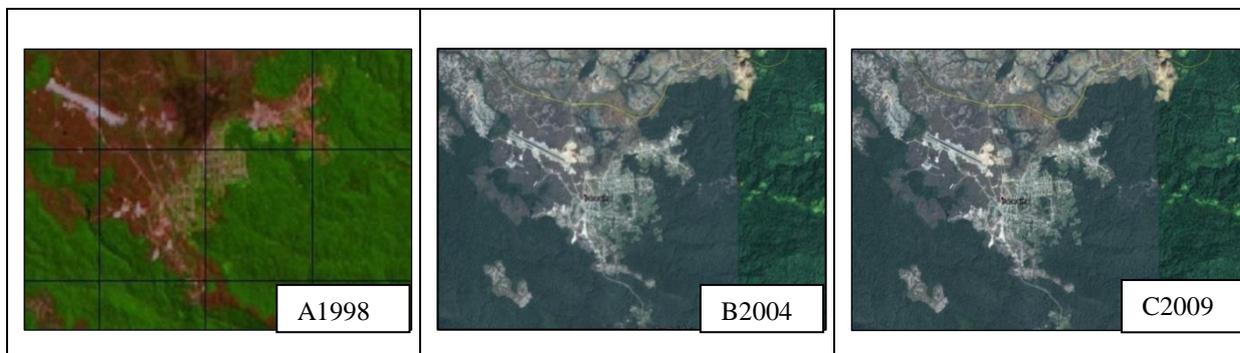
Os campos de poder entendidos como poder emanante das relações sociais quotidianas para as demais escalas de relações e por consequência de poder. A observância das dimensões da produção do espaço da cidade de Pacaraima realizado mediante a revisão integrativa permitirá compreender que as dimensões das práticas sociais e os campos de poder possuem espaços políticos materiais.

Propõe-se em realizar uma análise das principais políticas públicas que recebem repasses do governo federal e suas repercussões enquanto agentes promotores das práticas sociais e dos campos de poder e por sua vez como agentes de produção de espaço em Pacaraima e o federalismo imposto ao local.

As imagens a seguir apontam a evolução socioespacial da área urbana do município de Pacaraima, em três momentos distintos: o ano de 1999, o ano de 2004 e o ano de 2009. As imagens possuem diferenças de cinco anos uma da outra e distinguem momentos da

existência da cidade em 15 anos. Faz-se assim, uma consideração sobre processo de espacialização da cidade com perspectivas de ampliar o debate do desenvolvimento socioespacial e as dinâmicas desse processo.

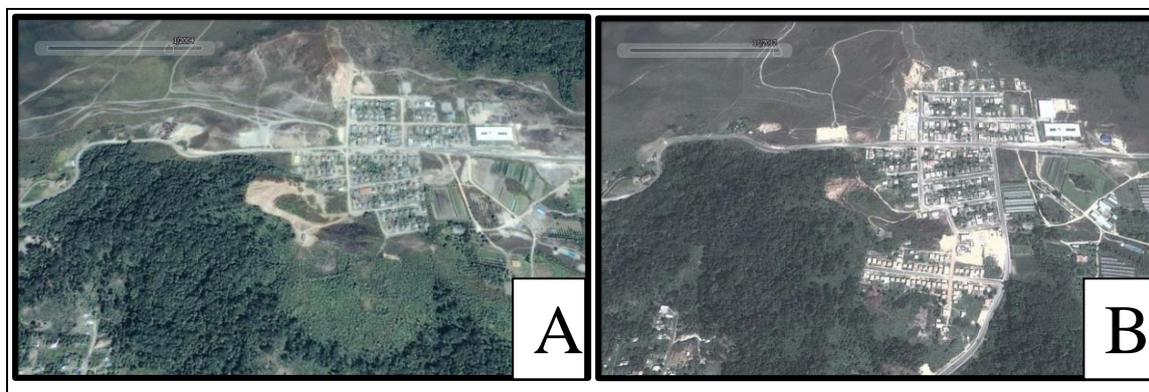
Figura 61 – Imagens da cidade em 1998 a 2004 e 2009.



Fonte: “A” ALMEIDA 2008 e ‘B’ e “C” Rui Guilherme - GOOGLE 2013

No detalhe da imagem da área da cidade, identificada como bairro Suapi fica evidente o processo de espacialização do município e as transformações nas formas e nas estruturas que se materializam pelo tecido material de Pacaraima.

Figura 62 – Imagem do bairro Suapi em dois momentos 2008 e 2014.



Fonte: Rui Guilherme - Google 2013

A análise das imagens acima mostra a evolução do desenvolvimento espacial do município em três períodos, apontando a dinâmica espacial em decorrência das ações, sobretudo das forças verticais e horizontais que repercutem em ações sociais, políticas e econômicas sofridas no espaço em produção. A seguir, pretende-se evidenciar quais as práticas e dimensões sociais que motivam e explicitam o processo de espacialização que se consolida na cidade e nos seus bairros.

6.1 REVISÃO INTEGRATIVA DAS PRÁTICAS SOCIAIS NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA ENTRE 2006 A 2013

Com objetivo de realizar um debate sobre o conjunto de processos sociais recentes na produção do espaço da cidade de Pacaraima, optou-se em realizar uma revisão integrativa com a perspectiva de se esforçar em uma discussão contextual da produção do espaço da cidade, que permita um diálogo com as categorias da produção do espaço a partir de um enfoque fenomenológico no âmbito dos processos sociais e geográficos, a partir da materialidade de Pacaraima e seus múltiplos contextos.

A revisão integrativa, que é um método específico, resume o passado da literatura, com o objetivo de traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema (WHITTEMORE; KNAFL, 2005). No caso optou-se por analisar a percepção do fenômeno da cidade no principal jornal escrito e de grande circulação em Roraima: o Jornal Folha de Boa Vista.

Muito comum nas ciências da saúde, este tipo de pesquisa tem como objetivo fornecer uma compreensão mais abrangente de um fenômeno particular, possibilitando um estudo amplo acerca do tema pesquisado (BROOME, 2000), trata sobre um determinado objeto conforme a ótica de diferentes autores e em distintos momentos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

No processo de revisão de textos jornalísticos fez-se necessária a elaboração de um resumo pautado em diversos tópicos, capaz de criar uma grande capacidade de assimilação do assunto estudado. A revisão dos textos jornalísticos constitui um passo importante para a elaboração do conhecimento acerca da produção da cidade, pois com esse processo busca-se a apreensão dos principais fenômenos sociais percebidos e notificados sobre o tema de pesquisa em curso.

A revisão integrativa da percepção do fenômeno da cidade de Pacaraima no jornal Folha de Boa Vista objetiva-se, a descrever a evolução e dinâmica recente da produção da cidade subsidiando a apreensão do tema. Segundo os autores Whitemore e Knafl (2005) que consideram o aumento das formas de se fazer pesquisas tenham contribuído para a utilização de métodos mais elaborados e rigorosos. Os autores defendem a ideia de que quanto maior o rigor metodológico, maior será a evolução da complexidade nas revisões literárias.

Objetiva-se com adoção da revisão integrativa respaldar a análise da produção do espaço da cidade, compreendendo a dinâmica recente desse fenômeno, abordando processualmente essa história e lógica recente da produção do espaço urbano da cidade de

Pacaraima, como proposta de se obter um recorte temporal do fenômeno, produzido no cerne das relações sociais mediadas pela força do trabalho e da técnica, como já dito.

Orientado por Santos e Lefebvre, pensa-se na produção do espaço como transformação e elaboração permanente das formas espaciais oriundas dos processos e contradições presentes na formação social, que por meio de seu trabalho produz o atual modo econômico e este se acumula no tempo e nos espaços, determinando elaborações e modificações espaciais para acomodar, concentrar e novamente se reproduzir por meio da força de trabalho num processo contínuo de produção espacial da cidade.

O modo capitalista de produção projeta relações de todo tipo sobre o terreno, o qual reage sobre elas, sem que haja correspondência exata, prontamente definida, entre as relações sociais e espaciais (Lefebvre 2006, p. 8). Segue o autor, ele se apropria – subversivamente – do espaço pré-existente, modelado, espacialmente consolidado. Assim, produtivo e produtor, suporte de relações econômicas e sociais – como, por exemplo, as relações de propriedade, a divisão do trabalho, instituições, cultura, saber, etc.

Para (LEFEBVRE, 2006), a reprodução das relações sociais de produção é mais importante que as próprias relações de produção. Elas constituem o processo central e oculto da sociedade capitalista, e esse é um processo essencialmente espacial, essencialmente dialético. Pretende-se assim com o uso de uma revisão integrativa a tarefa pretensa de identificar a prática espacial da produção do espaço em Pacaraima.

Prática espacialengloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, considerando o processo de produção de um espaço social, como instância da sociedade. De acordo com Lefebvre (2006, p. 34), “a prática espacialde uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade é descoberta decifrando seu espaço”.

Assim, para decifrar o espaço da cidade de Pacaraima busca-se na revisão integrativa um ponto de partida a partir dos dados noticiados. Whitemore e Knafl (2005) orientam que a análise dos dados, na revisão integrativa é um grande obstáculo que deve ser superado pelo pesquisador, pois a análise de dados e a síntese nas várias fontes se tornam complexas devido à quantidade de dados que possam aparecer. Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008) para se elaborar uma revisão integrativa relevante é necessário que as etapas a serem seguidas sejam claramente descritas. Para os autores, o processo de elaboração da revisão integrativa encontra-se bem definido na literatura.

Com base nestas discussões, estrutura-se uma abordagem qualitativa e exploratória, cuja finalidade aplicada à realidade se manifestou por meio de uma revisão integrativa dos temas que mais se destacaram segundo as etapas:

Figura 63 - Seis etapas para a elaboração da revisão integrativa

E T A P A S	1a	Identificação do tema e seleção da hipótese ou questão da pesquisa. Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão de hipóteses.
	2a	Estudos/amostragem ou busca na literatura, definição das bases de dados e realização da seleção dos estudos.
	3a	Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados.
	4a	Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa.
	5a	Interpretação dos resultados.
	6a	Apresentação da revisão/síntese do conhecimento, onde deve ser feito um resumo das evidências disponíveis.

Fonte: COUTINHO E SENHORAS (2013)

Tal revisão teve como tema os fatos que foram noticiados no jornal Folha de Boa Vista no período de 2006 a 2014. Com intuito de identificar as práticas sociais e espaciais, foram realizadas pesquisas no sítio da Google com os termos: Pacaraima "folha de boa vista" site: folhabv.com.br. A delimitação do ano de início das buscas se dá em virtude de ser esse o ano o início da digitalização do referido diário jornalístico.

Seguindo este critério foram localizadas 7.520 ocorrências. Depois do refinamento foram selecionado 532 citações divididas em 7 variáveis conforme quadro a seguir (Figura 61). A tabulação dos episódios mais recentes noticiados pelo jornal Folha de Boa Vista colaborou com apreensão da produção do espaço da cidade.

Figura 64 - Dimensões (aspectos) das práticas sociais

VARIÁVEIS IDENTIFICADAS	%	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
CULTURA	35	1	5	11	30	29	18	34	58	186
SEGURANÇA PÚBLICA	21	1	0	1	16	21	20	19	31	109
RELAÇÃO DE FRONTEIRA	17	5	0	9	13	10	13	13	28	91
SAÚDE E MEIO AMBIENTE	12	0	1	0	8	6	16	13	21	65
INFRAESTRUTURA	7	1	0	1	6	9	8	4	8	37
ECONOMICA	4	0	0	1	7	6	2	2	4	22
POLÍTICA	4	0	0	1		5	3	2	11	22
TOTAL	100	7	6	13	50	57	62	53	103	532

Fonte: RAPOSO (2014), baseado em SENHORAS (2013)

A partir da busca e tabulação identificou-se as práticas sociais que foram agrupadas

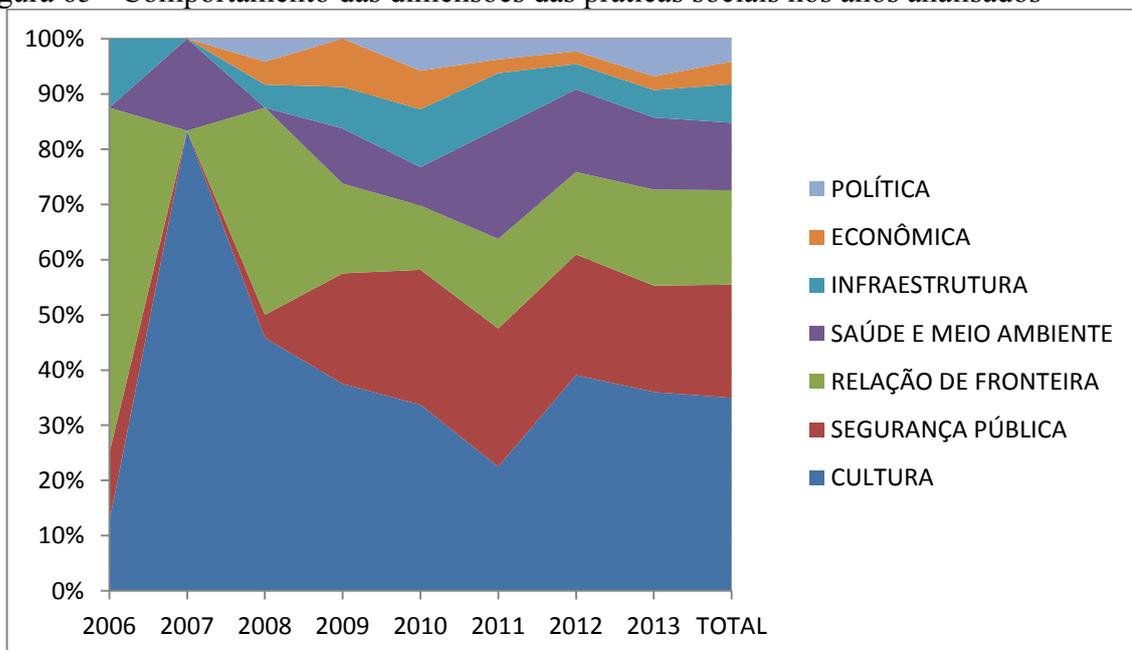
em 7 variáveis evocando seus aspectos de: cultura; segurança pública; relação de fronteira; saúde e meio ambiente; infraestrutura; econômico e político. O quadro acima mostra a ocorrência de notificações nos anos analisados e o percentual de cada variável em relação ao número total de ocorrências consideradas.

Com base nas dimensões e aspectos mais noticiados, pode-se dizer que as práticas sociais ligadas à produção do espaço da cidade de Pacaraima, nos últimos anos, evidenciam o poder da cidade como importante polo cultural que dinamiza outras práticas sociais ligadas ao tema, tais como os processos de educação e movimentação de uma quantidade significativa de turistas atraídos pela geografia da cidade e os movimentos de cultura.

A análise permite afirmar que há grande movimentação de pessoas, ideias, valores, etc., deixando evidente que o aparato de segurança pública seja mais acionado e noticiado. Quanto à relação de fronteira, é responsável pela maior dinâmica dos aspectos das práticas sociais que repercutem em outras dimensões como infraestrutura, economia e política. A figura a seguir faz um detalhamento de cada dimensão.

A partir dessas considerações foi possível perceber que as práticas sociais noticiadas revelam os aspectos de mais predominância na produção do espaço da cidade conforme gráfico a seguir.

Figura 65 - Comportamento das dimensões das práticas sociais nos anos analisados



Fonte: RAPOSO; SENHORAS (2014)

Figura 66 - Detalhamento das dimensões das práticas sociais mais noticiadas

CULTURA - nas práticas sociais as notícias ligada aos aspectos culturais são as que mais se destacam. Cidade além do elo Brasil e Venezuela abriga uma enorme diversidade marcada pela cultura indígena das diversas etnias e ainda as fortes influências de migrantes de várias regiões do Brasil que vivem ali. Esse contexto das práticas sócio/espaciais movimenta o turismo, um dos elementos que mais ocorreu na dimensão dessa prática na revisão integrativa. O movimento turístico abrange movimentos entre os dois países, festas tradicionais como a “Micaraima” e a festa de São Jose, além de movimentos pendulares de férias e veraneio. O contexto da diversidade cultural floresce os embates e manifestações por afirmações de pertencimento e de posse entre indígenas e não indígenas. A esse respeito registrou que os recentes processos de manifestação de julho 2013 ocorrido em todo país, teve pelo menos duas ocorrências na cidade. Fazem parte dessa variável as notícias ligadas à educação formal e não formal, incluindo educação básica superior para as populações da cidade e indígenas, há ainda a condição de movimentos de indígenas na produção cultural nos dois países.

SEGURANÇA - foram consideradas nessa variável as ações e reações de violência incluindo roubo a banco, de carro, ações de tolerância zero da Polícia Federal, violência urbana relacionada a conflitos de jovens, violência doméstica, violência contra a mulher e a criança, ações afirmativas do poder público em todas as esferas da segurança urbana, roubos à mão armada, sequestros, assassinatos, ação militar do Exército Brasileiro, Polícia Estadual, PEFRON e as Operações Ágata e Sentinela.

RELAÇÃO DE FRONTEIRA - essa variável marca o encontro entre Brasil e Venezuela, a relação entre os países e tudo que ela representa incluindo a corresponsabilidade por boa parte da dinâmica socioespacial em Pacaraima; salienta-se a instalação do complexo aduaneiro, a existência do discurso do debate bilateral, associado ao comércio e comércio formiga, trocas cambiais, atração de turistas, controle de circulação de fronteira, contrabandos de combustíveis, bebidas, medicamentos de venda controlada, anabolizantes entre outros fármacos como abortivos e inibidores de apetite. O tráfico de drogas, armas, animais silvestres, crianças e mulheres também é registrado sendo a cidade a conexão com o Caribe, América Central e do Norte e também com a Europa. Os registros apontaram o uso da localidade como rota de fuga para criminosos dos dois países e ainda o movimento de migrantes ilegais. O comércio de vestuários, alimentos, combustíveis, eletrodomésticos e eletrônicos, bebidas, materiais de construção entre outros registra um enorme fluxo na relação de fronteira. Ocorrem ainda relações de paradiplomacia entre as duas cidades com projetos que envolvem intercâmbios educacionais, culturais e políticos no estabelecimento de relações de solidariedade entre as cidades irmãs.

SAÚDE E MEIO AMBIENTE - perpassam por essa questão a problemática ambiental dos resíduos sólidos urbanos no que tange à produção e à deposição dos resíduos; do saneamento e sua implementação frente aos desafios do sítio urbano; das queimadas que embora ocorram na maioria das vezes longe da cidade, mas no perímetro municipal, se espera que emane alguma providência; questões de saúde pública como controle de endemias, epidemias e vetores; de vigilância sanitária no controle de pragas, endemias e epidemias ligadas a produtos orgânicos animal e ou vegetal; ações para controle de doenças infecciosas como chicoyinha e o transmissão do vírus HIV, por exemplo; questões de extração de minerais em garimpo clandestino; acidentes envolvendo turismo de aventura na região e ainda a questão do cemitério municipal longe do perímetro urbano, em função das condições geomorfológicas do sítio da cidade.

INFRAESTRUTURA – As noticiais das práticas sociais evidenciaram a BR 174 e suas periódicas obras de manutenção; os serviços de telefonia celular; a criação da agência INSS, perda de moradias; questões de energia elétrica, criação da agência da Caixa Econômica, exclusão de terra, redução FPM, criação do matadouro, questões do linhão de energia e as terras indígenas, fornecimento e falta de energia, imóveis abandonados, programa Minha Casa Minha Vida, Internet da Venezuela, uso de terras do bairro Orquídeas, lotes Receita Federal e agriculturafamiliar.

ECONÔMICA – Abarca questões relativas aos setores primário, secundário e terciário e sua repercussão na produção do PIB da cidade. Analisa-se também o peso da economia pública, do contracheque e dos repasses governamentais. Evidencia-se a o fato de recolhimento próximo de zero em relação aos tributos. A economia da cidade é considerada, também, evidenciando o turismo e a relação com a fronteira além da atuação das cooperativas de taxistas, do comércio local e da produção de orgânicos.

POLÍTICA - Posse e afastamento de prefeitos, normatização da administração municipal, processos de corrupção intercâmbios políticos em âmbito nacional e internacional. Salienta-se o desafio posto ao executivo municipal frente aos conflitos analisados nas outras dimensões.

O gráfico da Figura 45 colabora com a visualização do comportamento das práticas sociais ao longo dos últimos anos e ajuda a apreender a preponderância das dimensões em cada ano e no contexto global da análise. As dimensões sociais definidas e apresentadas a partir da revisão integrativa constituem parte do processo de análise da dinâmica socioespacial da cidade, identificando a natureza fenomenológica da produção do espaço, considerando as práticas sociais ali empenhadas.

6.2 ESPAÇO DA CIDADE DE PACARIAM COMO CAMPO DE PODER DAS DIMENSÕES DAS PRÁTICAS SOCIAIS

A materialidade da cidade de Pacaraima decorre das práticas socioespaciais que ao longo do tempo resultam nos aparelhos, objetos, coisas, enfim, no espaço geográfico da cidade. Far-se-á aqui, portanto, um esforço em dimensionar o resultado dessas práticas e seus desdobramentos por meio de construção de mapas temáticos em cada dimensão, compreendendo o campo de poder de cada uma delas.

Toma-se como referência o conceito de “campo” alicerçada em Denise Maria de Oliveira Lima³⁰ (2010) que ao trabalhar temática identifica Pierre Bourdieu³¹ (1930-2002) em suas investigações sobre o sistema escolar francês, a formação das elites intelectuais, a percepção artística e as formas de consumo estético e, principalmente, sobre o processo de autonomização do campo literário, desenvolve o conceito de *campo intelectual* que marca uma ruptura na sociologia da cultura.

Segundo a autora (LIMA, 2010), Bourdieu sustenta que um criador e sua obra são determinados pelo sistema das relações sociais, nas quais a criação se realiza, como um ato de comunicação e pela posição que o criador ocupa na estrutura do campo intelectual - este irreduzível a um simples agregado de agentes ou instituições isoladas. O campo intelectual, ao modo do campo magnético, constitui um sistema de linhas de força: os agentes e instituições estão em uma relação de forças que se opõem e se agregam, em sua estrutura específica, em um lugar e momento dados no tempo.

Os campos são então resultantes da diversidade e pluralidade próprias do mundo social e são espaços de práticas específicas, relativamente autônomo, dotado de uma história

³⁰Psicanalista, membro do Círculo Psicanalítico da Bahia, mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA) e doutora em Ciências Sociais (UFBA).

³¹BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 disponível em: http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/94143/mod_resource/content/1/Bourdieu%20-%20O%20Poder%20Simb%C3%B3lico.pdf

própria; caracterizado por um espaço de possíveis, que tende a orientar a busca dos agentes, definindo um universo de problemas, de referências, de marcas intelectuais- todo um sistema de coordenadas (LIMA, 2010).

O campo é estruturado pelas relações objetivas entre as posições ocupadas pelos agentes e instituições que determinam a forma de suas interações; o que configura um campo são as posições, como espaço de posições dos agentes e das instituições que nele estão situados, que, a depender do peso e do volume global dos capitais que possuem, são distribuídas em posições dominadas e dominantes. Os mais importantes em nossa cultura: o capital econômico, o capital simbólico e o capital cultural (BOURDIEU, 1989).

Tomam-se as formulações dos autores sobre a cultura e sobre campo intelectual para introduzir a análise que virá, na qual, ao se evidenciar as dimensões das práticas sociais pretende-se salientar as relações de poder, que se traduzem em uma oposição de forças, distribuídas entre posições dominantes e posições dominadas, segundo o capital simbólico, econômico e cultural dos agentes e instituições (BOURDIEU, 1989)

Para tanto se faz necessário uma abordagem do campo do poder na perspectiva geográfica da produção do espaço. Segundo Rafestin (1993), o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação, quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. Assim, o campo do poder decorre de um processo relacional donde suas forças são emanadas e exercidas.

Influenciado por Foucault (1926 -1984), Rafestin (1993) fez as seguintes proposições sobre a natureza do poder: 1) poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2) as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas; 3) o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; 4) as relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5) onde há poder, há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder.

O autor entende poder como multidimensional, emanante das relações quotidianas para as demais escalas de poder. Toda relação é o ponto de surgimento do poder, isso fundamenta a sua multidimensionalidade. Na observância das dimensões da produção do espaço da cidade de Pacaraima e das práticas de relações dentro e fora delas obtém-se uma compreensão de sua condição relacional de exercício de poder na produção material da cidade.

Como campos de poder as dimensões possuem seus trunfos, ou seja, os seus espaços materiais e espaços políticos, e porque não dizer de seus territórios. Nessa perspectiva a produção espacial é a própria reprodução das relações sociais nos campos de poder que ao realizar sua existência por meio dos seus agentes produzem relações socioespaciais delimitando seu campo de poder.

A produção das relações socioespaciais se dá em virtude dos atores dentro de cada campo de poder. São os atores que procederão a repartição dos espaços e subespaços, gerando implantação de nós e a construção de redes. O que se poderia chamar de "essencial visível" das práticas espaciais, ainda que seja malhas, nós e redes não são sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões (RAFESTIN, 1993).

Nesse contexto o autor esclarece que toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma "produção territorial" que faz intervir tessitura, nó e rede. Deve-se admitir que exista uma infinidade de campos de poder num sistema social, em razão da multiplicidade de relações possíveis havendo, portanto, uma infinidade de territórios, já que há uma infinidade de comportamentos e sistemas de ações dentro e fora dos campos de poder.

O sistema territorial é composto por sistemas objetivos e de ações, conhecimentos e práticas que são: sistemas econômicos, sistemas políticos, sistemas sociais, sistemas culturais e por elementos do espaço superfície, pontos e linhas conforme Figura 64:

Figura 67 – Sistema territorial

Sistema de objetivos e de ações Conhecimentos e Práticas Elementos do espaço	Econômicos	Políticos	Sociais	Culturais
	Superfícies	Tessituras	Idem	Idem
Pontos	Nós	Idem	Idem	Idem
Linhas	Redes	Idem	Idem	Idem

Fonte: RAFESTIN (1993)

O quadro do acima resume a produção territorial, mas não a explica havendo necessidade de ampliar o processo de compreensão sobre o complexo sistema de relações e comunicações entre os modos de produção. Concordando com as formulações de Rafestin, em que toda a produção espacial é também uma produção territorial, entende-se que as dimensões que produzem os espaços da cidade de Pacaraima sejam territórios das práticas de seus atores.

No entanto, considerando a profundidade do conceito de território e suas profundas estruturas e relações de poder ao se analisar essas dimensões de produção espacial não se realizará uma análise de seus territórios e todos os complexos que os envolvem. Assim, entende-se a produção do espaço mediante a compreensão das relações socioespaciais.

Na perspectiva da análise socioespacial da produção espacial e dos campos de poder salienta-se o papel de seus agentes. È por meio deles que os campos manifestam suas dinâmicas e estratégias no processo contínuo de produção espacial.

6.3 AGENTES SOCIAIS

Os agentes/atores sociais (CORRÊA, 2000), ou atores (RAFESTIN 1993) ou ainda *stakeholders*³² são grupos de pessoas, classes sociais ou instituições que atuam intencionalmente na produção do espaço de maneira direta ou indireta, por meio de relações complexas e conflituosas nos campos de poder em um determinado contexto históricosociopolítico.

Segundo Corrêa (2000), os atores sociais ou agentes sociais que produzem o espaço e disputam territórios se classificam em cinco grupos: os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e seu aparato jurídico-legal e técnico; e os grupos sociais excluídos, aqueles que estão à margem do capitalismo.

Para esse autor, entre esses grupos, pode-se considerar que os três primeiros produzem e consomem o espaço, mediante negociações dos acúmulos e produção de excedentes, o quarto atua como força de mediação, embora procure favorecer os três anteriores e o último grupo representa aqueles que consomem os excedentes.

São os diferentes atores sociais, mediante técnicas e funções normativas que articulam políticas públicas e de governo no âmbito federal, estadual e municipais que têm como objetivo garantia do direito à cidade. Nesse sentido as políticas públicas se convertem também em instituições/atores/agentes/stakeholders, quando se trata de órgãos da administração pública, instituições representativas do Estado e privadas, que incluem empresas, empreendedores imobiliários e industriais entre outros.

Nota-se que as políticas públicas têm sua aplicação mediante as ações de planejamento dos poderes públicos nas suas diferentes esferas. Ao considerar-se a cidade de Pacaraima, as dimensões das práticas sociais apuradas e seus respectivos campos de poder,

32 São grupos sociais ou instituições que exercem pressões e forças na dinâmica social, não sendo apenas agentes físicos, mas instituições e ações. LIMONAD; HAESBAERT; MOREIRA (2004).

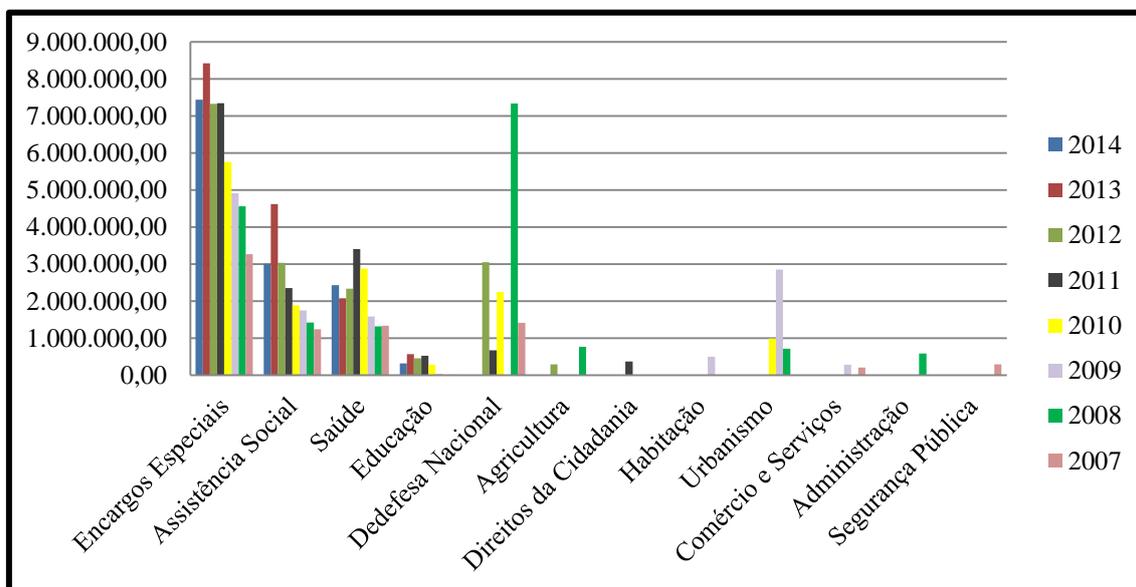
reconhece-se a falta de um instrumento de política, gestão e planejamento urbano que resulte da ação intencional de agentes sociais locais.

As políticas públicas realizadas na cidade impactam as dimensões das práticas sociais, decorrem de decisões tomadas distantes da cidade, deixando claro o poder das ações de verticalidades na constituição dos stakeholders locais, nos quais, o de maior preponderância é o Estado em sua esfera federal.

A cidade é o espaço de reprodução do capital e o *locus* da concentração dos meios de produção e de pessoas ligadas à divisão da técnica social do trabalho, articulada aos processos produtivos, além de lugar onde se concentram os instrumentos de produção, serviços, mercadorias, infraestruturas, trabalhadores e reserva de mão de obra (CARLOS, 2008). A produção espacial Pacaraima atende, então, nessa ótica a reprodução do capital, cujo Estado, em sua esfera federal, por meio de suas políticas públicas constitui-se no seu principal agente promotor e articulador.

Considerando o período da análise integrativa e o debate proposto até o momento, torna-se possível identificar as áreas que receberam transferências financeiras para a implementação de políticas públicas conforme gráfico (Figura 65) a seguir:

Figura 68 - Transferências financeiras por área de 2007 a 2014



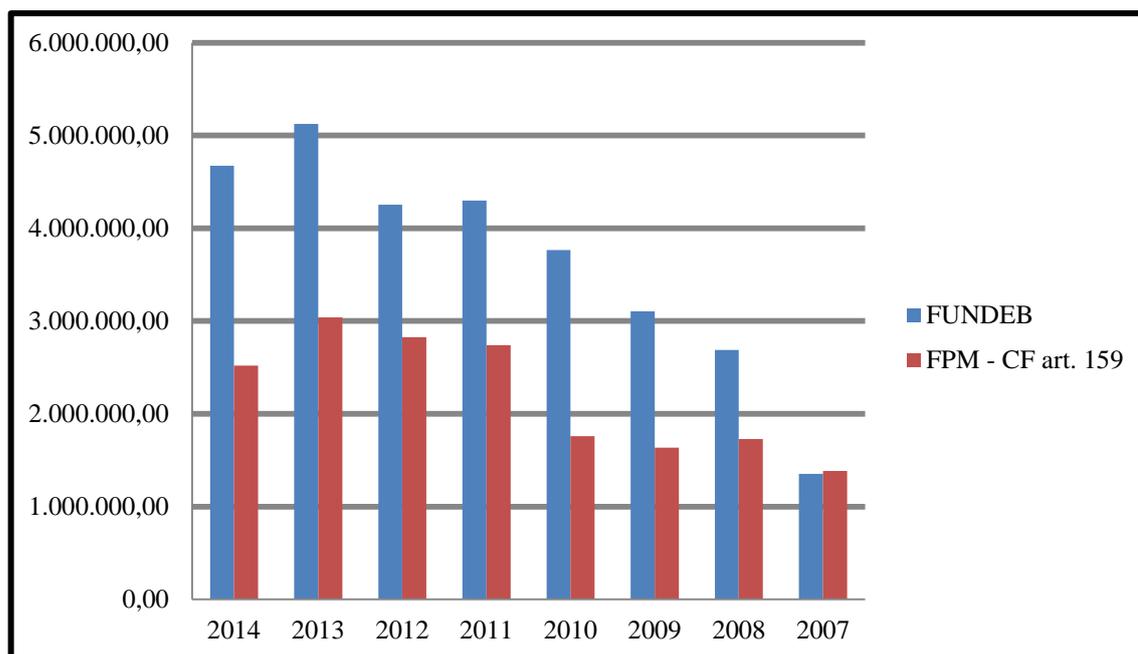
Fonte: RAPOSO e SENHORAS. Dados do portal transparência, 2014. Obs.: dados de 2014 são parciais.

Segundo informações do portal da transparência, os repasses de Pacaraima foram feitos para: encargos especiais, assistência social, saúde, educação, defesa nacional, agricultura, direitos da cidadania, habitação, urbanismo, comércio e serviços, administração,

segurança pública, respectivamente, em que é possível notar que as transferências se concentram, em todos os anos, nas cinco primeiras áreas.

Os Encargos Especiais constituem as políticas públicas dos fundos: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159) como as políticas pública de mais relevância, havendo uma preponderância de maior valor para o FUNDEB. Compõem essa área, ainda, as transferências da Cota-Parte do Salário- Educação (Lei nº 9.424, de 1996 – Art. 15); Auxílio Financeiro aos Municípios; Transferências do Fundo Especial dos Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º); Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis; Transferência a Estados; Distrito Federal e Municípios para Compensação de Isenção do ICMS aos estados Exportadores, Auxílio Financeiro aos Entes Federados Exportadores e Transferência do Imposto Territorial Rural.

Figura 69 - Repasse de encargos especiais: FUNDEB e FPM em milhões de reais

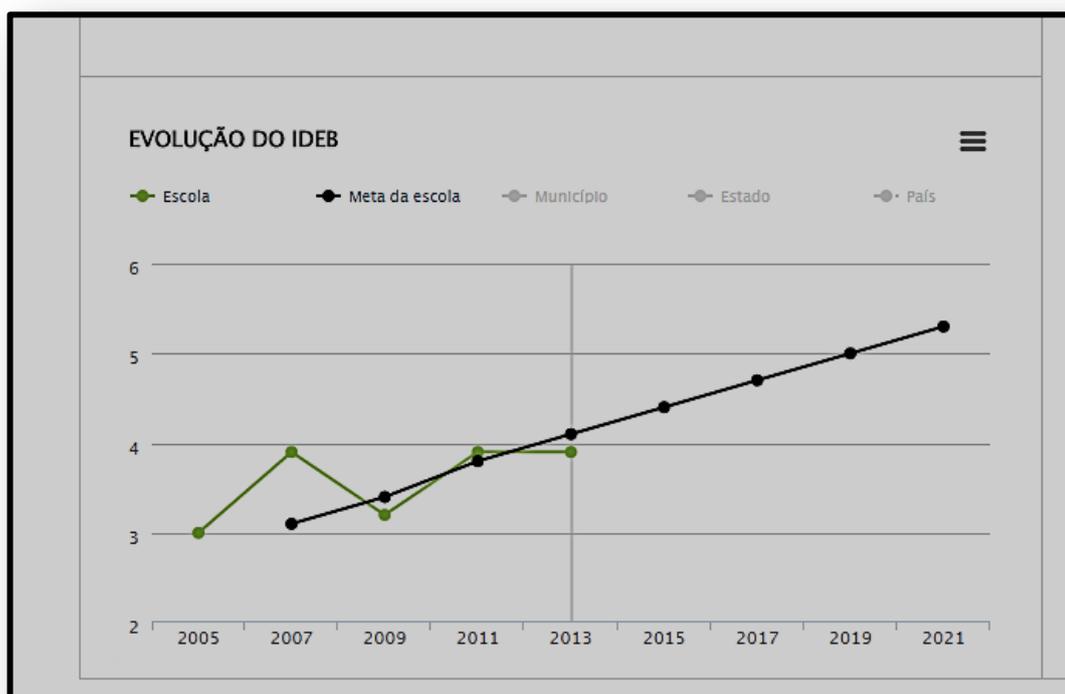


Fonte: RAPOSO e SENHORAS. Dados do portal da transparência, 2014. Obs: dados de 2014 são parciais.

A maior parte dos repasses realizados para a cidade é de encargos especiais provenientes do FUNDEB e do FPM. No gráfico é possível observar que a maior parte desse repasse destina-se à educação, o que a torna relevante para a reprodução das relações sociais e espaciais na cidade. O volume do repasse a essa área pressupõe um mecanismo de gestão local que garanta a efetividade da educação básica no município.

No entanto, tomando como exemplo a escola municipal Cassimiro de Abreu, observa-se que esta não alcançou a nota 6,0 e nem atingiu sua meta que era a nota de 4,1 nas séries iniciais no ano de 2013. Essa situação é um alerta, pois correspondem a escolas que não atingiram a meta e nem melhoraram seu índice. Indica que a escola precisa melhorar a sua situação para garantir uma educação adequada aos jovens.

Figura 70 - Evolução do IDEB da Escola Municipal Cassimiro de Abreu



Fonte ideb/enep 2013

Percebe-se que embora seja robusto volume de repasse, sua aplicação não representa necessariamente que a função da política pública seja cumprida de acordo com seus fins. Na perspectiva da política, agente de produção espacial, pode-se dizer que cumpre sua função, no entanto, as relações de reprodução social serão influenciadas por cidadãos malformados que repercutirão sua pouca ou insuficiente instrução na conformação espacial da cidade.

Quanto ao FPM sua aplicação é feita exclusivamente pelo poder executivo municipal, não havendo mecanismos claros e democráticos de acompanhamento e de fiscalização sobre a sua aplicação e uso. Corresponde ao repasse que tem por função manter a infraestrutura municipal com suas instituições e seus servidores, assim como, os equipamentos, insumos e

suplementos. Possui impacto direto no espaço da cidade, pois são as ações do governo municipal que hierarquizam todo e qualquer processo de produção espacial municipal.

À área de assistência social constituem as políticas públicas: Serviços de Proteção Social Básica - PAIF e CRAS; Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS; ações complementares de proteção social básica de apoio à organização, à gestão e à vigilância social no território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; serviço de apoio à gestão descentralizada do programa Bolsa Família e apoio à manutenção da Educação Infantil.

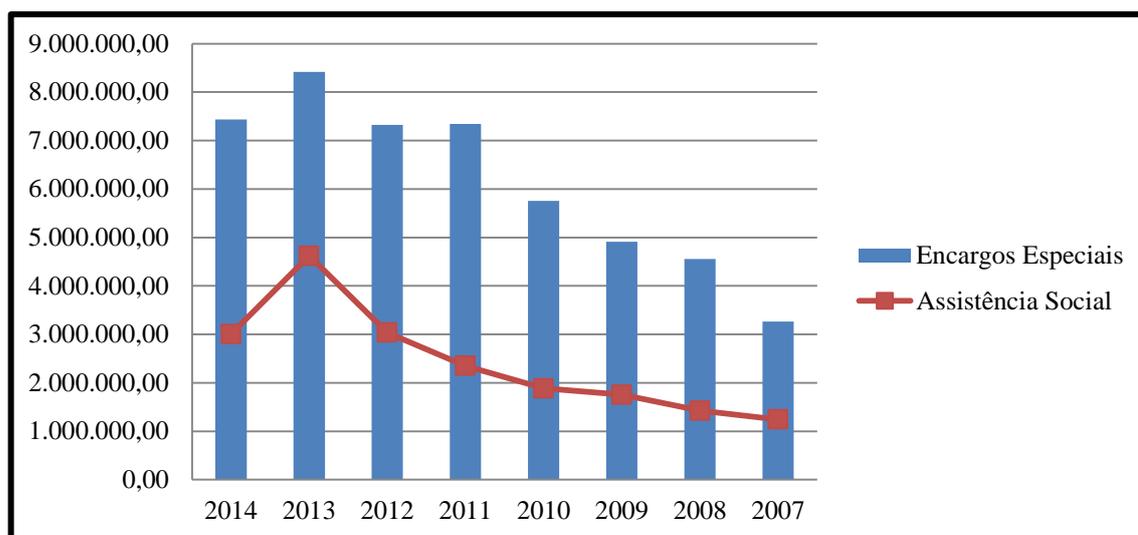
Dentre as políticas citadas merecem atenção o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS. O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva destas, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto a direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS.

O CRAS é a estrutura física onde o serviço PAIF é executado, sendo a unidade pública estatal de referência da rede de proteção social básica e é descentralizada da política de assistência social, sendo responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Representa a principal estrutura física local para a proteção social básica, desempenha papel central no território onde se localiza, possuindo a função exclusiva da oferta pública do trabalho social com famílias por meio do serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF) e gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica.

O PAIF por meio do CRAS tem como objetivos: fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; promover aquisições sociais e materiais às famílias e às comunidades, potencializando seu protagonismo e sua autonomia e promover o acesso a benefícios, a programas de transferência de renda e a serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

Figura 71 - Comparativo de transferência a encargos especiais e à assistência social



Fonte: RAPOSO e SENHORAS. Dados do portal transparência, 2014. Obs.: dados de 2014 são parciais.

As transferências para a assistência social variou entre um milhão e meio no ano de 2007 e quatro milhões e meio para o ano de 2013, constitui a segunda área que mais recebe recursos considerando os encargos especiais que são divididos pelo FUNDEB e FPM. Merecem destaque, ainda, a política do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos como: violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, etc, bem como, a política de serviço de apoio à gestão descentralizada do programa Bolsa Família.

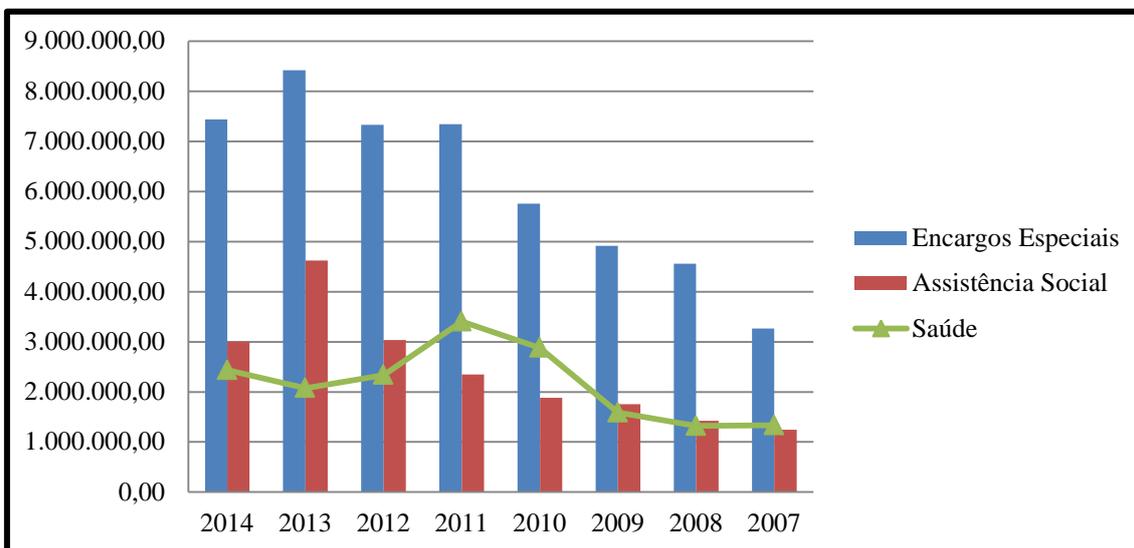
Os repasses de transferências para assistência social possuem relevância na produção do espaço, pois além de garantir direitos, eles asseguram um significativo aumento de renda e de poder de consumo que permitem acessos a créditos, aquecem o comércio local e por conseqüente, a produção espacial decorrente dessas práticas.

Embora o controle de aplicação dessas políticas públicas fique a cargo do governo federal por meio do Conselho Nacional de Assistência Social, o qual promove processos de conferências, como mecanismo de avaliação e reprogramação das ações, há um uso da aplicação dessas políticas, com intuito de aumentar a popularidade das lideranças locais.

Na área de saúde as políticas estão relacionadas ao Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família; a construção e ampliação das Unidades Básicas de Saúde – UBS, a estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde; ao piso de atenção básica fixo; ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu 192; ao incentivo financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios para a vigilância em saúde; à promoção da assistência farmacêutica e insumos estratégicos na atenção básica em saúde; à segurança alimentar e

nutricional na saúde; à vigilância sanitária de produtos, serviços e ambientes, tecidos, células e órgãos humanos e ao incentivo financeiro para execução de ações de vigilância sanitária.

Figura 72 - Comparativo de transferências a Encargos Especiais, Assistência Social e à Saúde



Fonte: RAPOSO e SENHORAS. Dados do portal transparência, 2014. Obs.: dados de 2014 são parciais.

As políticas públicas de saúde em Pacaraima receberam no período analisado valores que oscilam entre 1,5 milhão, no ano de 2007 a 3,5 milhões no ano de 2011, anos de menor e maior repasse, respectivamente. No gráfico Figura 69 é possível visualizar e comparar os valores transferidos em relação aos repasses das áreas de Encargos Especiais e Assistência Social.

Considerando a pequena e ineficiente infraestrutura estadual para saúde, os repasses feitos à Pacaraima são de suma importância na sedimentação de uma política pública de saúde no atendimento amplo da população, salienta-se, ainda, os investimentos na vigilância sanitária ambiental, no acesso a medicamentos e tratamentos para doentes crônicos, à segurança alimentar e a serviços de socorro e emergência.

Como agente de produção espacial, tal política pública, não só colabora com reprodução espacial como o qualifica seu grau de salubridade. O ministério da Saúde tem ampliado as ferramentas de controle e transparência para permitir que o cidadão acompanhe a aplicação dos recursos na saúde, quanto aos percentuais de aplicação na área, determinados pela Emenda Constitucional - EC 29/2000. Essa Emenda Constitucional define que a União deve aplicar na saúde o mesmo valor destinado ao orçamento no ano anterior mais a variação nominal do PIB. Já os estados e o DF devem investir 12% de sua receita própria, enquanto os municípios devem aplicar o mínimo de 15%.

Desde 2013, estados e municípios devem, obrigatoriamente, informar os gastos com saúde no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS). Neste ano, os gestores têm até o dia 30 de janeiro para publicar no SIOPS suas receitas e despesas em saúde para não sofrer penalidades, tal como a suspensão dos repasses.

As políticas para área de educação compreendem a implantação de escolas para educação infantil, apoio à alimentação escolar da educação básica, de acordo com o Plano Nacional de Alimentação Escolar e à transferência de dinheiro direto para a escola da educação básica do Programa Dinheiro Direto na Escola– PDDE.

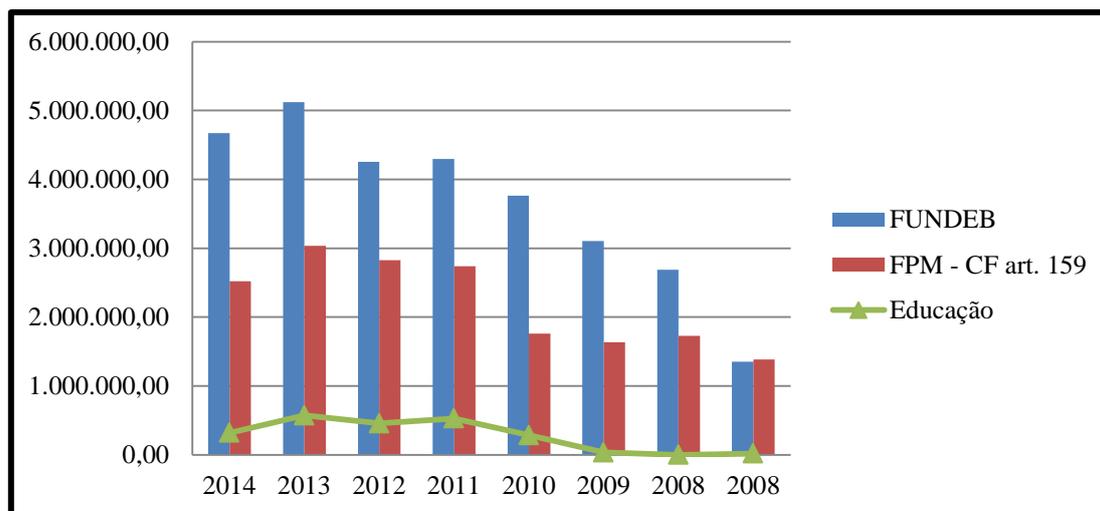
Além das referências do FUNDEB provenientes dos fundos especiais à educação, recebe transferências estruturantes da política de educação e de suas modalidades e níveis. Essas transferências constituem também de um processo de descentralização da gestão financeira, fazendo com que verbas específicas para determinados setores educacionais cheguem à escola sem a interferência do governo estadual.

Programas de cultura, esportes, educação ambiental e ampliação de jornada escolar, fazem com que as escolas recebam dinheiro diretamente, estruturando, modificando, qualificando os espaços escolares. Essas políticas têm forte impacto na produção dos espaços do entorno escolar e, conseqüentemente, produzem e reproduzem o espaço urbano.

No processo de produção espacial, a política de educação ambiental pode exemplificar a construção de espaços escolares sustentáveis. A escola é o território da prática, de geração e construção de um saber pretensamente sustentável.

Considerando os volumes das transferências é possível observar na comparação entre os volumes do FUNDEB e as transferências para educação. O volume é robusto não se traduzindo, no entanto, numa eficiente política em Pacaraima, quando analisamos seu IDEB.

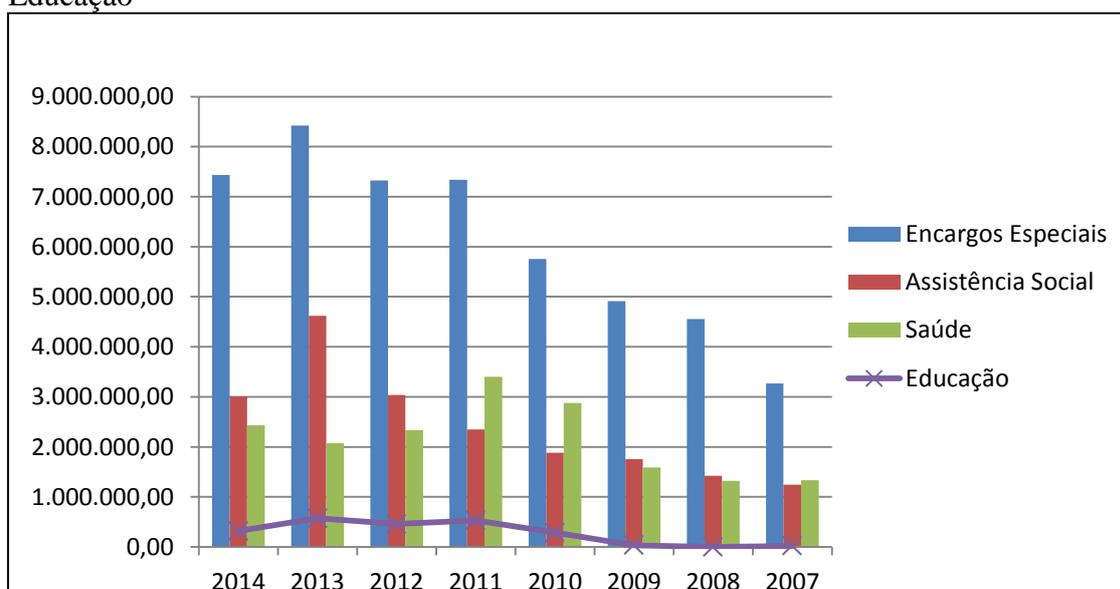
Figura 73 - Comparativo entre os repasses para FUNDEB, FPM e Educação



Fonte: RAPOSO e SENHORAS. Dados do portal da transparência, 2014. Obs.: dados de 2014 são parciais.

Na análise das transferências de recursos para educação observa-se ainda a ascendência da linha indicando um aumento dos valores transferidos ao longo dos anos. Embora seus valores não ultrapassem a meio milhão de reais/ ano, conforme Figura 53, que pode ser considerado um valor pequeno, a transferência tem forte impacto no espaço escolar. É como base nessas transferências que devem ou deveriam ocorrer reformas, adaptações e melhorias nos ambientes escolares.

Figura 74 – Comparativo dos repasses: Encargos Especiais, Assistência Social, Saúde e Educação



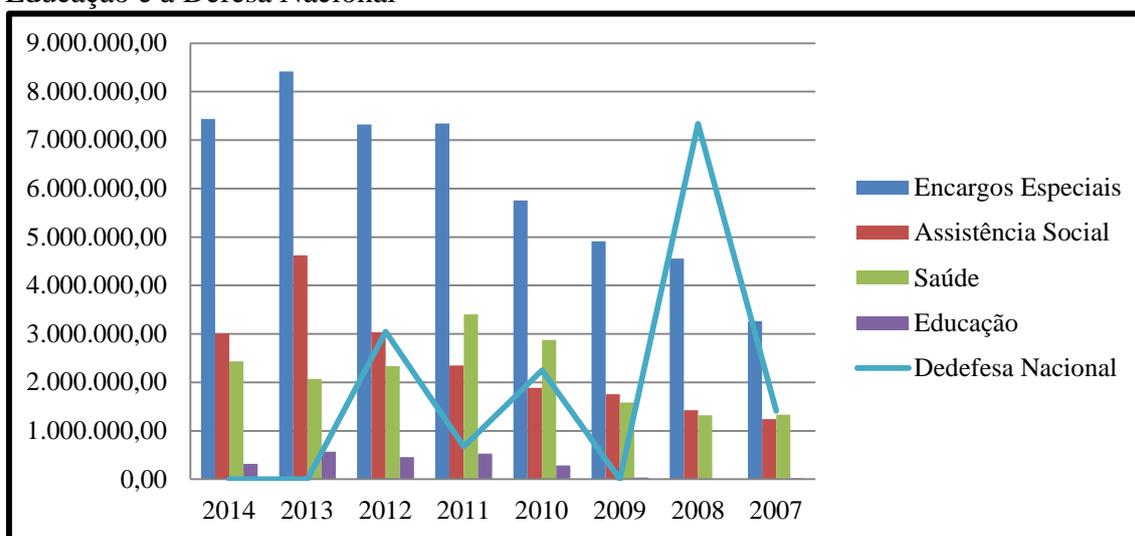
Fonte: RAPOSO e SENHORAS. Dados do portal transparência 2014. OBS: dados de 2014

Quanto às reformas e adaptações, são obras de acessibilidade, de economia no uso dos recursos de energia e água, nos processos democratização dos espaços escolares de construções adaptadas às condições climáticas e ainda a implantação e manutenção de hortas e jardins escolares atendendo as especificidades de cada ambiente.

As transferências para as ações de defesa nacional direcionadas à Pacaraima, no contexto do Programa Calha Norte (PCN) - visam promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais e o meio ambiente, em harmonia com os interesses nacionais.

Nessa lógica um dos objetivos principais do PCN é contribuir para a promoção do desenvolvimento regional, sendo, portanto uma política de alto impacto na produção do espaço da Amazônia setentrional, incluindo Pacaraima. O PCN tem por objetivo principal o aumento da presença do poder público na sua área de atuação, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às populações e fixando o homem na região.

Figura 75 – Comparativo dos repasses a Encargos Especiais, à Assistência Social, à Saúde, à Educação e à Defesa Nacional

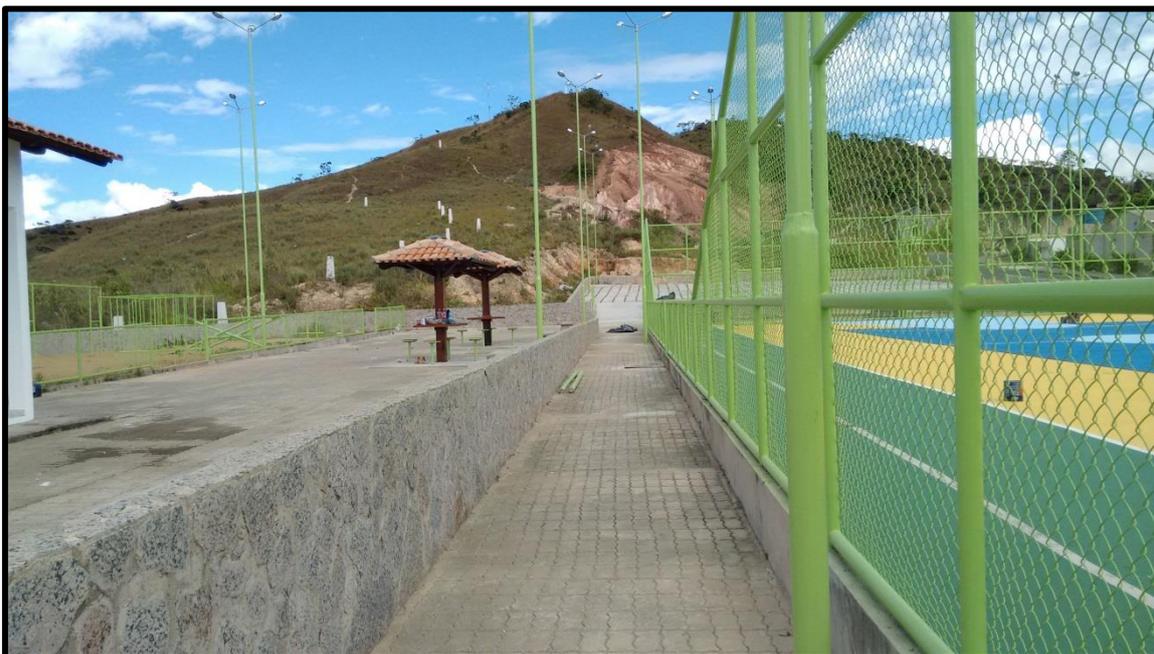


Fonte: RAPOSO e SENHORAS baseado nos dados do portal da transparência, 2014. Obs.: dados de 2014 são parciais

Na Figura 75 é possível observar que os repasses feitos à defesa em Pacaraima obtiveram maiores transferências nos anos de 2007 e 2008, aumentando em 2010 e 2012. Seus repasses preconizam a assistência às populações e promoção do desenvolvimento sustentável; ocupações estratégicas; integração da população à cidadania e ao conjunto nacional; melhoria do padrão de vida das populações; modernização do sistema de gestão municipal da área de e fortalecimento das atividades econômicas da área de atuação do PCN.

O alcance social do PCN nasce de um programa que colabora com a produção e reprodução do espaço em Pacaraima, colaborando com os processos de gestão municipal, manutenção da BR174, obras de saneamento, assistências técnica e profissional nas áreas de saúde e segurança. Na foto (Figura 76) é possível observar a construção da praça poliesportiva no bairro Suapi. Chama a atenção na área elevada, atrás da praça os marcos brancos de fronteira e também processo erosivo ao fundo.

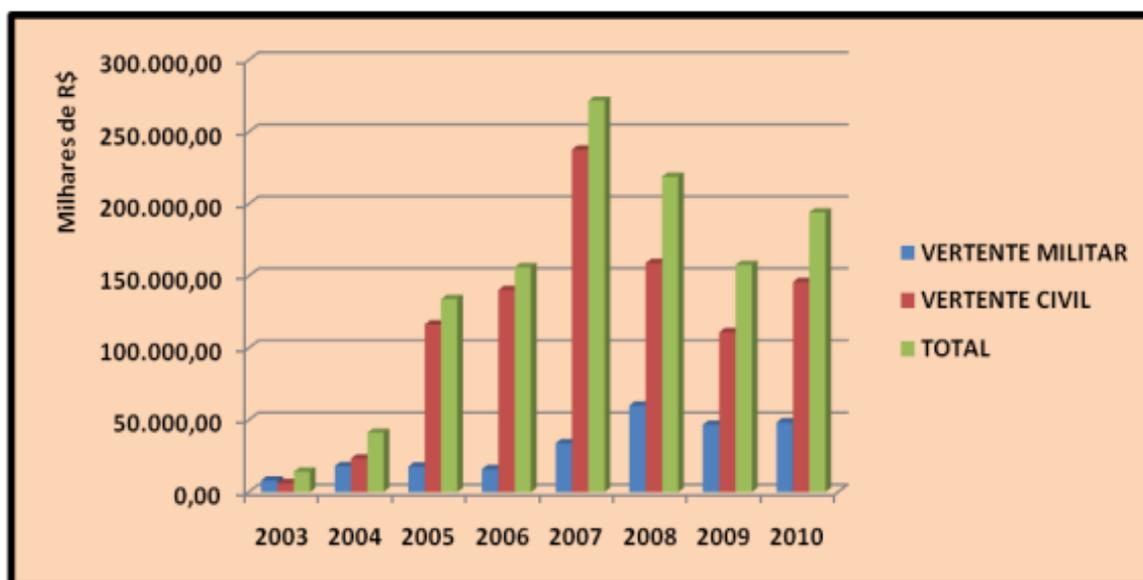
Figura 76 – Praça de esportes no bairro Suapi



Fonte: RAPAOSO e SENHORAS, (2015)

Com a premissa da defesa, da manutenção da soberania nacional e da integridade territorial da região do PCN, há um esforço deliberado para suprir o que o Ministério da Defesa - MD denomina de esvaziamento demográfico das áreas mais remotas da Amazônia, contribuindo com a intensificação e o espraiamento dos ilícitos transfronteiriços. Nesse contexto, se processa a política de defesa que se insere num processo permanente e contínuo de vigilância da fronteira e de proteção das populações da região diante de novos e perversos fenômenos sociais. Segundo o MD (2010), outro importante e urgente aspecto a ser considerado no norte amazônico é a fixação de padrões de desenvolvimento que sejam socialmente justos e ecologicamente sustentáveis.

Figura 77 – Resumo dos recurso pelo PCN no período de 2003 a 2010



Fonte: MD 2010

Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado ao longo do período analisado. O total de recursos no período considerado é de R\$ 1.187.702.605,68. Como é possível observar os investimentos na região são significativos e compreendem em sua maior parte ações de objetivos civis em detrimento dos objetivos militares .

A análise dos repasses às políticas públicas em Pacaraima revela a força destas enquanto promotoras de produção espacial e ao mesmo tempo de reprodução das relações sociais que são nada mais que a própria reprodução do espaço ancorado na dinâmica social em suas múltiplas facetas.

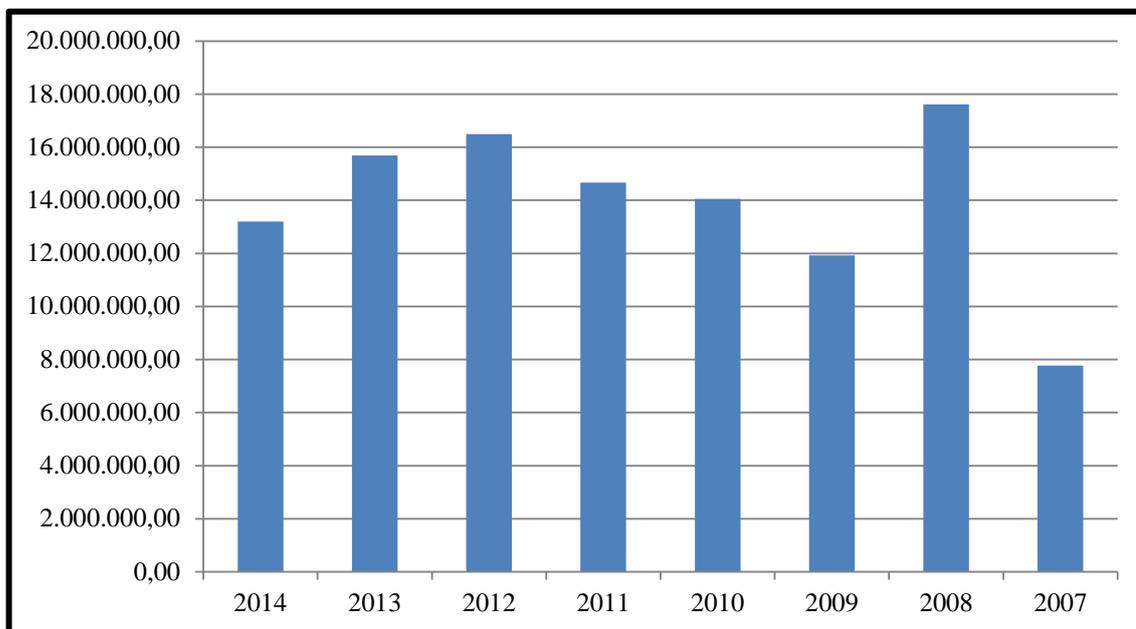
A produção do espaço sofre influência das intencionalidades das políticas públicas, que determinam sua localidade, sua forma e seu conteúdo. Agentes de produção espacial trazem consigo os ideários de seus reivindicadores e formuladores, atendendo sempre a interesses segmentados, transmitindo tais características ao espaço em produção.

Assim, os espaços decorrentes de tais ações possuem as características dos agentes sociais que o produziram. O processo de produção da cidade surge como um complexo mosaico de espaços e campos de poder marcado pela ação social. Esta é perceptível na construção da paisagem, pelo conteúdo atribuído ao espaço e seu valor de troca (CORRÊA, 2000; CARLOS, 2008).

Na Figura 75 é possível observar que os anos de maior repasses foram 2008, 2012, 2013, 2011 e 2014 respectivamente, com ressalva de que os dados para 2014 são parciais em

função do período da coleta das informações. Essas transferências podem ser considerada um ativo municipal, colaborando para estruturação e conformação da cidade de Pacaraima.

Figura 78 –Total de transferências entre 2007 a 2014



Fonte: RAPOSO e SENHORAS, baseado nos dados do portal da transparência, 2014. Obs.: dados de 2014 são parciais

As políticas públicas financiadas pelos repasses analisados em Pacaraima indicam a força estatal e faz do estado, representado pelos repasses e suas políticas públicas praticadas no município, o principal agente promotor desse espaço urbano. Nesse sentido, considera-se o espaço urbano como produto social, resultante de ações das políticas públicas nele empregadas, gerando um processo dialético acumulado no tempo e espaço.

Esse processo de produção espacial inserido no contexto local serve de base para reprodução das relações sociais locais e de processos horizontais de forças centrípetas, mas ao mesmo tempo revelam as forças centrífugas das verticalidades, constituindo forças de um federalismo que marca as políticas públicas em todo o Brasil.

6.4 POLITICAS PÚBLICAS E FEDERALISMO

A estruturação da política e territorial brasileira, feita mediante a materialização de políticas públicas revela o poder das ações federais na organização dos entes de poder estatal, evidenciando o federalismo e poder das forças verticais na implementação das ações decorrentes das políticas públicas. O federalismo brasileiro constitui-se de um pacto

estabelecido por meio da constituição de 1988, que organiza e hierarquiza a colaboração entre os entes federados. A constituição é quem define e garante o poder e a autoridade entre o governo nacional e os governos subnacionais, de forma independente.

Federalismo constitui uma prática de ordenamento territorial e um instrumento de união dos estados e os territórios que poderiam aspirar à independência ou uma existência com unidades políticas independentes que surge no passado histórico com a Proclamação da República.

Dessa forma, o sistema federal incorporou populações e regiões heterogêneas em uma única nação, assegurando autonomia em suas respectivas jurisdições, por meio da divisão da autoridade em diversas esferas subnacionais e uma esfera nacional (SOUZA, 2010). Nas demais federações, como por exemplo, Estados Unidos, Índia, Canadá, Venezuela, Bélgica, Suíça, Alemanha, entre outros, a autoridade é partilhada entre dois níveis de governo: poder central e governos subnacionais. O Brasil assume uma particularidade ao incorporar um terceiro nível como integrantes da federação: os municípios (SOUZA, 2010).

O poder de governar no federalismo brasileiro é dividido entre os três entes federados existentes: União, estados e municípios que se constituem em atos políticos autônomos, responsáveis pela consecução de políticas públicas próprias. O federalismo tornou-se uma peça fundamental na elaboração das políticas públicas brasileiras, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que inseriu duas regras constitucionais importantes: a descentralização e a municipalização.

A descentralização avançou bastante durante as últimas décadas, porém, a articulação entre os entes federados para execução das políticas públicas, no âmbito municipal, ainda deve avançar no sentido de haver maior coordenação e cooperação entre eles. Todavia, não definiu claramente as competências de cada ente federado, dificultando a execução e coordenação das políticas públicas comuns, como a educação, saúde, transportes e meio ambiente (SOUZA, 2010).

Em relação ao estado de Roraima, o federalismo na forma supracitada fica evidente a partir da criação do estado em 1988, no qual os municípios existentes no estado e os criados posteriormente são elevados à condição de entes federativos com relativa autonomia. O propósito constitucional consiste em tornar a autoridade política dos municípios soberana e independente dos demais níveis de governo.

A análise dos repasses permite afirmar que o federalismo pode gerar relações intergovernamentais fragmentadas, na qual o ator político local possui certa condição de manobra sobre esses repasses, podendo influenciar as formas, os tempos e os espaços onde

estas políticas se materializam.

Esse poder de manobra é garantido pela Constituição Federal, ao estabelecer que a Política Urbana em seu Capítulo II, por meio dos artigos 182 e 183, deve ser executada pelo poder público municipal, tendo como objetivo o ordenamento pleno do desenvolvimento das funções sociais da cidade e da garantia do bem-estar de seus habitantes. Estabelece ainda, em seu Capítulo IV, artigo 30, que compete aos municípios “legislar sobre assuntos de interesse local” e “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano” (incisos I e VIII).

Nesse sentido o federalismo dos repasses das políticas públicas que chegam no local como força centrífuga pode pela ação da gestão se converter em forças centrípetas de interesse local, considerando o comprometimento do governo local com melhorias no atendimento das demandas dos cidadãos e com a eficiência da gestão, evocando a sua qualidade técnica e moral ou mesmo os controles a que ele está submetido.

As políticas públicas, agentes produtores do espaço em Pacaraima, são forças verticais que geram substratos para produção de novas relações de reprodução social. Considerando o FPM, o FUDEB, a Assistência Social, a Saúde e a Educação, excetuando a Política de Defesa Nacional, as políticas públicas com maior número de repasse são essencialmente políticas que visam conferir bem-estar aos residentes na cidade.

Mesmo não representando, aparentemente, uma política que visa em primeira mão o bem estar-social em Pacaraima e sua localização na fronteira faz com que as políticas e ações decorrentes do financiamento para defesa impactem de forma direta na vida dos habitantes da cidade, considerando, sobretudo, que essa política está sendo executada na premissa do PCN como já visto no Capítulo I.

A produção do espaço da cidade sofre influências das políticas públicas federais e verticais, perpassa por mediação das lideranças políticas locais, entendidas aqui como prefeito, vereadores e suas equipes de gestão e, ainda pela força das horizontalidades dos campos de poder local que serão analisadas no capítulo VI.

No diagrama a seguir é possível observar a função de mediação das lideranças entre os interesses locais e as execuções das políticas públicas.

Como se observa é substancial as atribuições de gestão para os governos municipais nas as políticas de bem-estar social, com destaque para a saúde e educação, dado que a sistemática descentralizadora de políticas públicas imputou ao município grandes responsabilidades no atendimento de demandas nessas áreas, garantindo condições básicas de qualidade de vida aos habitantes.

No caso da educação, os recursos do FUNDEB correspondem a repasses superiores aos do FPM em Pacaraima e, embora seus serviços sejam de responsabilidade de todos os níveis federativos é de responsabilidade do município a execução da educação infantil e do ensino fundamental gerando possibilidades de exercício do poder local sobre o formato das políticas.

Quanto à administração da saúde a existência do SUS como um sistema descentralizado e hierarquizado, o governo federal é quem formula e financia a política nacional de saúde, além de coordenar as ações intergovernamentais de cooperação técnica e financeira nessa área. Os estados, por sua, vez desempenham funções semelhantes em relação aos municípios, a quem cabe a responsabilidade final de prestar atendimento à população.

Nos dois casos os governos locais são os principais provedores dos serviços de educação e saúde, ao passo que a provisão desses serviços depende de recursos federais e se sujeita a regras que visam garantir padrões mínimos de gestão. Paradoxalmente, a municipalização desses serviços pode reduzir os conflitos e dar maior efetividade na sua oferta. As relações entre o governo central e os municípios tornam-se cada vez mais frequentes com a implementação local dos programas federais de bem-estar social.

Pode-se afirmar, nesse caso, a intensa relação entre federalismo e políticas sociais na cidade de Pacaraima. A literatura consultada reconhece largamente o impacto do federalismo nas políticas públicas em todo Brasil. A abordagem no caso de Pacaraima colabora para o debate do estabelecimento da cidade e de seus processos de produção, por ser uma área que as mesmas forças federais questionam sua legalidade.

A perspectiva também permite compreender como esse federalismo foi constituindo eventos no tempo como fator explicativo e o entendimento da relação entre federalismo e política pública. A transferência de recursos vincula, também, as políticas públicas locais a transferências de programas, processos e protocolos que impactam igualmente sobre a produção espacial.

Esse processo produziu em Pacaraima uma burocracia municipal, na qual os munícipes sofrem os benefícios das políticas públicas e à medida que os serviços se estabelecem a cidade se fortalece, bem como, também, o seu papel como ente federado. Esse fortalecimento gera desvantagens e limitações para uma ação federal de forma unilateral que pretenda alterar o desenho da política pública e os seus desdobramentos na produção socioespacial na cidade. Assim, a apreensão dos processos das políticas públicas originadas dos repasses e do federalismo constitui elementos primordiais em um processo de negociação entre o local e o federal.

A metodologia da revisão integrativa permitiu uma melhor compreensão sobre o estado da arte da produção espacial de Pacaraima, buscando compreender as práticas sociais mais noticiadas, agrupadas nas dimensões analisadas até aqui. São práticas horizontais centrípetas que ao reproduzirem as relações sociais produzem o tecido da cidade de Pacaraima.

Partindo das horizontalidades das relações locais nas dimensões das práticas sociais é possível compreender que essas abrangem campos de poder que expressam sua dinâmica por meio da ação dos seus agentes fomentadores das políticas públicas financiadas por repasses do governo federal que se constitui em forças de verticalidades impondo um federalismo à produção espacial da cidade.

No debate parte-se da dinâmica horizontal para compreender como as dimensões sociais e os campos de poder na cidade bem como os seus espaços são influenciados e reproduzidos pela a dinâmica vertical das políticas públicas entendidas como agentes promotores do desenvolvimento socioespacial.

A análise das políticas públicas evidenciou que sua aplicação é possível mediante as ações de planejamento dos poderes públicos nas suas diferentes esferas. Ao considerar-se a cidade de Pacaraima, as dimensões das práticas sociais apuradas e seus respectivos campos de poder, reconhece a falta de um instrumento de política, gestão e planejamento na cidade urbana que resulte da ação intencional por parte dos agentes sociais locais.

Sobre as políticas públicas postas da cidade que impactam as dimensões das práticas sociais decorrem de decisões tomadas distante da cidade, evidenciando o poder das ações de verticalidades na constituição dos stackholder locais, sendo o de maior preponderância o estado em sua esfera federal.

O debate permitiu entender que os repasses que fomentam as políticas públicas em Pacaraima nem sempre cumprem com suas funções, pois foi evidenciado que embora seja robusto volume de repasses feitos para o FUNDEB, sua aplicação não representa necessariamente que a função da política pública de educação seja cumprida de acordo com seus fins.

Além dos repasses do FUNDEB foram analisados os repasses feitos à assistência social, à saúde, à educação e à política de defesa nacional visto a localização da cidade na fronteira. Há em todas as políticas públicas uma ausência ou insuficiência de mecanismos de controle que possam assegurar o devido investimento e o cumprimento dos fins os quais motivaram a existência de tais políticas.

A falta de mecanismos eficientes de controle não interfere necessariamente nos impactos dessas políticas na produção do espaço. No entanto, a pouca efetividade do cumprimento dos fins das políticas públicas caracteriza os espaços produzidos mediante as condições de seus habitantes nos acessos aos seus direitos educacionais, de saúde, de seguridade socioambiental, de segurança entre outros.

As políticas públicas financiadas com repasses constituem a estruturação da política territorial do Brasil, feitas mediante a materialização de políticas que revelam o poder das ações federais na organização dos entes de poder estatal, evidenciando o federalismo e poder das forças verticais. O federalismo brasileiro constitui-se de um pacto estabelecido por meio da constituição de 1988 que organiza e hierarquiza a colaboração entre os entes federados, garantindo poder e a autoridade entre o governo nacional e os governos subnacionais, de forma independente.

A análise permite concluir que o federalismo dos repasses das políticas públicas que chegam ao local como forças centrífugas, podem pela ação da gestão local se converter em forças centrípetas de interesse local, considerando, claro, o comprometimento do governo com melhorias no atendimento das demandas dos cidadãos e com a eficiência da gestão evocando a suas qualidades técnicas e morais ou mesmo os controles a que ele está submetido.

DIMENSÕES DAS PRÁTICAS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA



7 DIMENSÕES DAS PRÁTICAS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE PACARAIMA

Dentro do processo de gênese, formação e estabelecimento da cidade de Pacaraima , podem-se destacar os seguintes períodos, os condicionante e as principais características caraterísticas estudadas até aqui:

Figura 79 - Processos de Formação da Cidade de Pacaraima - RR

PERÍODO	CONDICIONANTE	CARACTERIZAÇÃO
1973-1983.	A formação ç	Estabelecimento do PEF, CER, CAER e Telaima, Formação do povoado. Forte domínio militar.
1983-1996	A consolidação da vila	Consolidação e ampliação da vila (Vila Velha e Vila Nova). Domínio civil – Prefeitura de Boa Vista.
1997- 2013	Criação do município e a expansão da cidade	Estabelecimento de uma burocracia e processo municipal; classe política local; orçamento e repasses. ampliação espacial.

Fonte: RAPOSO; SENHORAS (2014)

O processo de formação de Pacaraima tem suas particularidades, mas deve ser compreendido dentro da ótica de produção do espaço regional amazônico com seus múltiplos ciclos que seguem a estratégia de integração ao capitalismo nacional e internacional. A formação do povoado associado ao estabelecimento do PEF revela o principal condicionante da gênese alinhado a uma deliberada política militarizada na para região na década 1970.

As riquezas produzidas nos garimpos do entorno, a relação como país vizinho a possibilidade e a variedade de expansão das atividades econômicas e os interesses em dominar essas riquezas levaram o povoado a se transformar em vila, num processo associado ao aumento populacional, ao dinamismo econômico e à formação de uma elite local que ansiava por mais poder. A busca por poder dessa elite culminou no estabelecimento da cidade conforme já visto

Assim, estudaram-se essas etapas com o intuito de se compreender cada momento da produção da cidade. No captulo anterior, baseado no método da revisão integrativa, esforçou-se por compreender a ação das políticas públicas, agentes verticais de produção espacial em Pacaraima. No presente pretende-se debater a ação dos agentes horizontais de produção de espaço na ânsia de compreender as ações desses agentes em seus campos de poder, utilizando também as sete dimenssões das praticas sociais identificadas na revisão integrativa.

7.1 DIMENSÃO EDUCAÇÃO, CULTURA E LAZER

O espaço da cidade de Pacaraima como campo de poder do conjunto das dimensões de práticas sociais que atuam na reprodução do espaço, revela a enorme diversidade cultural da cidade, contida em uma população relativamente pequena, mas altamente dinâmica. Evidencia-se, mais uma vez, o fenômeno da cidade sobre a TI São Marcos e a população considerada como rural, são na realidade populações indígenas de culturas Macuxi, Wapichana, Maiogong, Taurepang entre outros (SEPLAN, 2014).

A produção espacial, considerando a dimensão de cultura, perpassa pela a análise demográfica, sob os seus aspectos de evolução, distribuição espacial e de composição etária, visando conhecer e explicitar os principais fatores responsáveis pelas características populacionais e suas ações na permanente transformação do tecido urbano e compreendendo suas atuações e seus papéis nesse processo. Segundo dados do IBGE/Censo Demográfico, em 2010 o total da população era 10.433 habitantes, composta de 5.408 homens (51,84%) e 5.025 mulheres (48,16%).

Verificam-se nos dados de população por residência e por domicílio rural e urbano que no período de 2000 a 2010, a população residente deste município concentrava-se predominantemente na zona rural (60,52% em 2000 e 56,73% em 2010), ou seja, 4.230 habitantes e 5.919 respectivamente. De acordo com dados da população estimada do IBGE/2014, o município de Pacaraima possui uma população de 11.423 habitantes e uma densidade demográfica de 1,30 hab./km².

Os indicadores demográficos apresentados expressam os níveis e os padrões da composição populacional e sua distribuição espacial. A densidade demográfica média da população do município de Pacaraima é de 1,30 hab./km² no ano de 2014, que indica a baixa densidade dos municípios do estado de Roraima, considerando a imensa área territorial de toda a extensão municipal e a forte concentração da área construída da cidade. A pequena quantidade e a baixa densidade demográfica são, no entanto, surpreendentemente diversa, pois há migrantes de todas as partes do Brasil nas parcelas da população da local.

Essa enorme diversidade da cultura indígena, somada às fortes influências de migrantes de várias regiões do Brasil e o fato de ser Pacaraima a cidade gêmea com a cidade de Santa Elena de Uaiaren, e principal via de acesso à Venezuela denotam a pluralidade dos processos socioculturais no espaço em questão, que constituem um entreposto de acesso facilitado, por via expressa, ao Caribe, à América Central e à América do Norte. Tal situação reúne as condições para a dinamização da atividade de turismo transfronteiriço, considerando

ainda, a presença na região de importantes atrativos turísticos como o Monte Roraima, a Gran Sabana e o Salto Angel.

A atividade do turismo atrai movimentos entre os dois países que exploram possibilidade de lazer, aventura, cultura e compras, fazendo com que esse seja um dos aspectos fundamentais dos fluxos entre os países, no qual a cidade é um fixo que produz e reproduz seu espaço ante as demandas emanantes dessa situação e do turismo.

Embora constitua importante dinamizador dos processos de produção espacial na dimensão cultural com fortes reflexo nas dimensões econômicas e de relação de fronteira, o potencial turístico muito grande não é garantia de um turismo forte, já que muitas motivações podem caracterizar migração, em especial quando as disparidades entre as cidades gêmeas em questão são muito significativas (FERNANDES; SENHORAS, 2011).

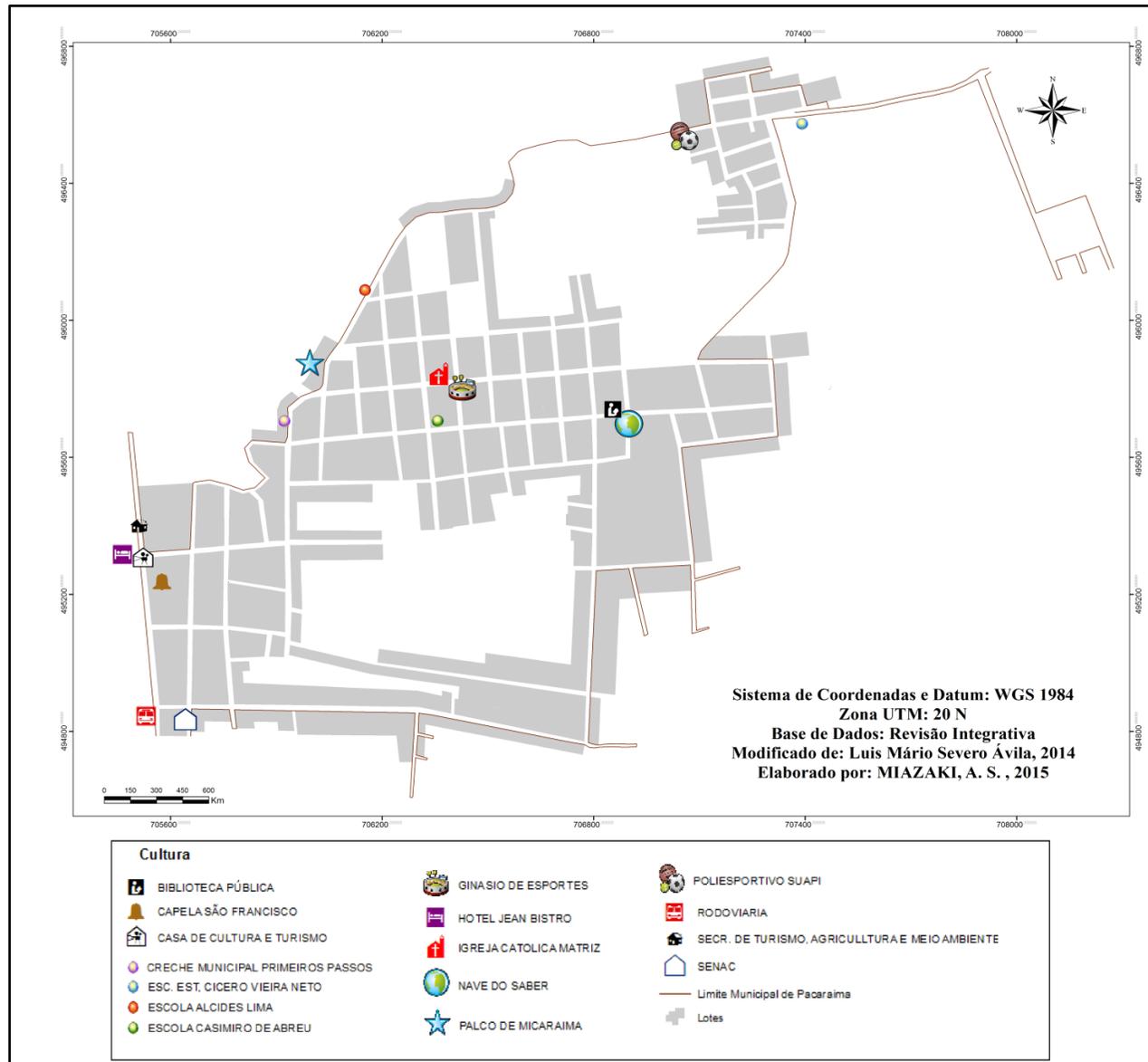
Os autores apontam algumas deficiências em suas análises como a presença de um único guichê da operadora de transportes intermunicipal, que atende Pacaraima com ônibus de saídas regulares para Boa Vista e Santa Elena, a inexistência de casas de câmbio, já que a prática é tomada pelo informalismo às margens da rodovia, nem tampouco há presença de agência de viagens no município.

Considerando a importante contribuição dos autores salientam-se as relações de interdependência recíproca, ou bilateral, que a cidade de Pacaraima tem com sua cidade-gêmea, Santa Elena de Uairén, dentro da dinâmica do turismo, a cidade se vale da sua posição estratégica na fronteira, no qual esse o fator componente de acesso ao seu principal vetor turístico, aliado à posição estratégica que o município desfruta.

A diversidade cultural e natural, os sítios arqueológicos com arte rupestre, biomas como a Gran Sabana e do Monte Roraima e os festejos populares e tradicionais do município e outras festas promovidas por setores educacionais e culturais, constituem práticas sociais que fomentam também as práticas socioespaciais que atraem pessoas dos dois países.

Merece destaque os pontos turísticos da **Trilha Nova Esperança** - Atrativo Natural, localizado dentro da reserva indígena de São Marcos, possui uma grande diversidade de fauna e flora. O acesso só é permitido com autorização da FUNAI e o **Sítio Arqueológico da Pedra Pintada**-também na Terra Indígena de São Marcos. Com altura de 40 metros e diâmetro de aproximadamente 60 metros, a Pedra Pintada foi abrigo de civilizações há muito desaparecidas. Na caverna, existem em sua base várias pinturas que representam cenas do cotidiano que podem ser vistas nas paredes.

Figura 80- Mapa objetos espaciais da dimensão: Educação, Cultura e Lazer



Fonte: MIAZAKI (2015) modificado de ÁVILA, (2014)

Figura 81 - Datas festivas e históricas

Micaraima – 15 e 16 de fevereiro	Festa de carnaval fora de época, surge com o primeiro mandato do prefeito Hiperion que em entrevista salientou que a proposição do evento era gerar uma identidade cultural e proporcionar o fomento do turismo na fronteira.
Festejo de São José – 17 a 21 de março	Os festejos de São José ocorrem desde o ano de 1946, trazido por migrantes nordestinos onde se comemora no dia 19 de março, o dia de São José.
Aniversário do município – 17 de outubro	A data celebra a criação da cidade, a sua importância como espaço aglutinador de interesses e conflitos da região, conforme o atual chefe do executivo Altemir Campos
Yamix – meses de outubro e novembro	É um evento da Universidade Estadual – UERR que reúne poesia, música, dança artes plástica e audiovisual.
Fronteira cultural	Movimenta artistas dos três países. Música, arte e cultura compõem a programação sem data fixa.
Festejos evangélicos 2º sábado do mês de novembro	Festival de talentos evangélicos, criado por meio da Lei 183/2011.

Fonte: RAPOSO; SENHORAS (2014)

Quanto ao movimento de turistas internacionais, dados da SEPLAN (2014) apontam que ocorrem cerca de 10 mil entradas e 10 mil saídas de estrangeiros na fronteira Brasil/Venezuela por ano. Em relação às estruturas para receber os turistas, sejam estes de aventura nacional e ou internacional, bem como os turistas de manifestações culturais, ou ainda, turistas movidos pela possibilidade de compras em Santa Elena, Pacaraima conta com uma pequena rede hoteleira conforme tabela abaixo.

Figura 82 - Rede de hotéis em Pacaraima

Nome	Categoria	Número de leitos	Facilidades nas UH's
Amazônia	Hotel e Pousada	44 aptos	Ar condicionado, estacionamento
Pacaraima	Hotel e Pousada	129 aptos	Ar condicionado, estacionamento
Pousada do Sossego	Hotel e Pousada	15 aptos	Ventilador, ar condicionados, estacionamento
Jean Bistrô	Hotel/Restaurante	21 aptos	Frigobar, televisão, ventilador, estacionamento e restaurante
Marabá	Hotel	32 aptos	Ventilador
Funchal	Hotel	15 aptos	Ventilador
Nova opção	Pousada	20 aptos	Ar condicionado, estacionamento
Pallace	Pousada	10 aptos	Ventiladores
Macunaíma	Pousada	13 aptos	Ventiladores
Quilombo	Camping	-	-

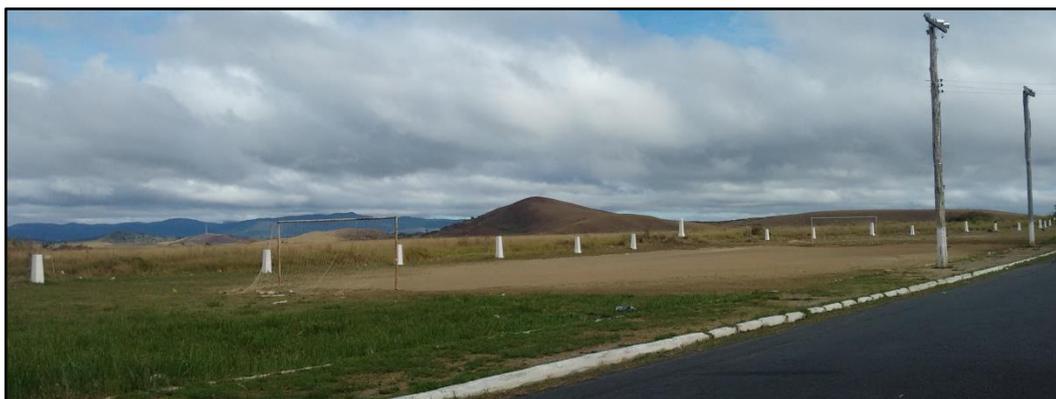
Fonte: Ismael Feliciano da Cruz - 2015

Pacaraima compõe a ROTA 174, um extremo de um roteiro que se inicia em Manaus e atravessa parte significativa da Amazônia Setentrional. A rota perpassa por vários municípios com excelentes opções lazer, cercados de natureza em bom estado de conservação; lendas das culturas diversas que habitam a região e ainda ao chegar a em Pacaraima, o viajante fica às portas do caribe venezuelano.

Os turista encontra em Pacaraima apoio na casa de cultura e turismo que funciona desde 08 de janeiro de 2011. A casa funciona graças aos esforços e dedicação do Sr. Ismael Feliciano da Cruz, turismólogo e entusiasta do desenvolvimento do setor na região. Nela desenvolve-se um trabalho de valorização da cultura, história e turismo, buscando fortalecer laços de amizade, transformando e promovendo cidadania na qual busca a integração entre povos, além de oferecer e receber informações de outros países, segundo Sr. Ismael.

Na cidade há uma carência por espaço de lazer e esportes, repercutindo em falta de opções para toda a população, em especial para a juventude em constante demanda de atividades. Há nas dependências um estádio de futebol em fase de acabamento; uma praça no bairro Suapi e um campinho de futebol junto aos marcos de fronteira. Há um clube de ciclismo (Figura 63)- Bike Club, 1 academia de ginastica e musculação e 1 academia de “Jiu Jitsu”.

Figura 83 – Único campo de futebol disponível à comunidade junto aos marcos de fronteira



Fonte: RAPOSO; SENHORAS (2014)

Um traço marcante da cidade são os conflitos e os meios que fazem florescer os embates e manifestações por afirmações de pertencimento e de posse da terra entre indígenas e não indígenas. Tais manifestações refletem antigos e novos anseios que abrangem a produção do espaço no contexto local, mas, ao mesmo tempo o insere a uma dinâmica maior, em nível regional e nacional, com o registro dos recentes processos de manifestações de julho de 2013 ocorrido em todo país, do qual houve pelo menos duas ocorrências na cidade.

Ligados aos processos de cultura, à educação formal e a não formal, incluindo educação básica e superior para as populações da cidade e indígenas e, ainda, a condição de movimentos de indígenas na produção cultural nos dois países, geram dinâmicas e aparelhos no espaço, no qual as “coisas” produzidas adquirem significados e funções, fomentando o

processo contínuo dos sistemas de objetos necessários às práticas socioespaciais como escolas, campus universitário, ações de intercâmbio educacional e cultural, na fronteira.

A atuação das escolas e das comunidades escolares é fundamental para os processos de produção espacial na dimensão da produção cultural, pois seus prédios, ao longo do período analisado, abrigaram várias manifestações artísticas e culturais, além de elas serem as difusoras de novos conhecimentos e práticas culturais na cidade. São importantes agentes da produção cultural e socioespacial.

Tabela 3: Matrícula inicial, funções docentes e estabelecimentos por nível - município de Pacaraima – 2012

Município	2012			
	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	TOTAL
Educação Infantil	0	611	0	611
Ensino Fundamental	1.881	1.132	0	3.013
Ensino Médio	629	0	0	629
EJA	351	39	0	390
Educação Especial	14	17	0	31
Educ. Profissional (Nível Técnico)	0	0	19	19
Total de alunos	2.875	1.799	19	4.693
Nº de Professores (1)	255	86	0	341
Nº de Escolas (2)	38	6	0	44

Fonte: MEC/INEP. Elaboração SEPLAN-RR/CGEES.(2014)

Considera-se ainda que a educação represente o maior ativo de uma sociedade, seus graus e níveis de desenvolvimento contribuem não só para dinamizar e qualificar os processos culturais, mas contribuem em muito para o aumento do Produto Interno Bruto - PIB e do bem-estar econômico da população, produzindo espaços de cidadania na cidade.

Considera-se, no entanto, que os baixos índices de aproveitamento escolar, a pouca valorização dos profissionais da educação as deficiências de funcionamento dos equipamentos de cultura e educação da cidade comprometam de forma significativa a qualidade da produção espacial em Pacaraima.

7.2 SEGURANÇA

A produção do espaço da cidade se insere, por sua localização, ao contexto do PCN e aos fundamentos, objetivos e princípios da Política de Defesa Nacional de 2005, considerando os princípios democráticos e um sentido ampliado de segurança, abrangendo outros campos, dentre eles o econômico e o social, envolvendo assim mais do que apenas práticas militares (BRASIL, 2005).

O Livro Branco de Defesa Nacional (2012) explicita e delimita o papel das Forças Armadas e ainda apresenta alguns programas e projetos para a região. Começa destacando a necessidade de aumentar a participação de profissionais qualificados para atender às necessidades das fronteiras e combater o crime organizado. Dispõe que um dos papéis das Forças Armadas é atuar contra delitos na faixa de fronteira terrestre, por meio de ações preventivas e repressivas. O mesmo livro estabelece para a Amazônia o Programa Amazônia Protegida que estipula a presença militar na região e implementação de PEFs.

Outros programas e projetos aparecem ainda nas delimitações do Livro Branco, como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON. De acordo com o que pede a Estratégia Nacional de Segurança, o SISFRON vem atender à necessidade de se aumentar a presença estatal e monitorar as regiões de fronteira. Ainda ligada à segurança evidencia-se o Plano Estratégico de Fronteiras 2011 que traz em suas diretrizes o fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços e dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira (BRASIL, 2011).

O programa é executado pelos Ministérios da Defesa e da Justiça, Receita Federal e secretarias de segurança pública. Outra diretriz é a de trabalhar conjuntamente com os países vizinhos, promovendo parcerias, e deixando claro que os problemas nas fronteiras precisam ser trabalhados pelos dois lados, afinal é um espaço de interação e possíveis conflitos ou práticas de crimes de lado que pode facilmente transcender a outro.

Esse programa possui dois eixos principais de atuação: as operações Ágata e Sentinela, com forte atuação percebida na revisão integrativa. A primeira é desenvolvida pelo exército e tem um caráter mais excepcional. Ao todo já foram realizadas sete operações Ágata em toda a faixa de fronteira do Brasil com objetivo de coibir o contrabando, o tráfico de drogas e de outros ilícitos. Por força dessa ação sabe-se que pistas clandestinas foram destruídas e atendimento médico e odontológico foi levado à população da região entre outros serviços.

A Operação Sentinela é coordenada pelo Ministério da Justiça e implementada pela Polícia Federal, Receita Federal e Força Nacional de Segurança Pública. Atua na apreensão de drogas e de produtos contrabandeados. A edição da Folha de Boa Vista de 30 de julho de 2012 noticiou que as apreensões de combustíveis triplicaram em relação ao ano anterior. O jornal noticiou que as ações da Operação Sentinela já mostravam resultados positivos apreendendo 13.990 litros de combustíveis oriundos da Venezuela.

Figura 84 - Operações Ágata contra o crime organizado em área de fronteira

OPERAÇÃO	ÁREA DE FRONTEIRA COBERTA	EFETIVO	RESULTADOS
Ágata I (2011)	Argentina, Paraguai e Uruguai	3.500 militares	Apreensão de 2 toneladas de produtos irregulares; destruição de pistas de pouso clandestinas e de sítios extrativistas ilegais
Ágata II (2011)	Colômbia	Mais de 5.000 militares	Apreensão de 7 veículos, 65kg de explosivos, 2 ton de maconha, 65kg de pesticidas ilegais e R\$900.000 em contrabando e pirataria
Ágata III (2011)	Bolívia, Paraguai e Peru	7.000 militares	50 armas de pequeno porte e 1 tonelada de drogas apreendidas
Ágata IV (2012)	Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela Pacaraima*	Mais de 5.000 militares	Sete prisões e apreensão de 33kg de pasta-base de cocaína
Ágata V (2012)	3.900 km de fronteiras entre o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso do Sul	19.000 militares	31 pessoas presas; 6 ton de drogas apreendidas, totalizando um valor em apreensões de mais de R\$5 milhões
Ágata VI (2013)	4.200 Km de fronteiras entre o Mato Grosso do Sul e o Acre	7.000 militares	Apreensão de 3,7 toneladas de drogas e de 67 veículos e 201 embarcações.
Ágata VII (2013)	Toda a extensão da fronteira terrestre com ênfase na região Norte Pacaraima*	33.000 militares + 1.100 agentes civis + Suporte de militares do Peru e Colômbia	Apreensão de 25 toneladas de maconha e 657 kg de cocaína, crack e haxixe. 4,9 toneladas de explosivos e 4 metros cúbicos de madeira ilegal também foram confiscados.

Fonte: RAPOSO e SENHORAS (2014) Adaptado de DINIZ; MUGGAH (2013)

*Inserção e grifo nosso

Nos últimos anos tem sido comum notícias de que toneladas de produtos de origem animal foram apreendidos por fiscais do Ministério da Agricultura durante a Operação Ágata, nas fronteiras de Roraima. Havia carne suína, frango congelado, ração canina, ovos, camarão in natura, carne bovina, sal para uso animal e queijo. Foram apreendidos, ainda, 491 kg de produtos de origem hortifrutigranjeiros, 10 unidades de mudas e 200 kg do adubo NPK, além de mudas de pinheiros e roseiras. As mudas foram incineradas para evitar a entrada de pragas.

Na mesma edição o jornal ainda noticiou que a fronteira Brasil/Venezuela recebia um scanner para combate ao tráfico na região. O equipamento permite a vistoria de cargas em caminhões e outros veículos, por intermédio de leitura por raio-X. Segundo o secretário

estadual de Segurança Pública da época, Francisco Sá Cavalcante, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) garantiu que a entrega aconteceria ainda no ano de 2013 e explicou que o equipamento teria uso compartilhado entre a Senasp e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), e que a prioridade seria a fronteira com a Venezuela e a divisa com o estado do Amazonas, onde circulam as drogas mais pesadas.

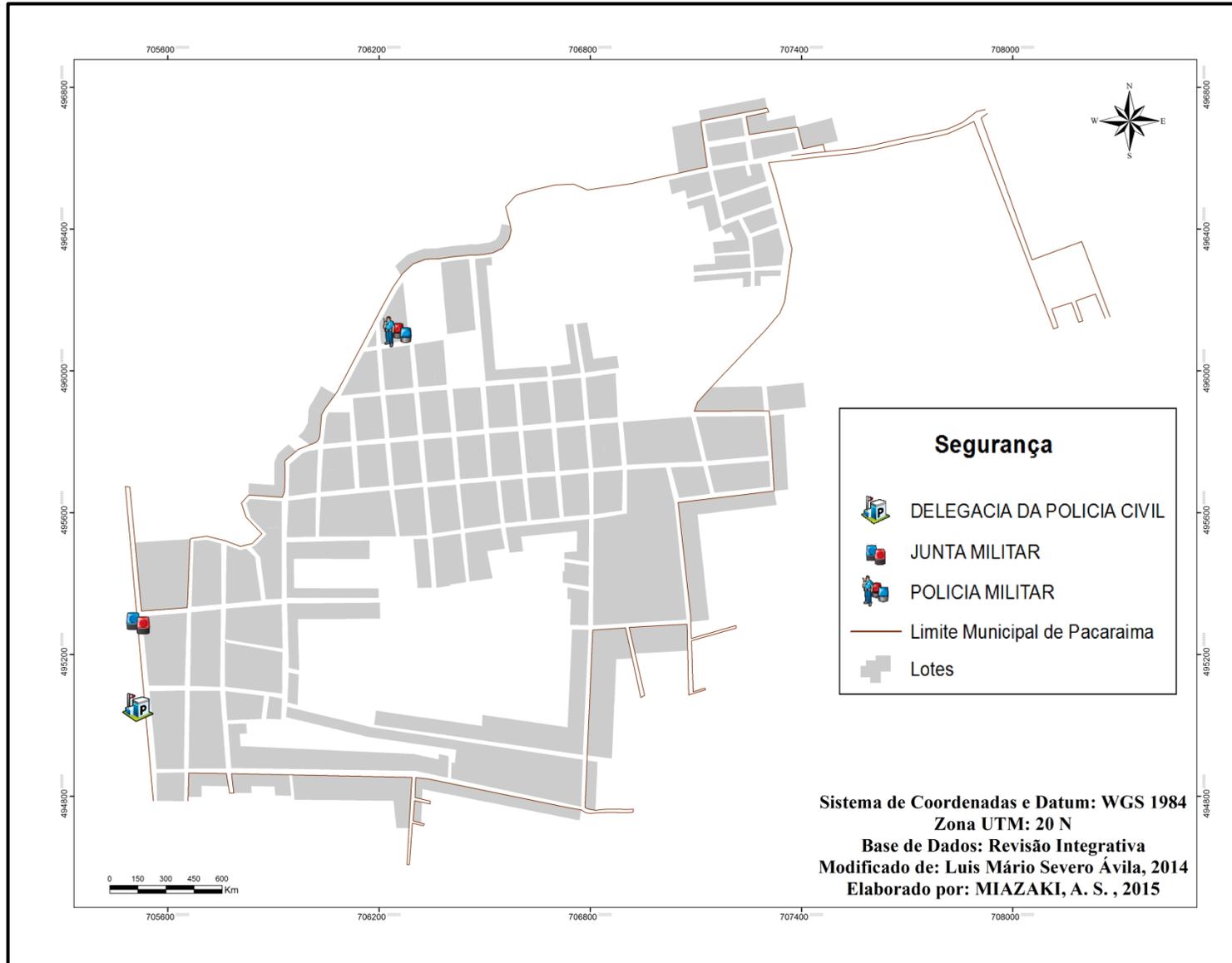
Outro programa de segurança pública, com foco na fronteira e de forte atuação na região da cidade é o ENAFRON - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras que integra além das medidas citadas ações em colaboração com os estados e governos municipais.

O ENAFRON traz mais uma vez o conceito ampliado de segurança, argumentando que grande parte dos problemas da fronteira é decorrente do esgarçamento do tecido social, na incapacidade de boa parte da população residente de exercer uma soberania plena, sucumbindo, então, às facilidades do crime. Assim, o programa age sobre os homicídios; tráfico ilícito de entorpecentes; tráfico internacional de armas de fogo, munições, explosivos e, ainda: contrabando e descaminho; evasão de divisas; exportação ilegal, roubo e furtos de veículos; tráfico de pessoas e imigração ilegal de estrangeiros; crimes ambientais nos estados componentes da Amazônia Legal (BRASIL, 2012).

O programa ressalta que para o estado de Roraima, o grande destaque é que 84% de suas fronteiras estão localizadas em terras indígenas, resultando em uma baixa densidade demográfica nos seus limites com outros países, além da própria rarefeita presença do Estado na região. Constatou-se a existência de inúmeras pistas clandestinas de pouso de aeronaves, com muita dificuldade para se ter acesso, dificultando os trabalhos de repressão.

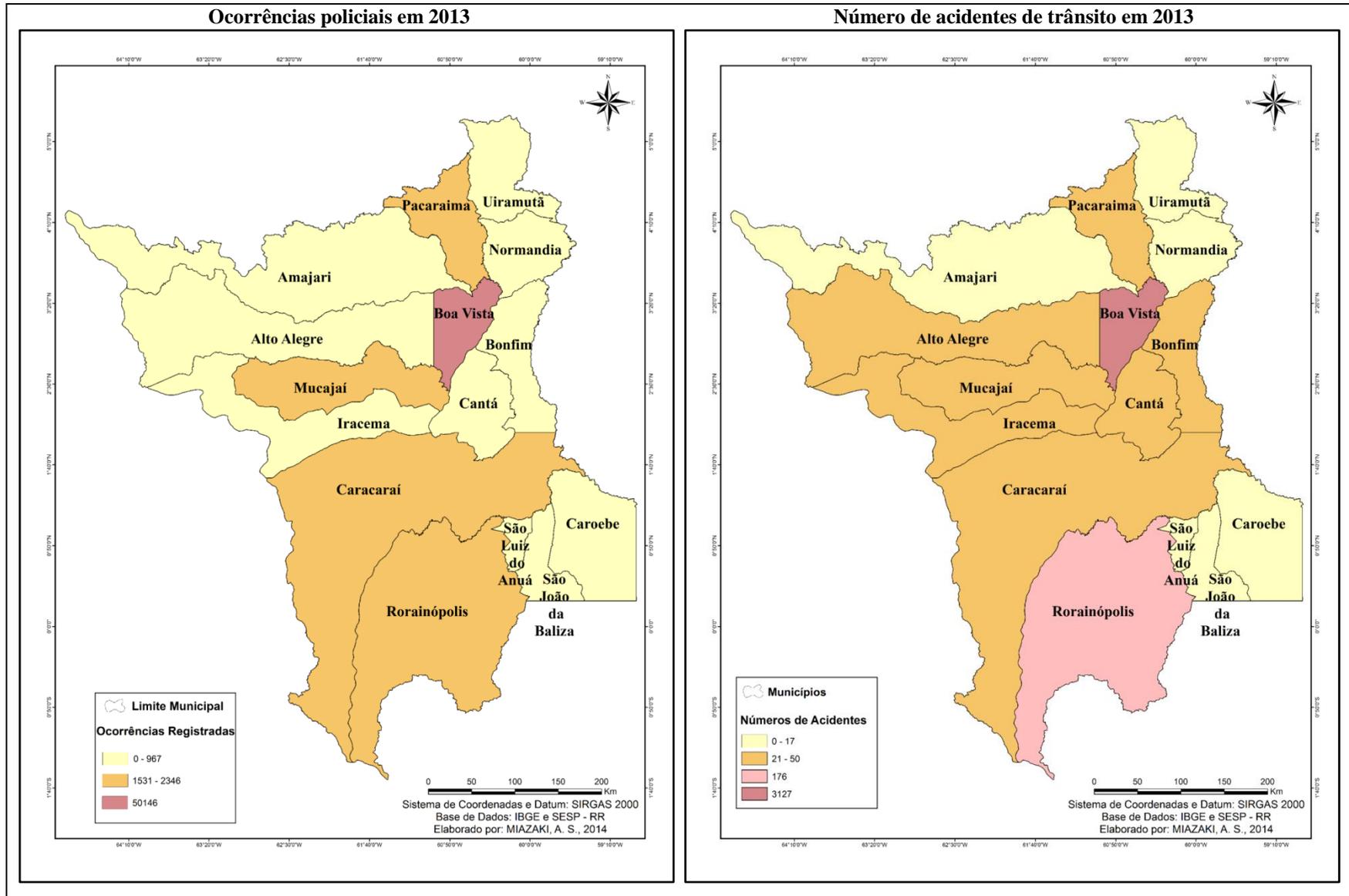
O espaço da cidade reflete a realidade exposta sobre os aspectos de segurança nas três esferas de governo, demandando uma franca ação do Pefron - Policiamento Especializado de Fronteiras comandado pelo Ministério da Justiça que consiste em uma cooperação entre órgãos de segurança pública com a polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), incluindo os policiais civis e militares do estado.

Figura 85 – Mapa dimensão de segurança



Fonte: MIAZAKI; RAPOSO; SENHORAS (2015) modificado de ÁVILA, (2014)

Figura 86 – Mapa aspectos da violência no estado e em Pacaraima, em 2013.



Fonte: MIAZAKI; RAPOSO; SENHORAS (2014)

Além dos ilícitos de fronteira consideram-se, ainda, as práticas de reação à violência urbana na fronteira, a qual é a primeira a sentir os efeitos nocivos dos crimes de fronteiras e ainda o enfrentamento e a prevenção de endemias e epidemias, assistência à saúde e vigilância sanitária.

Pacaraima conta com as corporações de Polícia Militar, de Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros Militar, todos do Estado de Roraima. Ainda compõem o espaço da cidade o destacamento da Polícia Federal de Fronteira, o Posto de Polícia Rodoviária Federal, a Unidade de controle ambiental, o 3º Pelotão Especial de Fronteira – 3ºPEF do Exército Brasileiro, a Receita Federal, a Secretaria do Estado da Fazenda, a Unidade do IBAMA - tais órgãos tendem a combater crimes de tráfico, descaminhos e contrabandos.

O número de ocorrências registradas em Pacaraima revela que a cidade está entre os quatros municípios que apresentam maior registro entre os últimos cinco anos. Esta análise do ano de 2013 aponta que o município é o terceiro com o maior número de violência registrada em ocorrências policiais relatadas pela Polícia Civil do Estado. No agrupamento destas ocorrências no mapa da Figura 83, Pacaraima figura entre os municípios mais violentos do estado. Esta violência está em sua maioria relacionada a agressões contra a mulher e à criança, envolvendo quase sempre uso de entorpecentes.

O intenso movimento de turistas motorizados em direção à cidade de Santa Elena de Uaiiren e movimentos pendulares em direção às regiões faz com que haja acidentes de carro no percurso ao longo da BR 174 entre Boa Vista e Pacaraima. Os acidentes em sua maioria são catastróficos, pois se constituem em explosões de veículos com tanques adulterados, transportando grande quantidade de combustível contrabandeado. É perceptível, ao longo da estrada, carcaças desses sinistros.

Segundo o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN (2013), a frota de automóveis de Pacaraima era de 1381 veículos - a oitava maior frota do estado, mas como é possível observar o município está entre os três que mais registraram acidentes no ano de 2013, o que constitui uma trágica violência e na maioria dos casos, com vítimas fatais.

Na análise da produção do espaço verificam-se os campos de poder da segurança e os das instituições repressoras entre os aparelhos que compõem o tecido do município. Por outro lado, percebe-se a ausência de espaços de poder que minimizem ou evitem a violência urbana.

7.3 RELAÇÃO DE FRONTEIRA

Da relação entre os países e tudo que o ela representa, incluindo a corresponsabilidade por boa parte da dinâmica socioespacial em Pacaraima, que tem como cidade gêmea Santa Elena de Uairen, há certa paradiplomacia e relação de solidariedade que muito embora não constituam políticas públicas robustas, cooperam para a dinâmica da fronteira entre os países. Ocorrem ainda, relações paradiplomáticas entre as duas cidades com projetos que envolvem intercâmbios educacionais, culturais e políticos no estabelecimento de relações de solidariedade entre as cidades irmãs.

As práticas sociais associadas à condição de fronteira aparecem como propulsora de todas as demais dimensões das práticas socioespaciais noticiadas. A possibilidade de contato e intercâmbio cultural e econômico entre os países e entre as culturas presentes alimentam fluxos das mais variadas características e intenções dos quais se salientam: operações comerciais e aduaneiras, transporte e trânsito de passageiros e de cargas, turismo, comércio formiga, contrabando, sacoleiros, drogas, produtos piratas e etc.

Desde sua criação a cidade de Pacaraima sempre manteve relações recíprocas de interdependência com a cidade de Santa Elena de Uairen. São relações formais e/ou informais baseadas em processo solidários, que embora algumas delas representem ilícitos como o descaminho e o contrabando, são normalmente pacíficas dadas às tradições dos dois países.

Dentro das relações formais destaca-se o comércio exterior que possui dentre os principais indicadores, a exportação, a importação, corrente de comércio e saldo da balança comercial. A exportação retrata o volume de bens enviados ao exterior, as importações o volume de bens recebidos do exterior e a corrente de comércio, a soma das exportações e importações que dá a dimensão do comércio exterior do país e seu grau de abertura comercial.

A balança comercial é o resultado das transações de exportações menos as importações de mercadorias. É a conta que demonstra as movimentações entre países, na forma de produtos primários, semiprocessados ou de utilização final, destinada ao consumo e à formação de capital fixo; é a conta de maior expressão para a maioria dos países. Resumidamente, a balança comercial é a relação entre as exportações e as importações de um país. Quando o valor das exportações excede o das importações, o país apresenta um *superávit*, tornando-se credor do estrangeiro; de outra maneira, quando as importações são maiores que as exportações, o país está em dívida com o estrangeiro e apresenta um *déficit* na balança comercial.

Os principais bens exportados do município de Pacaraima da última balança

publicada foram: parte de bombas para líquidos, falsos tecidos, obras forjadas ou estampadas de ferro ou aço, acessórios para tratores e automóveis. Outra relação formal é o comércio formiga de produtos de sobrevivência (produtos da cesta básica e eletrodomésticos, entre outros) para consumo (SEPLAN-RR, 2014).

O comércio formiga é regulamentado por força da Lei nº.104/84 que regula o comércio de subsistência das populações fronteiriças, definidas como cotas e produtos que cada pessoa pode trazer de países vizinhos, exceto produtos não permitidos ou proibidos. A referida lei estabelece que cada cidadão tem a liberdade de ir e vir nas cidades fronteiriças e trazer produtos destinados à sua própria subsistência ou a de sua família, livres de impostos, podendo importar ou exportar produtos nas cidades adjacentes. A Receita Federal fiscaliza essa relação como comércio de subsistência das populações fronteiriças.

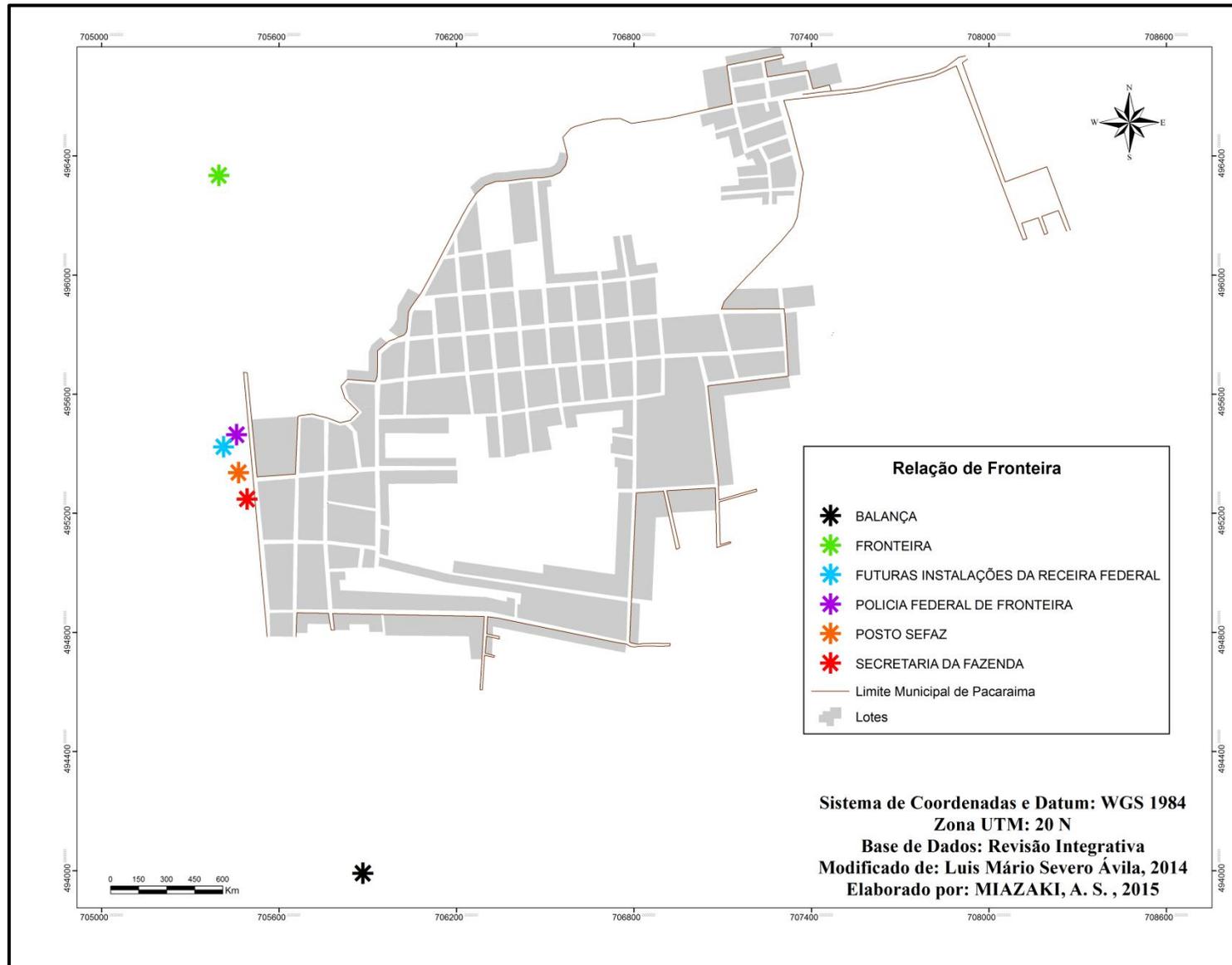
O Art. 170 da lei 6.759/2009 quando fala da isenção de imposto nos casos de produtos oriundos do exterior, deixa claro que trata de mercadorias para uso e/ou consumo próprio tanto para os residentes nas fronteiras do Brasil quanto para os não residentes e não para comercialização. O comércio formiga marca em grande parte a relação das duas cidades e caracteriza a fronteira pelo intenso trânsito de pessoas.

Para auxiliar no controle do referido comércio, em novembro de 2013 foi criada a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº1.413 que “dispõe sobre a fiscalização e o controle aduaneiro relativos ao comércio de subsistência em localidades fronteiriças onde não existam pontos de fronteira alfandegados”, no intuito de controlar o fluxo de transeuntes e produtos adquiridos, evitando a sonegação dos impostos.

O objeto espacial, ou seja, o prédio e os equipamentos, da Receita Alfandegária marca a cidade de Pacaraima e possui a responsabilidade de fiscalizar, controlar e garantir a segurança dos viajantes, assim como, verificar a passagem de mercadorias e produtos a fim de evitar contaminação e inibir o comércio de ilícitos. As deficiências de funcionamento, no entanto, causadas por falta de pessoal, aparelhamento entre outros motivos não conseguem atender a demanda e há caso de produtos que entram de forma ilegal nos dois países.

A porosidade, as relações horizontais e o comércio formiga da fronteira sempre existiram através de compra de alimentos, produtos eletrônicos, roupas, calçados e medicamentos. Os fronteiriços estão acostumados a viver dependentes do câmbio, não apenas do seu próprio país, mas também do país vizinho (MAGALÃES, 2007). Os produtos mais comuns são os alimentos que suprem a cesta básica, produtos de higiene pessoal e os produtos de limpeza.

Figura 87 - Mapa dimensão das relações fronteiriças



Fonte: MIAZAKI; RAPOSO; SENHORAS, (2015) modificado de ÁVILA, (2014)

O comércio formiga atrai também compradores que pretendem melhorar renda por meio da revenda dos produtos adquiridos em Santa Elena de Uairén. São os sacoleiros, pessoas que compram mercadorias nas cidades fronteiriças e interceptam tanto para os comerciantes locais quanto para os consumidores finais, o que ocorre muitas vezes por encomendas, favorecendo a ocorrência de relações informais e criminosas do contrabando, descaminho e contrafação.

O contrabando é um crime característico de mercadorias ilegais que adentram os países vizinhos através das fronteiras, constituem de entrada ou saída de produtos no país proibidos por lei. Destaca-se em Pacaraima o contrabando de gasolina, pneus, drogas, medicamentos e suplementos alimentares, ocorrendo também tráfico humano de crianças e mulheres (SEPLAN-RR, 2014).

O descaminho caracteriza-se por adquirir ou exportar mercadorias e sonegar os impostos devidos. Tem-se o entendimento que no descaminho a entrada ou saída de produtos não é considerado crime, nos casos em que o indivíduo não tem a intenção de burlar o fisco, porém nos casos em que esses mesmos indivíduos atravessam com a mercadoria na fronteira e não são lançados os créditos dos impostos fica caracterizado o delito.

Estima-se que as autoridades de receitas deixam de arrecadar 1,5 milhão de reais ao mês, considerando apenas o volume de combustível vendido a brasileiros nos postos de Santa Elena de Uairén. O jornal informou que com o descaminho os governos federal e estadual deixam de recolher cerca de 25% de impostos e tributos, como Pis, Confins, Cide e Imposto de Renda (FOLHA DE BOA VISTA, 2009).

O crime de contrafação é um crime de violação dos direitos autorais, ou seja, a falsificação de uma obra, uma marca, uma música, um filme, etc, que na linguagem popular é conhecida também como pirataria. Crimes de trocas de moedas de transporte e comércio de carne e hortifrutigranjeiro foram registrados considerando não só os aspectos legais e tributários da entrada desses produtos no país, mas também o risco desses produtos constituírem vetores de endemias e epidemias na região de fronteira.

No bojo da produção do espaço e a relação de fronteira ressaltam-se as transações intercambias de ordem política, educacional e cultural, fatos (paradiplomacia) estabelecidas nas cidades por meio de ações de paradiplomacia que assegurem relações horizontais de reciprocidade e coexistência. As relações paradiplomáticas mais produtoras de espaço em Pacaraima constituem uma força de reprodução das relações de reprodução social, que como já visto são entendidas conforme Lefebvre (2006, 2008) em processos essencialmente espaciais, conferindo sentidos aos objetos espaciais ampliando os campos de poder dos

processos políticos, educacionais e culturais locais para os dois lados da fronteira.

As relações intercambiais políticas ressaltaram algum empenho de políticos locais em atuar como intermediários em assuntos de grandeza internacional. Em 02 de abril de 2013 foi formada uma comissão com a finalidade de realizar audiências públicas para esclarecer sobre a situação de brasileiros em viagem à Venezuela. A medida contou com ação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Roraima (ALE-RR), na realização de uma audiência pública para discutir os problemas enfrentados pelos roraimenses e amazonenses que fazem turismo na Venezuela (SEPLAN-RR, 2014).

Outro caso de intermediação foi sobre o acordo bilateral firmado entre o Brasil e Venezuela que estabeleceu uma zona *non-aedificandi*, em 1989, estabelecendo a faixa de 30 metros de cada lado da fronteira onde deve permanecer sem construções. Acordo desrespeitado pelo Brasil em Pacaraima. Embora pairasse, no período, certa falta de informação sobre o assunto, entre os políticos houve um certo esforço em negociar sobre a questão.

7.4 SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Na dimensão das práticas de saúde e meio ambiente reflete o desenvolvimento socioeconômico da população e suas demandas por acesso a políticas públicas de saúde e aos meios de subsistências dos recursos naturais. A demanda por eficiência na saúde e a questão de fronteira fomentam ações de vigilância sanitária, tanto no controle biológico de pragas quanto no de endemias e de epidemias, exigindo equipamentos especiais que cumpram tal função social.

A evolução dos indicadores de saúde está estritamente relacionada ao desenvolvimento socioeconômico. A melhoria da renda familiar, as novas tecnologias e a aceleração do processo de urbanização modificaram consideravelmente o panorama da saúde, propiciando um maior acesso da população a estes serviços. De acordo com dados da SEPLAN-RR consta a ocorrência de 29 (vinte e nove) leitos em 01 (uma) unidade de saúde pertencente ao ente mantenedor estadual no município de Pacaraima.

A existência de um regular conjunto de aparelhos de saúde (Figura 88), não assegura plena assistência à saúde da população da cidade, das comunidades indígenas e mesmo da cidade de Santa Elena de Uairen. Dados da SEPLAN (2014) indicam uma elevada taxa de mortalidade infantil de 2,8% registrado em 2011. Há relatos de populares durante os trabalhos de campo que apontam que devido às condições cambiais favoráveis parte da população que

podem pagar por serviços de saúde procura essa oferta na Venezuela, incluindo tratamentos odontológicos e estéticos de variadas natureza.

A cidade conta ainda com os seguintes aparelhos urbano de saúde:

Figura 88 – Rede de prestação de serviços de saúde.

UNIDADE DE SAUDE	MANTENEDORA
Centro de Atenção Psicossocial – CAPS	Municipal
Centro de Saúde/ Unidade Básica de Saúde	Municipal
Centro de Regulação de Serviços de Saúde	Municipal
Posto de Saúde	Federal/Estadual/Municipal
Unidade de Atenção a saúde indígena	Municipal
Unidade de Vigilância em Saúde	Municipal
Clínica/Centro de Especialidade	Privado
Unidade móvel de nível pré-hosp na área de urgência	Municipal

Fonte: SEPLAN 2014, adaptado por RAPOSO; SENHORAS, 2014

Do aparelho de saúde da cidade de Pacaraima espera-se respostas às demandas da saúde dos residentes e ainda as demandas da saúde de fronteira no controle de endemias e epidemias, direcionando esforços para combater e controlar moléstias como febre amarela, dengue, chycungunya, HIV/ aids entre outros que merecem atenção devido às especificidades da moléstia ou da especificidade geográfica.

Componente dos aspectos de saúde, o saneamento urbano composto pelos serviços de abastecimento de água, esgoto domiciliar e coleta de lixo são importantes indicadores de condições ambientais e de qualidade de vida da população. De acordo com dados fornecidos pela CAER/RR, em 2011, no município de Pacaraima 1592 domicílios encontravam-se ligados à rede geral de abastecimento de água, conforme demonstrado na Tabela 4.

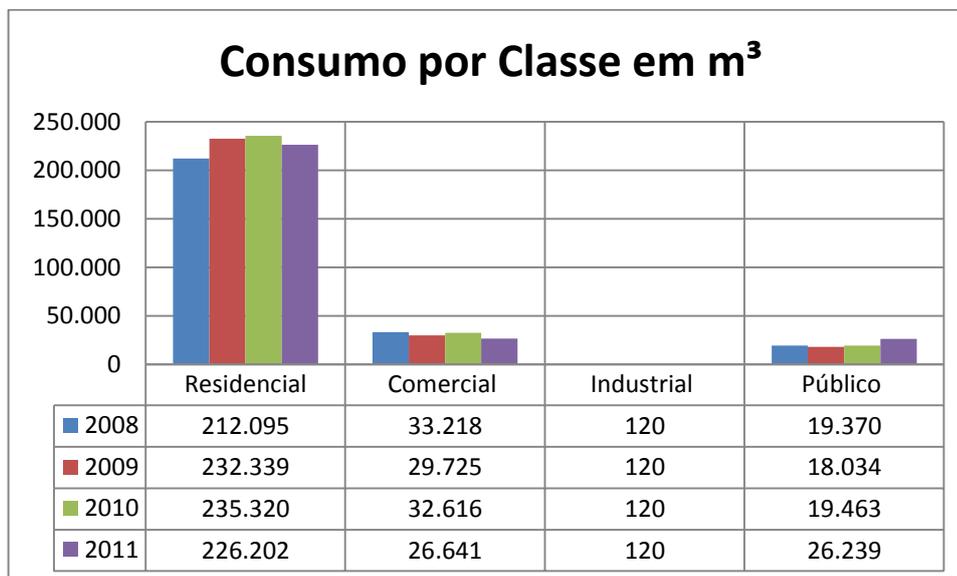
Tabela 4 - Abastecimento de água no município de Pacaraima entre 2008 a 2011

Período	Populaã o Urbana	População abastecida	Total de ligações	Ligações Medidas	Extensão da Rede (Km)	Capacidade e Reservação m3
2008	6.707	6.589	1.555	1.107	44,9	660
2009	4.303	4.174	1.559	1.020	39,6	660
2010	4.514	4.379	1.602	1.041	35,8	660
2011	4.489	4.489	1.592	1.027	35,8	1.370

Fonte: CAER , (2012).

A sede municipal é atendida pela rede pública de abastecimento de água fornecida pela Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (CAER) através de adutora de água com captação superficial 100% tratada. A Tabela a seguir apresenta o volume faturado no município.

Tabela 5 - Volume faturado (consumo) no município de Pacaraima entre 2008 a 2011.



Fonte: CAER (2012)

Quanto ao sistema de esgoto domiciliar de Pacaraima, não existe rede de captação de esgoto. Os dejetos são eliminados através de fossas sépticas (privadas higiênicas) e fossas secas na maioria das residências. As águas pluviais são escoadas por galerias, mediante as depressões laterais das ruas.

Em 05 de novembro de 2013 foi noticiada a recomendação do Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR) ao poder executivo da cidade para que apresentem no prazo de seis meses o Plano Municipal de Saneamento Básico para a sede do município, vilas e demais comunidades existentes. Na ação é pedido, ainda, que haja promoção imediata de estratégias para evitar o despejo do esgoto sanitário de residências, estabelecimentos comerciais, industriais e de prestadores de serviços na rede de drenagem das águas das chuvas.

Na mesma ação foi solicitada a ampliação da rede pluvial visando assegurar à saúde coletiva e, também, que o prefeito adotasse medidas que possam eliminar os pontos de ligação de esgoto doméstico à rede de drenagem das águas das chuvas e que se apresentassem, mensalmente, relatórios para a Promotoria de Justiça especificando de forma detalhada as medidas adotadas. No município foi constatado esgoto a céu aberto contaminando nascentes e cursos d'água, considerando que dentre as medidas de saneamento básico, o esgoto sanitário assume papel relevante na promoção da saúde coletiva e na melhoria de indicadores como o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). O IDH do município é de 0,650 em 2010, considerado médio.

A ação foi movida devido ao forte odor de esgotos que correm a céu aberto em determinadas regiões da cidade e a aplicação da Lei nº 11.445/2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Segundo o MP-RR (21013), o prefeito de Pacaraima, Altemir da Silva Campos disse que o plano já está em andamento e ficaria pronto bem antes do prazo estipulado pelo MPRR.

Com relação ao serviço de coleta de lixo, o município de Pacaraima não possui aterro sanitário para sua deposição adequada, o que demonstra uma crise vivida na cidade em relação à produção e deposição de resíduos urbanos, na qual um lixão constitui um subespaço que geram problemas ambientais e desconforto aos moradores.

Figura 89 - Vista parcial do lixão



Fonte: RAPOSO; SENHORAS, (2015)

O lixão fica na cabeceira do igarapé Miang, próximo à mata ciliar, como se pode observar na foto acima. O risco de contaminação do recurso hídrico é eminente. Pode haver contaminação por ação do chorume, por resíduos sólidos e por fezes de urubus que lá dormem e usam a copas das árvores das matas ciliares como base no seu ciclo de vida. Outro problema ambiental relacionado ao aumento da população de urubus é o falecimento das árvores em função do excesso de fezes desses animais em seus brotos de sua sapucais e flores e, ainda, o peso deles que fazem os galhos se quebrarem.

O lixo doméstico da cidade é descartado de forma precária, provocando transtornos aos moradores, em especial aos dos bairros Florestal, Suapi e da comunidade indígena de Ouro Preto, localizados a poucos metros da área de descarte. Esta referida área não recebe nenhum tipo de tratamento especial e se tornou um verdadeiro lixão a céu aberto, levando riscos à saúde da população. Com o lixo a poucos metros das residências, os moradores se

queixam principalmente do mau cheiro que traz transtornos e prejudica o ambiente e a saúde das pessoas dos bairros atingidos.

Na Figura 90 é possível observar a diversidade de resíduos indicando que não há nenhum tipo de triagem ou seleção destes. É possível, também, perceber a presença de pneus, eletrodomésticos, fraldas descartáveis garrafas pet entre outros. Não se obteve uma resposta por parte do executivo municipal se há algum tratamento diferenciado para resíduos especiais como o hospitalar, por exemplo.

Outro risco a qual os moradores estão submetidos é o de contrair a dengue, uma vez que pneus, tampas de garrafa, copos plásticos e outros materiais que acumulam água servem de criadouro para o mosquito. Além disso, o lixo é queimado formando uma nuvem de fumaça ao redor do local, ocasionando inclusive doenças respiratórias, especialmente em crianças e idosos.

Pelo fato de o município estar localizado em uma região de restrições geográficas, hidrográficas e antropológicas ficou definido que um aterro sanitário seria construído no mesmo local do lixão, em 2010, prevendo, inclusive, desapropriações de residências, mas o projeto não obteve êxito, pois estava dentro de uma área de sítio arqueológico.

No mês de novembro de 2013, o transtorno que o lixão estava provocando no bairro Ouro Preto ou comunidade indígena de Ouro Preto, pois dificultava o deslocamento das pessoas e estava prejudicando a saúde dos moradores ganhou ampla repercussão na mídia local. Entre as ações ainda estavam previstas a instalação de uma cerca para delimitar a área reservada ao depósito de lixo e a contratação de um vigilante para monitorar a área do lixão e fiscalizar o despejo irregular de lixo.

Para tanto, ficaram previstos possíveis meios para multar os infratores e inibir a reincidência dos despejos na estrada. Em contrapartida, o executivo municipal também realizaria com a classe de comerciantes a fim de conscientizá-los sobre os inúmeros problemas que esse descarte irregular de lixo pode causar a toda população do município. Além do impacto na saúde das pessoas e na paisagem urbana, o lixão produz um chorume fétido que contamina a água dos rios e igarapés da região, além de comprometer o lençol freático, ocasionando um enorme impacto ambiental.

Outras situações ocasionadas pelo lixão é a delicada situação da cidade em relação ao desrespeito do acordo *no-andificandi* de 1989 e a existência de uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que questiona a permanência da sede do município de Pacaraima dentro da Terra Indígena São Marcos, pois há um certo temor de que os impactos sociais,

ambientais e de saúde dos indígenas possam pesar negativamente na decisão da Corte Suprema, em relação à cidade.

As análises das notícias do jornal evidenciam o quão é negativa a situação para o município, sobretudo quando se pensa na insegurança jurídica relativa à localização da cidade. Consta no diário jornalístico que há uma sinalização de o Exército Brasileiro colaborar com o debate pela permanência da cidade, em um esforço que deve reunir moradores de Pacaraima – índios e não índios – Fundação Nacional do Índio (Funai) na resolução desse tema.

A cultura de falta de cuidados com a destinação dos resíduos não se restringe ao lixão, mas se espalha por toda a cidade, demonstrando a carência de um processo de educação ambiental para a população, acoplada a uma forte ação do governo municipal na coleta, seleção e destinação dos resíduos.

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) Lei nº 12.305, os municípios teriam até agosto de 2014 para criar instalações ambientalmente adequadas para o manejo e depósito de rejeitos. A política tem como principal meta a substituição de todos os lixões do país por aterros sanitários. Um levantamento realizado no ano passado pela Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP) concluiu que Roraima necessita da implantação de três aterros sanitários de grande porte e quatro de pequeno porte.

Figura 90 – Diversidade de resíduos e aumento dos riscos.

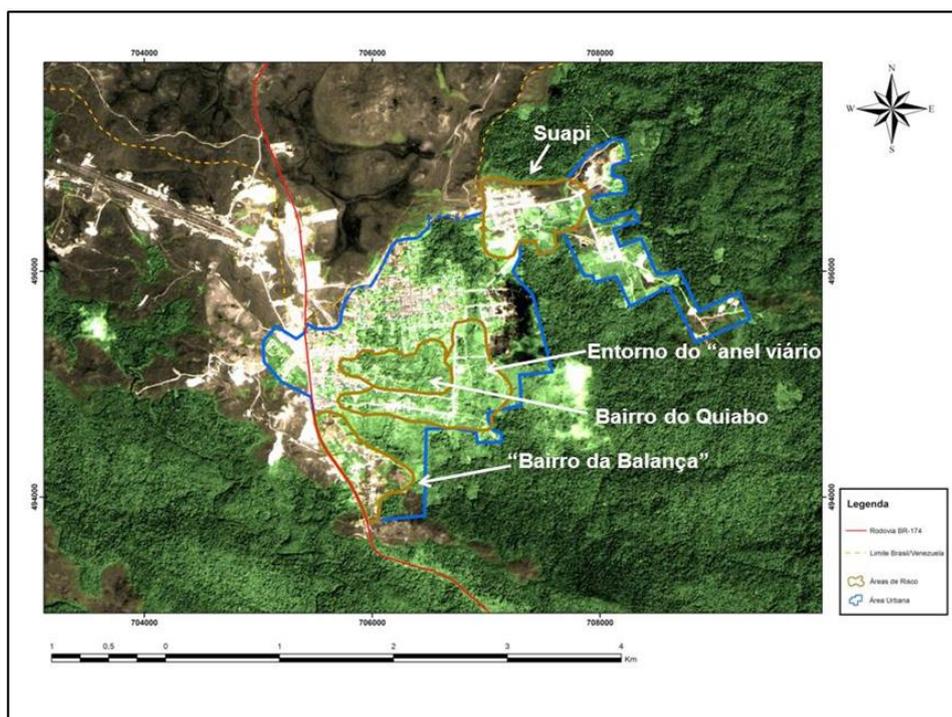


Fonte: RAPOSO; SENHORAS, (2015)

A questão do lixão em Pacaraima mais do que problema de saúde social e ambiental, de estética e de paisagem urbana constitui um conflito que adquire características de conflitos geopolíticos, necessitando de esforços coletivos rápidos e inéditos a uma situação de catástrofe socioambiental que coloca em “xeque” a experiência geográfica de habitar de toda a população pacaraimense.

Outro impacto humano que causa preocupações com a saúde das pessoas e com a paisagem são as áreas de risco em encostas decorrentes de ocupações inadequadas e da expansão do tecido da cidade para áreas mais íngremes do terreno. Cunha, Beserra Neta e Tavares Junior (2012) apontam que as regiões do Suapi, no entorno do Anel Viário, bairro do Quiabo e a expansão denominada bairro da Balança possuem áreas de risco geológico e oferece risco aos seus moradores, conforme mapa abaixo

Figura 91- Áreas de risco

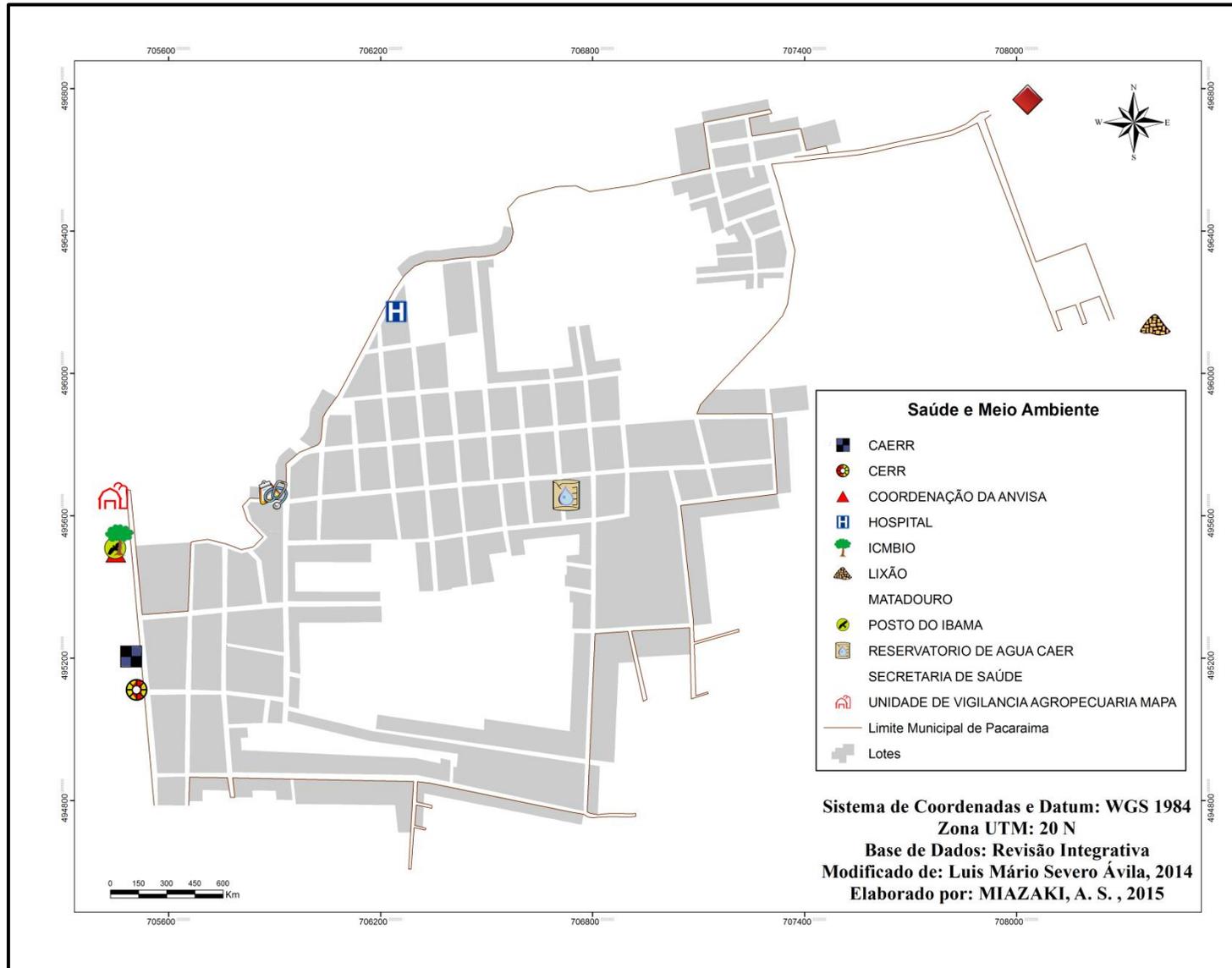


Fonte: CUNHA; BESERRA NETA; TAVARES JUNIOR, (2012)

Em relação ao ambiente urbano as praças e áreas livres são reivindicadas e apontadas pela população como espaços abandonados e esquecidos pelo poder público. A cidade contém um importante instrumento de contenção e de controle de pragas e endemias como a mosca-da-carambola³³, por exemplo. O Ministério da Agricultura define o Estado de Roraima como área de emergência fitossanitária para a execução do Plano de Supressão e Erradicação da mosca da carambola. O Estado é considerado área de alto risco para disseminação da praga.

³³A mosca-da-carambola atinge principalmente frutas como manga, goiaba, acerola, caju, tomate e carambola. A praga é originária da Malásia e Indonésia e foi encontrada no Suriname em 1985. Chegou à Guiana Francesa em 1989 e em 1996 surgiu o primeiro foco no Brasil, no Município de Oiapoque, no Amapá. Em 2007, a praga apareceu na fronteira do Amapá com o Pará, mas foi erradicada em 2008. No momento, a mosca pode ser encontrada em Roraima e Amapá, pois esses estados fazem fronteira com a Guiana e Guiana Francesa, onde a praga está presente.

Figura 92 - Mapa dimensão Saúde e Meio Ambiente



Fonte: Fonte: MIAZAKI; RAPOSO; SENHORAS, (2015) modificado de ÁVILA, (2014)

A praga promove prejuízos, pois dificulta a exportação de tomate e manga, por exemplo. As principais formas de disseminação são o transporte de frutos contaminados e os locais de comercialização desses produtos. Frutas cítricas como limão, laranja, tangerina, melancia e a banana - principal produto de exportação do estado, podem ou não sofrer sanção em relação à contaminação.

Os aspectos ambientais do entorno da cidade é marcado pela presença da TI São Marcos, considerada pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, área protegida que compõe o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, são espaços que objetivam proteger e manter a diversidade biológica, os recursos naturais e culturais, através de instrumentos legais ou outros meios institucionais específicos.

As terras indígenas correspondem a 97,94% das terras do município de Pacaraima, havendo portando apenas 2,06% de área remanescente. Toda área, no entanto é acometida por constantes incêndios e queimadas periurbanas que estão inseridas no campo de poder saúde e meio ambiente e embora a maioria das queimadas ocorram longe da cidade é dela que se espera uma infraestrutura e logística para enfrentamento desse problema.

Os incêndios florestais acabam sendo uma prática comum e consomem extensas áreas do estado, especificamente na região norte as queimadas são causadas por uma longa temporada de seca e pelo costume de indígenas e não indígenas de utilizarem o fogo para limpar a terra para o cultivo ou mesmo exterminar animais peçonhentos que possam colocá-los em risco.

As autoridades locais, anualmente, declaram estado de calamidade pública nos municípios que compõem a área chamada 'arco de fogo', uma região caracterizada por um tipo de vegetação de transição entre o cerrado e a floresta amazônica. Embora a região Norte seja a que registre a maior quantidade de chuvas durante o ano, Roraima sofre com as alterações climáticas que afetam todo o sistema global causando períodos de seca. Pacaraima conta com uma unidade do IBAMA, uma equipe do prev-fogo e uma unidade de corpo de bombeiros que estão mobilizadas para atuar nestas circunstâncias. Ressalta-se que o estado já passou por dois desastres ligados a incêndios, em 2003 que destruiu 10% de seu território e afetou as reservas indígenas Yanomami e São Marcos, enquanto outro, ainda mais grave, devastou em 1998 quase uma quarta parte do território.

Nesse campo ainda notoram-se na revisão, questões relativas ao falecimento e a ausência de cemitério na cidade, devido às condições geológicas do solo que propicia a mumificação dos corpos em contraponto a decomposição.

A melhoria da renda familiar, as novas tecnologias e a aceleração do processo de

urbanização modificaram consideravelmente o panorama da saúde, propiciando um maior acesso da população aos serviços de saneamento básico e de saúde, solicitando mais o uso dos recursos naturais como a água encanada e esgoto, energia elétrica e coleta de resíduos. Essas demandas além de constituírem práticas de produção socioespaciais definem e qualificam a morfologia da cidade, assim como ressaltam, também, a dimensão de infraestrutura na produção dos espaços de Pacaraima.

7.5 INFRAESTRUTURA

No campo da análise a dimensão das práticas socioambientais além de produtoras de espaços são reprodutoras e promotoras de novas práticas socioambientais e socioespaciais na conformação da cidade até os dias atuais. Essa dimensão representa ainda o grau de inserção da cidade nos processos locais, regionais e nacionais. São as infraestruturas que promovem os canais de acesso e determinam velocidades de integrações aos fluxos de circulação de pessoas, mercadorias, finanças, ideias, entre outras.

A cidade de Pacaraima possui uma regular infraestrutura de serviços considerando a necessidade permanente de ampliação e melhoria. A infraestrutura da cidade compõe os mais variados serviços, alguns já analisados nas dimensões acima. A cidade dispõe, ainda, de telefonia fixa e telefonia móvel, com três operadoras atuando no mercado local. Em partes dela há o sinal da “Movinet” - celular e internet e a “Movistar” - internet, ambas empresas da Venezuela.

Na dimensão em que se analisaram os aspectos de saúde e meio ambiente, salientam-se os serviços de abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo por serem infraestruturas essenciais e estarem diretamente vinculadas à qualidade de vida da população da cidade. Optou-se, então, em realizar uma análise vinculada à água, ao esgoto e à coleta de lixo com os aspectos de saúde pública.

Figura 93 - Aspectos das infraestruturas da cidade



Fonte: LAURENA; RAPOSO; SENHORAS, (2014).

O consumo de energia elétrica em Pacaraima no período de 2009 a 2012 aumentou de 3.807 para 4.178 MWh, enquanto que o número de consumidores passou de 1.858 para 2.086.

Tabela 6 - Número de consumidores e consumo de energia elétrica entre 2009 a 2012

Município	Nº de consumidores				Consumo de energia (MWh)			
	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Pacaraima	1.858	1.994	2.019	2.086	3.807	3.924	3.825	4.178
Pacaraima (Sede)	1.771	1.907	1.932	1.983	3.581	3.790	3.701	4.066
Surumu	87	87	87	103	226	134	124	112
Contão	0	0	0	0	0	0	0	0
Boca da Mata	0	0	0	0	0	0	0	0
Maloca Santa Rosa	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: CERR. Elaboração SEPLAN-RR/CGEES (2014)

A tabela traz o aumento dos consumidores e do volume de energia consumido nos anos analisados. Vale destacar que durante os trabalhos de campo foi possível observar um número considerável de ligações clandestinas em diversas localidades da cidade e até mesmo bairros inteiros. Tais ligações constituem “gatos” e não entram nessa estatística.

Figura 94 - Vista parcial da cidade e de sua infraestrutura.



Fonte: Taylor Nunes (2006)

A base material dos sistemas de objetos que compõem as infraestruturas da cidade conta ainda com rede de energia elétrica; água; arruamento - a maioria conta com asfalto e calçamento - há serviços de telefonia móvel (celular); agência do INSS; bancos com destaque para Caixa Econômica e o Banco do Brasil; matadouro municipal; correios; telefone público e domiciliar ; Receita Federal; Polícia Federal e Fundação Nacional de Saúde; 33 escolas de 1º grau e 2 escolas de 1º e 2º graus; 1 campus da Universidade Estadual de Roraima; um hospital com 25 leitos que atende, também, os venezuelanos que o procuram, embora haja serviços de internet e TV por assinatura observa-se que essa infraestrutura também é oferecida por empresas venezuelanas. Há, ainda, um empreendimento de produção de hortaliças orgânicas e o processo de manutenção periódica da BR 174, bem como das instalações do PEF.

Em relação ao sítio da cidade, como já debatido, existe a necessidade de se instalar um sistema de coleta e destinação dos resíduos sólidos que seja adequado aos parâmetros legais e conjunturais da cidade, a ampliação do esgoto pluvial como forma de prevenir a erosão de enxurradas. Por ser uma região de serra, com chuvas regulares o ano inteiro e relevo de declive, há a necessidade de se criar rede municipal de esgoto sanitário, além de uma política de habitação e urbanismo que pense e evite ocupações em áreas de risco.

Essa dimensão constitui a análise dos objetos espaciais que constinuem produzindo e reproduzindo o espaço geográfico da cidade de Pacaraima. Desses objetos e de sua disposição pelo espaço e que pode deprender debates levar a apreensão da morfologia urbana do sistema de ações processados no jogo de evolução socioespacial da cidade de Pacaraima.

A taxa de urbanização do município de Pacaraima em 2010 foi de 43,27%, que indica uma razoável taxa no estado, considerando os demais municípios. Comparativamente, essa é superior ao município de Uiramutã que possui taxa de 13,59% - a menor do estado, bem como, é inferior à capital Boa Vista (97,71%) e Iracema (46,90%) - este último, , depois da capital é o de maior taxa (IBGE 2010; SEPLAN 2014). Reconhece-se a necessidade de promover o desenvolvimento fronteiriço bilateral que perpassa pela preservação do meio ambiente, criação de infraestrutura nas cidades gêmeas, transporte terrestre fronteiriço, comércio de combustível e trânsito de turistas.

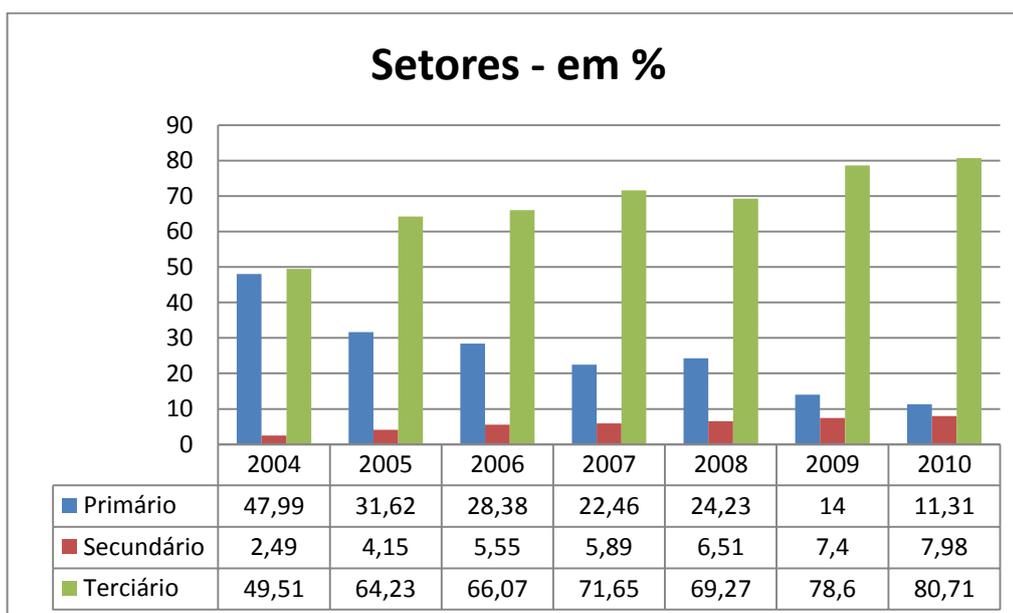
Há uma permanente necessidade de ajustes e definição de operações das aduanas dos dois países com vistas a favorecer o transporte e o trânsito de passageiros e cargas nas regiões, como forma de mater os interesses comerciais entre os países. Tais ajustes abrangem diálogos necessários entre a Receita Federal e o SENIAT - Serviço Nacional de Administração Aduaneira e Tributária da Venezuela, com vistas a estabelecerem mecanismos de segurança

que possam combinar uma agenda menos burocrática, facilitando o fluxo de mercadorias, estendendo-se, inclusive, o horário de funcionamento das aduanas.

7.6 ECONÔMICA

As práticas sociais relativas ao campo de poder da economia abarcam questões relativas aos setores produtivos da cidade e aos componentes de seu Produto Interno Bruto – PIB, com destaque aos setores primários, secundários e terciários da produção econômica. Ao proceder a análise de tal dimensão da produção dos espaços, é visível o desenvolvimento dos setores econômicos vinculados ao comércio realizado na fronteira com o país vizinho, a atuação das cooperativas de taxistas, do comércio local, da prestação de pequenos serviços, da produção de orgânicos e da agropecuária.

Tabela 7 - Participação percentual do PIB dos setores da economia do Município.



Fonte: RAPOSO; SENHORAS (2015) Adaptado de SEPLAN, (2014)

Os dados permitem afirmar a preponderância, atualmente, nas atividades dos setores de serviços, em relação aos outros dois. Fica evidente, também, a queda de participação do setor primário no PIB da cidade. Embora não haja registros é possível se especular que a vertiginosa queda do setor primário na produção do PIB da cidade se dê em função da retirada de produtores de arroz das terras indígenas (Tabela 9).

Essas práticas promovem objetos espaciais como rede de comércios e serviços, com dinâmica para padrões regionais como hotéis, restaurantes, comércio, serviço de taxi entre outros. O PIB da cidade evoluiu de maneirasignificativa, em sete anos, conforme tabela

abaixo:

Tabela 8 - Evolução do PIB do município de Pacaraima de 2004 a 2010

PIB a Preço de Mercado (1) do Município de Pacaraima (em R\$ 1.000)							
Pacaraima	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	69.112	60.955	69.982	80.939	88.186	93.443	114.258

Fonte: IBGE/CGEES/SEPLAN-RR, (2014).

O PIB do município de Pacaraima ocupa o 8º lugar no ranking do PIB dos municípios do Estado de Roraima. No que diz respeito à participação da administração pública no PIB do município foi de 53,48% no ano de 2009, o que corresponde à aproximadamente R\$ 50 milhões. Salienta-se ainda que esse campo de poder é aquecido pela economia do contracheque e dos repasses governamentais como o bolsa família, os quais compõem uma fatia considerável de valores que movem a economia local

O setor primário apresenta certa dinâmica marcada por produção local de alimentos do setor agrícola e pecuário e, ainda, a prática impactante de uso de madeira para lenha. O setor agropecuário apresenta um importante componente da economia, com destaque à produção de arroz, mandioca, tomate, milho e banana.

Tabela 9 – Principais produtos da economia local

Cultura	Área Plantada (ha)			Produção (toneladas)			Valor da Produção (R\$ mil)		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Arroz	800	850	550	6.832	5.009	1.176	4.782	3.506	1.058
Abacaxi	1	1	1	6	6	6	7	8	8
Cana-de-açúcar	15	15	15	44	44	44	15	16	18
Feijão	175	175	175	86	86	86	167	172	189
Mandioca	155	180	270	1.828	1.839	1.760	822	1.085	1.144
Melancia	1	1	2	6	6	16	3	3	9
Milho	100	100	100	244	244	207	158	160	145
Tomate	25	25	25	280	280	190	392	420	342
Banana	60	60	60	310	310	310	173	186	217
Laranja	25	25	25	167	167	167	71	73	80
Limão		3	3		1	1		0	0
Mamão	10	10	10	13	13	13	4	5	7

Fonte: SEPLAN-RR/CGEES, (2014)

Em relação à produção econômica e o setor primário, merece destaque a reconhecida e pujante produção de orgânicos em uma horta urbana conforme Figura 95. Na pecuária os destaque são para o rebanho de bovino, aves, equinos, suínos e caprinos. Para os produtos de origem animal destacam-se a produção de leite e ovos. Também possuem relevância produtos do extrativismo vegetal, tal como lenha.

Tabela 10 - Produtos de origem animal no município de Pacaraima – 2008 a 2012

Produtos	Quantidade				
	2008	2009	2010	2011	2012
Leite (mil litros)	89	89	102	108	123
Ovos (mil dúzias)	50	50	51	39	40
Mel (Kg)	-	-	-	-	-

Fonte: PPM – Pesquisa Pecuária Municipal - IBGE; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES (2014)

Figura 95 - Alguns seguimentos da produção econômica do município.



Fonte: RAPOSO; SENHORAS, (2014).

Tabela 11 - Produção da pecuária no município de Pacaraima - 2008 a 2012

Efetivo dos Rebanhos	Quantidade (cabeças)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Bovino	16.300	16.250	18.900	17.654	18.420
Suíno	1.500	1.480	1.550	1.550	854
Equino	1.240	1.250	1.300	1.995	2.189
Galinhas	5.000	5.000	5.400	4.993	5.143
Galos, frangos e pintos	4.000	4.000	4.100	3.697	3.733
Caprinos	200	200	200	378	327

Fonte: PPM - Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES (2014)

Os números do setor primário, embora sejam modestos são bem diversificados em produtos, sobretudo se consideramos a produção de hortaliças de várias espécies. A presença do matadouro municipal destaca o potencial do comércio de carnes e da agropecuária na cidade.

A força do setor terciário está associada às duas dimensões já analisadas: da produção cultural e da relação de fronteira que a cidade possui. Na dimensão cultural da produção dos espaços ressaltamos o papel do turismo e os seus números em Pacaraima. A cidade é entreposto e destino de turistas dos dois países e seus reflexos são sentidos na diversificação da oferta de serviços, aquecendo a economia local.

Figura 96 – Comércio de alimentação e suporte ao turista

Quantidade	Modalidade comércio
6	Churrascarias
9	Restaurantes
10	Lanchonetes
20	Bares
2	Padarias
2	Pizzarias
4	Farmácias

Fonte: Esmael, (2015)

A relação de fronteira e os aspectos econômicos do comércio exterior e o comércio formiga realizados entre os dois países, em conjunto com a movimentação de turistas dão dinamismo ao setor de oferta de serviços, já que oferecem uma quantidade razoável de restaurantes, bares e hotéis, além de lojas especializadas em mercado de turismo, com lembranças dos dois países e outras atrações. Destaca-se ainda a atuação de quatro cooperativas de táxi intermunicipais, a operadora de táxi Venebras entre os países e uma operadora de moto-táxi de atuação na cidade.

O setor secundário apresenta-se em desenvolvimento e sua participação é muito tímida na análise do PIB da cidade, mas todos os setores da economia local encontram suas potencialidades em consonância com Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Roraima, Plano Plurianual 2012-2015 (PPA), os quais preconizam que a sociedade roraimense e o governo estadual vêm trabalhando na concepção e implementação de um modelo econômico baseado nas atividades produtivas privadas. Isso, com o objetivo de que a geração de riquezas seja realizada direta e preponderantemente pela própria sociedade, com intuito de reduzir a dependência de transferência de recursos federais ao estado de Roraima e, também, visando expansão de mercados e de lucros para as empresas com inclusão social e produtiva.

O modelo de desenvolvimento de Roraima proposto pelo PPA é que se tenha por estatística na dimensão espacial: a integração da região Norte do Brasil ao Sul da Venezuela; ao Atlântico via República da Guiana, interligando as bacias dos rios Amazonas e Orinoco; a valorização do Corredor de Integração Rodoviário Manaus-Roraima-Bolívar/Orinoco-Georgetown. Na dimensão setorial, o propósito é pela implantação e fortalecimento das

atividades econômicas complementares interfronteiriças e transfronteiriças, priorizando a produção de alimentos e produtos de encadeamento regional, como o turismo, por exemplo, pois potencializam as vantagens comparativas dessas três sub-regiões (Norte do Brasil, Sul da Venezuela e Guiana) e seus espaços locais (Manaus, Roraima, Bolívar e Guiana) (SEPLAN, 2014).

O potencial agrícola favorece produção de morango, mamão, maracujá, tomate, pimentão, couve-flor, cenoura, beterraba, chuchu e repolho. O clima também é propício ao cultivo de hortaliças e plantas ornamentais. Dispõe ainda de grande potencial turístico - Pedra Pintada, Cachoeira do Macaco, urnas funerárias, Pedra do Perdiz, Monte Roraima, aldeias, lendas e artesanato indígenas, cavalos selvagens e a micaraima.

Segundo a Suframa/FGV/SEPLAN Pacaraima possui fortes potencialidades para produção de arroz irrigado, indústrias de processamento de frutas e turismos de aventura. Na perspectiva do Arranjo Produtivo Local – APL³⁴ definido pelo Ministério do Desenvolvimento, Pacaraima possui potencial ainda para produção de alevinos e para a piscicultura de abate.

Os beneficiários do Instituto Nacional de Previdência Social – INSS compõem o conjunto de receitas que movimentam o município e colaboram para sua dinâmica. Como é possível observar na tabela 12, abaixo, a quantidade e os valores de beneficiários na cidade aumentaram de maneira significativa no período analisado. Em campo foi possível constatar a presença de aposentados que escolhem a cidade devido ao clima e à qualidade de vida.

Tabela 12 - Quantidade e valores de benefícios emitidos pelo Instituto Nacional de Previdência Social – INSS.

ANO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO
2005	6	1.811
2006	47	17.085
2007	92	34.730
2008	126	51.770
2009	173	75.803
2010	229	110.182
2011	302	150.870
2012	390	222.724
2013	473	301.161
2014	536	370.397

Fonte: RAPOSO; SENHORAS, (2015) baseado em dados da Previdência Social, (2015)

³⁴Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Arranjos Produtivos Locais são aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

A participação do setor público na economia do município é preponderante. Segundo analistas da SEPLAN (2014), no período 2008 a 2009 a receita total decresceu 6,62%; de 2009 a 2010 cresceu 64,14% e entre 2010 a 2011 houve um decréscimo de 7,96%. Enquanto a despesa no período entre 2008 e 2009 decresceu 44,77%; de 2009 a 2010 cresceu 21,54% e entre 2010 e 2011 decresceu em 5,06%.

Tabela 13 - Receita total arrecadada pelo município de Pacaraima de 2008 a 2011

(em R\$ 1,00) Descrição	2008	2009	2010	2011
Receitas Correntes	9.717.670	10.595.795	14.014.667	16.367.815
Receita Tributária	594.193	173.137	453.242	273.657
Receita Patrimonial	1.294.739	96.065	127.728	60.757
Transferências Correntes	7.775.361	9.325.808	12.837.810	15.952.780
Outras Receitas Correntes	53.405	1.000.785	595.886	80.620
Receitas de Capital	625.950	189.084	3.524.848	123.865
Operações de Crédito	0	0	2.500	0
Transferências de Capital	625.950	189.084	3.522.348	123.865
Deduções da Receita Corrente	-588.881	576.319	782.205	1.068.600
Receita Total	10.932.530	10.208.559	16.757.309	15.423.081

Fonte: SEPLAN (2014)

Pela tabela percebe-se que do total das receitas correntes, as transferências têm maior participação, sobretudo as constitucionais, legais e voluntárias somadas às do estado de Roraima. Fica bastante evidente o papel das esferas de governo na distribuição da renda e na dinamização da economia local.

A arrecadação dos tributos municipais é marcada pelo Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU cuja incidência se dá sobre a propriedade urbana e tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona urbana ou extensão urbana. O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de direitos a eles – ITBI, bem como o ISS- (Imposto Sobre Serviços) de quaisquer natureza têm como fato gerador a prestação de serviços. A partir de 01.08.2003, o ISS é regido pela Lei Complementar 116/2003.

Tabela 14 - Arrecadação tributária do município de Pacaraima – 2008 a 2011

(em R\$ 1,00) Ano	IPTU	ITBI	ISS	Taxas	TOTAL
2009	0	10.507	112.925	49.705	173.137
2010	132	16.251	433.537	267	450.187
2011	10	5.155	243.051	25.377	273.593

Fonte: SEPLAN, (2014)

Fica evidente a arrecadação zero de IPTU e ITBI frente à insegurança jurídica que paira sobre o município, em decorrência da falta de garantia na posse da terra e a falta de financiamento de ações governamentais municipais. O ISS representa a maior parte das

receitas das arrecadações municipais juntamente com as taxas diversas cobradas. Observa-se nos três anos analisados um padrão irregular de arrecadação.

As transferências constitucionais para Pacaraimasão são: o Fundo de Participação dos Municípios – FPM; o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural – ITR; o Imposto sobre Operação de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários –IOF e, o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias, bem como, sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação(LC87/96), ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Tabela 15 - Transferências constitucionais para o município de Pacaraima–de 2006 a 2012 (em R\$ 1,00)

Ano	FPM	ITR	LC 87/96
2012	2.103.867	104	2.319,39
2011	2.739.690	101	2.929,92
2010	1.759.280	70	2.812
2009	1.633.962	589	3.002
2008	1.727.938	213	3.057
2007	1.384.868	282	2.744
2006	1.188.398	265	2.864

Fonte: RAPOSO; SENHORAS, (2015) - adaptado do Portal da Transparência.

O município recebe, ainda, transferências mais específicas para determinados serviços como a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, o qual incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível; Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações – FEX e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

Tabela 16 - Transferências constitucionais para o município de Pacaraima - 2006 a 2012 (em R\$ 1,00)

Ano	CIDE	FEX	FUNDEF	FUNDEB	Total
2012	88.905,29	0	0	4.280.085,49	6.475.281
2011	161.227	2.775	0	5.458.383	8.365.108
2010	108.318	3.363	0	4.964.672	6.838.515
2009	58.526	4.749	0	3.845.004	5.545.832
2008	96.044	11.825	0	3.317.539	5.156.615
2007	112.206	15.885	0	2.096.238	3.612.223
2006	109.581	18.798	1.252.847	0	2.572.753

Fonte: RAPOSO; SENHORAS (2015) - adaptado do Portal da Transparência

Astransferências de caráter mais específicos corroboram com a produção espacial por meio de verbas, conforme apresentado. O FUNDEF representa uma fatia importante e significativa das transferências demonstrando o papel importante dos processos formais e não formais de educação na produção socioespacial; a CIDE requer um mecanismo de mais eficiência pra sua arrecadação, enquanto o FEX que visa promover um esforço de exportar está muito longe de cumprir seus preceitos.

Tabela 17 - Despesa total do município de Pacaraima – 2008 a 2011 - (em R\$ 1,00)

DESCRICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Despesas Correntes	9.739.413	5.746.571	14.688.714	15.913.295
Pessoal e Encargos Sociais	5.581.857	3.655.434	9.961.103	9.895.373
Outras Despesas Correntes	4.157.556	2.091.137	4.727.611	6.017.922
Despesas de Capital	17.253.574	9.159.151	3.428.142	710.013
Investimentos	17.053.122	4.329.440	3.067.257	0
Amortização da dívida	200.451	4.829.711	360.886	300.404
Despesa Total	26.992.988	14.905.722	18.116.856	16.623.309

Fonte: SEPLAN, (2014)

A análise das despesas em comparação à análise das receitas deixa clara a necessidade de competências administrativas as quais o gestor público deve desempenhar na gestão financeira do município, exigindo eficácia na gestão das finanças públicas que têm forte impacto na produção espacial do município e, em suas dimensões. Embora as transferências pareçam insuficientes ante às demandas, constituem-se ferramentas viabilizadoras das finanças municipais. É papel dos agentes públicos assegurarem conhecimentos e competências em sua gestão a fim de que se possa otimizar os recursos.

Considerando a dimensão da econômica da produção do espaço da cidade e seus impactos em sua sociedade, o município encontra-se em 3.115º lugar no ranking nacional e 4º no estadual, apresentando um IDHM35/médio de 0,650. O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM/36, criado pelo Sistema Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio

350 IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma derivação adaptada da metodologia do indicador Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global do PNUD calculada para os municípios brasileiros. A metodologia adaptada e calculada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP) reúne em um único indicador síntese três dimensões (Educação, Longevidade e Renda) em faixas que variam entre 0 (zero) e 1 (um), no qual, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município.

360 Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), criado pelo Sistema Firjan - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro congrega três áreas de desenvolvimento: emprego e renda, educação e saúde utilizando-se exclusivamente de estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal varia de 0 a 1, para classificar o nível de cada localidade. Os critérios de análise estabelecem quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4001 a 0,6), moderado (de 0,6001 a 0,8) e alto (0,8001 a 1) desenvolvimento, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

de Janeiro de Pacaraima encontra-se em 13º lugar no ranking estadual e em 5.265º lugar no ranking nacional, apresentando um IFDMbaixo de 0,4941.

O Índice de Gini, criado pelo matemático Conrado GINI, permite avaliar a distribuição de renda em um país, região ou estado. Ele mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo sua renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (zero), quando não há desigualdade; a renda de todos os indivíduos têm o mesmo valor de 1 (um) quando a desigualdade é máxima. Pacaraima apresenta uma significativa concentração de renda e por consequente uma significativa desigualdade apontada pelo o Índice de Gini em 1991, 2000 e 2010 e sua posição em relação ao estado, à região e ao país.

Tabela 18 - Índice de Gini do município de Pacaraima em 1991, 2000 e 2010.

Município	Índice de Gini		
	1991	2000	2010
Brasil	0,64	0,65	0,61
Norte	0,63	0,65	0,63
Roraima	0,63	0,61	0,63
Pacaraima	0,61	0,70	0,74

Fonte: SEPLAN, (2014)

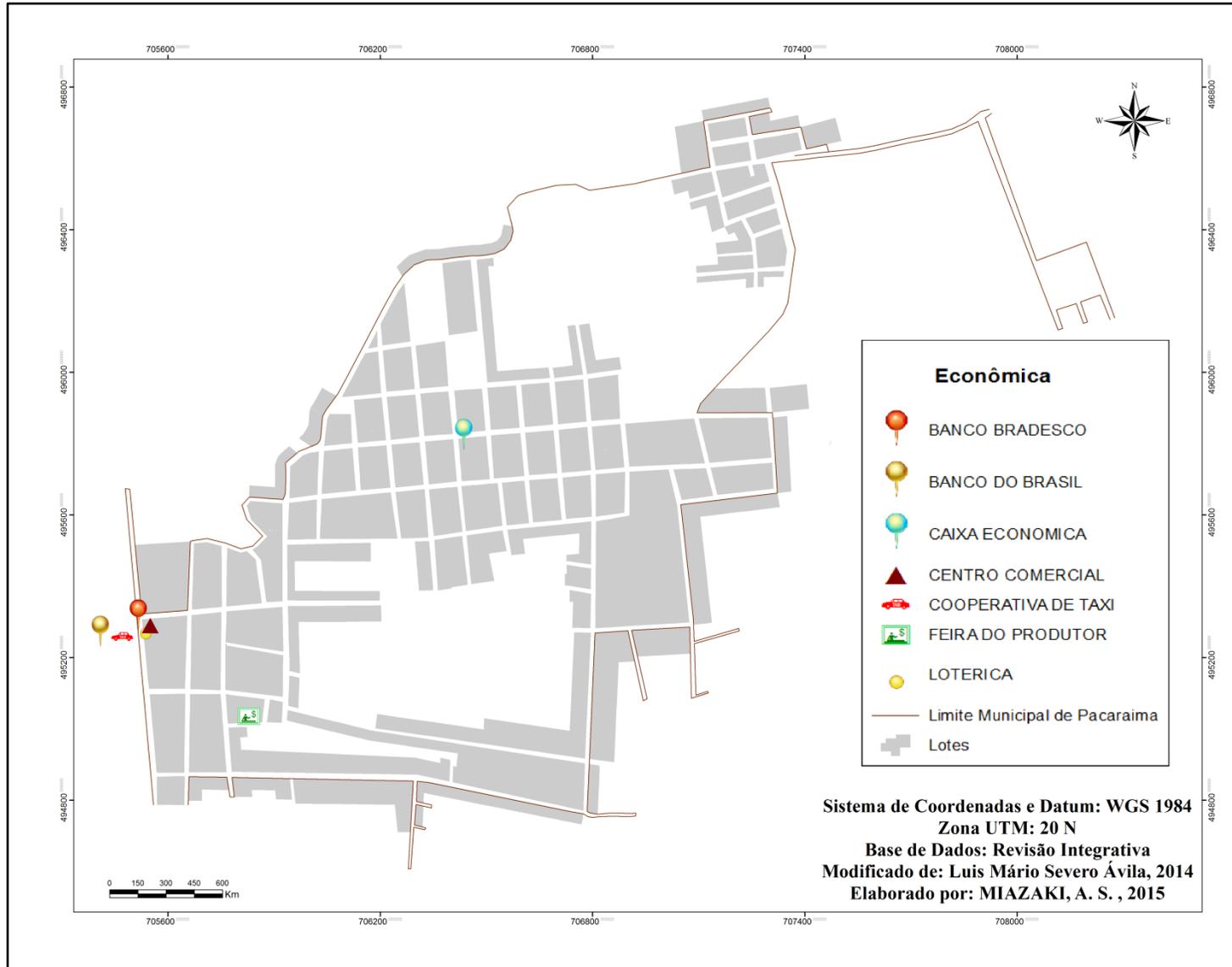
A concentração de renda e as disparidades econômicas têm seus reflexos sociais e espaciais gerando ambientes distintos, conforme figura abaixo, na qual é possível visualizar como as diferenças econômicas e sociais produzem espaços distintos nos bairros da cidade.

Figura 97 - Aspectos das moradias e suas distintas espacialidades



Fonte: RAPOSO; SENHORAS, (2014)

Figura 98 - Mapa dimensão Econômica



Fonte: MIAZAKI; RAPOSO ; SENHORAS, (2015) modificado de ÁVILA, (2014)

A análise das condições de trabalho e renda é um dos fundamentos indicador de condição de vida e de acesso da população ao mercado de trabalho. Para contextualizar esse assunto faz-se uso do parâmetro fundamental que é a População Economicamente Ativa (PEA), distribuída nos diversos setores e seu nível de ocupação. Segundo dados do IBGE, o município de Pacaraima possuía em 2010 uma população de 10.433 habitantes dos quais apenas 3.599 é considerada economicamente ativa.

A maioria dela está ligada ao serviço público com remuneração média entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.200,00 por mês. Considera-se, também, economicamente ativa a população beneficiária do Programa Federal Bolsa Família. Em março de 2013 havia 2.786 famílias pobres cadastradas e recebendo cerca de R\$ 140,00 mensais, enquanto o Ministério do Desenvolvimento transfere para o município cerca de R\$ 340.000,00 por mês para apoio à gestão do Programa.

7.7 POLÍTICA

A política local expressa o jogo de poder e interesses que congregam forças exógenas e endógenas que surgiram com a cidade, mas ainda se mantêm. Além de normatizar e regularizar uma ocupação na fronteira, o jogo político visa o estabelecimento de uma sede municipal com suas instituições capazes de assegurar aos residentes uma representação nos moldes do sistema democrático de governo como reza a constituição brasileira.

Os processos políticos possuem os contornos complexos, dado o contexto sociopolítico e geográfico de inserção da cidade e as disputas decorrentes. Questões de titularidade e posse do solo urbano e situação de fronteira são os verdadeiros panos de fundo para os problemas de saneamento básico, plano diretor urbano, ordenamento territorial e econômico, por exemplo.

A cidade demanda uma política que proporcione soluções às demandas locais, e ao mesmo tempo, a um protagonismo político de articulação nacional e internacional. Há para cidade uma agenda política bastante heterodoxa, exigindo ações de seus políticos que vão desde casos corriqueiros a problemas de política de segurança nacional.

O eleitorado da cidade encontra-se bem dividido entre homens e mulheres, conforme tabela a seguir:

Tabela 19 - Distribuição do eleitorado, por sexo, do município de Pacaraima em 2012

Sexo	Quantidade
Não Informado	1
Masculino	3.674
Feminino	3.664
Total	7.339

Fonte: SEPLAN, (2014)

Os eleitores estão divididos em 30 seções no município como se segue:

Tabela 20 - Situação do eleitorado do Município de Pacaraima em 2012

Zona	Município	Seções Efetivas	Agregadas	Total de seções	Total de Eleitores
7 ^a	Pacaraima	28	2	30	7.339

Fonte: SEPLAN (2014)

Embora apareça em número menor de repetições na revisão integrativa, registra-se que a política é a dimensão social de maior abrangência em relação à produção espacial, pois é por meio dela que se obteve, obtém e se obterão os objetos espaciais e estes ganham sentido, também, através dela que assegura os acessos aos seus benefícios.

Considera-se que os processos políticos não são neutros e constituem importantes ferramentas de controle espacial, social e econômica para a cidade e é por meio destes que os residentes em Pacaraima podem exigir suas garantias sociais. Dos executores da política local espera-se que possam junto com os demais entes de governo criem as condições de adequação às leis e assegurem, urgentemente, o controle e o domínio do espaço da cidade.

Uma das principais vias de participação popular nessa dimensão é por meio do uso do voto. No município de Pacaraima, o eleitorado, em 2012, foi de 7.339 (100,00%) com abstenção de 1.221 (16,64%) e comparecimento de 6.118 (83,36%), dentre estes 56 (0,92%) votos foram em branco, 199 (3,25%) foram nulos, totalizando-se 5.863 (95,83%) votos válidos. Nessa eleição o município possuía 30 seções, em que 02 eram agregadas e 28, com urna para o pleito de prefeito e nove (09) para vereadores (SEPLAN, 2014).

Figura 99 – Prédio da Câmara de Vereadores e Fórum Eleitoral



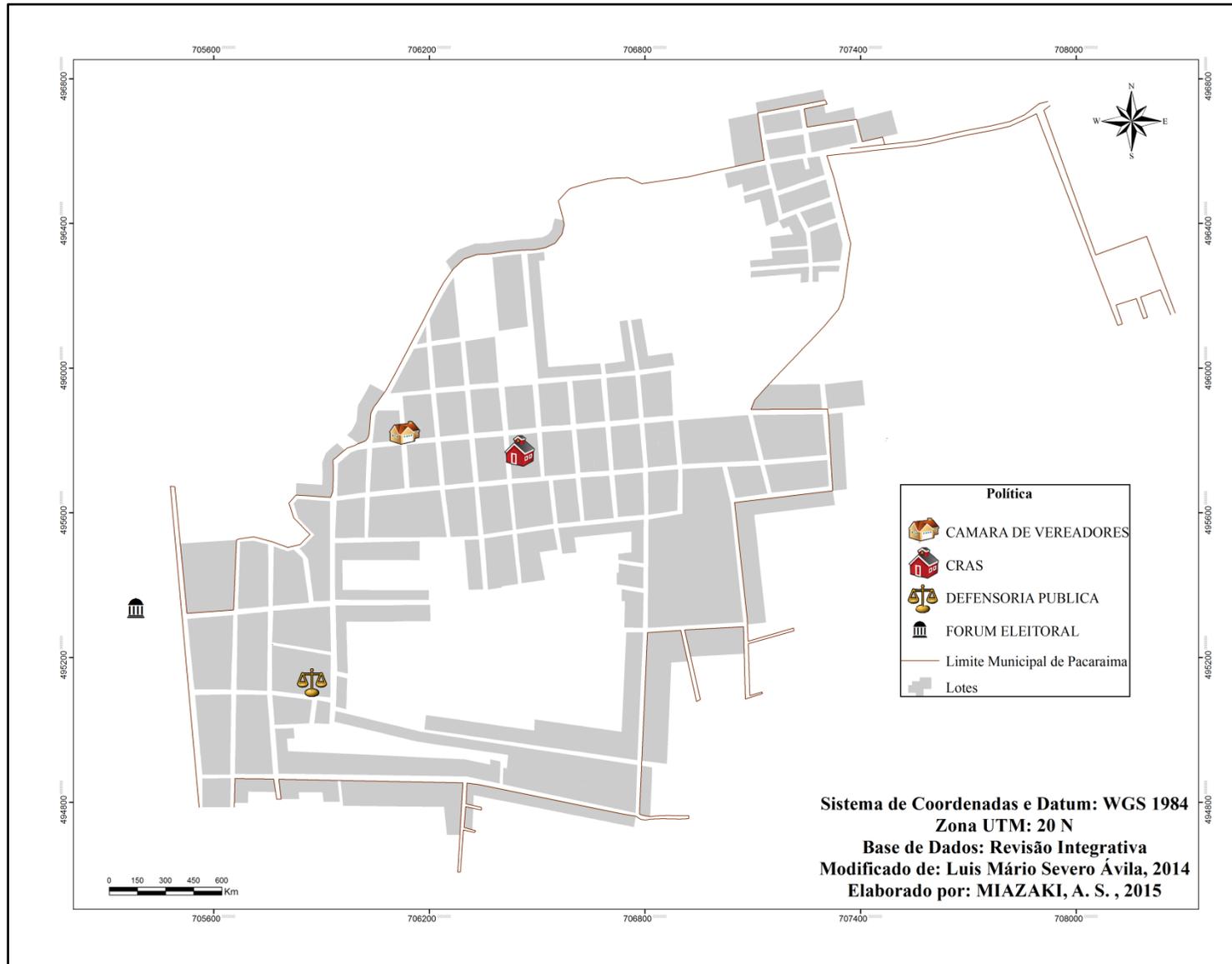
Fonte: RAPOSO; SENHORAS, (2015)

Entre os espaços de poder das práticas políticas merecem destaque o prédio da prefeitura municipal, o prédio da câmara de vereadores, o fórum eleitoral da 7ª Zona (Figura 73), as secretarias municipais, as representações dos órgãos estaduais e federais presentes no aparelho da cidade e ainda as associações e lideranças dos bairros da cidade como é o caso de moradores mais antigos, por exemplo, que constituem um espaço político não formal no processo de produção do espaço da cidade.

Espera-se das práticas políticas uma excelência na gestão do erário público como forma de assegurar que elas sejam um instrumento de benefício amplo entre os moradores. Em se tratando de uma cidade de fronteira, almeja-se-se que a política local faça florescer processos paradiplomáticos que assegurem a coexistência de cooperação internacional, favorecendo uma geopolítica que priorize relações de cooperação e integração nacional e internacional.

Ademais considera-se que a dimensão política dos campos de poder em Pacaraima tenha sido suficientemente debatida nos capítulos três e quatro, nos quais se evidenciou, período a período, a atuação e as realizações dos administradores e gestores desde o início da vila de Pacaraima.

Figura 100 - Mapa dimensão Política



Fonte: MIAZAKI; RAPOSO; SENHORAS, (2015) adaptado de ÁVILA, (2014)

A metodologia da revisão integrativa permitiu uma melhor compreensão sobre o estado da arte da produção espacial de Pacaraima buscando compreender as práticas sociais mais noticiadas e agrupadas nas dimensões analisadas até aqui. São práticas horizontais centrípetas que reproduzem as relações sociais que por sua vez reproduzem o tecido da cidade de Pacaraima.

Configuram em práticas sociais que estabelecem espaços e campos de poder instituídos ou não pelo poder público na cidade. A análise permitiu considerar a abrangência das práticas sociais na constituição do aparelhamento do conjunto de equipamentos e objetos espaciais que forma subespaços na cidade.

Ao pormenorizar a análise foi possível ampliar a apreensão dos processos de produção espacial da cidade enquanto processos horizontais compreendendo em detalhes o papel de cada dimensão da produção espacial da cidade. Identificou-se sete dimensões das práticas sociais com destaques para os processos de educação, cultura e lazer como a dimensão mais assinalada na revisão integrativa, da segurança como sendo a segunda mais assinalada, da relação de fronteira e de saúde e meio ambiente sendo a terceira e quarta dimensão respectivamente.

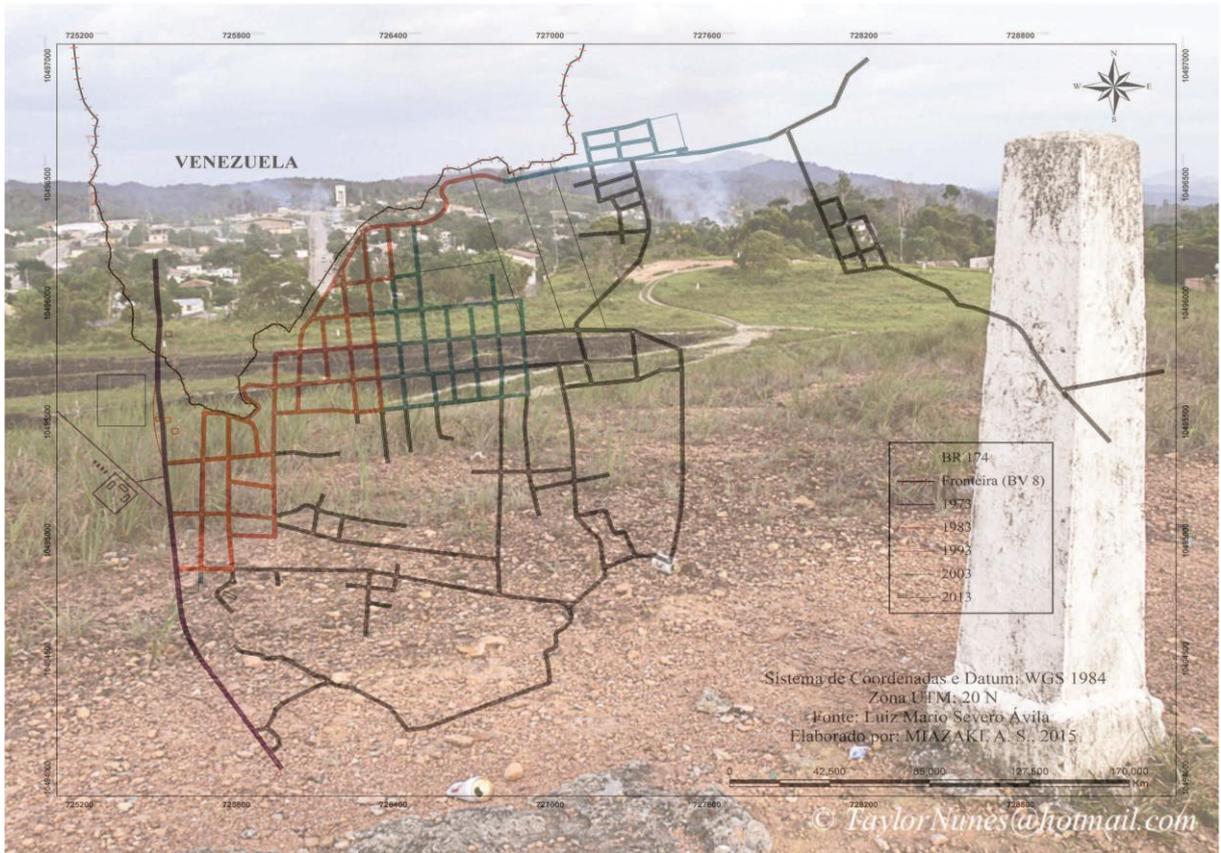
Depreende-se dessa análise que as demandas mais urgentes ou as mais significativas na produção espacial da cidade se encontram nessas quatro dimensões onde três delas estão ligadas de forma direta a qualidade de vida de quem habita a cidade e a uma delas ligado a localidade do sítio da cidade junto a fronteira internacional. Tais horizontalidades retratam os campos e os espaços de poder mais dinâmicos ou que demandam dinâmicas maiores na consolidação de seus objetivos.

Quanto às dimensões das práticas sociais ligadas a infraestrutura, a economia e a política, compreendem a quinta, sexta e sétima, práticas assinaladas respectivamente. São práticas que constituem de atividades meio, ou seja, atividades que estruturam e dão suporte a as condições de habitar na cidade com qualidade de vida considerando mesmo a sua localização na fronteira. Embora não sejam as práticas que mais se assinalam na revisão integrativas, essas últimas dimensões são as de maior alcance e abrangência no processo de produção espacial e na conformação dos espaços de poder das demais dimensões.

A análise das forças horizontais nos campos e espaços de poder oferece uma excelente oportunidade de compreensão da produção espacial considerando a dinâmica dos agentes sociais enquanto agentes promotores de produção de espaços em Pacaraima. Essa análise possibilitou ainda a evidenciar em mapas onde estão esses espaços e objetos de poder considerando a conformação dos sistemas de objetos espaciais da cidade.

Ressalta-se mais uma vez a efetividade da técnica de análise da revisão integrativa como subsidiária da análise das forças de verticalidades analisadas no capítulo cinco e das forças de horizontalidades como forças de produção espacial em Pacaraima revelando seus atributos de deficiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou especialmente analisar os processos históricos, políticos, sociais e econômicos que levaram ao surgimento da cidade de Pacaraima e como esse espaço foi se constituindo. Assim apresentamos algumas reflexões sobre a origem e caracterização da currutela do Divisor, do povoado de BV8, sobre a vila de Pacaraima e, por conseguinte da cidade Pacaraima. Igualmente, houve a intenção de identificar as principais políticas públicas e as principais práticas sociais que colaboram com a produção e reprodução do espaço da cidade de Pacaraima nos últimos anos.

As pesquisas realizadas consistiram no levantamento de fontes de análise tais como documentos oficiais, fotografias, bibliografias, registros orais, entre outros. Ao lado dessas buscas, destacou-se também o trabalho de campo através da observação dos espaços que formam a totalidade da paisagem da cidade. Com as coletas de documentos e trabalho de campo foi possível fazer uma periodização com construção de mapas que além de colaborarem com a própria pesquisa ilustra o texto final.

Todos esses recursos possibilitaram a elaboração do trabalho final ora escrito, apresentando os resultados finais e ao mesmo tempo constatando a necessidade de novas pesquisas. Espera-se, assim, ter colaborado com alternativas metodológicas importantes, visto que a pesquisa se utilizou de uma multiplicidade de metodologias e todas adquiriram relevância durante as várias etapas de evolução do trabalho.

O núcleo inicial da cidade de Pacaraima, ou seja, a currutela do Divisor surgiu no contexto da atividade garimpeira de ouro e diamante na região, evoluiu para o povoado de BV8 com a chegada dos militares, que se tornou em Vila de Pacaraima em 1983 surge num contexto de fronteira que guarda uma forte ancestralidade indígena e todas essas características e etapas da produção espacial da cidade constituem bases de sua estruturação.

Pacaraima no contexto regional e sub-regional analisada no primeiro capítulo constitui um olhar de fora para dentro na perspectiva de compreender o fenômeno da cidade na Amazônia. No contexto de cidade inserida na Amazônia Legal, Pacaraima guarda similaridades e particularidades em relação às demais cidades da tanto na Amazônia Oriental e quanto Ocidental e até mesmo em contexto supranacional que abrange a chamada Amazônia internacional. Pacaraima constitui uma típica Cidade de Terra-Firme e não de Várzea com padrão dendrítico, a dispersão no caso se dá em virtude da BR 174 e não por rios como na Amazônia Oriental.

Acidade de Pacaraima se insere no contexto dessa região compondo uma rede dendrítica de estrada num sitio geoambiental de terra firme e constitui uma cidade então com intima relação socioeconômica com cidade de Boa Vista que exerce primazia sobre o estado, constitui em uma cidade na cabeceira de estrada e no limiar fronteiriço da nação, a cidade exerce uma ação primaz de segunda ordem, pois constitui o primeiro centro de controle politico e militar no Brasil por onde são distribuídos produtos, pessoas, capitais ideias etc para a hinterlândias da Amazônia.

Pacaraima é uma cidade de colonização num processo empreendido por meio de eixos de colonização e de penetração rodoviários em um processo de urbanização ligado a projetos de grande escala para região com implantação de infraestrutura. É uma cidade de beira de estrada e possui forte ligação a um centro regional que não prescinde do padrão dendrítico.

No contexto de Amazônia Caribenha a cidade se em um território ancestral indígena pertencente a um modal pluricultural que com a presença do colonizador dinamiza ainda mais os contatos inter-eticos entre os nativos da região e ainda introduzindo culturas e línguas como a holandesa, inglesa, espanhola, negras africanas e asiáticas. O processo é bastante ancestral e marca a migração dos povos tradicionais e a inserção da região a mercado global no processo de expansão comercial europeu na América.

Pacaraima no contexto de Amazônia Caribenha guarda a suas profundas raízes indígenas, onde embora haja um debate que procure excluir as culturas indígenas dos processos sócio-econômico-cultural-político e por decorrência dos processos de produção do espaço geográfico da cidade, seus desígnios se encontram no contexto sócio-histórica e cultural.

O espaço da cidade na conjuntura regional ainda se configura com as forças centrípetas da cultura local em um fenômeno social de registro material da existência das experiências humanas. Constitui uma escrita, uma materialização de sua própria historia. A cidade enquanto Amazônia Caribenha demanda uma produção sócioespacial que resulte em espaços donde as suas culturas constituintes possam promover suas estratégias de inserção e pertencimento.

No contexto de Amazônia Setentrional o surgimento da cidade de Pacaraima tem como principal processo dinamizador do Programa Calha Norte articulando os três níveis de governo: o federal, o estadual e o municipal. Trata-se de uma estratégia do Ministério da Defesa que elaborou para cada município da esfera do PCN, um Plano de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável, contendo diretrizes para investimentos nos segmentos, que

representam as principais dimensões do processo de desenvolvimento a Infraestrutura Social e Infraestrutura Econômica.

O esforço do governo federal por meio do Ministério da Defesa é de assegurar por meio do conjunto de cidades, estradas, comunicações, o controle da região. Assim Pacaraima tem como função ser sede do loco político, ponto de atração de fluxos migratórios, gerando um processo de ocupação urbana da região relacionada a objetivos militares. Esse processo permanece como herança do regime militar e seu Programa Estratégico de Governo que mantém suas estratégias com objetivo de preservar as fronteiras internacionais e a incorporação de sua economia ao todo nacional.

Pacaraima no contexto do estado do estado de Roraima e de Amazônia tem como gatilho a Currutela de garimpo inicialmente e posteriormente a instalação do 3º PEF por se tratar de uma área de interesse das forças de defesas e vigilância nacional. Esse contexto marca surgimentos de outros núcleos urbanos no estado e na região amazônica. Logo, pode se afirmar que currutelas de garimpos e postos do exército são por toda a Amazônia estruturas básicas donde surgiram a partir delas, povoados, vilas e pequenas cidades.

A primeira infraestrutura que se tem notícia na região era uma casa com condições precárias onde era ofertado o serviço de radiofonia e comércio de suplementos e equipamentos para atividade garimpeira. Com a abertura da estrada e chegada do exército fez com que surgissem os primeiros elementos que irá determinar a configuração espacial e vida dos habitantes, o 3ºPEF e as estruturas civis de fronteiras.

O povoado de BV8 surgiu em decorrência da instalação do da base do exército e da benfeitoria da estrada na currutela do Divisor, Durante a década de 1970 e início da década de 1980 povoado era fortemente influenciado pela presença de militares até o ano de 1983 quando o povoado é elevado ao status de vila por força do executivo municipal boa-vistense

A elevação do povoado a categoria de vila no início da década de 1980, mas precisamente em 1983 decorre de certa dinâmica de relação fronteiriça e de comércio formiga a exemplo do comércio de materiais de construção e combustíveis, por exemplo, que impulsionou o movimento de pessoas na fronteira, gerando uma maior dinâmica no comércio na fronteira e na cidade de Boa Vista.

A existência da vila de Pacaraima decorre então do interesse dos políticos locais que viam na região a possibilidade de terem seus interesses políticos impulsionados junto a uma área que se dinamiza em função da presença da base do exército e do comércio formiga entre os dois países.

Com o estabelecimento da Vila de Pacaraima novas estruturas são estabelecidas assegurando condições de moradias a remota localidade. Durante os anos de vila, houve em Pacaraima a abertura de ruas aumento do número de habitantes, instalação dos serviços de água encanada e eletrificação, destacamento de polícia militar, construção de hospital, escola, prédio da administração da vila, entre outros objetos espaciais.

Tais objetos atendiam aos interesses de uma pequena mais articulada população na qual se destacavam além de militares, indígenas garimpeiros, os comerciantes entre outros agentes atraídos pela fronteira que dinamizava a produção do espaço, gerando um sistema de ações que serão mais tarde responsáveis por dar à vila de Pacaraima as condições de elevar-se à cidade de Pacaraima no ano de 1995, visto a ocorrência de um aumento populacional e a elevação do número de casas.

Assim, percebe-se o crescimento da vila de Pacaraima movido pela inserção de Pacaraima a uma lógica de que entregava a política nacional de defesa e ao mesmo a uma lógica de intercâmbio cultural e comercial internacional, que se enquadrava a época as mudanças de caráter econômico em curso no Brasil e no mundo o processo de globalização econômica. Evidencia-se que um dos aspectos da globalização econômica é a integração das economias entre os países e os fortalecimentos dos estados nacionais.

Pela lógica da verticalidade da política de defesa nacional a região amazônica e por consequência Roraima e a vila de Pacaraima passa a integrar o processo de produção do capital nacional, sendo essa política a responsável por proteger e desenvolver a região sob a égide do lema “integrar para não entregar” fortalecendo assim o estado nacional e a defesa de sua soberania.

As verticalidades são conformadas por relações que hierarquizam os espaços, nas quais imperam as racionalidades de origem distante, quase sempre carregadas de estranhezas que acabam por desarticular a lógica local, se materializa no espaço por meio de relações econômicas, políticas sociais e culturais que se estabelecem entre o local e o regional e até o mesmo entre o local e o nacional. As verticalidades em Pacaraima se expressão por meio do federalismo, presente na produção do espaço da cidade desde a abertura da BR174 e criação do 3ºPEF até as políticas públicas financiadas por repasses e até mesmo o jogo político, por poder em âmbito regional e nacional.

Por outro lado a lógica do intercâmbio cultura e comercial da horizontalidade das relações locais facilitado pela porosidade da fronteira e das relações de solidariedade insere a vila de Pacaraima a um contexto de integração econômica internacional que será confirmado anos mais tarde.

As horizontalidades se dão pro meio de relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se estabelecem na escala local na qual a lógicadas relações de vizinhanças. As horizontalidades em Pacaraima expressão suas forças no espaço da cidade por meio das relações locais com a realidade da terra indígena e tudo que ela representa em termos de técnica, cultura e conflitos e por circunstancia desse espaço ocorrer em faixa de fronteira, associado a questão da terra indígena.

Evidentemente o engendramento da vila em tal conjuntura não livrará a localidade das estruturas políticas e econômicas, baseadas respectivamente nas relações mandonistas e clientelistas presentes ate hoje em todo estado de Roraima. Em suma, há uma cosmopolização da localidade da vila de Pacaraima no que tange as diferentes forças políticas ideológicas postas nas circunstâncias do crescimento e dinamização da vila ate a criação do município em 1995.

O processo de estabelecimento do município e elevação de vila para cidade evidencia a complexidade política entorno de sua criação num processo de francas disputas e de estabelecimento de manobras e acordos políticos que perpassou por dois plebiscitos ate a criação da cidade em 1995.

Com estabelecimento da cidade e da burocracia municipal há o ingresso da localidade ao pacto federativo e função disso ocorre um significativo incremento e expansão do espaço da cidade. O incremento constituiu de melhorias dos logradouros publico existentes e criação de uma infraestrutura para subsidiar os processos burocráticos recém-instalados como é o caso da prefeitura, secretarias e câmara de vereadores. E a expansão é percebida na estruturação dos Bairros Suapi, Jardim Florestal e Elzio Peichoto (Moro do Quiabo).

Na análise do conjunto das gestões municipal destaca-se o aumento da área da cidade e oferta de serviços públicos municipais. O crescimento da cidade teve efetiva participação das lideranças políticas mesmo na área onde a iniciativa de ocupação foi de populares. Houve a participação das lideranças também com doações de lotes sem titularidades, conformação de bairros com condições sociais questionáveis devido à ausência de alguns serviços essenciais.

Evidentemente a ampliação da malha da cidade com as novas ocupações, assim como a cidade como um todo sofre questionamento por parte dos defensores da desintrução da cidade. Há também desrespeitos a outros dispositivos legais que balizam a ocupação em ambientes urbanos como, por exemplo, a falta de uma política clara de gestão urbana respeitando o que preconiza a Constituição Federal e o Estatuto da Cidade.

Vale destacar os impactos ambientais decorrentes dessa expansão salientando a área do bairro Elzio Peixoto e a recente área de expansão do chamado do bairro da Balança ambos

são bairros em área de encosta. Considera-se ainda o aumento da produção de resíduos e o lixo que causa transtorno a indígenas e ao bairro Jardim Florestal.

Embora tenha havido nas primeiras gestões tentativas e até mesmo criação de dispositivos legais para gestão do espaço da cidade, na atualidade não vigora nenhuma política que abarque questões de planejamento urbano ou de zoneamento da cidade. O executivo municipal não dispõe e nem se utiliza de instrumentos balizantes para realizar a sua gestão em relação ao espaço da cidade.

Sobre a falta de um planejamento urbano, ressalta-se que o executivo municipal recebe um quantidade significativa de verbas pra execução de políticas públicas na cidade e a presença de um plano de gestão estabelecido dentro de um processo democrático e dialógico garantiria maior efetividade das ações das políticas públicas minimizando alguns dramas vivenciados na cidade entre eles a questão da regularidade de ocupação e uso do solo da cidade.

Reconhece-se que o executivo municipal é o grande articulador de processos que culmina na produção espacial da cidade por meio de edificações de prédios públicos, infraestrutura física e social que estimulam o povoamento e o enriquecimento das dinâmicas sociais e das relações de reprodução socioespacial. Entre as gestões há uma falta de continuidade de processos que afetam a efetivação das políticas públicas.

As políticas públicas na perspectiva de falta da continuidade de sua efetivação não permite que os ciclos sejam continuados e cada gestão há um desprestígio pelo o que foi feito na gestão anterior havendo uma permanente necessidade de se reiniciar. Nesse processo há uma tentativa de personalizar as ações decorrentes das políticas públicas fazendo que estas se transformem em políticas de governo com propósitos espúrios que visam quase sempre a permanência no poder custe o que custar.

As demandas populacionais os interesses público e coletivo e subvertido nessa lógica e a produção do espaço não atende verdadeiramente os interesses e as necessidades da população da cidade e sim demandas e interesses de grupos ou classes políticas que dominam o cenário político local.

O processo de produção do espaço da cidade de Pacaraima quanto a suas gestões municipais surge de uma trama de interesses políticos que ao realizarem suas práticas políticas estabelecem também os mecanismos de reprodução socioespacial onde são sucumbidos os interesses da coletividade. Contudo criticamente, entende-se que o processo de produção do espaço da cidade de Pacaraima esta vinculado as ações políticas, econômicas e

sociais desenvolvida por seus prefeitos sendo esses importantes agentes de produção espacial na cidade.

Quanto análise das políticas públicas e dos campos de poder na produção do espaço da cidade utilizou-se a do método de revisão integrativa do qual foi possível abstrair quais as dimensões das práticas sociais desenvolvidas na cidade partindo da análise do estado da arte da produção espacial considerando as políticas públicas enquanto agentes de produção espacial no capítulo cinco e no capítulo seis os campos e os espaços de poder das dimensões dessas práticas sociais.

As políticas públicas dos repasses marcam evidência o federalismo posto a produção do espaço da cidade, constituindo força de verticalização enquanto agentes de produção espacial. O debate permitiu entender que os repasses que fomenta as políticas públicas em Pacaraima nem sempre cumpre com as funções as quais foram destinados. Evidenciou-se a ausência ou insuficiência de mecanismos de controles que possam assegurar o devido investimento e o cumprimento dos fins os quais motivaram a existência de tais políticas.

As políticas públicas financiadas com repasses constitui um processo de estruturação da política territorial do Brasil feito mediante a materialização de políticas que revelam o poder das ações federais na organização dos entes de poder estatal evidenciando o federalismo e poder das forças verticais. Quanto as forças de verticalidades podem pela ação do da gestão local se converter em forças centrípetas de interesse local/horizontal, considerando o comprometimento do governo local evocando a suas qualidades técnicas e morais ou mesmo os controles a que ele está submetido.

Ao considerar-se a cidade de Pacaraima e as dimensões das práticas sociais apuradas e seus respectivos campos de poder, reconhece a falta de um instrumento de política, gestão e planejamento na cidade que resulte da ação intencional por parte dos agentes sociais locais. As práticas sociais na produção do espaço revelam as demandas da população frente a um espaço que urge por uma implementação de um planejamento que seja participativo.

Os campos de poder se conformam também em espaços de poder das práticas sociais sob os quais é possível fazer uma análise da conjuntura das demandas postas a uma agenda política bastante heterodoxa para as lideranças locais sob o risco de que essas demandas tendem a se ampliar no tempo e no espaço da cidade comprometendo ainda mais os problemas espaciais, sociais, jurídicos, econômicos, ambientais, etc., pelo os quais a cidade perpassa.

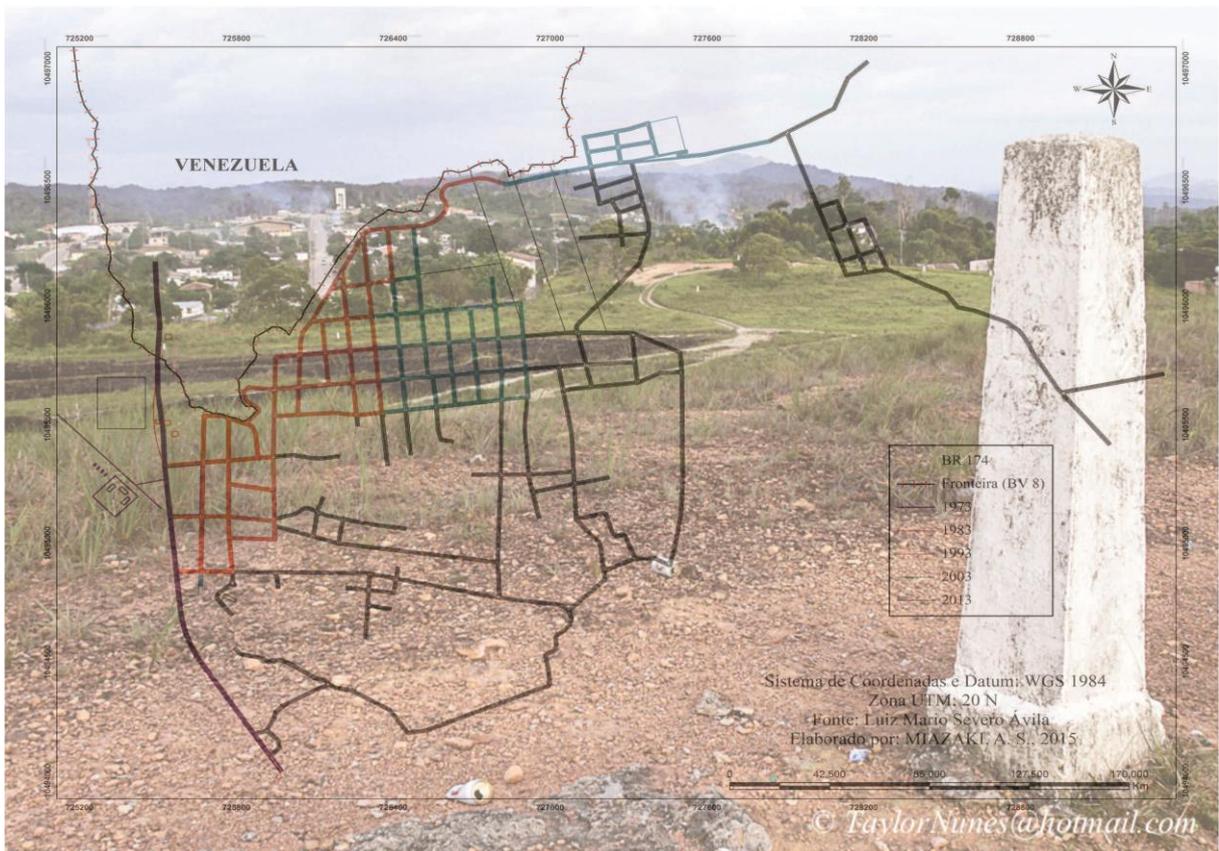
Considera-se ainda a relevância desse trabalho por se tratar de um estudo de uma cidade pequena considerando sua produção espacial e sua inserção a processos de produção de espaço em escala local e regional. Pacaraima constitui uma fatia do fato de produção espacial no estado de Roraima, com ligações profundas com a interferência do federalismo promovendo interações espaciais entre a cidade e demais localidades dentro e fora da Amazônia mesmo considerando suas subdivisões.

Assim ao longo da pesquisa aprendeu-se que a ideia de cidade pequena, lugar de descanso e pacato não pode ser tomada sequer como hipótese na análise espacial da cidade de Pacaraima. Pois esta compõe um espaço com fortes interações com o país vizinho e suas cidades além de manter interações espaciais com as demais cidades do estado de Roraima, com a capital do Amazonas e ainda com a cidade de Lethen da Guiana. Há, relações espaciais com outros centros militares, destacando as relações de segurança nacional feita pelo sistema de unidades das forças armadas dentro e fora da Amazônia. Há ainda relações espaciais de hierarquia de política e serviços públicos com a cidade de Boa Vista e Brasília – DF.

Assim a análise de Pacaraima mostrou que muito além de ser o local da produção da vida, se configura como uma cidade constitui um fenômeno atrelado a processos políticos e econômicos ligado a uma lógica mais ampla notado sobre a perspectiva histórico-geográfica, já que a cidade está localizada em um dado espaço e inserida em determinada perspectiva de tempo econômico e ideológico.

Ao se considerar a gênese e os processos de produção espacial da cidade foi evidenciado que a apreensão desse processo possibilita uma compreensão sobre o dinamismo da produção espacial no estado de Roraima e suas vinculações regionais e nacional com investimentos em território nacional por meio de políticas públicas como principal plataforma de ação espacial na Amazônia.

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ADAS, M. **Geografia da América: Aspectos da Geografia Física e Social**. São Paulo: Moderna, 1982.

ALMEIDA, D. A. **Utilização de Imagens de Sensoriamento Remoto Orbital para Reconhecimento e Análise da Dinâmica da Paisagem na Sede do Município de Pacaraima – Roraima – Brasil**. Dissertação de Mestrado. Boa Vista: PRONAT-UFRR, 2008.

AMARAL, M. D. B. VILAR, B. **Acidade estratégia nas políticas urbanas em Belém: a experiência da Estação das Docas**. In TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA/NAEA/PLADES. 1997. 91-108p.

AMORIM FILHO; O. B. DINIZ, A. M. A., Oswaldo Bueno. **A Embrionária rede urbana de Roraima**. Belo Horizonte: 2006

ANDRELLO, G. **Fazenda São Marcos: de próprio nacional a terra indígena** In: BARBOSA, R. I.; MELO, V. F. (Org.) Roraima: homem, ambiente e ecologia. Boa Vista, FEMACT, 2010

AZEVEDO, A. de. **Embriões de Cidades Brasileiras**. BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA. São Paulo: AGB, seção São Paulo, nº 25, março de 1957, p. 31 – 69.

BARBOSA, R. I. **Distribuição das Chuvas em Roraima**. In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (Eds.) Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. Manaus: Editora INPA, 1997.

_____. **Ocupação Humana em Roraima I** Do colonialismo ao início do assentamento Dirigido. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 9 (1), 1993^a. 123-144p.

_____. **Ocupação Humana em Roraima II** Uma revisão do equívoco da recente políticas de desenvolvimento e o crescimento desordenado 9 (2). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi 9 (1), 1993^b . 177-197p.

BARROS, N. C. C. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional**. Recife: Editora da UFPE, 1995. 272p.

BATISTA, A.N., VERAS, A.T. R. **(Re) Pensando O Espaço Territorial de Pacaraima**. In: Pacaraima: Um Olhar Geográfico. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, vol. 1.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BECKER, B. K. **Fronteira Amazônica, questões sobre a gestão do território**. Brasília: Editora da UNB, 1990.

_____. **Amazônia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.112p.

_____. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.168p.

BESERRA NETA, L. C.; TAVARES JÚNIOR S. S. **A Geomorfologia do Estado de Roraima por Imagens de Sensores Remotos**. In: SILVA, P. R. F.; OLIVEIRA, R. S. (Org.) Roraima 20 Anos: As Geografias de um Novo Estado. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **Tratado de Limites de 1852**. Disponível em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1852/b_35/ Acessado em: 16/05/2014

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **Tratado de Limites de 1859**. Disponível em: <http://www.info.lncc.br/ve1859.html> Acessado em: 16/05/2014

BRASIL. Câmara Legislativa Federal. **Decreto nº 2.609, de 28 de Agosto de 1912**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2609-28-agosto-1912-577866-publicacaooriginal-100817-pl.html> Acessado em: 16/05/2014

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior - **SUFRAMA** 2014.

BRASIL - Ministério de Defesa. **Subsídios para uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MD, 2002.

BRASIL - Ministério de Defesa **Plano De Desenvolvimento Local Integrado E Sustentável** para município de Pacaraima AGENDA EXECUTIVA - 2001/2004.

BRASIL - MRE Ministério das Relações Exteriores – MRE 1º comissão brasileira demarcadora de limites 2014 internet http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Pcdl/pt-r/file/Fronteiras/Venezuela/4_2%20-%20Protocolo%20Brasil%20-%20Venezuela.pdf 2014

BRASIL. Ministério da Defesa - **LIVRO BRANCO DA DEFESA NACIONAL**2012 Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf> Acessado em 16/05/2014

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. In: RODGERS, B.; KNAFL, K. A. (eds). **Concept development in nursing: foundations, techniques and applications**. Philadelphia: W.B Saunders Company, 2000.

BOUDIEU, P. **RAZÕES PRÁTICAS SOBRE A TEORIA DAS AÇÕES**. Campinas. Papirus 1996 113p

_____. **O PODER SIMBOLICO**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1989, 315p

BURGARDT, V. H. V. **Mitos e realidades na "ilha de guayana": a autodeterminação dos povos indígenas** textos e debates UFRR 2008 Revista Texto e debates UFRR, Boa Vista 2007 disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/textosedebates/article/view/1158/945>. Acessado em 20/03/ 2014

_____. **As migrações caribenhas guayano-amazônicas: o lugar do índio** Revista FACEVV 91 a 100 p. - 2º Semestre de 2008 - Número 1 disponível em: <http://www.facevv.edu.br/Revista/01/AS%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20CARIBENHAS%20GUAYANO-AMAZ%C3%94NICAS%20O%20LUGAR%20DO%20%C3%8DNDIO.pdf> Acessado em 20/03/ 2014

CHEMIN, B. F. (2010). Manual da Univates para Trabalhos Acadêmicos. Lajeado: UNIVATES (CHEMIN, 2010)

CLAVAL, P. **TERRA DOS HOMENS** a geografia. São Paulo. Contexto. 2010.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Produção do Espaço Urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. 240p.

_____. (Org.) **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008. 270p.

_____. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2008. 104p

CORRÊA, R. L. **GLOBALIZAÇÃO E RESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA UMA NOTA SOBRE AS PEQUENAS CIDADES**. In Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº 6, jan./jun. 1999 p.43 a 53.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.302p.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000. 94p.

_____. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001. 302P.

COSTA, J. A. V.; FALCÃO, M. T.; COSTA, J. B. S. **Vulnerabilidades aos processos erosivos no Município de Pacaraima - RR. Primeira abordagem**. Anais do Simpósio Nacional de geomorfologia. Goiânia: SINAGEO, 2006.

CUNHA, L.D.; BESERRA NETA, L.C.; TAVERES JÚNIOR, S.S. **Áreas De Risco Identificadas No Perime-Tro Urbano De Pacaraima**. In: Pacaraima: Um Olhar Geográfico. VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Elói Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

FARAGE, N. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização**. São Paulo: ANPOCS, Paz e Terra, 1991

_____. **Os Wapishana nas fontes escritas: histórico de um preconceito.** In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (Eds.) *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: Editora INPA, 1997.

FRANK, E. H. **Os Macuxi são mesmo do ‘Caribe’?** Revista do 110 Núcleo Histórico Socioambiental (NUHSA-UFRR), vol. 1, n. 1, 2007.

_____. **A construção do espaço étnico roraimense, ou: os Taurepáng existem mesmo?**In:Revista de antropologia, São Paulo, USP, 2002, v. 45 nº 2. p.287 a 310

FERNANDES, R.B.; SENHORAS, E.M. **Notas sobre a Geografia do Turismo em Pacaraima.** In: *Pacaraima: Um Olhar Geográfico*. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

FOLHA DE BOA VISTA. Boa Vista. Editora própria. Período 2006 a 2014. Diário.Disponível em <www.folhabv.com.br>. Acesso: 05/07/2014 e 10/12/2014

FREITAS, A. **A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985.** Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda, 1993.

FREITAS, A. **Geografia e história de Roraima.** 7. ed. Ver e ampl. Boa Vista, IAF,2009.

GOTTDIENER Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993. 310p.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.520p.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anablume, 2005.252p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a. 400p.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HUERTAS, D. M. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial.** São Paulo, FAPESP: 2009. 344p.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=140045>. Acessado em: 16/09/2014

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000. Contagem da População. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 15 de outubro de 2013.

JORNAL CABURÁÍ, Boa Vista RR Editora própria – 29/07/1994.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.144p.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.190p.

_____. **A produção do espaço**. São Paulo, 2006, Doralice Barros Perreira e Sergio Martins, 2006. 476p.

LIMA, W. T. DE; SILVA, I.O., SOUSA, L. F., **Breve retrospectiva das estratégias geopolíticas de incorporação territorial da Amazônia brasileira** RA E GA 24 (2012), p. 18-37 www.geografia.ufpr.br/raega/ Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR ISSN: 2177-2738

LIMONAD; HAESBAERT; MOREIRA 2004 LIMONAD, Ester., HAESBAERT, Rogerio, MOREIRA, Rui. (Org.). **Brasil século XXI – por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. Rio de Janeiro: Marx Limonad, 2004.92p.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução de E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes 1997. 359p.

MACAGGI, N. **A Mulher do Garimpo (O romance do extremo sertão norte do Amazonas)**. Manaus: Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1976.

MAGALHÃES, M. G. **O Estado de Roraima e as fronteiras com a Venezuela e a Guiana**. In: Revista Textos e Debates. Edição *online*. V. 1, n. 12. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

MAGALHÃES, M. G. e SOUZA, C. M. M. **RORAIMA/BOA VISTA: Temas sobre o regional e local**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012 .

MENTZ RIBEIRO, P. A. **Arqueologia em Roraima: histórico e evidências de um passado distante**. In: Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima. BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; FERREIRA, Efreim Jorge Gondim; CASTELLÓN, Eloy Guillermo. INPA, Manaus 1997

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Revista Texto e contexto**, vol. 17, n. 4, 2008.

MEGGERS, B.J. & EVANS, C. Como interpretar a linguagem da cerâmica: manual para arqueólogos. Washington, Smithsonian Institution. 111p. 1970.

OLIVEIRA, R.G. de. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima**. São Paulo, 2003. Tese de Doutorado/USP

_____. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período Colonial. In: **Revista Texto & Debates – UFRR**. Boa Vista-RR: Ed. UFRR, N. 11, jul/dez de 2006.

_____. **O Rio Branco no contexto da Amazônia Caribenha: Aspectos da Colonização Europeia entre o século XVI e o XVII.** In: As relações internacionais na fronteira norte do Brasil: coletânea de estudos/ Organizadores MARTINS, Estevão Chaves de Rezende e MOREIRA, Felipe Kern, Boa Vista, UFRR, 2011.

KOCH-GRUNBERG. T. Del Roraima al Orinoco. Ed. Del Banco Central de Venezuela, Caracas, Tomos I, II e II. 1976/82.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo, Ática, 1993.

ROCHA, V.B.; SILVA, P.R.S. **Pacaraima No Contexto Regional Fronteiriço – Brasil/Venezuela.** In: Pacaraima: Um Olhar Geográfico. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, vol. 1.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Nobel/Fapesp, 2002. 242p.

ROSA FILHO, A.; SOUZA, V. **Áreas De Risco: Um Estudo Do Morro Do Quiabo Em Pacaraima.** In: Pacaraima: Um Olhar Geográfico. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

SANTILLI, P. **Ocupação territorial Macuxi: aspectos históricos e políticos** In: BARBOSA, R. I.; FERREIRA, E. J. G.; CASTELLÓN, E. G. (Eds.) Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima. Manaus: Editora INPA, 1997.

SANTILLI, P. **Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

RORAIMAGOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA. **Informações Socioeconômicas sobre o município de Pacaraima - RR.** Seplan: Boa Vista, 2014. E 2010 E 2012

RORAIMA. **Lei Estadual n.º 96,** de 17-10-1995

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. técnica e tempo. razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Metamorfoses Do Espaço Habitado, fundamentos e Teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo 1988a

_____. **Metamorfoses Do Espaço Habitado, fundamentos e Teórico e metodológico da geografia.** Edusp. São Paulo 2008b

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

_____. **Economia espacial.** São Paulo: Edusp, 2003. 240p.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2005. 88p.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2006. 174p.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Edusp, 2004. 285p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006. 174p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, E. O. **O Processo de Produção do Espaço Fronteiriço da Amazônia: O caso de Pacaraima - RR**. Monografia do Curso de Especialização em Relações Fronteiriças da Universidade Federal de Roraima. Boa Vista: UFRR, 1998.

SANTOS, E. R. C. **AMAZÔNIA SETENTRIONAL AMAPAENSE: do “mundo” das águas às florestas protegidas** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente/SP 277p 2012

_____. **URBANIZAÇÃO E REDE URBANA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL AMAPAENSE/API** Revista Formação Online, n. 19, volume 2, p. 107 -131, jul./dez., 2012

SARTORI, O.C.; BETHÔNICA, M.B.M. **A Reivindicação de Um Território: O Caso de Pacaraima**. In: Pacaraima: Um Olhar Geográfico. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012, vol. 1.

SATHLER, D. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia Brasileira. UFMG Cedeplar. Belo Horizonte: 2009 (Tese de Doutorado)

SENHORAS, E. M.; ANTUNES, E. M.; TREVISAN, R. **Dinâmica fronteiriça no arco norte brasileiro no contexto das Áreas de Livre Comércio**. Escola de Administração Fazendária. Caderno de Finanças Públicas, n. 12, Dezembro de 2012.

SENHORAS, E. M. **DINÂMICA FRONTEIRIÇA DAS CIDADES-GÊMEAS ENTRE BRASIL E GUYANA**. In REVISTA GEONORTE, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1077-1094, 2013. (ISSN – 2237-1419)

SENHORAS, E. M. **Regionalização Internacional e a Inserção Brasileira de Micro e Área de Livre Comércio**. 2013. Disponível em: <http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1401&context=eloi> Acessado em 07 de janeiro de 2014.

SEPLAN-RR - Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Informações Socioeconômicas do Município de Pacaraima – RR 2010**. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2010, 2012 e 2014

SEPLAN/RR – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Informações Socioeconômicas do Município de Pacaraima – 2012**. p. 60. Disponível em: http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/dados_municipios/Pacaraima.pdf. Acessado em: 25/10/2014.

SILVA, P. R. F. **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil**. 2007. 329p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007

SILVA, J.A.N.; MOURÃO, G.M.N. **As Metamorfoses do Espaço Em Pacaraima**. In: Pacaraima: Um Olhar Geográfico. VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SENHORAS, Eloi Martins (eds). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

SILVEIRA, I. M.; GATTI, M. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização**. Boletim do Museu Emílio Goeldi, vol. 4, n. 1, 1988.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, C. **“Federalismo”**. In: MARTINS, C. B. & LESSA, R. (cords.) Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Ciência Política. São Paulo: ANPOCS, 2010.

SPOSITO, M. E. B.. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2003.80p.

_____ (org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: Contexto, 2008. 643p.

WHITTEMORE, R; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, vol. 52, n. 5, 2005.

VALERO, M. M. Redes Urbanas Transfronterizas: Dos Escenarios Venezolanos /7- 15. Aldea Mundo Revista sobre Fronteras e Integración Año 14, No. 27 / Enero - Junio 2009 (1) ISSN 1316 - 6727 / Depósito Legal 1996 - 02TA-3

VERAS, A. T. de R.; SENHORAS, E. M. (eds). **Pacaraima: Um Olhar Geográfico**. SENHORAS, Eloi Martins; ZOUEIN, Maurício Elias (orgs). Coleção Comunicação & Políticas Públicas. Boa Vista: Editora da UFRR, 2011, vol. 1.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

ZIMERMAN, A. **Desigualdade Regional e as Políticas Públicas**. Santo André:Universidade Federal do ABC, 2013.

Sítios da Internet

GRUPO RETIS. Disponível em: <www.igeo.ufrj.br/fronteiras>. Acesso em 5/01/2014

MINISTÉRIO DA DEFESA. Disponível em: <www.defesa.gov.br>. Acesso em 5/01/2014

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <www.portal.mj.gov.br>. Acesso em 5/1/2014

POLICIAMENTO DE FRONTEIRA: <www.policiadefronteira.blogspot.com.br>. Acesso em 5/01/2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 5/1/2014

PORTAL DA TRANSPARENCIA. Disponível em: www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em 5/1/2014

Legislação consultada

BRASIL - Decreto 98.452 de 30.10.1989
BRASIL - Lei 1.806 de 06.01.1953
BRASIL - Lei nº 5.173 de 27.10.1966
BRASIL - Lei nº 5.174 de 27.10.1966
BRASIL - Lei Complementar Nº 31 de 11.10.1977
BRASIL - Constituição Federal de 05.10.1988
BRASIL- Decreto Lei Nº 291 de 28.02.1967
BRASIL - Decreto 356 de 15.08.1968
BRASIL - Medida provisória nº. 2.157-5
BRASIL - Lei nº. 104/84
BRASIL - Lei Nº 2.848 de 07.12.1940
BRASIL - Lei Nº 10.695, de 01.07.2003
BRASIL - LEI 9424/96.
BRASIL - LEI 7525/86
BRASIL- Lei nº 11.445/2007
BRASIL - Lei 12.305
BRASIL- Lei 9.985 de 18.07.2000
BRASIL - Lei Nº 7.525, de 1986 °
BRASIL Lei 6.759/2009
BRASIL Lei Nº 11.445/2007

RORAIMA - Lei Estadual n.º 96 de 17.10.95
RORAIMA - Lei nº 002 de 11.04.1992
RORAIMA - Lei Complementar n. 07
RORAIMA - Decreto Lei nº 096 1995.
RORAIMA - Lei n.º 096, de 17.10.1995
BOA VISTA – Lei Nº 085 de 0308/1982
BOA VISTA Lei Nº 105 de 24/09/1984
BOA VISTA Lei nº 244 de 06.08.1991
BOA VISTA - LEI Nº 20/74 de 28.08.1974
BOA VISTA - A LEI Nº 20/74 de 28.09.1974

PACARAÍMA - Lei Nº 020 de 18.06.1998
PACARAÍMA - Lei Nº009 de 2.01.2006
PACARAÍMA - Lei municipal 115 15.12.2006
PACARAÍMA - Lei n 123 de 11.10. 2007

PACARAIMA - Lei 154 de 25.06.2009

PACARAIMA - Lei 171 2010 de 26.05. 2010

PACARAIMA - Lei nº 194 de 2012

PACARAIMA- Lei Nº 87 de 17.03.2005